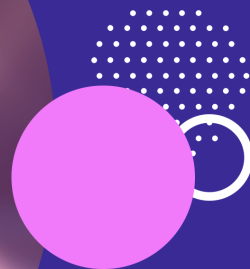


ORGANIZADORES

JOÃO DA SILVA ARAÚJO JÚNIOR
ILZA GALVÃO CUTRIM
MARIA DA GRAÇA DOS SANTOS FARIA
MÔNICA DA SILVA CRUZ

LINGUAGEM E PRÁTICAS DISCURSIVAS:

QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS



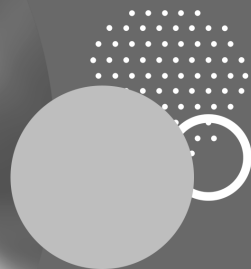
EDUFMA

ORGANIZADORES

JOÃO DA SILVA ARAÚJO JÚNIOR
ILZA GALVÃO CUTRIM
MARIA DA GRAÇA DOS SANTOS FARIA
MÔNICA DA SILVA CRUZ

LINGUAGEM E PRÁTICAS DISCURSIVAS:

QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS



**LINGUAGEM E
PRÁTICAS DISCURSIVAS:**
questões teóricas e metodológicas



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Reitor
Vice-Reitor

Prof. Dr. Natalino Salgado Filho
Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos



EDUFMA

EDITORA DA UFMA

Diretor
Conselho Editorial

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira
Prof. Dr. Elídio Armando Exposto Guarçoni
Prof. Dr. André da Silva Freires
Prof. Dr. Márcio José Celeri
Prof.^a Dr.^a Diana Rocha da Silva
Prof.^a Dr.^a Gisélia Brito dos Santos
Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa
Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva
Prof. Dr. Carlos Delano Rodrigues
Prof. Dr. Felipe Barbosa Ribeiro
Prof. Dr. João Batista Garcia
Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas
Bibliotecária Dra. Suênia Oliveira Mendes
Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

ORGANIZADORES

**João da Silva Araújo Júnior
Ilza Galvão Cutrim
Maria da Graça dos Santos Faria
Mônica da Silva Cruz**

**LINGUAGEM E
PRÁTICAS DISCURSIVAS:
questões teóricas e metodológicas**

São Luís



**EDUFMA
2023**

Copyright © 2023 by EDUFMA

Editoração: Maurício José Morais Costa

Normalização: Maurício José Morais Costa

Capa: Maurício José Morais Costa

Publicação financiada por auxílio financeiro da CAPES (Código Financeiro 001) de acordo com a CAPES Portaria 206. De acordo com o Edital Interno de Auxílio Financeiro do Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras/UFMA) da Universidade Federal do Maranhão.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A6631

Araújo Júnior, João da Silva

Linguagem e práticas discursivas : questões teóricas e metodológicas [e-book] / João da Silva Araújo Júnior, Ilza Galvão Cutrim, Maria da Graça dos Santos Faria, Mônica da Silva Cruz (organizadores). – São Luís: EDUFMA, 2023.

378 p. : il. color.

Modo de acesso: World Wide Web.

ISBN: 978-65-5363-248-6.

1. Linguagem - Estudos. 2. Discurso. 3. Discurso - Teoria. 4. Discurso - Metodologia. I. Araújo Júnior, João da Silva. II. Cutrim, Ilza Galvão. III. Faria, Maria da Graça dos Santos. IV. Cruz, Mônica da Silva. V. Título.

CDD: 400.370

CDU: 81:37

*Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário
Maurício José Morais Costa CRB 13/833*

Criado no Brasil [2023]

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

EDUFMA | EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Av. dos Portugueses, 1966 | Vila Bacanga

CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil

Telefone: (98) 3272-8157

www.edufma.ufma.br | edufma.sce@ufma.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
João da Silva Araújo Júnior (UFMA)	
Ilza Galvão Cutrim (UFMA)	
Maria da Graça dos Santos Faria (UFMA)	
Mônica da Silva Cruz (UFMA)	
DA NÃO ACEITAÇÃO DA IGREJA ÀS TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE GAY-CRISTÃ ...	24
Francisco Paulo da Silva (UERN)	
Ana Maria de Carvalho (UERN)	
MULHERES AUTORAS E LEITORAS: a prática discursiva do Leia Mulheres na Bahia	55
Carla Luzia Carneiro Borges (LINSF/CNPQ/UEFS)	
Mayane Santos Amorim (LINSF/PPGEL/UEFS)	
MODOS DE SUBJETIVAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIAS AO IMPERATIVO DA PRODUTIVIDADE EM RELATOS DE SI NA EMERGÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19	87
Francisco Vieira da Silva (UFERSA/UERN)	
Thâmara Soares de Moura (UERN)	
FRAUDE DENTRO DA BOLHA: Eleições Presidenciais de 2022 à luz da Dissonância Cognitiva em um grupo de Telegram	118
João Paulo Eufrazio de Lima (UVA)	
Isadora Oliveira do Nascimento (UFRN)	

O MISTÉRIO DA GALERIA DE ARTE: jogo educativo digital como recurso para o desenvolvimento do letramento visual crítico em sala de aula 145
Regina Cláudia Pinheiro (UECE)
Patrícia Saldanha Vasconcelos (UECE)

RETÓRICA DIGITAL E TECNOLOGIAS PERSUASIVAS: a influência dos algoritmos na persuasão nas redes sociais 178
Ana Lúcia Rocha Silva (UFMA)
João da Silva Araújo Júnior (UFMA)
Caroline Rodrigues Lima Queiroz (UFMA)

A CONSTRUÇÃO METAFÓRICA “COVID-19 É GUERRA” EM CAMPANHAS DE PREFEITURAS BRASILEIRAS PARA CONTER O AVANÇO DO CORONAVÍRUS..... 199
Marize Barros Rocha Aranha (UFMA)
Jackeline Braga Cunha (UFMA)

INFERÊNCIA EMOCIONAL E DÊITICOS NA MODALIDADE PATÊMICA EM UM ANÚNCIO PUBLICITÁRIO..... 221
Maria da Graça dos Santos Faria (UFMA)
Luzia Rufino de Matos Cirqueira (UFMA)

O ESTEREÓTIPO COMO ELEMENTO RECATEGORIZADOR..... 245
Mariza Angélica Paiva Brito (UNILAB)
Marcos Paulo da Silva (UNILAB)

A DESQUALIFICAÇÃO DO OUTRO EM MODALIDADE ARGUMENTATIVA DEMONSTRATIVA NA ESFERA JURÍDICA 271

Mônica Magalhães Cavalcante (UFC)
Antonio Lailton Moraes Duarte (UECE)

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A VARIAÇÃO
TERMINOLÓGICA NA ÁREA MÉDICA..... 319**

Antônio Suárez Abreu (UNESP)
Mara Roselaine Pinto da Fonseca (UNESP)

**GÊNEROS DE ESPECIALIDADE E METADISCURSO:
INTERFACES NECESSÁRIAS NO ENTENDIMENTO
DOS CONTEXTOS DEFINITÓRIOS DO TERMO
ARGUMENTAÇÃO 334**

Edmar Peixoto de Lima (UERN)
Márcia Pereira da Silva Franca (UERN)

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES 367

APRESENTAÇÃO

LINGUAGEM E PRÁTICAS DISCURSIVAS: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

Do universo multidimensional da linguagem ao campo das práticas discursivas, um mundo de abordagens teóricas e instrumentos metodológicos surgem no intuito de entender a linguagem em seus modos possíveis de existência. Neste e-book, buscamos reunir um conjunto de pesquisas que, sob vieses teóricos múltiplos, consideram a linguagem como prática discursiva, como relação que se estabelece entre os signos e as regras sociais e históricas que ora aprisionam, ora libertam os sujeitos.

Este livro, que conta com o financiamento da CAPES (Finance code 001 - Portaria no 206 - CAPES), com o apoio do Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras-UFMA) e da Universidade Federal do Maranhão, é uma iniciativa dos Professores da Linha 2, ESTUDOS DE LINGUAGEM E PRÁTICAS DISCURSIVAS, do Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado Acadêmico). A obra retrata caminhos possíveis de análise daquilo que a sociedade efetivamente produz e performa com e por meio da linguagem, enredada por condições históricas e por regras de constituição das práticas que envolvem as discursividades.

Os capítulos, a seguir descritos, foram produzidos por docentes e pós-graduandos de distintas instituições de ensino do país que discutem, investigam e problematizam, portanto, práticas discursivas de natureza variada.

No capítulo 1, **DA NÃO ACEITAÇÃO DA IGREJA ÀS TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE GAY-CRISTÃ**, Francisco Paulo da Silva (UERN) e Ana Maria de Carvalho (UERN) apresentam um recorte da pesquisa realizada no Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte da tese de doutoramento de Ana Maria de Carvalho, orientada pelo Prof. Francisco Paulo da Silva, intitulada “Entre o dispositivo da religião e a verdade do sujeito: tecnologias de si e estratégias de resistência na constituição da subjetividade gay cristã”. A pesquisa analisa em relatos de sujeitos gays suas experiências para marcar seu pertencimento e autoreconhecimento como cristãos, no contexto de predominância de igrejas cristãs, com práticas de exclusão em relação à orientação sexual de sujeitos homossexuais, o que contribui para o exercício de resistência desses sujeitos por meio de modos de subjetivação outros que os permitisse serem reconhecidos como “filhos de Deus”.

No capítulo 2, **MULHERES AUTORAS E LEITORAS: A PRÁTICA DISCURSIVA DO LEIA MULHERES NA BAHIA**, Carla Luzia Carneiro Borges (LINSPI/CNPq/UEFS) e Mayane Santos Amorim (LINSPI/PPGEL/UEFS) problematizam as noções de resistência e liberdade no Projeto Leia Mulheres, especificamente o grupo sediado em Salvador, na Bahia. Na análise empreendida, ancorada no pensamento de Michel Foucault, as autoras defendem que a leitura de mulheres de textos de autoria feminina funciona como uma prática de resistência e liberdade pois se trata de um espaço no qual a mulher se constitui leitora, ao tempo em que lê

mulheres, lendo e sendo lidas, numa dobra que traduz um modo de constituição de si; isto é; o Leia Mulheres constituiu-se em um espaço que possibilita novas experiências e novos modos de existir. Trata-se, pois, de uma análise que flagra a emergência de um discurso de desobediência a uma subjetividade machista e sexista, e apresenta novas formas de subjetividades femininas como um urro de resistência.

No capítulo 3, **MODOS DE SUBJETIVAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIAS AO IMPERATIVO DA PRODUTIVIDADE EM RELATOS DE SI NA EMERGÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19**, Francisco Vieira da Silva (UFERSA/UERN) e Thâmara Soares de Moura (UERN) escrevem um texto, fruto de um trabalho dissertativo, com objetivo de mapearem os modos de subjetivação dos sujeitos ansiosos que emergiram no isolamento social da pandemia da Covid-19 consequentes aos processos de resistência aos imperativos de produtividade capitalista veiculados na época. Para tanto, amparam-se teoricamente na Análise do Discurso de linha francesa, mais especificamente nos postulados de Foucault (2010, 2014, 2018, 2019) e alguns de seus comentadores, como Deleuze (1996), Prado Filho (2018) e Sacramento (2018), haja vista oferecerem discussões robustas acerca do dispositivo, dos processos de subjetivação e confissão de si, categorias caras para a construção das análises. Metodologicamente, adotam o viés arqueogenalógico, cujas análises, de cunho qualitativo, se debruçam sobre um corpus composto por trechos de um vídeo extraído do canal Louie ponto, no Youtube, e publicado em abril de 2020, ano do estopim do acontecimento sociodiscursivo supracitado.

De modo geral, percebem que, por meio das confissões da posição de Louie Ponto acerca das próprias vivências nesse período pandêmico, a construção da identidade do sujeito ansioso parte não somente de traumas provenientes do perigos e angústias evocados pela pandemia, mas, também, é forjada como uma resposta de resistência aos imperativos de produtividade capitalista disseminados na época.

O capítulo 4, **FRAUDE DENTRO DA BOLHA: ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2022 À LUZ DA DISSONÂNCIA COGNITIVA EM UM GRUPO DE TELEGRAM**, desenvolvido por João Paulo Eufrazio de Lima (UVA) e Isadora Oliveira do Nascimento (UFRN), analisa o pleito eleitoral de 2022, marcado por uma acirrada disputa entre os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Messias Bolsonaro (PL). Apesar de os fatos objetivos apontarem para a lisura do pleito, movimentos golpistas ocorreram em todo o Brasil, com interdição de rodovias e ocupação na frente de quartéis. A incoerência, formada entre a certeza da reeleição de Jair Bolsonaro e a realidade da derrota, levou milhares de pessoas a absorver informações inverídicas, mas que iam ao encontro de suas próprias convicções. Assim, o trabalho analisa o efeito das bolhas-filtro Parisier (2011) na dissonância cognitiva (FESTINGER, 1975) formada entre os manifestantes através da análise de mensagens de um grupo de Telegram, buscando, através das recorrências e proximidades lexicais, indícios da ocorrência de dissonância cognitiva nos elos, e a busca por dirimir seus efeitos através do fortalecimento de pensamentos pré-existentes.

O capítulo 5, **O MISTÉRIO DA GALERIA DE ARTE: JOGO EDUCATIVO DIGITAL COMO RECURSO PARA O DESENVOLVIMENTO DO LETRAMENTO VISUAL CRÍTICO EM SALA DE AULA**, desenvolvido por Regina Cláudia Pinheiro (UECE) e Patrícia Saldanha Vasconcelos (UECE), analisa os jogos educativos digitais, configurados, na atualidade, como importantes recursos de aprendizagem devido à forte motivação e ao engajamento que promovem em crianças e adolescentes. As autoras descrevem o jogo educativo digital O Mistério da Galeria de Arte, criado durante a pesquisa de mestrado de uma das autoras, cujo objetivo foi desenvolver o letramento visual crítico de alunos do Ensino Médio. Para tanto, retomam os conceitos de multiletramentos (ROJO; MOURA, 2019), leitura de imagens (SANTAELLA, 2012) estratégias de leitura de imagens (LIU, 2013), letramento crítico (CALLOW, 2013) e gamificação (BUSARELLO, 2018). Apresentam o jogo criado e analisam algumas questões, de acordo com as estratégias metainterpretativas de leitura de imagens de Liu (2013). Como resultados, oferecem uma possibilidade pedagógica para o uso dos jogos enquanto potente recurso para o desenvolvimento do letramento visual crítico em sala de aula.

O capítulo 6, **RETÓRICA DIGITAL E TECNOLOGIAS PERSUASIVAS: a influência dos algoritmos na persuasão nas redes sociais**, escrito por Ana Lúcia Rocha Silva (UFMA), João da Silva Araújo Júnior (UFMA), Caroline Rodrigues Lima Queiroz (UFMA), por sua vez, discute a influência dos algoritmos na persuasão nas redes sociais sob a ótica da Retórica digital e das tecnologias persuasivas

(TP). Para isso, utilizam-se dos conceitos de Retórica Digital de Hess e Davisson (2018) e de Fogg (2002) no que tange às TP. Para tal discussão, analisamos o mecanismo dos algoritmos das redes sociais Facebook e Instagram com base nos estudos de Ribeiro (2017, 2018) e Costa (2018). As discussões desenvolvidas levam a concluir que a relação entre gestão algorítmica e persuasão nas redes sociais se dá em ao menos três aspectos: manutenção da atenção dos usuários nas redes; o papel da ubiquidade, da multimodalidade e da persistência; e, por fim, o “aprisionamento” dos internautas, criando “bolhas” de usuários que veem, ouvem e comentam apenas assuntos que conhecem e concordam.

O capítulo 7, **A CONSTRUÇÃO METAFÓRICA “COVID-19 É GUERRA” EM CAMPANHAS DE PREFEITURAS BRASILEIRAS PARA CONTER O AVANÇO DO CORONAVÍRUS**, produzido por Jackeline Braga Cunha (UFMA) e Marize Barros Aranha (UFMA), investiga a construção metafórica COVID-19 É GUERRA como um recurso argumentativo em campanhas publicitárias governamentais promovidas por prefeituras brasileiras entre os anos de 2020 e 2021. As autoras realizam uma busca de campanhas lançadas por prefeituras de cidades brasileiras no buscador Google que as direcionou aos sites específicos da internet, priorizando campanhas de sites de prefeituras municipais que destacavam metáforas de GUERRA na conceptualização do vírus durante o período de 2020 e 2021. Analisaram quatro campanhas governamentais que atendem aos critérios preestabelecidos. O estudo apoiou-se em Lakoff e Johnson (2002) com a Teoria da Metáfora Conceptual, e da obra Me-

taphors We Live By. Além disso, com o intuito de realizar as análises no âmbito da Argumentação, Amossy (2018), com a obra *Argumentação no Discurso*, o ponto de partida. As análises indicaram que a COVID-19 é compreendida em um contexto de guerra, como um inimigo invisível que necessita ser combatido. No entanto, esta batalha só pode ser ganha em conjunto, uma vez que há uma série de medidas que, ao serem tomadas coletivamente, podem derrotar o vírus.

No capítulo 8, **INFERÊNCIA EMOCIONAL E DÊITICOS NA MODALIDADE PATÊMICA EM UM ANÚNCIO PUBLICITÁRIO**, Maria da Graça dos Santos Faria (UFMA) e Luzia Rufino de Matos Cirqueira (UFMA) investigam como a modalidade patêmica se manifesta em anúncio publicitário por meio dos princípios de inferência emocional, e das coordenadas dêiticas, no sentido de provocar emoções em seu auditório, ao invocá-lo para a cena enunciativa. Para atingir este propósito, as autoras se baseiam na teoria da Argumentação no discurso de Amossy (2020) e nas modalidades argumentativas de Amossy (2008) e, para as noções de circuito comunicativo e dos efeitos patêmicos, ancoram-se em Charaudeau (2020), e nos princípios de inferência emocional de Ungerer (2020). E, em especial, a pesquisa fundamenta-se sobre o fenômeno da referenciação em Mondada e Dubois (2003), e nos estudos de Cavalcante *et al.* (2014), e em Martins (2019) sobre os tipos dêiticos. Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa e interpretativa, uma vez que a compreensão e a interpretação dos dados são o objetivo principal da análise. Os resultados apontam que o anúncio analisado recorre a vários recursos linguísticos, que vão além das formas verbais

clássicas associadas à dêixis, como o imagético e o corporal, construindo efeitos patêmicos no auditório visado, além de engajá-lo na cena enunciativa.

O capítulo 9, intitulado **O ESTEREÓTIPO COMO ELEMENTO RECATEGORIZADOR**, de Mariza Angélica Paiva Brito (Unilab) e Marcos Paulo da Silva (Unilab), objetiva refletir sobre a relação entre estereótipo e recategorização anafórica no processo de referenciação. Os autores analisam como a imagem feminina é estereotipada em textos publicitários que articulam simultaneamente a semiose verbal e não verbal. De modo especial, verificam como se dá essa ocorrência em anúncios publicitários de cerveja. A partir disso, demonstram que os estereótipos podem atuar como elementos recategorizadores, o que nos permite supor que esse fenômeno possui funções essencialmente anafóricas em determinadas situações na construção do sentido nos textos. Partem das seguintes questões: quais aspectos os estereótipos e as recategorizações possuem em comum? Os estereótipos compartilham funções típicas de um processo referencial anafórico? Nesse cenário, os pressupostos sobre referenciação elencados para subsidiar o estudo compõem um dos pilares da abordagem, sobretudo, os aspectos abordados por Mondada (1994), Mondada e Dubois (1995) e Aphoteloz e Béguelin (1995) e os postulados resultantes das pesquisas em Linguística Textual tais como a de Cavalcante *et al.* (2022) e Cavalcante *et al.* (2020). Outro pilar teórico que sustenta esta pesquisa é a concepção de estereótipos na perspectiva de Amossy e Pierrot (2022) e a argumentação na perspectiva defendida por Amossy (2020). Além dos subsídios teóricos

apresentados, baseam-se nos postulados defendidos na pesquisa de dissertação de Silva (2022) acerca da concepção dos estereótipos manifestados pelos processos referenciais. Orientados por uma metodologia de caráter qualitativa de abordagem textual-discursiva, afirmam que a ocorrência de estereótipos manifestados textualmente através das recategorizações dos referentes são estratégias textual-discursivas com intrínseco propósito argumentativo.

O capítulo 10, **A DESQUALIFICAÇÃO DO OUTRO EM MODALIDADE ARGUMENTATIVA DEMONSTRATIVA NA ESFERA JURÍDICA**, proposto por Mônica Magalhães Cavalcante (UFC) e Antonio Lailton Moraes Duarte (UECE), analisa como a modalidade argumentativa demonstrativa configura a desqualificação do outro. Nesta investigação, defendem que, ao atualizar uma questão discursiva polêmica no espaço público, a modalidade argumentativa demonstrativa configura a desqualificação do outro por meio de processos referenciais e intertextuais. O estudo se vincula à perspectiva da Linguística Textual praticada no Brasil, sobretudo em investigações do grupo de pesquisa Prottexto, da Universidade Federal do Ceará, e tem como base pesquisas recentes no âmbito da desqualificação do outro (DUARTE; BRITO, 2022; CAVALCANTE; DUARTE, 2022; CAVALCANTE *et al.*, 2022; DUARTE, 2023). Para esta análise, selecionam o Parecer Jurídico do Prof. Luís Roberto Barroso intitulado Diferentes, mas iguais: o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas no Brasil, como recorte de um dos gêneros da cadeia da esfera jurídica do julgamento do reconhecimento da união homoafetiva como entidade

familiar pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na ADPF nº 132/RJ e na ADI nº. 4.277/DF. Este trabalho aponta que o Parecer Jurídico analisado, ao atualizar a questão polêmica da união entre pessoas do mesmo sexo, deixa entrever o processo de tentativa de desqualificação do outro por meio de redes referenciais e de relações intertextuais. O Parecer Jurídico resulta da reação da sociedade diante da questão polêmica, o reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar. O texto analisado, embora configure uma modalidade argumentativa demonstrativa, por excelência, é parte de uma interação polêmica muito maior, a qual começa com o engajamento da sociedade em diversos gêneros que fazem aflorar a temática, culmina no Parecer Jurídico do relator, e ainda se desdobra em gêneros posteriores a ele, como os comentários, as notícias, dentre outros. A pesquisa conclui que a desqualificação do outro não é um traço exclusivo da modalidade argumentativa polêmica (AMOSSY, 2008) e que pode perpassar outras modalidades, como a demonstrativa, como se dá na argumentação jurídica de um parecer, por exemplo. Conclui também que a polêmica é a modalidade argumentativa que não começa nem termina em um mesmo gênero, porque sempre exige que os participantes da interação convoquem intertextualmente outros textos, principalmente os dos agrupamentos de gêneros que se formam na atualização de uma questão polêmica.

No capítulo 11, **CONSIDERAÇÕES SOBRE A VARIAÇÃO TERMINOLÓGICA NA ÁREA MÉDICA**, Antônio Suárez Abreu (UNESP) e Mara Roselaine Pinto da Fonseca (UNESP) discutem a terminologia utilizada na área médica,

levando em conta diferentes setores, como médicos, cirurgiões, alunos de Medicina e o público em geral. Recebe especial atenção o uso dos epônimos que, segundo a pesquisa, está ligado ao processo da hipálage e vinculado aos atratores economia e iconicidade, considerando a linguagem humana como um sistema adaptativo complexo.

No último capítulo, **GÊNEROS DE ESPECIALIDADE E METADISCURSO: INTERFACES NECESSÁRIAS NO ENTENDIMENTO DOS CONTEXTOS DEFINITÓRIOS DO TERMO ARGUMENTAÇÃO**, de Edmar Peixoto de Lima (UERN) e Márcia Pereira da Silva Franca (UERN), analisa em que medida as categorias metadiscursivas, propostas por Hyland (2005), são articuladas no gênero textual especializado. Para isso, as autoras selecionam os contextos definitórios que envolvem o termo argumentação presente no CORPARG (LIMA, 2017) e averiguam a função dos recursos metadiscursivos, com destaque para o cenário em que as tentativas de definições são evidenciadas como recursos explicativos. Com o intuito de fundamentar seus posicionamentos teórico-metodológicos e analíticos, mobilizam, como aporte, os preceitos defendidos por Hoffmann (2015), no que se refere à linguística do texto especializado e os delineados por Hyland (2005), no que tange à abordagem sobre o metadiscurso. As autoras justificam as pesquisas pela necessidade de se compreender em que medida o produtor de um texto especializado organiza os dados oriundos de uma área especializada e dialoga com a sua audiência. O resultado das análises revela que nos contextos definitórios há as tentativas de ampliar a compreensão do termo, assim como de caracte-

rizá-lo conceitualmente diante de um ponto de vista defendido pelo sujeito que produz o texto. O metadiscurso, nesse caso, representa o meio de oferecer novas possibilidades de conceituar, esclarecer, explicar, guiar, direcionar e envolver o interlocutor. A categoria interativa se sobressai em detrimento da interacional. Configura-se, nesse caso, que o produtor do texto especializado se preocupa em guiar o interlocutor durante a leitura, em conduzir e orientar a construção de significados, a compreensão dos dizeres e o entendimento das proposições. Além disso, as autoras consideram ser o gênero textual especializado o cenário propício à utilização dos recursos metadiscursivo como estratégias discursivas que minimizem a densidade informacional presente nos conceitos, ao mesmo tempo em que almeja o comprometimento do leitor na compreensão dos dizeres.

Ao concluirmos esta apresentação, agradecemos as preciosas contribuições que os nossos convidados e convidadas, estudiosos e estudiosas da linguagem, em seus diferentes postos de observação, compartilharam neste espaço. Boa Leitura a todos e todas!

Os organizadores.

DA NÃO ACEITAÇÃO DA IGREJA ÀS TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE GAY-CRISTÃ

Francisco Paulo da Silva (UERN)

Ana Maria de Carvalho (UERN)

Problematização, objeto de pesquisa e objetivos

A problemática da pesquisa teve como fio condutor a relação homossexualidade e religião cristã. Partiu do fato de que, no Ocidente, ao longo dos séculos, essa relação entre as religiões cristãs e a questão das sexualidades não-heterossexuais se deu de forma conturbada e polêmica, e que a discussão sobre isto sempre foi carregada de tabus, preconceitos e discriminação, pois, a forma como a cultura ocidental trabalha com as manifestações da sexualidade, “[...] é tributária dos códigos e valores que sustentam o imaginário dessa cultura [...]” (CECCARELLI; FRANCO, 2010, p. 121). Nessa direção, no que se refere às práticas sexuais dos indivíduos, esses códigos, que variam segundo as épocas, têm sua influência naquilo que é permitido e no que é proibido, no normal e no patológico.

Historicamente, a homossexualidade quando comparada à heterossexualidade foi comumente identificada como uma orientação “anormal”. Na visão fundamentalista¹ da

1 O Fundamentalismo se define como um movimento que nega a presença de erros no livro sagrado; trata-se de uma forma de interpretar e viver a doutrina; nas palavras de Boff (2002, p. 25), “representa a atitude daquele que confere caráter absoluto ao seu ponto de vista”. Conforme Fitzmyer (1997), o

teologia moral, em que a sexualidade é pertencente à lei da natureza, cujo propósito é a procriação de filhos, a homossexualidade seria, então, perversão da ordem natural e, portanto, da lei de Deus. Nessa direção, as relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo, principalmente entre homens, eram consideradas sodomia (atividade pecaminosa, indesejável), vista, pois, como um pecado nefando, aquele pecado do qual não se pode falar, ou seja, é aquele indigno de ser nomeado (TREVISAN, 2004). Só a partir do século XVIII que essas relações se laiciza, perdendo sua referência bíblica, e passam a ser chamadas de pederastia ou infâmia, tornando-se assim pecado contra o Estado, a ordem e a natureza (SILVA, 2007).

Embora essa visão tenha se modificado no decorrer do tempo, ainda pesa sobre a questão da não-heterossexualidade o estigma² de anormalidade. A partir do século XIX, quando a medicina discutia sobre a natureza da homossexualidade, se era ela congênita ou adquirida, esta deixa de ser encarada como pecado e passa a ser categorizada como uma patologia. Nesses termos, o homossexual figurava como uma monstruosidade ou como um doente que cabia à medicina curá-lo. Assim, de acordo com Foucault (2005), a questão da homossexualidade surge na constituição do discurso sobre a

nome “fundamentalismo” deriva de um documento publicado pelo Congresso Bíblico Americano realizado em Niágara, Estado de Nova York, em 1895.

- 2 O estigma é uma noção pensada por Goffman (1982) como sinal, marca, que é imputada àquelas pessoas que se afastam da idealização corrente em determinado contexto. É também refutada por Parker (2012) como uma espécie de processo social fundamentalmente atrelado às produções e reproduções das práticas de poder e controle de grupos sociais sobre outros.

sexualidade, no ponto em que as relações de poder produzem um saber sobre o sujeito moderno.

As práticas homossexuais ganharam, no decorrer da história, outras interpretações, ocorrendo uma variação do termo homossexualismo para homossexualidade, cujo sufixo “dade” expressa estado, modo de ser, comportamento. Assim, a partir do século XX, momento em que o saber médico ressignifica esse tipo de atração erótica, esse termo homossexualidade, que sinaliza um determinado jeito de ser, passou a ser o mais usado, tendo “[...] a preferência de muitas pessoas por referir a esse tipo de relacionamento, não como uma condição desviante ou doença, mas sim, como uma possibilidade legítima de homens e mulheres viverem seus afetos e prazeres [...]” (FURLANI, 2009, p. 153-154).

Infere-se que, apesar da atuação incessante e consistente do movimento gay já disseminada em boa parte do mundo, a homossexualidade ainda é criminalizada em mais de setenta países, muitos dos quais com população muçulmana, havendo, em alguns desses países³, pena de morte e execução pública (LIMA, 2021), embora em algumas culturas essa prática sexual pode apresentar-se institucionalizada, como por exemplo, entre os esquimós, e em outras, que são definidas como ocasional, circunstancial ou específica⁴ (FURLANI, 2009). Como se sabe, o imaginário social de gênero e

3 No continente africano, como em partes da Nigéria e da Somália e na Maurítânia, homossexuais podem ser condenados à pena de morte; na Uganda, Gâmbia, Zâmbia, Tanzânia e Zimbábue eles são punidos com prisão perpétua. Em meados de julho de 2020, o Sudão suspendeu o castigo de 100 chibatadas (para réus primários) e a pena de morte (para reincidentes) como sentença a pessoas condenadas por atos homossexuais (SANTOS, 2020).

4 Para maior detalhes, consultar Furlani (2009, p. 155-156).

de sexualidade ainda está atrelado ao modelo do sistema patriarcal, em que se tem em vista o homem ser viril, provedor e heterossexual. Daí haver forte aversão a homossexuais - a homofobia; e a travestis e transexuais - a transfobia.

Como adverte Lima (2021), essa aversão vem surtindo variadas formas de violência (física, verbal e simbólica) contra essas pessoas. Não são raros os registros de jovens homossexuais que sofreram constrangimentos e violência física e psíquica no seio da própria família, ao serem descobertos como tal: além de insultos, agressões ou levados a tratamentos destinados à “cura” da sua orientação sexual⁵, muitos são expulsos de casa. Diante dessa cruel realidade, muitos desses jovens chegam a uma atitude extrema, cometendo suicídio por não suportarem a rejeição hostil da qual foram vítimas.

No campo religioso cristão também se tem registrado situações de opressão para com os sujeitos LGBTQ+, pois, apesar do avanço em determinados aspectos, como o surgimento dos movimentos inclusivos em igrejas protestantes e até em certos setores, mesmo que isolados, da Igreja católica, como no caso, o grupo Diversidade Católica que atua viabilizando o acolhimento dessas pessoas, há ocorrência em que se fazem citações descontextualizadas da Bíblia, dirigidas a esse público, usando de uma extrema rigidez e impulso condenatório. Algumas vezes, como aponta Lima (2021, p. 15), tais sujeitos “[...] são considerados endemoninhados a serem exorcizados,

5 De acordo com Cardoso (1996, p. 7, destaque do autor), a orientação sexual significa “[...] o desejo sexual, aqui relativizado como as muitas possibilidades do prazer. Assim, orientação sexual não é o mesmo que PRÁTICA SEXUAL (aquilo que as pessoas fazem no sexo), nem do que IDENTIDADE SEXUAL (como as pessoas se sentem ou são nominadas a partir de suas práticas sexuais) [...]”.

ou são submetidos a oração de ‘cura e libertação’ para mudarem sua condição ou identidade [...]”.

Dessa forma, tratar aqui de práticas ou modos de subjetivação de gays em contexto religioso tem sua relevância porque, em consonância com Foucault (2018), o ato de eleger um foco particular de poder e falar publicamente dele já representa uma luta e, por conseguinte, uma forma de contribuir com processo de subjetivação. Isso, “[...] porque falar a esse respeito - forçar a rede de informação institucional, nomear, dizer quem fez, o que fez, designar o alvo [...]” (FOUCAULT, 2018, p. 139) é o primeiro passo dado em direção a outras lutas contra o poder.

Neste trabalho, embora se tenha em comum, em relação a outras pesquisas já desenvolvidas, tratar do sujeito homossexual, se diferencia no aspecto de problematizar a relação desse sujeito com o sagrado, com a profissão de fé cristã, no seio de uma instituição religiosa, tendo que enfrentar o conflito interior e resistir ao que a religião prega sobre a questão da homossexualidade.

Quanto à religião, de uma forma geral, esta é entendida como o espaço onde o ser humano mantém experiência com o sagrado, com o divino, de quem se busca um significado e uma direção espiritual para sua vida. De modo conceitual, a religião refere-se ao aspecto doutrinário e institucional de determinada maneira de vivência religiosa e que se define por certas crenças e ritos referidos ao transcendente e concebidos como meios que oferecem salvação (BOFF, 2006). Entretanto, não se pode esquecer que a religião se traduz

como produto e produtora de representações e dispositivos reguladores das sexualidades (FOUCAULT, 2005).

Diante do que foi exposto, refletindo sobre a situação desse indivíduo, que em toda trajetória de vida tem sido relegado ao nível do pecaminoso, da anormalidade ou da transgressão, toma-se o seu discurso como objeto de investigação, ou “sistema-de-interesse”⁶ (SILVA, 2016; MENDES, 2018) e adentra-se aqui nesta temática, na busca de encontrar respostas para questões como estas: Como, na contemporaneidade, o indivíduo, na condição de homossexual, constitui-se, na sua verdade, como sujeito pertencente a uma instituição de fé cristã, inscrevendo-se, pois, como filho de Deus?; Que mecanismos de saber-poder atravessam esse indivíduo, na construção de sua subjetividade? Que tecnologias de subjetivação são instituídas pelo indivíduo gay cristão na busca de conciliar sua experiência homossexual e religiosa? Ou melhor, que tecnologias de si e que atos de resistência e de insurgência são praticados para isso?

Em busca de responder tais questões, determina-se como objetivo geral da pesquisa analisar os processos de construção e afirmação da subjetividade gay cristã, no movimento entre a instituição religiosa e a verdade do sujeito. Considerando o recorte feito para este texto, escolheu-se como rumo de discussão e organização um dos objetos es-

6 Trata-se de um termo utilizado por Silva (2016) que apresenta a terminologia de “objeto de estudo”. Conforme Mendes (2018, p. 26), a ideia de sistema-de-interesse além da compreensão de “por quê?” e de “como?” remete ainda ao conjunto de elementos que são tomados na interpretação/compreensão de um determinado fenômeno; é, pois, “aquilo que se configura nas diferentes relações de sentido, que o pesquisador mobiliza ao interagir com o/no mundo”.

pecíficos da tese, qual seja: descrever as tecnologias de si e os movimentos de resistência e insurgência desse indivíduo, na produção de sua subjetividade

Sobre a fundamentação teórico-metodológica

A pesquisa adotou o método arqueogenealógico⁷ de Foucault, por considerá-lo como uma abordagem que possibilita explicar a produção da subjetividade nos discursos, tomados na sua relação saber-poder e produção de verdades. Nessa linha, a arqueogenealogia pode dar conta:

[...] de como nos tornamos sujeitos de certos discursos, de como certas verdades se tornam naturais, hegemônicas, especialmente de como certas verdades se transformam em verdades para cada sujeito, a partir de práticas mínimas, de ínfimos enunciados, de cotidianas e institucionalizadas regras, normas e exercícios. [...] e finalmente, dar conta de possíveis linhas de fuga, daquilo que escapa aos saberes e aos poderes, por mais bem montados e estruturados que eles se façam aos indivíduos e aos grupos sociais. (FISCHER, 2003, p. 386).

Toma-se a “teorização” de Foucault como uma “caixa de ferramentas”, reconhecendo como um campo fértil, onde pode-se encontrar conceitos bastante significativos para

7 Esse termo arqueogenealógico não foi pensado nem muito menos utilizado por Foucault nos seus empreendimentos investigativos. Trata-se de uma definição usada pelo pesquisador português Antônio Fernando Cascais, com a finalidade de demarcar os deslocamentos metodológicos propostos por Foucault depois de sua fase arqueológica. Conforme o pesquisador: “para analisar o que se designa como ‘o sujeito’, indaga as formas e as modalidades da relação a si pelas quais o indivíduo se constitui e se reconhece como sujeito, nos dois últimos volumes da História da sexualidade” (CASCAIS, 1993, p. 78).

pensar e problematizar o objeto de pesquisa ou “sistema-de-interesse” (SILVA, 2016; MENDES, 2018). Como o próprio Foucault (2010, p. 251, grifo do autor) já advertia em uma de suas entrevistas concedida a Rancière: “A teoria, como caixa de ferramentas, quer dizer: - que se trata de construir não um sistema, mas um instrumento: uma *lógica* própria às relações de poder e às lutas que se engajam em torno deles [...]”.

Com isso, Foucault autoriza abrir e utilizar sua caixa de ferramentas, colocando suas ideias e teorizações à nossa disposição para, servindo-se dela, acarretar outros “curtos-circuitos” e, ao analisar os acontecimentos, tratá-los de acordo com os processos múltiplos que os constituem, cuja pesquisa só pode ser efetuada pouco a pouco, através de uma reflexão sobre situações determinadas, de fenômenos que fazem parte do nosso dia a dia, pois como lembra Artières (2004, p. 32), “[...] para Foucault, o trabalho de diagnóstico passa primeiramente por uma relação física com a atualidade [...]”.

Trabalhar com Foucault na análise de um objeto exige conceber que o método não é dado previamente e também não há uma unidade metodológica e nenhuma estratégia determinada, pois, esta vai sendo elaborada à proporção que a pesquisa avança, os conceitos admitem e os objetos requerem. O método foucaultiano tem a ver com as condições de possibilidades, cujo percurso é suscetível a alterações, reformulações e substituições. Isso significa dizer que o método, nessa perspectiva, deve ser escolhido a depender do caso, sempre a partir da construção do objeto a ser investigado e de um campo empírico localizado, podendo esse método ser revisto ou alterado no decorrer do processo da pesquisa.

Assim, contrapondo-se à ideia de teoria e método como sistemas conceituais e procedimentos rígidos, a proposta de Foucault, a qual é considerada por Veiga-Neto (2009) de teorização, entendida numa perspectiva não-iluminista, revela-se como uma ação mais reflexiva, aberta, inconclusa e contingente sobre certas práticas, acontecimentos ou experiências; ou melhor, constitui “[...] *uma teorização* – como um conjunto aberto/inacabado de práticas que se valem de diferentes métodos [...]” (VEIGA-NETO, 2009, p. 92, grifo do autor). Tal teorização está associada aos três domínios investigativos do filósofo: arqueológico - no qual investigou os sistemas de saberes; genealógico - investigou as modalidades do poder e sua relação com o saber; ético - investigou as relações do sujeito consigo mesmo. Todo esse projeto investigativo pode ser visto, como aponta Castro (2009), em termos de uma genealogia.

A partir dessa compreensão, a investigação procurou se ater nessas questões metodológicas foucaultianas, trazendo essa concepção de poder como uma das categorias, na busca de conseguir identificar de que forma ele opera em favor da constituição da subjetividade daquele indivíduo que se declara homossexual e que, mesmo sabendo da iminência de interdições e de batalhas que pode travar, quer marcar seu pertencimento à religião cristã ou à filiação divina, sentir-se digno de ser filho de Deus. Nesse sentido, volta-se o olhar investigativo principalmente para onde o poder se torna verdadeiramente microfísico, capilar, nos discursos que partem não somente das instituições eclesásticas e de seus dirigentes, mas dos próprios sujeitos que se submetem a tal experiência.

A visão do Magistério Eclesial sobre a homossexualidade

No decorrer da história, a postura que o Magistério da Igreja tem assumido referente à homossexualidade tem sido, de certa forma, a de condenação, cujas razões para isso “encontram-se na frustração da finalidade procriadora⁸, na busca imoderada do prazer e na forma antinatural do comportamento homossexual” (VIDAL, 2019, p. 138).

Na tradição eclesial essa condenação se constata tanto nas exortações da Patrística, na reflexão medieval, na moral casuística, inscrevendo-se nas determinações dos sínodos e concílios, nos catecismos e em outras expressões da consciência cristã.

Na doutrina do Magistério Eclesiástico moderno, o primeiro documento que trata o tema da homossexualidade é a Declaração *Persona Humana* da Congregação para Doutrina da Fé (CDF), emitida em 1975, no pontificado de Paulo VI. Nessa Declaração afirma-se que os atos de homossexualidade são “[...] intrinsecamente desordenados, e que eles não podem, em hipótese nenhuma, receber qualquer aprovação [...]” (PERSONA HUMANA, § 8). No entanto, essa avaliação moral é suavizada pastoralmente, quando aponta que os homossexuais devem ser acolhidos na

8 É importante lembrar que essa questão da prática sexual se limitar somente à procriação não é um tema inicialmente cristão, mas estoico, pois, como nos explica Foucault (2014a, p. 42), o cristianismo foi obrigado a retomá-lo “[...] quando quis integrar-se às estruturas estatais do Império Romano, do qual o estoicismo era a filosofia quase universal [...]”; afinal, “[...] o cristianismo herdou um sistema que já estava formado e estabelecido [...]” (FOUCAULT, 2019, p. 206).

ação pastoral, com compreensão e apoiados na esperança de superar suas próprias dificuldades e a sua inadaptação social; salienta também que a culpabilidade dos atos homossexuais deve ser julgada com prudência.

A questão da homossexualidade também é tema chave da Carta lançada pela CDF aos Bispos da Igreja Católica sobre o *Atendimento pastoral das pessoas homossexuais*, promulgada em 1986, redigida pelo então prefeito da Congregação, o cardeal Joseph Ratzinger⁹, no pontificado de João Paulo II. Essa carta firma-se no contexto da tradição moral da Igreja, cuja postura se contrapõe aos atos homossexuais, admitidos como contrários aos princípios e diretrizes da moral católica. Nessa direção, aconselha o homossexual a tomar sua “cruz”, exercer o domínio sobre si, viver em castidade, converter-se do mal e encoraja os bispos a promoverem, em suas dioceses, uma pastoral para as pessoas homossexuais, à luz da doutrina cristã, e também a desenvolverem “[...] programas de catequese, baseados na verdade acerca da sexualidade humana, na sua relação com a vida da família, tal como é ensinada pela Igreja [...]” (§ 17).

O Catecismo da Igreja Católica (CIC)¹⁰ apoia-se na interpretação que faz da Sagrada Escritura para reprovar a prática homossexual, uma vez tida como “desordenada” e

9 Papa Emérito Bento XVI, falecido em 31 de dezembro de 2022.

10 Cômpendio promulgado pelo Papa João Paulo II em 1992 e depois reformulado, que trata da exposição da fé católica e da doutrina da Igreja. A referência à homossexualidade ocupa os parágrafos de números 2357 e 2359, vinculados à subseção “Castidade e Homossexualidade” desse Catecismo.

“contrária à lei natural”, por fechar o ato sexual ao dom da vida e não proceder “de uma complementaridade afetiva e sexual verdadeira” (CIC, 2017, § 2357), embora advogue que o sujeito homossexual deva ser acolhido com “respeito, compaixão e delicadeza”, evitando-se para com ele todo sinal de discriminação.

Conforme o que está expresso nesses documentos sobre a homossexualidade, depreende-se que o homossexual cristão é convocado a sacrificar seu desejo, sem poder externá-lo por meio de práticas e atitudes e em nome da salvação se mortificarem em vida, mantendo consigo mesmos uma relação de negação e de rejeição. “Contraditoriamente são chamados a amarem a Deus e a odiarem o corpo, a carne que teria a imagem e semelhança desse Deus criador [...]” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p. 87).

Um dos documentos recentes que faz referência também ao tema é a Exortação Apostólica Pós-Sinodal, do Papa Francisco, intitulada *Amoris Laetitia* (A alegria do amor), publicada em 2016. Trata-se, pois, das diretrizes para a vivência do amor e da moral nas relações familiares católicas. Nesse documento, o Papa atenta para a situação de famílias que vivem a experiência de ter no seu seio pessoas que são homossexuais, reafirmando que cada pessoa deve ser respeitada na sua dignidade e acolhida com respeito, independentemente da sua orientação sexual, procurando, dessa forma, “evitar qualquer sinal de discriminação injusta e particularmente toda a forma de agressão e violência” (§ 250). Porém, reforça aspectos da doutrina conservadora, com segmento ao padrão

heteronormativo¹¹, no qual o ideal de amor conjugal se traduz apenas na união entre um homem e uma mulher.

Mesmo que nesse pontificado de Francisco a relação da Igreja Católica com os LGBT+ vive um novo momento, com abertura pastoral a partir de novos enfoques doutrinários, oficialmente, muito pouco se avançou com relação à discussão no âmbito da Igreja. Já na esfera protestante, para os que seguem o fundamentalismo bíblico, nada tem avançado sobre esse aspecto, mantém-se, portanto, a condenação ao ato homossexual. As mudanças só vem acontecer, de fato, em alguns segmentos, como em Comunidades e Igrejas Cristãs Inclusivas.

Sobre os enunciados do *corpus* e procedimentos de análise

O *corpus* foi constituído por relatos de experiências de sujeitos *gays* cristãos veiculados na *Web*¹², esse espaço heterotópico¹³, de grande visibilidade de sexualidades dissi-

11 O termo heteronormatividade, foi criado em 1991 por Michael Warner, é então entendido e problematizado como um padrão de sexualidade que regula a forma como as sociedades ocidentais estão organizadas. Trata-se, assim, “de um significado que exerce o poder de ratificar, na cultura, a compreensão de que a norma e o normal são as relações existentes entre pessoas de sexos diferentes, reforçando a ideia binária da sexualidade masculina e feminina, como únicas expressões e representações sexuais” texto, vídeo, som e outras animações digitais) que permitem ao usuário acessar uma infinidade de conteúdos por [...]. (BERTOLINO JUNIOR, 2018, p. 19; nota 2).

12 A *Web* designa um sistema de informações meio da internet.

13 A noção de heterotopia se filia ao que concerne Foucault (2013), como espaços diferentes, outros lugares. Aqui, fazemos referência às heterotopias do desvio - “[...] aquele em que se alocam os indivíduos cujo comportamento é desviante em relação à média, ou à norma exigida [...]” (FOUCAULT, 2013, p. 117). Apropriamo-nos desse conceito como uma alternativa para se pensar

dentos, como é o caso do homossexual, que encontra nesse ambiente digital a possibilidade de falar de si e daquilo que lhe é mais íntimo, a sua sexualidade, tornando, assim, público o que lhe é privado; ou melhor, é nesse contexto que se percebeu uma vasta produção de narrativas e imagens de si que revelam as mais variadas nuances da vida privada. Como forma de uma amostragem, entre tantos relatos disponíveis nesse ambiente virtual, foram escolhidos apenas dez, por se julgar que essas construções representam o confronto do sujeito *gay* com a doutrina religiosa e que revelam a luta desses sujeitos na busca de conciliar sua experiência homossexual e fé cristã.

Nessa direção, pesquisou-se os relatos de *gays* sobre sua vivência com a religião cristã, independente de ser católica ou protestante, e deu-se prioridade àqueles que tivessem a marcação nominal dos sujeitos, ou pelo menos seu pseudônimo, ou seja, que fosse revelada sua identidade ou seu perfil, com data de publicação, mostrando-se, dessa forma, o mais fidedigno possível.

Esses relatos foram analisados a partir de duas séries enunciativas correspondentes aos eixos de significação do material coletado que, por sua vez, indicam os modos de subjetivação desses sujeitos, ou melhor, apontam como se dá a constituição de sua subjetividade: Movimentos ascéticos cris-

além desse espaço da *Web*, o campo religioso que subsidia a vida cristã e o comportamento dos indivíduos que se firmam nesse lugar.

tãos e Movimentos de resistência e de insurgências.

Para efetivação da análise, adotou-se arqueogenealogia de Michel Foucault, considerando-a como um caminho profícuo no sentido de embasar tanto para descrição dos enunciados, como para categorizar as formas de poder e os processos de subjetivação, ousando, dessa forma, seguir as pegadas do filósofo, que na sua produção investigativa mesclam aspectos da arqueologia do saber, da genealogia do poder e, na sua fase ética, das tecnologias de si, aspectos esses, como afirma Deleuze (2005), que formam a tripla raiz de uma problematização do pensamento de Foucault. É de Foucault, portanto, que extraímos um arsenal conceitual preciso, contundente, que nos instrumentaliza a pensar melhor nosso sistema-de-interesse, inteirando-nos nesse processo de problematizar a nossa atualidade.

É por meio dos discursos que se obtém a cartografia do que fazem e do que pensam as pessoas (VEYNE, 2011). Sob tal perspectiva, é preciso mapear os “ditos” de/para homossexuais cristãos, tomados neste trabalho como sujeitos da investigação, em cenas enunciativas que, no caso, se inscrevem nos seus depoimentos, na sua verdade, para podermos alcançar um diagnóstico daquilo que procuramos: a retratação dos modos de subjetivação desses sujeitos.

Para amostragem feita neste artigo, foi escolhido ape-

nas um relato retirado do *site*¹⁴ da Diversidade Católica do qual foram selecionados recortes que traduzem a situação do sujeito ao se descobrir homossexual e a batalha enfrentada para lidar com essa realidade, mostrando, dessa forma, os impasses sofridos por ser *gay* e cristão, demarcando, assim, a primeira série enunciativa. Em seguida, serão apresentados enunciados que inscreve a resistência desse sujeito, materializada em tecnologias de si desenvolvidas para se constituir como sujeito de sua verdade própria, compondo, dessa forma, a segunda série enunciativa.

Movimentos ascéticos cristãos

Victor é um jovem católico e militante LGBTQ+, que pela condição de ser *gay*, desde criança foi alvo de piadas e insultos; na adolescência ele travou uma terrível batalha contra sua própria natureza e enfrentou anos de terapia, teve três intensos episódios de depressão, pânico e ansiedade, necessitando dos cuidados psiquiátricos, e chegou a planejar a tirar a própria vida. No início do depoimento ele assim se expressa:

*Há muitos anos, antes mesmo de ter maturidade suficiente para dar nome àquilo que sentia no meu coração, eu já percebia que algo na minha personalidade me traria muitos problemas. Existia uma **estranheza dentro de mim mesmo** e que eu já percebia que **deveria sufocar**, pois **a sociedade nunca gostou de quem não se encaixa nas suas fôrmas e normas.***

14 Disponível em: <https://www.diversidadecatolica.com.br/>.

*Naquela época, ainda na infância, já ouvia “piadas”, insultos (v**do, b*ch*, b*i*la, etc.), comentários maldosos e violências das mais variadas formas. Parecia que, antes mesmo que eu me percebesse, a sociedade já percebia e execrava aquilo que uma criança nem sequer elaborara dentro de si. O que aconteceu? Com o passar dos anos, **absorvi tudo isso, fui provando aos poucos desse veneno e me acostumando com isso.** (VICTOR, grifo nosso).*

Percebe-se, no depoimento apresentado, que o discurso da heteronormatividade se instala de forma tão preponderante, a ponto desse sujeito não poder desvencilhar-se de seus efeitos. Mesmo na condição de criança, sem saber discernir o que ocorria no âmbito de sua sexualidade, ou seja, sem entender a sua condição de *gay*, ele já percebia que aquilo que sentia era algo que lhe “*traria muitos problemas*” e que “*deveria sufocar*”, isto é, calar, esconder, na certeza de que “*a sociedade nunca gostou de quem não se encaixa nas suas fôrmas e normas*” (VICTOR). Na realidade, “[...] as crianças aprendem, com fins defensivos, a esconder sentimentos e pensamentos que possam ser inaceitáveis para aqueles a seu redor [...]” (DRESCHER, 2014, p. 22); algumas delas podem aprender rápido, e outras somente depois de muitos erros e tentativas, que uma parte delas mesmas não é aceitável para os outros.

Conforme o que foi dectado, Victor não escapa das reações homofóbicas, vindas em formas de piadas, xingamentos e insultos, esboçando-se como verdadeiras injúrias, e que, além dessas agressões simbólicas, sofria as

mais variadas formas de violência.

Como lembra Eribon (2008, p. 75), “[...] os *gays* vivem num mundo de injúrias. A linguagem os cerca, os encerra, os designa. O mundo os insulta, fala deles, do que dizem de si [...]”. Ou seja, esse mundo de injúrias deles se apodera antes mesmo que eles tenham discernimento do que realmente são. Logo, o homossexual, na ordem social, é dotado de uma subjetividade “inferiorizada”, sendo, porém, a injúria, o sinal, a marca evidente de sua vulnerabilidade psicológica e social (ERIBON, 2008). Nesses termos, a visão hegemônica da heterossexualidade favorece à realização da injúria e da interdição contra os homossexuais e, conseqüentemente, os encaminha a uma trilha de produção social do preconceito que resulta em violência e exclusão. Isso, porque “[...] a homossexualidade é uma prática sexual que é, como tal, relegada, barrada, desqualificada [...]” (FOUCAULT, 2014b, p. 69).

Assim, tais discursos heteronormativos são frutos de uma vontade de verdade instituída como “ordem correta” do funcionamento social, de base sexista e moralista que execra, reprime e exclui todo aquele que dela se diferencia. Faz parte, portanto, de uma formação discursiva que, uma vez disseminada no meio social e radicalizada em instituições como a família e a igreja, legitima, subsequentemente, a própria hegemonia que legaliza e normatiza, categorizando e regulando o ser.

Como visto nesse relato, Víctor, com o passar dos anos, ao “provar desse veneno” e absorver toda essa realidade cruel e degradante, é tomado e esquadrinhado por esta vontade de verdade, a ponto de “acostumar-se” com tal realidade, sendo incapaz, naquela época, de reagir, de resistir a esse sistema de exclusão. Afinal, o homossexual emerge como uma das “[...] figuras mistas da **aliança desviada** e da **sexualidade anormal** [...]” (FOUCAULT, 2005, p. 104, grifo nosso) e, como tal, não escapa desse sistema de exclusão.

O vocábulo “veneno” que denota algo tóxico, que pode alterar ou até destruir as funções vitais de um organismo, ao ser empregado nesse relato, faz enxergar esses insultos e xingamentos que o sujeito recebera pelo simples fato de ser *gay*, como algo que não só o contaminava, mas que o entorpecia, deixando-o em estado de inércia, como em hipnose, sem poder reagir, acostumando-se, então, com a situação. Trata-se, neste caso, de uma relação de violência, capaz de reduzir ou impedir o poder de resistência; é uma violência que destrói e “[...] fecha todas as possibilidades; não tem portanto, junto de si, outro polo senão aquele da passividade [...]” (FOUCAULT, 1995, p. 243).

Movimentos de resistência e de insurgência

Um dos primeiros passos para se conseguir sair de um estado de sofrimento e encontrar a paz interior, libertan-

do-se, pois, das prisões que o sufocavam cotidianamente é a aceitação de si, é o reconhecimento da própria realidade, que de certa forma, impulsiona e dá coragem para o ato de assumir-se publicamente. E isso se verifica no relato a seguir:

Mas, me aceitar foi só o começo! A partir de agora não me cabe mais ficar na vida secreta a qual só quem tinha acesso eram os amigos muito próximos, familiares ou pessoas com quem eu me relacionei. Quero sair de todos os armários, incluindo o armário de vidro do “seja você, mas seja discreto!” (VICTOR).

Conforme Antunes (2021), o “sair do armário” manifesta-se como um processo significativo para as pessoas LGBTQIA+, de reconhecimento e revelação da sua orientação sexual ou identidade, que resulta numa sensação de alívio e completude. Dessa forma, o indivíduo sente-se preparado para encarar os desafios que por ventura ocorram e com a certeza de que será protagonista de sua própria existência, como se verifica neste enunciado: “– saio do armário, pois sou *HOMEM e ADULTO* o suficiente para assumir o protagonismo da minha própria vida” (VICTOR, grifo nosso).

Na verdade, a saída desse enclausuramento fornece uma situação de liberdade, pois o “armário” se constitui em um estado de vida negativa, de sufocamento, silenciamento e, por conseguinte, de sofrimento, como se marca nas escolhas lexicais dos enunciados a seguir:

*– saio do armário, pois estou **sufocado** e não aguento mais a falta de ar;*

- saio do armário, pois o armário está cheio de **mofo** e sou **alérgico**;
- saio do armário para romper com o **silêncio agonizante** do meu coração;
- saio do armário para me aliviar do **peso** de uma **cruz** que carrego há 33 anos;
- saio do armário para não mais rastejar na **clandestinidade** como um “anjo torto que vive nas sombras” (Drummond, 1930) (VICTOR, grifo nosso).

Se a permanência no armário impacta negativamente a vida da pessoa, levando-a a situações de isolamento, comportamento de riscos, com probabilidade de ter desgastes emocionais e de desenvolver transtornos emocionais e mentais, conforme foi detectado, o “sair do armário” pode ter impactos muito positivos na saúde mental, com melhora da autoestima, da confiança e do bem-estar geral, mesmo que isso implique estar sujeito ao preconceito, à homofobia e tendo que assumir, então, o risco de ser humilhado e menosprezado. Como aponta Jurkewicz (2019, p. 3), “Sair do armário é colocar luz naquilo que está oculto, é exercer o direito de ser.”

Nessa direção, é preciso, como orienta Musskopf (2005, p. 2), “[...] a coragem e ousadia de, sempre de novo, abrir as portas do armário, assumir-se e enfrentar os discursos que causam a marginalização [...]”. Ao assumir-se, mesmo que o sujeito fique situado numa fronteira de riscos, não perderá a oportunidade de subjetivar-se, traçando um novo caminho, o da liberdade, que, com certeza, conseguirá sentir paz, pois, como detectado no relato, na saída desse enclausuramento, o sujeito atesta que:

[...] consegui fazer as pazes comigo mesmo e finalmente descobri que aquilo que tenho no meu coração não é uma aberração, nem perversão passível de cura, nem uma tentação diabólica ou motivo de vergonha. O que tenho é simplesmente amor (VICTOR).

A partir desse mecanismo de aceitação de si e do ato de assumir-se gay publicamente, Victor consegue fazer as pazes consigo mesmo, tendo a certeza de que a homossexualidade não é uma aberração, doença, algo diabólico ou motivo de vergonha, conforme era repassado, principalmente, no meio religioso. Nessa direção, o sujeito é movido pela certeza do amor de Deus e, uma vez envolvido nessa fé, ele se subjetiva. Sai, portanto, de um estado deprimente, de conflitos, para um outro, sentindo-se amado por Deus, salvo, curado, experimentando, dessa forma, de uma verdadeira epifania, ou seja, da manifestação do amor de Deus em sua vida:

*Sabe aquele amor que Cristo prega? Aquele amor incondicional? É esse mesmo! Esse amor SEMPRE vencerá. SEMPRE!! Esse amor é maior que o preconceito e é capaz de dissolver até mesmo as barreiras de gênero. Depois de exatos 33 anos, a via crucis da minha vida finalmente me permitiu ver isso por completo: **esse amor me salvou!!!** (VICTOR, grifo nosso).*

Assim, no processo de autoconsciência e de experiência subjetiva que se prefigura no ato de assumir-se publicamente, o sujeito demonstra uma atitude libertária, de transgressão, conforme observa-se na materialidade desses enunciados:

– saio do armário, pois os meus afetos não cabem na caixinha da heteronormatividade;
*– saio do armário como um **ato de transgressão** política e transcendência cristã;*

- saio do armário, pois hoje já me sinto **pleno e livre** para amar “meninos e meninas” (Russo, 1989);
- saio do armário como quem recebeu um sacramento e está renovado, limpo e lavado do seu próprio passado;
- saio do armário pois a verdade me libertou;
- Saio do armário, tranco por fora e taco-lhe fogo, para nunca mais voltar! (VICTOR, grifo nosso).

Na realidade, a performance adotada por esse sujeito se revela como práticas de resistência ao poder pastoral; são atos de “contraconduta” (FOUCAULT, 2008) em que o sujeito luta contra procedimentos e estratégias que lhe são colocados para conduzir sua vida em uma determinada direção. Essa contraconduta se institui, portanto, em um movimento nos jogos de poder, possibilitando criar outras alternativas de ação, na proporção em que se recusa, não propriamente o governo, mas o modo como se é governado. Dessa forma, o sujeito escapa de ser conduzido totalmente pelo outro, ocupando-se em abrir novas possibilidades de existência.

Essa atitude de Victor, por exemplo, pela coragem e a forma ousada e destemida de se revelar, de assumir-se e anunciar publicamente essa verdade de si, como ele assim propaga, “saindo de todos os armários”, “trancando e tocando fogo pra nunca mais voltar”, é uma decisão que pode se configurar como um ato aletúrgico, ou seja, “a manifestação da verdade”, ou precisamente, a ocorrência de uma autoaleurgia, pois trata de expor a verdade de si, daquilo que lhe é mais íntimo, no confronto com o poder que lhe impedia de ser livremente o que realmente ele é. A autoaleurgia é, portanto, o ato refletido pelo qual se manifesta a verdade de si, gerando efeitos éticos e políticos excepcionais. Afinal de

contas, quando se professa a verdade de si, “[...] quando se diz ‘eu sou’, o silêncio e a invisibilidade são quebrados pela irrupção de novas formas, e o enunciador se torna co-partícipe da Criação [...]” (SERRA, 2017, p. 156).

Essa autoalegria além de ser uma atitude libertária e de transgressão desse sujeito, configura-se também como um ato de comprometimento com o próximo, em que o sujeito dá o seu testemunho para que outros que passam por situações idênticas tenham força, coragem e esperança de também sair do estado de submissão:

- saio do armário para fazer militância LGBT fora e dentro da minha Igreja Católica Apostólica Romana;
- saio do armário para que, quem sabe, **outras pessoas tenham a coragem de fazer o mesmo** (VICTOR, grifo nosso).

Considerações Finais

Ao acionar a caixa de ferramentas de Foucault foi possível fazer uma leitura analítica do relato de vida do sujeito em questão, por meio do qual se inscrevia a constituição da subjetividade. Percebeu-se que a construção subjetiva se efetivava agonisticamente, prefigurando tanto no embate com poderes que tentavam lhe aprisionar e “conduzir sua conduta”, como no movimento de resistência em que esse sujeito tentava desvincular-se do estado de submissão, abrindo-se a outros modos de ser sujeito, ou seja, tornando-se sujeito de si mesmo.

Nesses termos, a constituição da subjetividade se efetivou pelos processos de objetivação e de subjetivação. Ao ser

objetivado esse indivíduo se revelou como um sujeito teleologizado, submisso ao poder que lhe oprimia, marcado pela renúncia de si mesmo, por conseguinte, pela mortificação da carne, dos desejos. Já no processo de subjetivação, o sujeito ao ser guiado pela verdade de si, e movido pela certeza do amor de Deus, numa atitude crítica, contrapõe-se aos dogmas e às “vontades de verdade” que lhe foram impostas, resiste e insurge, estabelecendo, portanto, formas outras de vidas.

Então, no movimento agonístico do ser na busca de subjetivar-se são criadas estratégias, no caso, a aceitação de si e o assumir-se gay, se inscrevem como tecnologias de si, permitindo que o sujeito saísse de um estado de minoridade e entrasse na dimensão da maioridade, ou seja, passasse da sujeição à subjetivação.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A pastoral do silêncio: Michel Foucault e a dialética revelar e silenciar no discurso cristão. **Bagoas: Revista de Estudos Gays**, n. 6, p. 69-89, 2011.

ANTUNES, Edney Wesley. “**A vida dentro e fora do armário**”: relatos de homens gays acerca dos processos contínuos de revelação da sua orientação sexual. 2021. 188 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca-SP, 2021. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/204780/Antunes%20c%20E.W._te_franca.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 03 fev. 2021.

ARTIÈRES, Philippe. Dizer a atualidade: o trabalho de diagnóstico em Michel Foucault. In: GROS, Frédéric (org.). **Foucault: a coragem da verdade**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p. 15-37.

BOFF, Leonardo. **Fundamentalismo: a globalização e o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

BOFF, Leonardo. **Espiritualidade: um caminho de transformação**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

CARDOSO, Fernando Luiz. **O que é orientação sexual?** São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos).

CASCAIS, Antonio Fernando. Paixão, morte e ressurreição do sujeito em Foucault. **Comunicação e Linguagens**, Lisboa, Cosmos, n. 19, p. 77-117, 1993.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA (CIC). 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

CECCARELLI, Paulo Roberto; FRANCO, Samuel. Homossexualidade: verdades e mitos. **Bagoas: Revista de Estudos Gays**, Natal, v. 4, n. 5, p. 119-129, jul./dez. 2010.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Declaração Persona Humana: sobre alguns pontos de ética sexual**. Roma, 29 dez. 1975. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19751229_persona-humana_po.html. Acesso em: 05 nov. 2021.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Carta aos bispos da Igreja Católica:** sobre o atendimento pastoral das pessoas homossexuais. Roma, 1 out. 1986. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19861001_homosexu-al-persons_po.html. Acesso em: 05 nov. 2021.

DELEUZE, Gilles. **Foucault.** Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DRESCHER, Jack. O que tem em seu armário? In.: LEVOUNIS, Petros; DRESCHER, Jack; BARBER, Mary E. (orgs.). **O livro de casos clínicos GLBT.** Tradução de Gabriela Wondracek Linck. Porto Alegre: Artemed, 2014. p. 21-34.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão Gay.** Tradução de Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Editor José Nazar; Companhia de Freud, 2008.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault revoluciona a pesquisa em educação? **Perspectiva**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 371-389, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9717/8984>. Acesso em: 23 out. 2021.

FITZMYER, Joseph A. **A Bíblia na Igreja.** São Paulo: Edições Loyola, 1997

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica:** para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1:** A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque

que e José Augusto Guilhon Albuquerque. 16. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. Curso no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. Poderes e Estratégias (Entrevista com J. Rancière). In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Ditos & Escritos IV. Organização de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2010. p. 241-252. (Texto de 1977).

FOUCAULT, Michel. De espaços outros. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 79, p. 113-122, 2013.

FOUCAULT, Michel. As relações de poder passam para o interior dos corpos. In: FOUCAULT, Michel. **Genealogia da Ética, subjetividade e sexualidade**. Ditos & Escritos IX. Organização de Manoel Barros da Motta. Tradução de Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a. p. 35-43. (Texto de 1977).

FOUCAULT, Michel. O jogo de Michel Foucault (entrevista com D. Colas et al). In: FOUCAULT, Michel. **Genealogia da Ética, subjetividade e sexualidade**. Ditos & Escritos IX. Organização de Manoel Barros da Motta. Tradução de Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014b. p. 44-77. (Texto de 1977).

1

FOUCAULT, Michel. Os intelectuais e o poder. Conversa entre Michel Foucault e Giles Deleuze. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Janeiro: Edições Graal, 2018. p. 129-142.

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e verdade**: Curso no Collège de France (1980-1981). Tradução de Rosemary Costhek Abílio. 2. tirag. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2019.

FURLANI, Jimena. **Mitos e tabus da sexualidade humana**: subsídios ao trabalho em Educação Sexual. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Mathias Lambert. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

JURKEWICZ, Regina Soares. Apresentação. In: JURKEWICZ, Regina Soares (org.). **Teologias fora do armário**: teologia, gênero e diversidade sexual. Jundiaí, SP: Max Editora, 2019.

LIMA, Luís Corrêa. **Teologia e os LGBT+**: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

MENDES, Wellington Vieira. A perspectiva sistêmico-complexa na relação com os estudos da linguagem: experiência com textos acadêmicos. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 7, n. 1, p. 21-40, jan./abr. 2018.

MUSSKOPF, André Sidnei. À meia luz: a emergência de uma teologia gay. Seus dilemas e possibilidades. **Cadernos IHU ideias - Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo RS, ano 3, n. 32, p. 1-34, 2005. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/032caderno-sihuideias.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2021.

PAPA FRANCISCO. **Amoris Laetitia - A Alegria do Amor**: Sobre o amor na família. São Paulo: Edições Loyola

Jesuítas, 2016. (Texto oficial da CNBB para o português do Brasil). Disponível em: https://www.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20160319_amoris-laetitia_po.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

PARKER, Richard. Intersecções entre estigma, preconceito e discriminação na Saúde Pública Mundial. Tradução de Carla Vorsatz e Roberta Ferro Rodrigues. In: MONTEIRO, Simone; VILLELA, Wilza (org.). **Estigma e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012, p. 25-46.

SANTOS, Alexandre dos. Pena de morte, prisão perpétua e perseguição contra LGBT+ na África. #**Colabora**, 27 jul. 2020. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods16/lgbt-na-africa-pena-de-morte-prisao-perpetua-e-perseguiacao/>. Acesso em: 3 jul. 2022.

SERRA, Cristiana de Assis. "**Viemos pra comungar**": estratégias de permanência na Igreja desenvolvidas por grupos de “católicos LGBT” brasileiros e suas implicações. 2017. 187 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Adriana Nunan do Nascimento. **Homossexualidade e discriminação**: o preconceito sexual internalizado. 2007. 390 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=9652@1>. Acesso em: 15 fev. 2021.

SILVA, Francisco Canindé da. **Práticas pedagógicas cotidianas na EJA**: memórias, sentidos e traduções formativas. 2016. 221 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2016.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VEIGA-NETO, Alfredo José da. Teoria e método em Michel Foucault (im)possibilidades. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 34, p. 83-94, set./dez. 2009. Disponível em: encurtador.com.br/oxP26. Acesso em: 3 mar. 2021.

VEYNE, Paul Marie. **Foucault**: seu pensamento, sua pessoa. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2011.

VIDAL, Marciano. **Sexualidade e condição homossexual na moral cristã**. Tradução de Marcelo C. Araújo. 5. imp. Aparecida - SP: Santuário, 2019.

MULHERES AUTORAS E LEITORAS: a prática discursiva do Leia Mulheres na Bahia

Carla Luzia Carneiro Borges (LINSF/CNPq/UEFS)

Mayane Santos Amorim (LINSF/PPGEL/UEFS)

Introdução

Inicialmente, é necessário destacar que assumimos, em nosso grupo de pesquisa LINSF/UEFS (Linguagem, Sociedade e Produção de discursos), a noção de leitura enquanto prática discursiva, numa perspectiva dos Estudos Discursivos Foucaultianos, tomando-a em sua natureza histórico-discursiva e considerando aquilo que ela atualiza sobre nós hoje, em especial, o que atualiza do discurso de mulheres autoras e possibilita diagnosticar enquanto um dizer sobre estas mulheres, também leitoras, com suas experiências literárias. Esta concepção vem sendo apresentada em Borges (2017, 2018, 2022). De acordo com a autora (2020, p. 51), a leitura é, portanto, uma prática discursiva “[...] que dá visibilidade aos sentidos produzidos histórico-discursivamente, os quais estão atravessados pela relação de saber-poder. Mas esta prática de leitura, em suas dobras, além de operar como dispositivo no governo dos sujeitos leitores, também opera como práticas de resistência [...]”. Nessa perspectiva, nos questionamos sobre os modos como o clube de leitura Leia Mulheres funciona, gestando uma prática específica, que é ler a literatura produzida por mulheres, na região nordeste

do Brasil, especificamente, na cidade de Feira de Santana, na Bahia.

Tomamos por base o fato de os espaços discursivos, em sua microfísica, se constituírem das relações de saber/poder, as quais se atravessam e produzem um funcionamento, que ora acusam o controle biopolítico, ora possibilitam insurreições. Então, perguntamos acerca do funcionamento do Leia Mulheres (Feira de Santana/BA): Quem está autorizado a ler e a sugerir/indicar leituras? Quais as condições para realização desta prática? O que lemos? Esses questionamentos impulsionam-nos a investigar, em relação ao presente, às práticas e aos sujeitos, o funcionamento do discurso que responde a uma ordem dada que controla, seleciona, classifica e determina o desenvolvimento de uma prática de leitura, em uma dada época e lugar. Daí termos leituras em série, estratificadas por sexo, idade, temas, áreas de conhecimento, para momentos específicos de nossa vida, enfim, leituras fraturadas e disciplinadas, as que podem ser lidas em determinados espaços e por determinados sujeitos.

O clube de leitura Leia Mulheres dá visibilidade a lugares ocupados por mulheres na sociedade, que por muito tempo foram silenciados, sendo lugares de pertencimento, de luta e conquista históricas. O ser autora exigiu enfrentamento diante de uma cultura misógina, que defendeu sempre o espaço privado e doméstico como espaço legítimo para as mulheres. A leitura sempre foi vista como competência dada aos homens, os sentidos produzidos exigiam conhecimento prestigiado, restrito àqueles que tinham acesso ao saber acadêmico e científico. Às mulheres, ficavam as leituras

ditas adequadas a sua função no lar, que falavam, e ainda falam, de beleza, casa e literatura numa perspectiva restrita a temas e gêneros considerados “apropriados” a este grupo. Segundo Curcino (2018, p. 225),

[...] há um relativo consenso em torno do prestígio que a prática de leitura dispõe atualmente entre nós e isso é resultado de um processo histórico discursivo peculiar, ao longo do qual se constituíram formas de valoração e de idealização de certos usos e objetos em consonância com o prestígio dos sujeitos que deles se valem. Essa lógica seletiva e hierárquica participa da construção de uma espécie de ‘fantasia’ coletiva do que seja ler e do que é ser leitor, e que nos impõe uma régua um tanto simplista com a qual avaliamos e somos avaliados em relação a essa prática.

Sobre o corpo leitor, portanto, exerce-se uma biopolítica de leitura que dita regras de conduta para o controle dos corpos leitores, determinando critérios para um bom leitor e estabelecendo as práticas de controle e interdição para aqueles sujeitos que não se inserem numa ordem de leitura determinada. Diante dessas considerações, é necessário avaliar como se dá o processo de subjetivação das leitoras no Leia Mulheres, com atenção aos enunciados produzidos acerca do ser mulher e da leitura/literatura, bem como às biopolíticas que insistem em ditar o que se deve ou não ler e como o Leia mulheres insurge enquanto prática de resistência e enfrentamento. Acreditamos que as práticas de leitura, no âmbito do Clube, funcionam como espaço de resistência ao dispositivo de poder escolar, pois se trata de um espaço alternativo no qual a mulher se constitui leitora, ao tempo em que lê mulheres, lendo e sendo lidas, numa dobra que traduz um

modo de constituição de si, enquanto subjetividade leitora. Por outro lado, também há um certo controle, tendo em vista que o Clube indica obras específicas, de autoras específicas e por mulheres que ocupam este lugar autorizado a realizar as indicações de leitura. O propósito, neste trabalho, então, é apontar alguns indícios do processo de subjetivação de mulheres leitoras no espaço do Leia Mulheres, considerando suas condições de emergência/resistência e suas modalidades do saber (práticas arqueológicas) e do poder (práticas genealógicas) em práticas de leitura.

Com vistas a entender o funcionamento das práticas de leitura no Projeto Leia Mulheres, valemo-nos teórica e metodologicamente dos estudos desenvolvidos por Foucault, acerca de sujeito, do saber, do enunciado e das práticas, pois, de acordo com Sargentini (2015, p. 21), “[...] Foucault é o investidor “*do modo como*”, importando como a leitura é produzida e como funciona na sociedade.” Assim, a metodologia deste estudo está centrada no método arqueogenealógico de Michel Foucault, sempre em busca de modalidades enunciativas (quem fala, de que lugar/status, em que condições), de descrever enunciados e suas regularidades discursivas, de descrever os espaços em sua natureza utópica/heterotópica/distópica. Esse modo Foucaultiano de pensar o discurso nos instiga a ler/diagnosticar os espaços, os sujeitos, a história e os acontecimentos na descontinuidade. Gregolin (2015, p. 9) explica que:

[...] se a *arqueologia* tem como objetivo descrever as regras que regem as práticas discursivas que produzem sujeitos por meio dos saberes, a *genealogia do poder* propõe diagnos-

ticar e compreender a racionalidade das práticas sociais que nos subjetivaram pelos seus efeitos e nos objetivaram pelas suas tecnologias, e a *genealogia da ética* busca problematizar as práticas de si e os processos de subjetivação que ligam o sujeito à verdade. Esses três momentos do percurso arqueogenealógico de Michel Foucault – situado entre os anos de 1960 a 1984 – são atravessados e sustentados por uma teoria do discurso.

A arqueogenealogia, assumida nesse estudo como um modo de ler diagnóstico, é uma metodologia para desvendar os modos de ser leitora/autora e como esses funcionaram ao longo do tempo. Esta prática metológica busca compreender como as instituições e práticas discursivas se relacionam com as estruturas de poder e como essas estruturas influenciam nossas práticas leitoras de hoje e dizem sobre quem somos nós mulheres hoje. Esse é o processo diagnóstico de leitura. Partindo desse princípio, procuramos apresentar elementos para uma cartografia discursiva de leitura relativa, restrita por hora ao Projeto Leia Mulheres.

Sobre mulher, leitura e os dispositivos de controle

O Leia Mulheres surge, no Brasil, no ano de 2015, inspirado no projeto da escritora Joanna Walsh, que tem por fundamento a hashtag *#readwomen2014* (*#leiamulheres2014*), que consiste numa convocação da sociedade para leitura de obras escritas por mulheres. O Leia Mulheres mantém registros em redes sociais, como *Facebook* e *Instagram*, sobre as atividades do Clube, que figuram índices que melhor evidenciam representações sobre a leitura e as leitoras, pelos modos

que apresentam suas formas de ver essa prática. Procedemos, então, ao levantamento de certas regularidades enunciativas na produção e circulação das postagens quanto ao que enunciam sobre si, que discursos sustentam, que valores e ideias reproduzem, mas também quanto ao como narrativas midiáticas enunciam sobre o Projeto. As imagens veiculadas das capas dos livros indicados e outras que acompanhem as postagens são objetos de nosso olhar também.

Mobilizamos, para análise, ao lado da noção de enunciado, a de dispositivo que, para Foucault (2018, p. 364), corresponde a um conjunto de elementos heterogêneos entre si, discursivos e não-discursivos, abrangendo, portanto, discursos, instituições, leis e enunciados científicos: “Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos”. É o dispositivo que opera no controle biopolítico, indiciando aspectos que disciplinam os corpos, mantendo-os sob vigilância nas suas diversas relações e movimentações sociais. No que diz respeito à construção, ou melhor, à instituição do feminino e do masculino, os saberes que emergem dos dispositivos demarcam os corpos, os sexos, os gêneros, são saberes que determinam como devem ser os comportamentos do homem e da mulher na sociedade.

A responsabilidade da maternidade e do cuidado com os filhos, por exemplo, conferida à mulher estende-se a outras atribuições, as quais estão irrestritamente ligadas aos papéis que os pais devem desempenhar na família. A atribuição primária às mães do zelo, da educação dos filhos acaba restringindo a ocupação por parte da mulher em ou-

tros espaços e posições sociais, tendo em vista que o espaço por excelência para exercer aqueles cuidados é a casa. Em consequência disso, a esfera privada torna-se o domínio das mulheres. É possível constatar tal fato ao atentarmos para a participação feminina na esfera pública em que a representação das mulheres em áreas de produção intelectual e artística quando comparadas aos homens é bem mais baixa. Portanto, para preservar a supremacia masculina, o patriarcado criou características masculinas e femininas, domínios público-privados. Para Rago (2004, p. 33), “[...] a construção de um modelo feminino universalizante foi imposta historicamente pelo discurso médico vitoriano, pelo direito, pela família, pela igreja, enfim, pelo olhar masculino [...]”. Dessa forma, os discursos que derivam dos espaços religioso e médico organizam e estabelecem o saber sobre nós sujeitas mulheres, atuando na produção da nossa subjetividade.

Esse é um processo de gerenciamento e controle da vida das mulheres, cujas práticas articulam-se ao que Foucault chama de regimes de verdades que se efetivam através dos discursos machistas e patriarcal.

O importante, creio, é que a verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é a recompensa dos espíritos livres, o filho das longas solidões, o privilégio daqueles que souberam se libertar). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são

valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2018, p. 51-52).

A verdade é instituída a partir dos discursos dominantes que emanam das instituições sociais como forma de controle da vontade humana, nessa perspectiva, a verdade depende das regras impostas à circulação dos discursos, das condições de possibilidades dadas em uma determinada instância social. Durante muito tempo, as verdades construídas sobre a mulher estiveram subordinadas a uma identidade de gênero fixa e desenvolvida a partir de seu corpo biológico, funcionando como um molde regulador, que nega a diversidade das formas de existência e aprisiona as identidades dentro de um esquema binário. De acordo com Foucault, a verdade instituída é uma forma de poder que é exercida através da ciência, da religião e da política. Ele argumenta que as sociedades ocidentais têm uma tendência a valorizar a verdade acima de tudo e a buscar a verdade absoluta. Essa instituição de uma verdade é utilizada para justificar certas práticas sociais, definindo o que é considerado como normal e anormal. Assim, as verdades estabelecidas são geradas nos e pelos discursos, elas não são dadas a priori e não são incontestáveis, não são o fundamento das coisas e dos acontecimentos; antes, correspondem àquilo que a partir de determinados processos históricos e em determinadas condições, colocam o discurso sob certa ordem e incidem sobre nossas formas de pensar e agir.

Em relação à subjetividade feminina, orientada pelos discursos religioso e científico, a partir de comportamentos

e práticas na vida doméstica, no trabalho, na religião, no Estado, a sociedade patriarcal atribui às mulheres um papel secundário, relegadas à submissão e invisibilização, para garantir que o homem desfrute de uma posição de privilégio e poder social, econômico e político e reforçar conceitos que mantém a desigualdade e a opressão.

Mesmo em contextos em que a mulher se constituía enquanto sujeita fora do espaço do lar, produzindo subjetividades outras, como no caso da presença das mulheres trabalhadoras no movimento sindical, Rago (1997, p. 63) fala de um retorno ao lar, explicando que,

[...] a partir do movimento operário, liderado por homens, embora a classe operária do começo do século fosse constituída em grande parte por mulheres e crianças, atuou no sentido de fortalecer a intenção disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço privado do lar.

Cabe, então, pensar a mulher leitora e produtora da literatura como espaço de dispersão do corpo feminino, possibilitando colocar a mulher onde ela quiser. A leitura como prática discursiva e a literatura como espaço heterotópico, um não-lugar, onde saberes são produzidos e circulam em resistência, numa constante luta contra a hegemonia dos sentidos do ser mulher.

O Leia Mulheres: da *hashtag* às práticas de leitura

Sobre o enunciado *Leia Mulheres*, destacamos que este corresponde a um enunciado no sentido foucaultiano do

termo: não apenas linguístico, mas tendo uma funcionalidade historico-discursiva. A escolha do verbo ler não se dá de forma aleatória, a marca linguística “leia” marcada pelo uso formal do verbo no imperativo, funciona discursivamente como um chamado, uma convocação para uma ação necessária por parte das sujeitas leitoras. Nesse sentido, como prática social, a leitura de mulheres ocasiona o surgimento de discursos outros, demarcados pelo posicionamento e legitimação das mulheres em um espaço predominantemente marcado como masculino. Eis um acontecimento discursivo, mulheres problematizando e subvertendo radicalmente os discursos hegemônicos, as narrativas, as interpretações sobre os papéis sociais atribuídos a elas.

Para Foucault, “[...] a descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2017, p. 33). Considerar o discurso como acontecimento significa entender a quais condições o sujeito precisa submeter-se quando diz algo em algum momento. “O que me interessa, no problema do discurso, é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. [...] Isto é o que eu chamo de acontecimento [...]” (FOUCAULT, 2006, p. 255). Na perspectiva desse autor, o que importa não são as palavras materializadas no discurso, se são ditas pela primeira vez ou é uma repetição, mas, sim, o acontecimento que faz com que enunciados surjam como novos ou repetidos no discurso. “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta [...]” (FOUCAULT, 2014, p. 25). O acontecimento é entendido como o próprio conjunto das

condições que tornam um discurso possível. Condições estas que não são apenas regras internas ao discurso, mas também condições não-discursivas.

Em relação ao *Leia Mulheres*, o não discursivo corresponde às instituições, práticas sociais, movimentos, lutas feministas e as incisivas transformações que resultaram na desconstrução das narrativas tradicionais sobre a mulher. Compreendendo acontecimento como a irrupção de uma nova regularidade discursiva, irrupção que coloca em jogo estes dois lados, do discursivo e do não-discursivos, Foucault nos convoca a tratar os discursos na peculiaridade da sua emergência, atualizado em enunciados específicos, cujas regras de construção devem ser conhecidas. Arrancar os enunciados da sua condição de circulação em uma quase evidência. Ele defende que:

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimento, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância [...]. (FOUCAULT, 2017, p. 31).

Nesse sentido, ao compreender a singularidade da emergência do enunciado *Leia Mulheres*, atentando para as condições de existência desse enunciado, os limites que o circunscreve e as relações que estabelece com outros enunciados, entendemos as condições que possibilitaram o funcionamento discursivo do *Leia Mulheres* e não do *Leia Homens*. Levando em consideração que descrever um enunciado sig-

nifica “[...] definir as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos (não sendo esta forçosamente gramatical nem logicamente estruturada) uma existência, e uma existência específica [...]” (FOUCAULT, 2017, p. 132), o não funcionamento do enunciado *Leia Homens* (BORGES, 2020) dá-se pelo fato de que o enunciado obedece a regras que possibilitam a existência do dito, regras de construção que se firma em uma historicidade. Os homens sempre estiveram em posição de superioridade, a sociedade desenhou-se pelo crivo do discurso masculino e as práticas sociais fundamentaram-se sob um sistema social baseado em uma cultura, estruturas e relações que favoreceram e favorecem os homens.

Sob essa rede de relações, apresentadas acima, que possibilitaram o *Leia Mulheres* aparecer como acontecimento e que ofereceram e oferecem um campo de exterioridade a realização desse enunciado, indagamos juntamente com Borges, (2020, p. 52) “[...] a que se dá visibilidade quando se produz este enunciado hoje e o que se lê quando é criado um grupo de leitoras que toma para si o referido enunciado, que conclama para ler mulheres autoras [...]”. Constatamos um discurso de ruptura, de deslocamento, que permite ampliar os espaços de subjetivação; uma leitura que transgride a ordem dos discursos dominantes sobre as mulheres advindos dos dispositivos sexistas e classistas, que as subjetivam como não leitoras e não escritoras; há um imperativo, uma nova ordem discursiva que orienta a constituição de novos dizeres sobre nós mulheres, que orienta um tornar-se outra; isto é; a mulher assume esse lugar de intelectualidade, conhecimen-

to. Conforme Borges (2020, p. 58), “[...] o Leia Mulheres tanto aponta para a necessidade de se ler autoras mulheres como também de as mulheres lerem mais e lerem mulheres.”

O *Leia Mulheres*, em rede com outros enunciados “Lugar de mulher é onde ela quiser”; “Eu não terei minha vida reduzida”; “Seja uma mulher que levanta outras mulheres”; “Eu não estou aceitando as coisas que eu não posso mudar, estou mudando as coisas que eu não posso aceitar”; como as *hashtags* que marcam a proeminência do ativismo feminista *#AgoraÉQueSãoElas*, *#ChegadeFiuFiu*, *#MeToo*, *#VamosJuntas*, entre outros que circulam socialmente como estratégias de resistência, recusa uma identidade feminina definida pelo dispositivo de saber-poder classista e sexista, como também confronta a supremacia masculina no campo da intelectualidade, da escrita, da produção literária, da leitura. Seriam mulheres construindo novos espaços sociais e outras condições subjetivas para si mesmas. Esse enunciado funciona como resistência a discursos com crivos legitimados que autorizam a posição sujeito-leitor e sujeito-autor ao homem.

O Projeto impôs um repensar dos discursos sobre as mulheres leitoras. As leituras designadas e autorizadas as mulheres, durante muito tempo, tinham como principal função proporcionar o entretenimento, a distração do público feminino, bem como a orientação do comportamento das mulheres em relação ao seu lugar “comum”, daí a forte presença de conselhos para o lar, dicas de beleza e moda que acabaram promovendo uma invisibilidade do feminino em outros espaços; ou seja; por meio da leitura, havia uma

discursividade que mantinha a mulher submergida em seu mundo de afazeres familiares e caseiros. Considerando que estas leituras dirigidas ao público feminino, na sua maioria, eram escritas por homens, aquelas vinculavam a hegemonia masculina, funcionando como veículos de regras de comportamento e de beleza para as mulheres e estabelecendo representações do que era ser mulher.

Sobre a noção foucaultiana de que os discursos estão sob controle, isto é, estão vinculados a regras que estabelecem o que pode e deve ser dito em um determinado contexto, nas leituras designadas à mulher, essas formas de coerção consistem em estabelecer as maneiras como lemos, o que lemos, o que é autorizado lermos. Isso implica assumir que nós mulheres ficamos, então, sob o controle de um discurso dominante, um regime de controle dos sujeitos, uma biopolítica de leitura (BORGES, 2020). Por biopolítica, Foucault busca explicar como o poder se desenvolve e passa a conduzir a vida. A biopolítica é exatamente o conjunto de mecanismos e procedimentos tecnológicos (saber-poder) que tem como intuito manter e ampliar uma relação de dominação da população. Para o filósofo, a biopolítica refere-se ao controle e regulação dos processos biológicos da vida humana em nível coletivo. Isso inclui a gestão da saúde pública, demografia, nutrição, controle de doenças, sexualidade e reprodução, entre outros aspectos. Nesse sentido, a biopolítica está relacionada ao poder e à dominação na sociedade, e como estes são exercidos por meio do controle da vida e do corpo dos indivíduos.

Nestes termos, podemos pensar a leitura como um mecanismo também utilizado como exercício de controle, uma vez que podemos identificar instituições como editoras, escolas, bibliotecas que modelam, validam, disponibilizam determinadas leituras, restringindo o que pode e deve ser lido. Trata-se de uma condução e organização da leitura e dos leitores, os sujeitos são ordenados, rotulados, classificados.

Para Curcino (2016, p. 233, grifo da autora),

[o] modo como falamos da leitura apresenta um funcionamento discursivo e responde a um “*ordem do discurso*” que estabelece, segundo Michel Foucault, o *controle*, a *seleção*, a organização e a *distribuição* do dizer, definindo o que é possível, necessário e legítimo enunciar; elegendo quem tem autoridade e é, portanto, autorizado a fazê-lo; instituindo, enfim, quais são os modos ideias de exercício de uma prática, num dado tempo e espaço.

Conforme essa perspectiva, Borges (2020, p. 50) alerta que “[...] as práticas de leitura, muitas vezes, parecem estáveis, com sentidos fixos, já dados à interpretação. No entanto, muitas são as nuances que envolvem as práticas de leitura e é importante pensar nos modos como somos subjetivados por ela e objetivados enquanto leitores [...]”, uma vez que as práticas de leitura estão atreladas a dispositivos de controle. Nesse sentido, os clubes *Leia Mulheres* insurgem como resistência nesses espaços de controle que disseminam discursos normativos, regime de verdades sobre a leitura e os leitores; promovem e desestabilizam discursos hegemônicos sobre a prática de leitura e a forma sujeito-leitor. Insurgem como uma prática discursiva que institui outra subjetividade

feminina, tendo em vista que se configura como um campo de saber que também produz subjetivação pela leitura, provocando fissuras nesses espaços tidos como predominantemente masculino. O projeto visa, portanto, a combater a invisibilidade da escrita feminina, bem como das mulheres leitoras.

A partir do movimento nas redes sociais, a *hashtag* #leiamulheres se transformou em diversos clubes de leitura, espalhados pelo mundo. No Brasil, a iniciativa atingiu muitos municípios espalhados pelos estados brasileiros. Somente na Bahia o *Leia Mulheres* está presente em: Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Itamaraju, Juazeiro, Lauro de Freitas, Salvador, Valença e Vitória da Conquista, que contam com mais de 7 mil seguidores no *Instagram*. A lista completa com os clubes espalhados pelo Brasil pode ser encontrada no *site* do *Leia Mulheres*¹⁵. O primeiro clube foi implantado em São Paulo, em março de 2015, quando a consultora de marketing Juliana Gomes, a jornalista Juliana Leuenroth e a transcritora Michelle Henriques deram vida ao *Leia Mulheres*, realizando o primeiro encontro na capital paulista. No *Instagram* do clube de São Paulo o número de seguidores ultrapassa a marca de 70 mil.

Para o *Leia Mulheres* a *internet* foi uma grande potencializadora do projeto, pois os grupos mantêm páginas no *Instagram* e *Facebook*, através das quais fomentam ações de divulgação do grupo como lives, reuniões virtuais, divulga-

15 Disponível em: <https://leiamulheres.com.br/>.

ção de livros, partilha de conteúdos etc. Durante a pandemia da Covid-19¹⁶, houve um aumento significativo do uso das redes sociais para realização dos encontros dos clubes Leia Mulheres, o que gerou um maior engajamento e promoveu uma maior participação de pessoas. Além disso, está disponível um aplicativo dedicado para o clube de leitura Leia Mulheres que facilita o acompanhamento das datas dos eventos dos clubes na sua cidade, possibilita ler as resenhas e receber notificações de novas publicações.

O propósito do Leia Mulheres é dar visibilidade a produções literárias por parte de mulheres (cis e trans), em um movimento de questionamento da supremacia masculina na escrita de livros, como também do mercado editorial que dá preferência e maior visibilidade a publicações de autoria masculina. Em entrevista à Folha de São Paulo¹⁷, as fundadoras do clube afirmaram: “Continuamos a ler homens, mas precisamos incentivar a produção e a divulgação de livros escritos por mulheres também.” (Juliana Gomes); “Ainda existe preconceito contra mulheres. Queremos igualdade de oportunidades e diversidade de olhares. Queremos evidenciar as diferenças que existem entre homens e mulheres – diferenças

16 A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. O primeiro caso da infecção ocorreu na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. No Brasil, os primeiros casos foram notificados em 2020. Diante da propagação do vírus, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou pandemia mundial no dia 11 de março de 2020 e instituiu como forma de detenção da propagação do vírus o distanciamento social, que é a paralisação de diversas atividades para limitar o convívio social. Nesse contexto, as atividades virtuais tornaram-se cruciais para o cotidiano das pessoas. Para mais informação sobre a pandemia consultar <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus>

17 Entrevista disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/10/1693329-contra-machismo-na-literatura-projeto-estimula-leitura-de-autoras.shtml>.

nas escolhas editoriais, em como os livros são trabalhados na editora e até mesmo em como muitas mulheres têm seus livros rejeitados para publicação.” (Juliana Leuenroth).

Além disso, o projeto é um espaço profícuo para conhecer uma diversidade de representações outras, a partir do ponto de vista da escrita feminina. Em depoimento sobre o que mudou a partir do momento que começou a ler mais mulheres, uma das participantes do Lei Mulheres (2016)¹⁸ destacou:

Ler mais mulheres me trouxe pontos de identificação, mas também mostrou vivências com as quais nunca me relacionei. Apresentou feminilidades diferentes da minha. Fez pensar nas minhas avós, que não tiveram apoio da família para estudar, trabalhar e viam apenas casar, ter filhos e a vida doméstica como a única opção. Na minha mãe, que ficou viúva ainda jovem e precisou criar duas filhas sozinha. Nas minhas amigas que tem medo de casarem e se ofuscarem na convivência diária porque há toda uma expectativa sobre como uma mulher casada deve se comportar. Nas minhas amigas que querem ter filhos, mas não maridos, querem morar com seus gatos, cães e não terem filhos. Amigas que querem namorar homens e mulheres de acordo com o rumo de seu desejo sem terem que dar satisfações sobre isso.

Percebemos a leitura de mulheres funcionando como um movimento de encontro e desencontros com modelos de representações que constituem as subjetividades das sujeitas. Leituras capazes de “sacudir a quietude” (FOUCAULT, 2019) com a qual se aceita as subjetividades postas, capazes de problematizar os papéis sociais femininos. Leituras que provo-

18 Disponível em: <https://leiamulheres.com.br/2016/01/ler-mais-mulheres-qual-foi-a-diferenca/>.

cam deslocamentos em torno da subjetividade feminina, a partir do momento que reinventam os discursos biopolíticos sobre a mulher, que promovem dessubjetivação do sujeito. A dessubjetivação, segundo Milanez (2021, p. 7) acontece quando

[...] o sujeito, tendo passado por um processo de subjetivação social, vai se desvencilhar das próprias armadilhas que a sociedade lhe impôs para se constituir, arrancando-lhe aquilo que firmava sua identidade no mundo. Daí vemos a necessidade, ou melhor dizendo, a positividade do poder que nos exige uma tomada de posição corporal e sexual e que, finalmente, é o que constitui o nosso saber sobre a experiência de quem somos.

O exercício do poder consiste em conduzir condutas, mas também em arranjar probabilidade, pois ao mesmo tempo que há um controle das subjetividades, há possibilidade de ruptura. No caso das mulheres, é a mulher que escapa à norma e ao controle resultante do discurso patriarcal.

Assumindo a posição como sujeito de sua formação e de suas escolhas, as mulheres, ao elegerem leituras de mulheres, reivindicam o lugar da mulher como sujeito em lugar de fala, resistindo e operando fissuras na ordem dos discursos sobre a leitura e os leitores. “O Leia Mulheres vai se subjetivando na produção de narrativas, mulheres que contam mulheres, num movimento de praticar a si, em seus saberes e possibilidades de enfrentamento[...].” (BORGES, 2020, p. 61).

Percorrendo algumas notícias sobre o Leia Mulheres, é possível encontrar alguns blogs e reportagens sobre o projeto

em diferentes estados do Brasil. No blog Chico Rei¹⁹, a analista de Marketing do blog noticia sobre o projeto e afirma:

Precisamos conversar sobre a **mulher na literatura**. [...] Nossa cultura não favorece a mulher em nenhum aspecto [...] Esse fato me deu o start para pensar no **papel da mulher na literatura** a nível global, precisamos nos provocar. Quantos livros escritos por mulheres você já leu durante e sua vida? Ou recentemente? Ou que te indicaram? Quantas **personagens femininas** fortes fazem parte da sua história? **O Leia Mulheres** vem pra mudar suas respostas [...]. (CASTRO, 2017, p. 1, grifo da autora).

Os questionamentos levantados colocam em evidência o papel da mulher enquanto sujeita-escritora, como sujeitas de suas histórias, bem como demarca um discurso de luta que põe em xeque narrativas excludentes, maneiras de pensar e viver que invisibiliza o feminino. Ao afirmar que “o Lei Mulheres vem pra mudar suas respostas” no que diz respeito a quantidade de livros lidos escritos por mulheres, esse enunciado inaugura modos de pensar diferente, permitindo dar visibilidade as escritoras.

Entendemos que o poder é coextensivo a resistência. Diz Foucault:

Que não há relações de poder sem resistências; que estas são tão mais reais e eficazes quanto mais se formem ali mesmo onde se exercem as relações de poder; a resistência ao poder não tem que vir de fora para ser real, mas ela não é pega na armadilha porque ela é a compatriota do poder. Ela existe tanto mais quanto ela esteja ali onde está o poder;

19 Disponível em: <https://blog.chicorei.com/leia-mulheres/>.

ela é, portanto, como ele, múltipla e integrável a estratégias globais. (FOUCAULT, 2006, p. 249)

É possível reconhecer que mesmo diante de relações de poder que disseminam formas de saber sobre a mulher, silenciando-as e as colocando em lugar de sujeição, sempre há linhas de fuga que possibilitam rupturas, quebras. Ainda afirma o estudioso “[...] desde que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Nunca somos pegos na armadilha pelo poder: sempre podemos modificar-lhe o domínio, em determinadas condições e segundo uma estratégia precisa [...]” (FOUCAULT, 2006, p. 267). Desse modo, a rede de lugares que o sujeito pode ocupar está sempre se rompendo por meio de resistências cotidianas, de modo que o ponto que cada um ocupa está sempre sujeito a variações, porque dependente do momento dado e da relação firmada entre os sujeitos.

Em entrevista ao blog Chico Rei (mencionado acima), as fundadoras do Leia Mulheres no Brasil declaram: “Queremos continuar divulgando a literatura produzida por mulheres, e acabar com o preconceito e com a ideia da literatura “feminina” ou “de mulherzinha”. Mulheres produzem todo tipo de escrita e merecem ser divulgadas entre todos os nomes da literatura”²⁰. Nesse contexto, o Leia Mulheres funciona como uma prática discursiva que produz outros modos de existência, inventam outras possibilidades de vida, uma vez que se constitui como um meio de subjetivação das sujeitas.

20 Disponível em <https://blog.chicorei.com/leia-mulheres/>.

As práticas de resistência nos clubes possuem as mesmas características que as relações de poder: são móveis, produtivas, inventivas. As práticas de leitura representam um trabalho sobre si e possibilitam a criação de gestos ativos e transgressores capazes de constituir novos modos de existência, novas subjetividades. As mulheres reivindicam modos específicos de ser sujeito ao questionar, driblar e abalar os discursos marcados pelo poder patriarcal; atravessam, escapam, produzem linhas de fuga, produzem saberes e convocam a criação de uma história outra.

Para Foucault (2010, p. 234),

[...] usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida. Para usar uma outra metáfora, ela consiste em usar esta resistência como um catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados.

Conhecer as formas de dominação masculina sobre o feminino, as oposições classificatórias que determinam o ser homem e o ser mulher, conhecer as instâncias de poder que validam e disseminam os discursos dominantes nas relações sociais desses dois grupos, para a partir daí, através das práticas de si, isto é, do movimento do sujeito imerso nas relações sociais, firmar-se as práticas de resistência e promover o desenvolvimento de atos ativos e transgressores que possibilitam a construção de novas subjetividades. As formas de resistir desenvolvidas pelas sujeitas, contra os efeitos de poder do discurso patriarcal, são movimentos que podemos chamar

de desobedientes, capazes de produzir espaços de liberdade; são lutas promotoras de outros modos de existência, capazes de instituir outras possibilidades de vida; vidas que agem em vez de apenas reagir às práticas instituídas.

Leia mulheres: espaço de resistência e desobediência

Consideramos que para pensarmos a resistência no Leia Mulheres é necessário falarmos de desobediência, conforme afirma Amorim (2022, p. 96) “[...] se o oposto ao ato de resistir é consentir, obedecer, então a resistência se inscreve, se estabelece, a partir do momento em que um sujeito percebe que está sendo arditosamente conduzido por uma autoridade ou por um sistema e desobedece.” A desobediência configura-se como uma oposição ao poder dos homens sobre as mulheres, aos efeitos do poder relacionados ao saber, à competência, à qualificação; são lutas que questionam a subjetividade feminina e as representações impostas; desobedecer é uma recusa a todo discurso que desqualifica e invisibiliza as mulheres.

Tomamos o texto Desobedecer de Frédéric Gros para desenvolver mais profundamente a ideia de desobediência. Em seu texto, Gros nos conduz em uma análise sobre a questão da nossa obediência, questiona por que obedecemos e por que é tão custoso o ato de desobedecer. Em um percurso cuidadoso, desenvolve suas reflexões que vai de A Desobediência Civil de Thoreau ao Discurso sobre a Servidão Voluntária de La Boétie, passando pelo julgamento de Adolf Eichmann segundo Arendt e por Jesus Cristo em Dostoievski.

De acordo com o filósofo francês, a desobediência presuppõe “abrir os olhos”, enxergar as estruturas que fundamentam as desigualdades sociais, as injustiças sociais, a hierarquia de gênero, a história das mulheres definida socialmente segundo a narrativa masculina. Nas palavras do autor “Por que desobedecer? Basta abrir os olhos. A desobediência é mesmo a tal ponto justificada, normal, natural, que o que choca é a ausência de reação, a passividade [...]” (GROS, 2018, p. 16). Assim, o movimento proposto por Gros é ao exercício ético de um si, um si que desobedece. O exercício ético de si é uma referência ao estudo de Michel Foucault sobre o cuidado de si²¹.

Foucault desenvolve a noção de “prática de si” ao fazer um deslocamento histórico, centrando suas investigações em textos da Antiguidade Clássica até os primeiros séculos do cristianismo sobre a ética e a existência; nesse deslocamento histórico, Foucault redescobre na Filosofia antiga as relações que os sujeitos estabeleciam consigo mesmo. As práticas de si, portanto, referem-se ao trabalho que o indivíduo realiza sobre si mesmo a fim de se constituir como sujeito – sujeito que conhece e que, portanto, é sujeito daquilo que diz como verdade; sujeito político, isto é, sujeito daquilo que faz no contexto das relações com os outros; e sujeito moral, sujeito da conduta que ele tem consigo mesmo no campo da moral.

21 Em suas últimas investigações e, marcando o que viria a ser considerado como um terceiro momento de sua trajetória, Michel Foucault volta as suas investigações para o tema do “cuidado de si” na Antiguidade greco-romana, onde se situam os dois volumes finais de História da sexualidade: O uso dos prazeres e o Cuidado de si, lançados em 1984.

Nesse exercício de desobediência e prática de si, o projeto *Leia Mulheres* chama atenção para necessidade das leitoras ouvirem suas próprias vozes e se reconhecerem nas leituras, constituindo-se enquanto sujeitas; desenvolverem uma subjetividade ligada às próprias experiências e afastadas do controle e manutenção de identidades normativas; isto é; a prática de si, a perspectiva ativa do sujeito na constituição de si ligada ao campo moral, e também nas relações com o saber e o poder, que a uma só vez constituem o sujeito e são constituídas por ele, sujeito e objeto se constituindo juntos. É na imbricação deste movimento que o lugar de resistência subjetiva se instaura. Seguindo por esse viés, Revel afirma que o sujeito é formado de um contínuo devir, isto é um regime de constante mutação e transformação:

[...] esse lugar inassinalável da subjetividade em movimento, em perpétuo ‘desprendimento’ em relação a ela mesma, é, ao mesmo tempo, para Foucault, o produto das determinações históricas e do trabalho sobre si (cujas modalidades são, por seu turno, históricas), e é nessa dupla ancoragem que se enlaça o problema da resistência subjetiva da singularidade: o lugar da invenção do si não está no exterior da grade do saber/poder, mas na sua torção íntima [...]. (REVEL, 2005, p. 85).

Nessa perspectiva, as sujeitas mulheres são capazes de estabelecer novas relações de si consigo, encontrando brechas para exprimir saberes e verdades divergentes dos discursos machistas e sexistas. Assim, percebemos as práticas de resistência nas leituras de mulheres não apenas como uma oposição ou reação ao poder, reagir pressupõe atender àquilo que o poder quer de nós, resistir é criar possibilidade de existên-

cia; assim, as tomamos como práticas que instauram fissuras, abalos nos modos de vida estabelecidos e potencializam discursos outros. A resistência funciona como uma atividade da força que se subtrai das estratégias efetuadas pelas relações de forças do campo do saber. Forças do devir, da mudança, que apontam para o novo e engendram possibilidades de vida.

O *Leia Mulheres* enquanto enunciado-acontecimento coloca em funcionamento discursos que evidenciam outras formas de subjetividade feminina. São leituras e discussões de obras de autoria de grupos ainda marginalizados, abrangendo mulheres cis e trans, mulheres negras e mulheres indígenas, sujeitas que eram objetos de um discurso único, que determinavam seus modos de vida; quando não apagadas, silenciadas e colocadas no esquecimento. Esse discurso misógino funciona como um mecanismo de controle sobre a mulher; como um dos elementos enraizados na sociedade e na história, o machismo se sustenta dentro dos domínios de um poder-saber que ordena, controla e estabelece subjetividades, sobretudo, que engendra a desigualdade de gênero.

Em depoimento ao Chico Rei, as participantes do *Leia Mulheres* São Paulo declaram: “Infelizmente muitas das autoras que gostaríamos de ler estão com edições esgotadas (como muitas autoras brasileiras do século passado) e também escritoras latino-americanas e africanas, que sequer foram publicadas no Brasil.”²² Podemos notar o controle dos sujeitos, há uma entidade reguladora (no caso, as editoras) que determina o que pode ser publicado, o que deve ser lido, quais autoras são autorizadas a falar, ainda identificamos o

22 Disponível em: <https://blog.chicorei.com/leia-mulheres/>.

apagamento das vozes femininas uma vez que há uma limitação do acesso aos meios de produção e um sufocamento dos espaços de expressão das mulheres.

Nessa mesma linha, em entrevista para o Jornal A Tarde²³ as mediadoras do Leia Mulheres em Salvador afirmaram: “O clube representa mais um movimento de luta pelo reconhecimento da força feminina. Tem histórias de mulheres que não conseguem publicar, e aí usam pseudônimos masculinos” (diz uma das integrantes). “O maior mérito é dar visibilidade ao legado feminino na literatura” (afirma outra). Esse depoimento ajuda-nos a compreender como os mecanismos de controle funcionam na tentativa de manter os corpos que leem em vigilância. Como as mulheres não eram autorizadas a falar, pois as publicações escritas por elas eram vistas como forma de transgressão aos papéis sociais que podiam desempenhar, muitas delas recorriam ao uso de pseudônimos para que pudessem ser publicadas e lida. Ainda que por meio do uso de pseudônimos, há aí um desvio, uma fuga, uma retomada de palavra que permite a insurgência de escritoras e uma forma de escapar, de certa forma, do controle normativo.

Considerações finais

Ao analisarmos as leituras e as autoras escolhidas para serem lidas no Leia Mulheres, podemos perceber que há uma regularidade nessa escolha. No site do grupo, foi divulgada a

23 Disponível em: <https://atarde.com.br/cultura/culturaliteratura/clube-literario-leia-mulheres-esta-em-26-cidades-776920>.

lista dos livros mais lidos em 2021²⁴ pelos clubes ao redor do Brasil, de acordo com a resenha, a escritora mais lida foi Conceição Evaristo que aparece na lista com três obras. Ainda afirma que outras autoras que estão sempre entre as mais lidas são: Clarice Lispector, Aline Bei, Carolina Maria de Jesus e Elena Ferrante. Podemos perceber a diversidade na literatura analisada, a escolha abrange diversos gêneros e diferentes nacionalidades, bem como apresenta representações diversas: escritoras cis e trans, negras, indígenas, asiáticas, dando visibilidade ao direito de representação a cada grupo social.

Ainda sobre o aspecto da diversidade das leituras propostas nos clubes, o Leia Mulheres promove o desafio anual - que ocorre paralelo as leituras coletivas no grupo (nomeada de lista) - em que se elege 12 diferentes categorias de livros, uma para cada mês. Ao promover essas leituras que estão à margem, o Leia Mulheres coloca em cena as relações de forças, o confronto, a batalha. Neste espaço de leitura, somos convocadas a “ouvir o ronco surdo da batalha” (FOUCAULT, 2014), o que consiste em desnaturalizar as evidências que balizam as escolhas de leitura e os discursos que a delineiam, desestabilizar os discursos que historicamente invisibilizaram a escrita feminina. Isso nos leva a pensar que os saberes e as verdades instituídas acusam a existência uma história de normalizações e normatizações das subjetividades de mulheres, as quais, na contramão de uma ordem discursiva dada, ao

24 Disponível em: <https://leiamulheres.com.br/2022/02/os-livros-mais-lidos-em-2021/>.

mesmo tempo fizeram insurgir uma história de resistências, “das práticas de si” que precisa ser ouvida, ecoada.

Referências

AMORIM, Edna Ribeiro Marque. **Discurso, literatura e resistência: uma análise foucaultiana de escritas de si da poeta negra baiana Júlia Suzarte**. 2022. 233 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2022.

BORGES, Carla Luzia Carneiro. Leitura na perspectiva de Michel Foucault: narrativas de resistência. In: ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; OLIVEIRA JÚNIOR, Miguel; BARREIROS, Liliane Lemos Santana (org.). **Linguagem e sociedade: questões variacionistas, filológicas e discursivas**. 1ed. Campinas, SP: Pontes, 2022. p. 242-255.

BORGES, Carla Luzia Carneiro. Leia Mulheres por aí: uma leitura Foucaultiana de uma prática de resistência. In: BORGES, Carla. L. C.; FARIAS, Diego. M; CAZUMBÁ, Renailda. F. (org.). **Teias Discursivas: Leituras, Sujeitos, Atravessamentos**. Curitiba: CRV, 2020. p. 49-63.

BORGES, Carla Luzia Carneiro. Foucault e Las Meninas: uma leitura de resistência do duplo que sai da moldura. **Caderno de Estudos do Discurso e do Corpo**, v. 13, p. 117-126, 2018.

BORGES, Carla Luzia Carneiro. Ler com Foucault: modalidades do saber em vídeo-aulas de leitura. **DISCURSIVIDADES**, v. 1, p. 129-146, 2017.

CASTRO, Karol. Leia Mulheres: Conhecendo o projeto e sua importância. **Chico Rei Blog**, p. 1-3, mar. 2017. Disponível

em: <https://blog.chicorei.com/leia-mulheres/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

CURCINO, Luzmara. Discursos hegemônicos sobre a leitura e suas forma de hierarquização dos leitores. In: CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. (org.). **(In)subordinações contemporâneas: consensos e resistência nos discursos**. São Paulo: EDIFSCar, 2016. p.231-249.

CURCINO, Luzmara. Imprensa e discursos sobre a leitura: representações dos presidentes FHC, Lula e Dilma como leitores. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 16 esp. “Discurso e argumentação na política latino-americana”, p. 223-243, set. 2018. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/2223>. Acesso em: 01 abr. 2023.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 7. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 8. ed. Tradução Luiz F.B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 13. ed. Tradução Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. 2. ed. rev. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda

Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV: estratégias saber-poder**. 3. ed. Manoel B. da Motta (org.) e Tradução Vera L. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GREGOLIN, Maria do Rosário. O dispositivo escolar republicano na paisagem das cidades brasileiras: enunciados, visibilidades, subjetividades. **Revista Moara**, n. 43, p. 6-25, jan/jun. 2015.

GROS, Frédéric. **Desobedecer**. Tradução de Célia Euvaldo. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 [1985].

RAGO, Margareth. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In: COSTA, Cláudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira (org.). **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis, SC: Mulheres, 2004, p.31-42.

MILANEZ, Nilton. A noção foucaultiana de dessubjetivação: alicerces, experiências e modos de agir do sujeito. **Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som: Polícromias**, v. 6, n. 53 3, p. 12-39, set-dez, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/170281>. Acesso: 1 abr. 2023.

REVEL, Judith. **Foucault: conceitos essenciais**. Tradução: Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz Editora, 2005.

SARGENTINI, V. Dispositivo: um aporte metodológico para o estudo do discurso. In: SOUZA, K. M.; PAIXÃO, H. P.

(org.). **Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault:** biopolítica, corpo e subjetividade. São Paulo: Intermeios, 2015, p. 17-27.

MODOS DE SUBJETIVAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIAS AO IMPERATIVO DA PRODUTIVIDADE EM RELATOS DE SI NA EMERGÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19

Francisco Vieira da Silva (UFERSA/UERN)

Thâmara Soares de Moura (UERN)

Introdução

A fim de conter a propagação do vírus da covid-19, no início de 2020, estratégias de contenção e governo dos sujeitos foram adotadas por parte das autoridades mundiais, tais como o isolamento social, incentivado nas redes sociais pela #FICAEMCASA. Porém, em reflexo, as estatísticas que pairavam em torno do adoecimento mental cresceram exorbitantemente, tendo o transtorno de ansiedade como a psicopatologia que mais afetou os sujeitos, sejam eles já adoecidos psicologicamente ou não antes deste evento traumático.

Como corolário a esse adoecimento, tivemos as prerrogativas de produtividade defendidas pelo capitalismo. Estas foram muito presentes no isolamento, de forma que, também por meio das mídias digitais, se introjetava nas mentes dos sujeitos o dever de se manterem ativos no ambiente domiciliar, seja trabalhando remotamente, praticando algum tipo de atividade física (respeitando as limitações necessárias à época), fazendo cursos, testando/descobrendo novas habilidades, entre outros. A consequência de tudo isso

foi a exaustão psicológica e o acometimento pela ansiedade, dado o imperativo em ser produtivo e estar bem num momento em que o mundo passava por transformações incertas e aterrorizantes.

Alinhados com os dispositivos médico-psiquiátrico (que passou a desenvolver estratégias de manutenção da saúde mental dos sujeitos em períodos pandêmicos), irromperam posicionamentos de resistência ao imperativo capitalista antes citado, fator que fez ecoar as vozes dos sujeitos ansiosos nas redes sociais por meio dos relatos de si, das suas dores e as angústias; e, mais que isso, deu possibilidade de existência para a emergência de novas subjetividades em torno deste grupo. Por esse motivo, buscamos nesta pesquisa mapear os modos de subjetivação dos sujeitos ansiosos erigidos a partir das relações de resistência aos imperativos de produtividade e desempenho veiculados no isolamento social da pandemia da covid-19.

Para tanto, esta pesquisa se inscreve no esteio dos estudos discursivos foucaultianos. Justificamos, ainda, a escolha de Foucault (2010; 2014; 2018; 2019) como a pedra angular por este filósofo oferecer subsídios teóricos, metodológicos e analíticos robustos que perpassam todo o desenvolvimento da investigação, haja vista que discute também, dentre tantos temas, a história do sujeito, sobre o dispositivo médico-psiquiátrico a partir do viés discursivo, o que muito nos interessa. Estes, por sua vez, comportam-se também como as categorias analíticas que elencamos ao longo das análises.

Além disso, valemo-nos de alguns comentadores do filósofo que aprofundam as reflexões sobre o dispositivo e

os processos inerentes à subjetivação dos sujeitos, tais como Deleuze (1996), Prado Filho (2018) e Sacramento (2018). Já o corpus é formado por enunciados extraídos vídeo de um vídeo canal Louie Ponto, no Youtube, intitulado Saúde mental na pandemia. Este foi publicado em 1 de Abril de 2020, período tanto do estopim da pandemia da Covid-19 no Brasil e no mundo, como também foi o momento em que os casos de transtorno de ansiedade passaram a ser frequentes nos relatos estatísticos da área psi, em virtude do cenário traumático que a doença e o isolamento social forjaram.

Vale enfatizar que Louie Ponto, além de discutir sobre a ansiedade na pandemia atrelada à problemática da produtividade capitalista, também já sofria com o transtorno de ansiedade, de forma que seu quadro de adoecimento foi intensificado ao longo do isolamento social. Assim, no vídeo constam reflexões que são relatos de si, da própria experiência com a psicopatologia em períodos pandêmicos, os quais singularizam e amparam a escolha desta materialidade. Nas linhas que seguem, discutiremos sobre o objeto em foco, trazendo primeiramente alguns apontamentos teóricos foucaultianos.

Dispositivo médico-psiquiátrico: teorias necessárias

As instâncias saber, poder e subjetividade – radiografadas, respectivamente, pelas três fases teórico-metodológicas foucaultianas: a arqueologia, a genealogia e a ética e estética de si –, compõem o que o filósofo denominou de dispositivo. Historicamente, este termo deriva de positividade, proposto

primeiramente por Hyppolite, que significa “[...] elemento histórico, com toda a sua carga de regras, ritos e instituições impostas aos indivíduos por um poder externo, mas que se torna, por assim dizer, interiorizada nos sistemas das crenças e dos sentimentos [...]” (AGAMBEN, 2005, p. 10).

De modo geral, a positividade possui a estratégia de coerção com o intuito de governar os sujeitos, tornando-os obedientes e adestrados. Então, Foucault partiu dos postulados de Hyppolite para pensar os dispositivos que, nos estudos foucaultianos foram compreendidos como:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 2019, p. 244).

Em outros termos, o dispositivo é formado por redes constituídas pelos saberes, pelos poderes e pelas vontades de verdade que emergem das instituições e das diversas práticas sociais e discursivas. Assim, de acordo com Dreyfus, Rabinow (1995) e Deleuze (1996), o dispositivo possui um caráter heterogêneo e estratégico, de modo que o principal produto é a construção de subjetividades dos sujeitos.

Partindo do exposto, Agamben (2005, p. 11) comenta que o filósofo não tinha interesse em analisar os elementos “universais”, a exemplo do Estado, a Lei, o poder, isto é, as categorias gerais da sociedade, os “entes da razão”, mas, sim, interessava-se por compreender os modos universais de

atuação do próprio dispositivo, seja nas relações, nos mecanismos, “[...] e nos ‘jogos’ de poder [...]”. Assim, para uma melhor compreensão acerca da constituição do dispositivo, teceremos considerações embasadas nos pressupostos de Deleuze (1996), o qual esquematiza a arquitetura a partir da tríade foucaultiana saber-poder-subjetividade de forma mais didática.

A instância do saber, conforme Deleuze (1996), faz emergir formas de ver e ser visto do objeto, à medida em que permite, na arquitetura do dispositivo, a elaboração de enunciações a partir de modalidades discursivas específicas. Estas, por sua vez, foram denominadas pelo autor de curvas de visibilidade e de regime de enunciação. Partindo das considerações do autor, podemos entender por curva de visibilidade um sistema aberto de forças que possibilita a iluminação e a visibilidade do objeto sob o poder do próprio dispositivo, delineando as formas de ver e ser visto, ou seja, sua função é torná-lo visível e enunciável de modo específico. Assim, é possível dizer que este é a pintura e a arquitetura do objeto discursivo do dispositivo. Já os regimes de enunciação são forças que tornam possíveis a “materialização”, a “construção” do objeto discursivo, isto é, o “dizer” para determinada modalidade e, assim, justificam a constituição desses discursos e não outros pelo/no dispositivo.

A instância do poder, denominada por Deleuze (1996) de linhas de força, são responsáveis pelo delineamento e pela delimitação das curvas de visibilidade e dos regimes de enunciabilidade. Estas linhas (re)produzem e agem constante e heterogeneamente por sobre todos os pontos. Além disso,

munidas de poder, atuam de forma hegemônica e múltipla por sobre o objeto, ao passo que exercem influências capazes de torná-lo heterogêneo e disperso, definindo, nomeando, divergindo e criando (novas) modalidades: o “[...] sim e o não, o ser e o não ser, o possuir e o não possuir, o saber e o não saber, entre o mesmo e o outro [...]” (LARROSA; SKLIAR, 2001, p. 12).

Conforme a releitura deleuziana sobre os postulados de Foucault, é justamente o jogo existente entre essas forças que permitem a criação de novos elementos e modalidades discursivas, pois, quando cria possibilidades de aplicação e manobras estratégicas, permite, também, emergir resistências ao poder: as linhas de ruptura. Nesse sentido, Albuquerque Júnior (2004) salienta que o poder não é anulado nos processos de resistência, mas, sim, deslocado, multiplicado com novas faces, o que permite a emergência de singularidades.

Em suma, a atuação destas duas instâncias, Saber e Poder, embasadas em vontades de verdade, permitem forjar a objetividade do objeto do dispositivo, ou seja, contribuem para definir padrões e fazer com que sejam ditas, discursivizadas. Partindo dos estudos foucaultianos, podemos verificar a existência de dispositivos vários, que atuam, por exemplo, na objetivação da sexualidade, da loucura, da segurança, e, de modo consequente, subjetivam os sujeitos a partir do que os autores denominaram de linhas de subjetivação que, em poucas palavras, podem ser compreendidas como instâncias que, ao objetivar, singularizam os sujeitos.

De forma mais específica, convém tecer algumas reflexões acerca dos modos de objetivação/subjetivação agencia-

dos pelo dispositivo da loucura – caros para a nossa análise –, elencado por Foucault (2017) em alguns dos seus primeiros estudos, a exemplo d'A história da Loucura. Para tanto, trazemos a materialidade da Figura 1 que corresponde a uma Tirinha do Calvin e Haroldo, extraída do blog *Complexo Geek*:

Figura 1 - Tirinha *Os remédio estão funcionando*



Fonte: Complexo Geek (2012)

Conforme publicado na Folha de São Paulo (2014), as tirinhas do Calvin e Haroldo foram produzidas pelo desenhista Bill Watterson, entre os anos de 1985 a 1995, para a publicação nos jornais. De modo geral, as personagens são representadas pelas figuras de Calvin um garoto de seis anos,

cujos nomes foram inspirados no teólogo Calvino (1509-1564); e por Haroldo, um urso de pelúcia que ganha vida na imaginação do garoto, tendo o nome inspirado no filósofo Tomas Hobbes (1588-1679). Juntos, protagonizam histórias que divertem o público e fazem emergir reflexões sobre os fatos cotidianos e da vida adulta.

Nos enunciados verbo-visuais, flagramos uma produção discursiva que envolve os movimentos de objetivação e subjetivação do personagem Calvin mediados pelos processos terapêuticos concernentes aos dispositivos médico-psiquiátricos. Dito isso, nos primeiros quadrinhos, Haroldo, o tigre, chama o garoto para brincar, porém, este argumenta que não pode, pois intenciona finalizar as atividades, já que necessitava aproveitar a disposição evocada pelo efeito dos medicamentos.

Isso posto, o humor da tirinha emerge a partir do contraste entre os enunciados “[...] Minha mãe disse que os remédios estão funcionando.” (COMPLEXO GEEK, 2012, s.p.) e o último quadrinho, o qual evidencia que o tigre (personagem constante nas tirinhas), apesar de conversar com o garoto, não passa de um brinquedo. Essa compreensão faz emergir diversos efeitos de sentidos, e, entre eles, entendemos que, partindo da classificação desempenhada pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-V (2014), Calvin sofre alucinações esquizofrênicas, já que a posição-sujeito denota ouvir vozes, ter visões de um possível amigo imaginário e apresenta, também, traços de ansiedade quanto à finalização das atividades.

Tais alucinações podem ser rastreadas na materialidade imagética pela observação das condições de produção dos discursos/enunciados verbo-imagéticos: tanto pela mudança na coloração – que, de alaranjado, passa para um cenário em escala de cinza –, como, também, pela diferenciação dos traços no desenho do sujeito-animal, que começa a parecer, cada vez mais, com um urso de pelúcia. Além disso, é oportuno acrescentar que essa passagem de cores pode evidenciar que os medicamentos, realmente, estavam fazendo efeito à proporção que o garoto não mais consegue entender o que Haroldo, o tigre, dizia.

Todavia, esse acontecimento esclarece (ao passo que especifica) qual a classe dos medicamentos que o menino faz uso: os psicofármacos. É comum que crianças tenham amigos imaginários, mas, na tirinha, o sujeito-criança é posto sob o efeito de sentido de uma figura desviante na proporção em que apresenta sintomatologias psicopatológicas. Ao embasar-se em efeitos de verdade da psiquiatria, tais sintomas, eventualmente, podem ser aproximados a quadros de esquizofrenia (por ouvir vozes e ter visões ilusórias), ao transtorno de ansiedade, característico ao comportamento esquizofrênico (pela ânsia em finalizar o quanto antes as atividades escolares), entre outras.

De todo modo, embora não saibamos explicitamente qual a patologia do garoto, é a partir da constituição dos efeitos humorísticos que observamos a objetivação do estado de saúde: um sujeito portador de uma psicopatologia, isto é, um sujeito louco, aproximando-nos aos dizeres foucaultianos. Esta objetivação (e, conseqüentemente, a prática discursiva

que o engloba) obedece a vontades de verdade legitimadas pelas instituições médico-psiquiátricas e científicas. Dessa forma, os medicamentos da classe dos psicofármacos agenciam um processo de disciplinamento e controle da loucura, que atuam sobre o corpo e o comportamento de Calvin, e logo passa a obedecer aos preceitos (saber-poder) do dispositivo psiquiátrico, sendo mais uma vez objetivado.

Assim, partindo das análises tecidas a partir da Figura 1, podemos frisar que duas são as instâncias que agenciam a objetivação desse sujeito no dispositivo psiquiátrico. Primeiramente, o saber emerge da instituição médico-psiquiátrica, de forma que as curvas de visibilidade iluminam o sujeito louco. No caso supracitado, o louco foge aos ideais de comportamento saudável, normal, à medida em que apresenta sintomatologias de procrastinação, audição de vozes, entre outros.

Já os regimes de enunciação regram o que podem ser ditos (ou não) no dispositivo, de modo que emolduram a figura do sujeito louco a partir de especificações – isto é, a classificação dos sujeitos em ansiosos e/ou esquizofrênicos. Assim, ao regram o que pode ser dito, os regimes de enunciação acabam por apagar o que não se adequa ao objeto, como os discursos que abarcam sintomas não concernentes às psicopatologias supracitadas.

Segundo, o poder. Essas formas de ver e enunciar as psicopatologias são agenciadas por linhas de força, que, por sua vez, atuam sobre os corpos. No entanto, os saberes que emergem em torno dos processos de terapêutico-farmacológicos materializam as linhas de fuga, isto é, as práticas de

resistência ao dispositivo, de forma que, segundo Prado Filho (2018), modulam a transformação do sujeito louco aos ideais comportamentais socialmente aceitos e, conseqüentemente, objetos dessas relações.

Partindo das reflexões de Gomes (2003), o sujeito passa a ser fabricado, discursivamente, pelo poder e pelo saber, e permanece em constante transformação em consequência das incessantes forças de controle e disciplinamento (ou normatização²⁵) dos dispositivos. Em outras palavras, é a partir das flechas de saber-poder lançadas pelo dispositivo e, intercambiadas pelo discurso, que ocorre a modulação das subjetividades, isto é, promovem a constituição de si. Sobre a materialidade em análise, os modos de subjetivação do garoto ocorrem a partir da assunção de uma identidade em transformação: de sujeito louco a sujeito “normal”, isto é, normatizado pelos medicamentos.

Nas linhas que seguem, aprofundaremos a discussão acerca dos processos de subjetivação promovidos pelo dispositivo médico-psiquiátrico no escopo da pandemia da covid-19, mais especificamente ao grupo dos sujeitos ansiosos.

“Saúde mental na pandemia”: modos de subjetivação e resistência nos relatos de si de Louie Ponto no *Youtube*

A partir das considerações expostas no tópico precedente, é oportuno compreender, também, como o saber-poder

25 A norma pode ser compreendida como o processo de modulação dos sujeitos produzido por regras pré-definidas de ser e de se portar. Logo, permeia a classificação dos sujeitos, tratando-os como sujeitos normais (aqueles cujos comportamentos e corpos estão dentro de moldes socialmente aceitos) e anormais (cujos corpos e comportamentos são desviantes).

que compõe a objetividade do dispositivo médico-psiquiátrico constrói as subjetividades do sujeito ansioso em períodos de pandemia da covid-19. Para que as subjetividades em torno desse sujeito tenham amparo nos discursos psiquiátricos supracitados, é preciso que a instância do saber delineie o objeto, isto é, construa formas de ver e enunciar a ansiedade na pandemia.

Os saberes psiquiátricos que margeiam a ansiedade patológica a conceituam como um transtorno passível de emergir em cenários estressantes e que ofereçam perigos difusos, mesmo que o sujeito não tenha predisposição genética. Sobre os sintomas mais recorrentes, são enumerados o medo incerto, a insônia, os pensamentos pessimistas, variação de humor, a dificuldade de produtividade e de manter contato social, entre outros. Tais sintomas compõem alguns dos signos da sintomatologia que compõem o objeto discursivo da ansiedade, e, mais do que isso: elaboram a subjetividade do enunciador quando em crise.

Por ser compreendido como um status ontológico do ser – partindo dos dizeres foucaultianos – que inclui os sujeitos no cerne da anormalidade dado o grau de adoecimento e diminuição da produtividade, as subjetividades da ansiedade são passíveis de intervenções terapêuticas do dispositivo médico-psiquiátrico. Portanto, ao visualizar o adoecimento dos corpos graças à dinâmica do sistema capitalista – que exige produtividade, competitividade e agilidade num curto período de tempo –, o dispositivo médico-psiquiátrico, munido

de técnicas biopolíticas²⁶, vai incidir flechas de saber-poder sobre os sujeitos visando, nos dizeres foucaultianos, a manutenção da vida do homem-corpo e do homem-espécie, isto é, a melhora/cura dos quadros de adoecimento mental, individual ou coletivo.

Contudo, o dispositivo não rompe de todo com os ideais do capitalismo, visto que busca tratar os sujeitos para que estes estejam mais felizes e, conseqüentemente, mais aptos para a produção. Desse modo, há apenas adaptações para que a saúde mental seja preservada ao máximo na dinâmica capitalista. Essa questão nos leva a evidenciar a existência de linhas de fuga – ou de força, conforme discutido por Deleuze (1996) – que aperfeiçoam o dispositivo médico-psiquiátrico e otimizam a produtividade dos sujeitos sem tantos prejuízos à saúde psíquica.

De todo modo, o ato de resistir aos modos de subjetivação do dispositivo capitalista e neoliberal dá margem para a emergência de novas faces da conjuntura do próprio dispositivo e de modos de subjetivação. Em tempos pandêmicos, por exemplo, este investiu estrategicamente as ações sob os corpos acometidos com a ansiedade, de forma a dar margem à sujeitos cuja identidade amparou-se na busca incessante por cura dos monstros psíquicos quando em isolamento social. Porém, para que se efetivassem, esses modos de subjetivação precisavam, obrigatoriamente, embasarem-se nos sistemas

26 Conforme Foucault (2019), as biopolíticas são técnicas de (bio)poder que intentam a manutenção da vida dos sujeitos a partir do desenvolvimento de estratégias diversas (previsões, medições, estimativas, estatísticas e classificações) para controle e governamento (ou governamentalidade) dos sujeitos. Nesse ínterim, o sujeito é convocado a cuidar tanto de si, da própria saúde, como do outro em reflexo.

de verdades aceitos (ou não) pelo sistema de veridicção²⁷ adotado pelo sujeito – neste caso, os saberes que comportam hodiernamente o âmbito psiquiátrico. Caso contrário, seriam passíveis de exclusão e compreendidos como inúteis.

Para tanto, os sujeitos, para adentrarem nesse regime de verdade da área “psi”, passaram a desenvolver práticas que abarcam a reflexão e o trabalho de si por si, e, partindo das premissas de Foucault (2014), agenciaram esse autoconhecimento por meio de exames da consciência e, principalmente, da confissão do íntimo²⁸ ao Outro (seja ele o profissional da saúde psi – terapeuta, psicólogo, psiquiatra –, familiar/amigo, ou, até mesmo, às redes sociais) para a purificação dos sentimentos e pensamentos tidos como anormais.

Partindo do exposto e, para delinear, de modo mais específico, como a subjetividade e os processos de resistência dos sujeitos ansiosos ao imperativo capitalista foram emoldurados no acontecimento discursivo da pandemia da Covid-19, em 2020, é interessante voltarmos para a Figura 2, coletada no canal Louie Ponto, no Youtube:

27 Foucault (2016) entende que as subjetividades são constituídas tendo como embasamento a aceitação (ou a rejeição) de determinadas vontades de verdade (conjunto de saberes e discursos validados socialmente), disseminadas nas práticas discursivas. Por isso, afirma que as estão intimamente atreladas ao que o filósofo denominou de *sistemas de veridicção*, isto é, sistemas de vontades de verdades específicas.

28 Denominado também de *parresia* para o filósofo.

Figura 2 - Vídeo Saúde mental na quarentena



[...] a questão é que tudo isso [pandemia e quarentena] que a gente tá vivendo traz uma série de consequências, inclusive para a nossa saúde mental. [...] Eu queria bater esse papo com vocês porque tá difícil pra mim, e sei que está difícil para muita gente. [...] Viver um momento desse tipo é complicado pra todo mundo, principalmente para pessoas neurodivergentes e que têm algum tipo de transtorno – ansiedade, pânico, depressão, enfim... Nas últimas duas semanas, eu não sei como foi pra vocês, mas eu não consegui fazer absolutamente nada. Pra não dizer que eu não fiz nada, fiz dois bolos... e foi isso. Mas eu não consegui trabalhar, limpar a casa, ler um livro, ver um filme, maratona uma série, não coloquei nenhum projeto em prática que eu “tava” guardando, não fiz vídeo aula de dança, não decidi fazer nenhum curso à distância. E eu “tô” vendo esse movimento na internet de “faça tudo isso”, “aproveite a quarentena”... mas aí é muito bizarra essa lógica de dar continuidade à produtividade durante uma pandemia, porque, sei lá, é meio desumano. Eu sei que é assim que funciona o capitalismo, e, talvez, seja impossível falar sobre saúde mental individual e coletiva [...] se a gente não pensar as nossas estruturas. Eu tenho a impressão que a gente vai meio que reproduzindo essa estrutura em todos os âmbitos da nossa vida, tipo “Estamos em quarentena e como podemos aproveitar esse momento”. [...] É muito importante viver esse luto – porque isso é um luto –, e desacelerar também é fundamental. Eu passei quinze dias com enxaqueca e ansiosa, eu chorei várias vezes – e ainda choro –, eu só conseguia fazer o básico. Acordar, levantar, tomar banho, comer, cuidar das minhas gatas... e, HOJE, eu “tô” gravando esse vídeo. Eu já trabalhava em casa, então, a quarentena não alterou a minha estrutura de trabalho, mas mudou a minha organização, inclusive financeira, porque todos os eventos foram cancelados. Então, durante esses quinze dias, eu comecei a me cobrar e questionar “Qual é a dificuldade de continuar com a minha estrutura de trabalho?”. Isolamento social nunca foi um desafio tão grande pra mim – na verdade, o meu desafio era sair de casa e socializar. [...] Um grande desafio pra mim, agora, é encontrar um equilíbrio minimamente saudável pra que eu me informe, sem que isso prejudique a minha saúde mental. [...] Em segundo lugar, eu “tô” tentando manter uma rotina, e isso não significa fazer várias coisas, mas FAZER coisas. [...] Fazer isso me dá a sensação de controle da minha vida e também me traz a compreensão de que eu fiz coisas durante o dia, nem que seja o básico – porque, às vezes, fazer o básico é muito difícil e a gente precisa valorizar essas conquistas. [...]

Fonte: Youtube (2020)

A materialidade discursiva exposta trata-se de um vídeo do canal Louie Ponto, na plataforma do Youtube. Este leva o nome da proprietária, Louie Ponto, a qual é formada em

Letras e mestre em Literatura, vegetariana, feminista, lésbica e ansiosa²⁴. No Youtube, estreou em 2008 com postagens tímidas sobre músicas, mas, hoje em dia, a jovem confessou numa entrevista à Revista Glamour (2018) que utiliza o espaço virtual para dar voz a temáticas sociais relevantes, como o feminismo, o movimento LGBTQIA+, a ansiedade, entre outros. No mês de março de 2021, o canal contava com 668 mil inscritos.

Com a temática da ansiedade na quarentena não foi diferente. Como podemos visualizar no vídeo intitulado Saúde mental na quarentena, os enunciados orais que compõe a materialidade destacada englobam questões voltadas para a manutenção da saúde mental na quarentena, principalmente para aqueles sujeitos neurodivergentes e/ou acometidos com algum transtorno, a exemplo da ansiedade, da depressão, entre outros. Nele, o sujeito que enuncia, Louie Ponto, traz à baila essas discussões sob a ótica particular das experiências pessoais de um sujeito ansioso na quarentena, pois, como a própria posição designa no decorrer do vídeo, é acometida com ansiedade social.

Dito isso, torna-se necessário salientar que este vídeo, por ter sido postado em 1 de Abril de 2020, marca uma das primeiras séries discursivas da ansiedade no acontecimento discursivo da pandemia da covid-19, visto que aborda as problemáticas e as dificuldades de cunho mental (a exemplo da ansiedade) evocadas pelo isolamento social, mais especificamente durante as duas primeiras semanas em que o lockdown foi decretado em todo país. Por este motivo, as práticas discursivas que a compõe também obedecem a re-

gras delimitadas pelas instituições médico-psiquiátricas, mais particularmente pelo dispositivo médico-psiquiátrico que atua sob o corpo ansioso no acontecimento da pandemia da covid-19.

Assim sendo, esta materialidade é singularizada graças ao entrecruzamento de alguns outros discursos provenientes de campos associados distintos, mas que se correlacionam. Podemos identificar, então, os de cunho psiquiátrico (que envolvem a saúde mental, por exemplo: “[...] Viver um momento desse tipo é complicado pra todo mundo, principalmente para pessoas neurodivergentes e que tem algum tipo de transtorno – ansiedade, pânico, depressão, enfim...” (YOUTUBE, 2020, s.p.); higienistas (isolamento em virtude da Covi-19: “[...] a questão é que tudo isso [pandemia e quarentena] que a gente tá vivendo traz uma série de consequências.” (YOUTUBE, 2020, s.p.) e da estrutura socioeconômica (adoecimento mental em virtude do capitalismo e da correlação com as exigências de produtividade: “[...] é muito bizarra essa lógica de dar continuidade à produtividade durante uma pandemia, porque, sei lá, é meio desumano. [...] tipo ‘Estamos em quarentena e como podemos aproveitar esse momento.’” (YOUTUBE, 2020, s.p.).

Além disso, podemos citar outros fatores de singularização da materialidade e dos sentidos: primeiramente, a apresentação da temática “saúde mental na quarentena” parte não da voz do sujeito profissional da área psi (validado pela instituição médico-psiquiátrica), mas, sim, da voz subjetivante do próprio sujeito ansioso, em tom confessional. Este, por já sofrer com ansiedade social, experiencia a

intensificação dos sofrimentos evocados pelo isolamento, pontuações essas que podem ser percebidas, por exemplo, nos enunciados “Nas últimas duas semanas, eu não sei como foi pra vocês, mas eu não consegui fazer absolutamente nada. [...]” (YOUTUBE, 2020, s.p.).

Essa passagem denota, portanto, os sentimentos de exaustão e incontrolabilidade das emoções do sujeito dada a atmosfera de estresse, tensão, ansiedade, além da mudança na rotina – um dos elementos cruciais para o desgaste da saúde mental – os quais fazem com que o funcionamento psicofisiológico seja extremamente atingido. Além dos enunciados orais, outros, de cunho visual (corporal e comportamental), também denunciam esse desgaste, como é o caso das expressões de tensão denotadas pelo sujeito que enuncia: ambos os ombros encontram-se enrijecidos, porém, enquanto o esquerdo aparece um pouco mais levantado, o direito articula-se aos gestos da mão, um pouco mais abaixo que o outro, retomando efeitos de sentido de alguém que procede uma explicação e/ou segura, metaforicamente, o peso das próprias emoções, por vezes cansativas; corroborando essas ideias, podemos identificar o rosto também tensionado, evidenciado por um semblante sério, sem sorrisos, bem como a cabeça cabisbaixa e olhar cansado.

Ao enunciar, este sujeito se arrisca ao expor sentimentos tidos como anormais e passíveis de exclusão, conforme considera as instituições médico- psiquiátricas, questão que pode ser identificada pelo próprio comportamento tenso (enunciados visuais) ao confessar as angústias sentidas. Contudo, utiliza-se da estratégia de aproximação dos sujeitos es-

pectadores (inscritos ou não no canal, já que é público) à medida em que não apenas fala sobre si, sobre suas experiências em primeira pessoa (“[...] eu não consegui [...]” (YOUTUBE, 2020, s.p.), mas, também, engloba o público por meio do uso da segunda pessoa do plural “[...] não sei pra vocês [...]” (YOUTUBE, 2020, s.p.) – prática comum entre os youtubers.

Essa oscilação entre a primeira e segunda pessoa – eu e vocês – provoca sensações de identificação entre a posição sujeito de Louie Ponto e o público, que, em virtude do cenário estressante da pandemia, também enfrenta, eventualmente, sintomas parecidos – mas não iguais, haja vista o caráter subjetivo e particular da sintomatologia para cada sujeito. Isso justifica o uso dos termos de dúvida e adversativos “[...] Não sei para vocês, mas [...]” (YOUTUBE, 2020, s.p.). Assim, ao expor-se, e, ao mesmo tempo, buscar sempre aproximar as experiências do público as suas, a posição sujeito prima por provocar no outro (espectadores) sensações de empatia, identificação e compaixão, fator que auxilia na diminuição da rejeição evocada pelo quadro de anormalidade.

Destarte, examinar e relatar as próprias experiências em vídeo auxilia, para o sujeito que enuncia, a expurgação dos fantasmas psíquicos e a objetivação, eventualmente, dos pensamentos. Além disso, a conexão gerada com o público também faz emergir sensações positivas e catárticas, já que, de alguma forma, está ajudando alguém a melhorar os quadros de sofrimento psíquico. Podemos observar essas ocorrências nos enunciados “[...] E eu vou tentar produzir um conteúdo que me faça bem, e eu espero que faça bem a outras pessoas também [...]” (YOUTUBE, 2020, s.p.).

Posto isso, podemos pensar também que divulgar um relato de si não mais por meios de comunicação tidos como formais (noticiários ou blogs médicos), e, sim, por um canal do próprio sujeito, de cunho informal – e, de certa maneira, voltado para o entretenimento nos meios virtuais – intensifica o teor de subjetividade do dizer, uma vez que, na enunciação, predomina a visão particular de um ansioso, e não o olhar objetivante das posições jornalísticas, médicas e psiquiátricas, as quais utilizam as vozes do jornalista e do psiquiatra como aportes para corroborar as questões defendidas. Esses fatos trazem à tona as considerações de Sacramento (2018) quando reflete sobre a retórica do testemunho e a possibilidade de elaborar a si a partir das confissões dos traumas, na proporção em que falar de si reafirma a subjetividade ansiosa de Louie Ponto.

Aprofundando, então, as análises aos postulados foucaultianos, vale dar destaque ao ato de confissão discorrido pela posição que enuncia. Esse ato de estabelecer relações de exame-confissão dos comportamentos e sentimentos negativos durante o período de isolamento na pandemia deixa entrever que o sujeito em questão, primeiramente, assume para si as verdades disseminadas no sistema de veridicção médico-psiquiátrico para o corpo ansioso, para, então dar prosseguimento à confissão da verdade de si.

Essas verdades, mais uma vez, envolvem compreender, a partir da ótica psiquiátrica, o transtorno de ansiedade como uma patologia passível de emergir em períodos de estresse e desgaste intenso (como podemos identificar nos enunciados “[...] Viver um momento desse tipo é complicado [...]),

principalmente para pessoas neurodivergentes e que têm algum tipo de transtorno – ansiedade, pânico, depressão” (YOUTUBE, 2020, s.p.), em que os verbos “viver” e “tem” no modo afirmativo intensificam a ideia de que há um entendimento – isto é, um saber – que o precede e, ao mesmo tempo, valida); bem como os modos de ver e enunciar as sintomatologias específicas em detrimento de outras enfermidades (“[...] passei quinze dias com enxaqueca e ansiosa, eu chorei várias vezes – e ainda choro –, eu só conseguia fazer o básico. Acordar, levantar, tomar banho, comer, cuidar das minhas gatas [...]” (YOUTUBE, 2020, s.p.), enunciados em que os sintomas psicossomáticos – choro, enxaqueca, falta de animo – validam o diagnóstico);

Somados a esse entendimento, os regimes de verdade – modulados pelas relações de saber-poder da psiquiatria – também delimitam ações corretas para agir diante do sofrimento psicológico decorrente à ansiedade, como é o caso, por exemplo, da aceitação dos acontecimentos (“[...] E é muito importante a gente viver um dia de cada vez.” (YOUTUBE, 2020, s.p.), do acolhimento dos sentimentos e das crises (“[...] Alguns dias, eu vou acordar me sentindo bem, fazendo várias coisas. [...] Mas sei que outros dias vão ser mais difíceis, e ‘tá’ tudo bem. ‘Tá’ tudo bem sentir essa variação de humor e de energia porque a gente “tá” vivendo um momento de exceção [...]” (YOUTUBE, 2020, s.p.).

Portanto, tendo assumido para si as proposições dispostas no sistema de veridicção da psiquiatria hodierna, a posição sujeito que enuncia identifica o que, em seu comportamento

e pensamento, não concerne ao “verdadeiro”²⁹, por meio de um exame bioascético dos pensamentos (já que envolve o exame, o controle e a renúncia de si, todos embasados em ideias de saúde psiquiátrica). Uma vez entendido o que em si não é aceito, este é levado a confessar os pensamentos disfuncionais como forma de redimir e purificar-se para adentrar novamente no campo da normalidade.

Essa confissão denotada na materialidade discursiva da Figura 2, em particular, adquire teor parresiástico, pois, ao expor uma verdade de si que contrasta aos ideais exigidos pelo sistema de veridicção da psiquiatria, a posição sujeito representada por Louie Ponto corre o risco de ser excluída em virtude da assunção do lugar de sujeito desviante. Contudo, confessar é essencial para que não seja excluída, pois, ao passo em que assume para si a necessidade de terapeutização, prova para o outro certa “submissão” aos preceitos da ordem do discurso psiquiátrico.

Enquanto todo esse processo ocorre, os próprios posicionamentos e ações do sujeito em questão (os quais denotam modos de governamentalidade específicos) passam a ser modulados mediante os saberes e os poderes médicos-psiquiátricos, assim como podemos observar nos enunciados “[...] eu ‘tou’ tentando manter uma rotina, e isso não significa fazer várias coisas, mas FAZER coisas [...]”, e “[...] é muito importante a gente viver um dia de cada vez. [...]” (YOU-

29 Nesse caso, o “não verdadeiro” (ou anormal) do campo psíquico, conforme a lógica capitalista, são aqueles sentimentos disfuncionais que oferecem sofrimento psicofisiológico e, conseqüentemente, diminuem a produtividade do corpo. Por outro lado, os comportamentos e sentimentos considerados funcionais (ou normais) são os estados de felicidade.

TUBE, 2020, s.p.). Desse modo, tentar manter uma rotina e voltar os pensamentos para os acontecimentos do presente constituem-se como estratégias biopolíticas de governo para os sujeitos ansiosos embasadas nos riscos de ter novas crises de ansiedade.

De toda forma, a subjetividade do sujeito ansioso passa a ser modulada pelo dispositivo médico-psiquiátrico na medida em que este vai passando de sujeito apático e em sofrimento psíquico à sujeito autônomo de si, reconhecedor da anormalidade e em busca de tratamento quando põe em prática as técnicas de exame-confissão: “[...] Eu sou a pessoa que ‘tá’ tentando ficar bem e é sobre isso [...]” (YOUTUBE, 2020, s.p.), em que o pronome em primeira pessoa, “Eu”, seguido do verbo “sou” conjugado no presente do indicativo, assevera a ideia de que este assume para si uma identidade em processo de cura, e enfatizado pelo recorte “[...] ‘tá’ tentando ficar bem [...]” (YOUTUBE, 2020, s.p.).

Desse modo, é possível dizer ainda que, além dos sintomas da ansiedade, alguns dos principais fatores de intensificação do quadro (e de singularização dessa subjetividade) na pandemia foram os riscos de voltar a sentir medos excessivos quanto ao contato social já superados – questão que a faz, precocemente e sem comprovações palpáveis, preocupar-se com o futuro (sintoma típico da ansiedade), como podemos observar nos enunciados “[...] Eu tenho um pouco de medo do que vai acontecer depois, fico com receio de não retomar uma rotina social... [...]” (YOUTUBE, 2020, s.p.) – e pela necessidade de manter-se em constante produção, mesmo diante de todo o caos e crise que se estabeleceu no mundo (enfa-

tizada nos enunciados “[...] qual é a dificuldade de continuar com a minha estrutura de trabalho?” (YOUTUBE, 2020, s.p.), tendo em vista que esta sempre trabalhou em casa).

Este último, o imperativo do bem-estar em prol da produção, mais uma vez retoma as considerações em torno das exigências do dispositivo capitalista, uma vez que este busca, por meio da disseminação dos discursos da produtividade, o disciplinamento e o controle dos corpos. Essas percepções podem ser ilustradas nos enunciados “[...] Eu ‘tou’ vendo esse movimento na internet de ‘faça tudo isso’, ‘proveite a quarentena?’...” e “[...] ‘Estamos em quarentena e como podemos aproveitar esse momento’” (YOUTUBE, 2020, s.p.), mediante o uso de verbos no imperativo.

À vista disso, conforme Foucault (2018), a lógica imperante pode ser resumida no seguinte pensamento: quanto maior for o quantitativo de produção, maior o valor do sujeito, mesmo que o desgaste fisiológico seja uma consequência. Contudo, esse ideal desconsidera a natureza humana dos sujeitos, como, por exemplo, a necessidade do descanso, do lazer e do sono, fatores importantíssimos para a manutenção da saúde psicofisiológica. Isso faz com que sejam obrigados a adotar para si ações e comportamentos de produção extrema sob a prerrogativa da utilidade. Caso não aceitem adentrar nessa ordem do discurso capitalista, são passíveis de exclusão, haja vista a “inutilidade” ser encarada como anormal.

Por esse motivo, a angústia de não conseguir produzir, mesmo que as exigências sejam essas, faz com que o quadro ansioso relatado por Louie seja intensificado. Como consequência, as dinâmicas do dispositivo capitalista supracitado

– ainda embasado nos resquícios dos primeiros moldes do capitalismo, pois focaliza o sequestro do corpo e da utilidade para a produção – vem sendo rejeitadas. Entre tantos motivos, as crescentes estatísticas no que concerne às doenças incapacitantes, de cunho psíquico e físico, geradas pelas relações de produção se tornam umas das principais questões impulsionadoras.

É, portanto, como forma de resistência a esses ideais capitalistas que a posição que enuncia, ao ser objetivada pelos saberes e poderes do dispositivo médico-psiquiátrico – que prima pela saúde mental –, assevera: “[...] é muito bizarra essa lógica de dar continuidade à produtividade durante uma pandemia, porque, sei lá, é meio desumano” (YOUTUBE, 2020, s.p.). Assim, observamos mais uma vez a objetivação construindo os pontos de vista da posição que enuncia, e, conseqüentemente, denotando nuances da própria subjetividade de Louie, de modo a deixar evidente que, assim como pontuado por Foucault (2016) e Prado Filho (2018), os sujeitos podem aceitar ou recusar determinados modos de subjetivação para produzir a si.

Não obstante disso, a posição sujeito de Louie introjeta em seus pensamentos e ações essas proposições, de forma que busca, como obrigação, ficar bem ao seguir os “passos terapêuticos” delimitados pelo dispositivo médico-psiquiátrico: “[...] estou tentando ficar bem [...]” (YOUTUBE, 2020, s.p.). Tais enunciados retomam a ideia de que esse processo não ocorre de forma linear, mas, sim, necessita do esforço e responsabilidade constante por parte do sujeito para atingir altos estágios de felicidade.

Contudo, o abarcamento do sujeito pelo dispositivo ocorre de maneira sutil, fazendo-o compreender que é dono das próprias vontades, ações e, principalmente, das formas de ser e ser visto. Aplicando esse pensamento à materialidade discursiva da Figura 2, podemos identificar a preferência pela afetividade nos enunciados em que a posição representada por Louie reflete sobre as pressões referentes ao quantitativo da produtividade, apelando para os efeitos nefastos sobre o corpo mental na pandemia:

[...] E eu “tou” vendo esse movimento na internet de “faça tudo isso”, “aproveite a quarentena”... mas aí é muito bizarra essa lógica de dar continuidade à produtividade durante uma pandemia, porque, sei lá, é meio desumano. Eu sei que é assim que funciona o capitalismo, e, talvez, seja impossível falar sobre saúde mental individual e coletiva [...] se a gente não pensar as nossas estruturas. Eu tenho a impressão que a gente vai meio que reproduzindo essa estrutura em todos os âmbitos da nossa vida, tipo “Estamos em quarentena e como podemos aproveitar esse momento”. [...] É muito importante viver esse luto – porque isso é um luto –, e desacelerar também é fundamental. (YOUTUBE, 2020, s.p.).

Ao observar a dinâmica capitalista, esta – embasando-se mais uma vez na tríade saber-poder-verdade do dispositivo médico-psiquiátrico – posiciona-se de forma crítica (ao compreender as relações como problemáticas estruturais) e, ao mesmo tempo, empática (ao validar os sentimentos e emoções dos sujeitos diante o acontecimento discursivo da pandemia, como, por exemplo, o luto). Priorizar e valorizar, então, a saúde mental como estratégia biopolítica e de governo na sociedade de controle, resulta, eventualmente, em melhores rendimentos de produtividade, diferentemente do

que ocorria com o sistema capitalista tradicional, anteriormente citado, haja vista os níveis de desgaste dos sujeitos, os quais são a fonte da força de trabalho.

Dessa forma, a subjetividade da posição de Louie passa a ser fabricada como uma consequência ao processo de objetivação do dispositivo médico- psiquiátrico, de forma que o respectivo dispositivo passa a representar, em conformidade com as ideias foucaultianas, o olhar do outro. Louie, portanto, é representada como um sujeito acometido pelos sintomas da ansiedade que se encontra em constante luta e resistência para adentrar nas ideias de normalidade exigidos pelo dispositivo (e instituições) médico-psiquiátrica, mas, sempre respeita os próprios limites biológicos:

[...] As ferramentas que a gente já conquistou, a gente já conquistou. E é muito importante a gente viver um dia de cada vez. [...] Eu sou a pessoa que ‘tá’ tentando ficar bem e é sobre isso. [...]. E eu vou tentar produzir um conteúdo que me faça bem, e eu espero que faça bem a outras pessoas também. Não vou garantir de fazer vídeo toda semana, mas posso garantir que vou me cuidar e espero que vocês se cuidem também. (YOUTUBE, 2020, s.p.).

Isso posto, produzir conteúdos que façam bem, não estabelecer metas rígidas quanto a produção dos vídeos e viver um dia de cada vez são procedimentos estratégicos de cuidado de si que buscam priorizar os limites biológicos de cada sujeito. Esse fato nos remete a Oliveira (2011), quando mencionou que o cuidado de si se porta tanto como “pontos de partida” ao modular as subjetividades; quanto os “pontos de chegada” ao permitir que os sujeitos sejam livres para aceitarem ou não as normas delineadas pelos dispositivos e,

assim, assumirem para si formas de existência sob diversas possibilidades. Este último processo, ao envolver a liberdade do sujeito para constituir a si, é entendido como formas de subjetivação, conforme Prado Filho (2018).

Além do mais, vale destacar que não só o cuidado de si é aparente na materialidade discursiva da Figura 2, mas, também, o cuidado do outro é possibilitado, assim como identificamos nas passagens: “[...] e eu espero que faça bem a outras pessoas também [...]” e “[...] espero que vocês se cuidem também [...]” (YOUTUBE, 2020, s.p.). Estando, de modo reverso, os seguidores no papel do si, estes elaboram os modos de agir e de existir a partir de uma referência, um Outro – que, neste caso, é representada pela posição de Louie. Logo, o processo do cuidado de si e do outro acaba portando-se de modo bilateral e cíclico, assim como assevera Foucault (2010).

Conclusão

Diante do que foi exposto até então, é possível identificar o funcionamento do dispositivo agindo sobre os modos de subjetivação do sujeito. De todo modo, essas relações que permeiam a resistência às proposições do dispositivo capitalista tradicional em detrimento à aceitação do dispositivo médico-psiquiátrico, tomando como base os postulados foucaultianos, envolvem diretamente a atuação específica de poderes atrelados aos sistemas de veridicção em voga.

Resumidamente, consideramos que os atos da posição de Louie, os quais envolvem vigiar os comportamentos, exa-

minar os pensamentos disfuncionais, confessar sob a forma de parresía a verdade do seu ser e aplicar técnicas psicoterápicas como forma de cuidado e governo de si, todas embasadas nos discursos da autonomia e do risco de adentrar em novas crises, modulam a forma desse sujeito enxergar e produzir a si: sujeitos que, apesar das crises, lutam por dias melhores e, sobretudo, resistem às intempéries da vida (e da psiquê).

Referências

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? Tradução de Nilcéia Valdati. **Outra travessia**, Ilha de Santa Catarina, v. 1, n. 5, p. 9-16, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/download/12576/11743>. Acesso em: 25 fev. 2020

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. A história em jogo: a atuação de Michael Foucault no campo da historiografia. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 79- 100, jan./dez. 2004.

ALEXANDRE, Elizabete. Louie Ponto: mulher, feminista, lésbica, vegetariana, youtuber e muito inspiradora. **Revista Glamour**, [s.l.], 2018. Disponível em: <https://revistaglamour.globo.com/Lifestyle/Must-Share/noticia/2018/05/louie-ponto-mulher-feminista-lesbica-vegetariana-youtuber-e-muito-inspiradora.html>. Acesso em: 23 Nov. 2020

APA AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento et al.; revisão técnica de Aristides Volpato Cordioli et al. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <http://aempreendedora.com.br/wp-content/uploads/2017/04/Manual-Diagn%0>

C3%B3stico-eEstat%C3%ADstico-de- Transtornos-Mentais-
-DSM-5.pdf. Acesso em: 09 set. 2018.

CANAL LOUIE PONTO. **Saúde mental na quarentena.**
Youtube. 2020. (13m05s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JIof2PXlQ20>. Acesso em: 25 set. 2020.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo. In: DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana.** Tradução e prefácio de Edmundo Cordeiro. Lisboa: Editora Vega, 1996. p. 155-161. Disponível em: http://www.uc.pt/iii/ceis20/conceitos_dispositivos/programa/deleuze_dispositivo. Acesso em: 25 set. 2020.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault:** uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito.** 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. Direito de morte e poder sobre a vida. In: FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade:** a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018. p. 145-174. (Coleção História da sexualidade, v. 2).

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica.** Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectivas, 2017b.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 9. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Subjetividade e verdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no Jornalismo**: discorrer, disciplinar, controlar. São Paulo: Hacker Editores, Edusp, 2003.

LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. Babilônio somos. A modo de apresentação. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel**: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 7-30.

LIVRARIA DA FOLHA. Conheça a história de Calvin & Haroldo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 abr. 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/2014/11/1548662-conheca-a-historia-de-calvin-haroldo.shtml>. Acesso em: 12 Abr. 2021

OS REMÉDIOS estão funcionando. **Complexo Geek**, [s.l.], 25 abr. 2012. Disponível em: <http://complexogeek.com/2012/04/25/calvin-os-remedios-estao-funcionando-calvin-haroldo>. Acesso em: 13 maio 2020.

PRADO FILHO, Kleber. Estetização da subjetividade: formas contemporâneas de cuidado e produção de si mesmo. **Cadernos Discursivos**, Catalão-GO, v. 2, n 1, p. 92-103, 2018. (Edição Especial).

SACRAMENTO, Igor. A era da testemunha: uma história do presente. **Revista Brasileira de História da Mídia**, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 125-140, jan./jun. 2018.

FRAUDE DENTRO DA BOLHA: Eleições Presidenciais de 2022 à luz da Dissonância Cognitiva em um grupo de Telegram

João Paulo Eufrázio de Lima (UVA)

Isadora Oliveira do Nascimento (UFRN)

Considerações iniciais

O pleito eleitoral de 2022 foi marcado por uma acirrada disputa entre os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores - PT) e Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal - PL). As eleições, vencidas pelo candidato Lula, eleito pela terceira vez presidente do Brasil, com 59.563.912 votos (50,83% dos votos válidos) contra 57.675.427 votos (49,17% dos votos válidos) de Bolsonaro, então candidato à reeleição, geraram diferentes reações dos setores da sociedade.

Não obstante a diplomação³⁰ do candidato eleito, momento solene em que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), instância jurídica máxima da Justiça Eleitoral brasileira, realiza a entrega do diploma que atesta a habilitação dos candidatos ao exercício do cargo político, a lisura das eleições presidenciais continuou sendo alvo de dúvidas por grupos ligados ao candidato derrotado.

Milhares de pessoas inconformadas com o resultado foram para as portas de quartéis ao redor do país e outros

30 TSE entrega diplomas de presidente e vice-presidente da República a Lula e Alckmin. **TSE**. 12 dez. 2023. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Dezembro/tse-entrega-diplomas-de-presidente-e-vice-presidente-da-republica-a-lula-e-alkmin>. Acesso em: 07 mar. 2023.

tantos realizaram paralisações em várias estradas, afirmando, sem qualquer evidência, haver uma fraude nas eleições presidenciais. Além disso, esse movimento golpista passou a pedir intervenção militar utilizando indevidamente, dentre os argumentos, o Artigo 142 da Constituição, que versa sobre a regulamentação das Forças Armadas e sua constituição.

Acerca dos questionamentos lançados sobre o sistema eleitoral, os quais resultaram em uma profunda recusa de parte da população em aceitar o resultado das eleições, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes afirmou, em um evento do grupo empresarial Lide, realizado nos Estados Unidos, e publicado pelo jornal *O Tempo*³¹, que tais movimentos apontam para um "estado de dissonância cognitiva coletiva" que pode ter transformado a sociedade e que notou-se "o surgimento de um populismo embalado por um discurso de ódio disseminado por soluções de tecnologia com alcance nunca antes visto".

O discurso proferido pelo movimento golpista buscava fundamentos de existência em brechas constitucionais que, à luz da própria Constituição, não se sustentavam, mas que, dentro da bolha bolsonarista, resvalavam com profunda solidez, sobretudo nos meios virtuais. Tal discurso, bem como as justificativas fundantes, tinham por intuito a redução da angústia motivada pela incoerência gerada pela certeza de que seu candidato seria eleito versus o que de fato ocorreu: a

31 GILMAR: Há 'dissonância cognitiva coletiva' com recusa ao resultado das eleições. **O tempo**. 14 nov. 2022. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/judiciario/gilmar-ha-dissonancia-cognitiva-coletiva-com-recusa-ao-resultado-das-eleicoes-1.2766192>. Acesso em: 20 jan. 2023.

derrota. Não havia, assim, correspondência entre a cognição e a realidade.

Tal ocorrência pode apontar para a manifestação do que Festinger (1968) denominou de dissonância cognitiva, que reverberou de modo coletivo, gerando, dados os principais meios de proliferação, a ocorrência do efeito das bolhas-filtro propostas por Pariser (2012).

Assim, objetivamos, neste trabalho, analisar a crença na fraude nas eleições presidenciais de 2022 à luz da dissonância cognitiva (FESTINGER, 1975) e do fenômeno das bolhas-filtro (PARISER, 2012) e câmaras de eco (SUNSTEIN, 2001,2007). Para organizar a tese proposta, organizamos o trabalho em cinco subtópicos, além destas considerações iniciais: no item 2, trazemos uma breve explanação sobre a Dissonância Cognitiva. no 3, abordamos as temáticas de bolhas-filtro e câmaras de eco; no 4, apresentamos os fundamentos metodológicos do trabalho; no 5, realizamos análise do *corpus* à luz da base teórica aqui proposta.

Da Dissonância Cognitiva

A investigação acerca do pensamento dos indivíduos, suas visões e como influenciam uns aos outros, ou seja, como o comportamento humano é moldado pelas influências sociais, é objeto de estudo da psicologia social (MYERS, 2014, p. 28).

Dentre os muito relevantes estudos realizados dentro da psicologia social, para fins deste trabalho, nos deteremos à Dissonância Cognitiva, proposta pelo psicólogo Leo Fastin-

ger, professor de psicologia social da Universidade de Stanford, em 1968.

Segundo Festinger, o ser humano, em seu estágio natural de desenvolvimento, possui ideais consonantes, coerentes e ideais dissonantes, ou seja, incoerentes, incompatíveis, discordantes, quando da comparação de elementos como fatos e opiniões.

O trabalho do psicólogo teve por foco a angústia gerada no psicológico humano a partir da percepção, consciente, acerca das próprias incoerências, como crenças contraditórias sobre algum aspecto relevante ou opiniões incompatíveis relacionadas a algum assunto importante para si. O desconforto mental gerado pela percepção de incoerência recebeu a nomenclatura de dissonância cognitiva. (FESTINGER, 1975).

Assim, há formação da dissonância cognitiva quando, a partir da incompatibilidade gerada pela falta de harmonia entre ideias, sentimentos ou comportamentos, consigo próprio ou com outrem, o indivíduo passa a viver um conflito interno, gerando um severo desconforto (FESTINGER, 1975, p. 11-15).

Segundo Festinger (1975), visando minorar ou livrar-se da angústia mental gerada, o sujeito adotará atitudes que dependerão do grau de dissonância, o que, por sua vez, dependerá do valor dos elementos postos em contradição. Tais atitudes, porém, estão mais voltadas para a mudança de comportamento do que para o abandono da crença ou opinião que motivou o conflito interno.

O indivíduo passa a ter maior seletividade nas informações, buscando aquelas que correspondam às suas crenças, ações ou decisões tomadas a priori e que foram postas em xeque, seja por uma atitude própria ou causada por outra pessoa com opinião divergente, por exemplo. Um dos exemplos trazidos por Festinger é sobre o fumante habitual que é alertado sobre os riscos gerados à saúde pelo tabaco.

Esse conhecimento é certamente dissonante com a cognição de que continua a fumar. Se estiver certa a hipótese de que haverá pressões para reduzir essa dissonância, o que se esperaria que essa pessoa faça? 1. Ela poderá simplesmente mudar a sua cognição sobre o seu comportamento modificando as suas ações; isto é, poderá deixar de fumar. Se já não fuma mais, então a sua cognição do que faz é consonante com o seu conhecimento de que o fumo é nocivo à saúde. 2. Ela poderá mudar os seus ‘conhecimentos’ sobre os efeitos do fumo. Isso parece ser uma forma algo peculiar de expressá-lo, mas traduz perfeitamente o que deve acontecer. A pessoa talvez acabe por acreditar, simplesmente, que o fumo não tem quaisquer efeitos deletérios ou por adquirir tantos ‘conhecimentos’ sobre os bons efeitos do fumo que os aspectos nocivos tornar-se-ão desprezíveis. Se conseguir mudar o seu conhecimento de uma ou outra dessas maneiras, terá reduzido, ou mesmo eliminado, a dissonância entre o que faz e o que sabe [...]. (FESTINGER, 1975, p. 15).

A proposta de Festinger motivou diversos estudos e experimentos, dentre eles, um que se deu com fumantes, que, conforme Aronson, Wilson e Akert (2016), buscavam tratamento visando abandonar o hábito, porém, logo retornavam ao vício e passavam a minimizar os riscos do cigarro, apresentando justificativas (para diminuir a dissonância gerada pela consciência dos riscos à saúde), como apontando o

suposto caráter inconclusivo dos estudos que relacionavam câncer ao cigarro.

Assim, diante de uma situação de dissonância, o indivíduo poderá eleger informações que corroborem ou justifiquem seu próprio pensamento ou atitude, adicionando elementos cognitivos consonantes aos seus ideais, bem como poderá simplesmente ignorar elementos cognitivos dissonantes (DAVIDOFF, 2001, p. 360).

No âmbito da Linguística, Nascimento e Lima-Neto (2022) analisaram eventos ocorridos na CPI da Covid-19 à luz da dissonância cognitiva, tendo como base depoimentos de pessoas aliadas ou componentes do alto escalão do Governo Bolsonaro. Os autores concluíram que havia uma clara convergência de justificativas para a adoção de medicamentos sem comprovação de eficácia, de protocolos médicos contrários às recomendações dos órgãos mundiais de saúde, aplicativo (que prescrevia medicações sem a necessidade de exames) baseado em *papers* de baixa qualidade técnica, dentre outros pontos que adicionavam elementos cognitivos que somente reforçavam o discurso negacionista, de modo que, os elementos dissonantes, como as pesquisas científicas de alto grau de confiabilidade e os protocolos da OMS, eram ignorados por serem cognitivos dissonantes.

Tal discurso foi aceito e perpetuado por grande parte da população, o que manifesta o poder da dissonância cognitiva em termos coletivos, de modo que os sujeitos, visando evitar ou minorar a angústia mental causada pela dissonância cognitiva, acabam se pautando pelo viés da confirmação, recorrendo, para tanto, aos efeitos promovidos bolhas-filtro

e câmaras de eco para a formação de consciências comunitárias baseadas em um propósito comum: a seletividade informacional, conforme veremos no tópico a seguir.

Sobre Bolhas e Câmaras de Eco

Vários trabalhos têm discutido as redes sociais como um novo espaço público (HABERMAS, 1984, 1999) que trazem consigo novas formas de difusão e consumo de informações (cf. BASTOS, 2011).

Recentemente, ao contrário das visões anteriores mais otimistas em relação à contribuição que as redes sociais teriam para a difusão do contraditório, portanto servindo ao fortalecimento da democracia a partir da livre difusão de informações (cf. CASTELLS, 1999; LEVY, 2010), percebe-se, sobretudo após o escândalo das *fake news* na eleição americana de 2016 (cf. ALCOTT; GENTZKOW, 2017) que os usuários das redes adquiriram um papel de *prosumer* (FONSECA, 2008), ou seja, não se comportam como meros consumidores das informações, mas, ao mesmo tempo, atuam como produtores de conteúdo, seja, de fato, produzindo algo (vídeo, texto) ou mesmo compartilhando e/ou reforçando com likes ou comentários conteúdos de outrem.

Dessa forma, os usuários atuam ainda como *gatekeepers*, ou seja, uma espécie de filtro, a partir de suas perspectivas, impactando assim a circulação e todo o consumo das informações na grande rede. Em conjunto, todas essas características contribuem para formar o que Parisier (2011) denominou de filtros-bolha, ou seja, determinados espaços virtuais nos quais apenas um tipo de viés circula entre seus usuários.

Como bem salientam Recuero, Zago e Soares (2017, p. 2): “Essas bolhas tendem a isolar os atores dentro de grupos onde apenas alguns tipos de informação circulam, criando uma percepção falsa de espaço público (onde "todos" falam) e de opinião pública (onde a "maioria" concorda) [...]”.

Por sua vez, Recuero, Zago e Soares (2015) , analisando como as informações circulam nas redes sociais, entendem que esses espaços são caracterizados pelo que denominam de grupabilidade, entendida como a tendência que as redes sociais têm de criar grupos de nós coesos com uma alta densidade de conexões entre si.

Por conta disso: “[...] a informação compartilhada pelo grupo tende a ser homogênea e, frequentemente, redundante, pois os nós dentro do grupo têm acesso às mesmas fontes que trocam e reforçam o mesmo conjunto de informação [...]” (RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015, p. 81). Isso cria, ao mesmo tempo, o que Burt (2001) denomina de buracos estruturais na rede, ou seja, a carência de conexões entre nós de grupos isolados.

É bastante discutível, contudo, se isso é uma consequência de uma polarização social existente fora das redes sociais, e que se retroalimenta dentro delas, ou se seriam as redes sociais as principais responsáveis pelo clima de forte antagonismo entre grupos com ideais distintos, sobretudo, quando relacionados à política.

Contudo, é inegável que a própria lógica dos algoritmos que subjazem às redes impõem aos usuários um distanciamento cada vez maior do contraditório às suas ideias, isso porque o intuito das redes sociais é fortalecer os elos entre os usuários com ideias semelhantes de forma a manter seus

usuários cada vez mais online e, ao mesmo tempo, facilitar a circulação de informações e seu consumo.

As redes sociais têm sua lógica, portanto, na combinação da filtragem realizada por seus usuários (*gatekeepers* ou *gatewatchers*) e aquela filtragem dos algoritmos o que, em tese, fortaleceria uma experiência cada vez mais personalizada.

Contudo, essa personalização levada ao extremo tem levado ao surgimento dos já mencionados filtro-bolha com conteúdos que reforçam as concepções de seus usuários ao passo que os mantêm cada vez mais distantes de visões contrárias às suas ou a de seus interesses.

Mais agravante ainda segundo Parisier (2011) é o fato de que em geral, os usuários não têm consciência disso, ou seja, muitas vezes sequer consideram que existem ideias contraditórias às suas ou mesmo sabem de sua existência, mas desconsideram-nas pro acreditarem estar completamente certo sobre suas ideias.

Nessa mesma perspectiva, temos o conceito de câmaras de eco, proposto inicialmente por Sunstein (2001, 2007) que, assim como as bolhas-filtro são caracterizadas pela formação de grupos fechados em relação a determinadas ideias, o que impede que ideias contrárias cheguem a seus membros, reforçando dessa forma suas concepções.

Analisando a polarização entre os que creem na ciência e os que acreditam em teorias conspiratórias, Quattrociochi; Scala e Sunstein (2016, p. 7, tradução nossa), sustentam que:

A interação social é homofilicamente dirigida, ou seja, usuários de uma determinada polarização tendem a se agregarem. Isso faz com que dois grupos polarizados de usuários (ciência e conspiração) compartilhem não apenas

informações similares, mas também uma mesma estrutura de rede social.³²

Essa lógica, que parece de fato inerente às redes sociais, traz inúmeros problemas às democracias modernas e parece cada vez mais antagonizar os discursos, trazendo o debate para um nível tal de polarização que torna inviável a discussão pública fora de um radicalismo, o que, muitas vezes, impede um debate democrático salutar.

É, portanto, partindo dessa base teórica que procuraremos demonstrar como a dissonância cognitiva atua e ao mesmo tempo é reforçada pelos filtros-bolha de forma tal que grupos extremamente fechados em suas ideias e ideais são formados nas redes sociais, o que nos aponta para todo esse antagonismo que vemos em nossa sociedade atualmente. Mas, antes de passarmos a nossa análise, cabe a seguir discutir as nossas opções metodológicas.

Estratégias metodológicas

Para nossa análise, tomaremos como base o percurso metodológico conhecido como análise de redes sociais (MARTELETO, 2004), mas com foco na análise das mensagens e não propriamente nas redes de conexões entre os elos (indivíduos).

Estas redes são baseadas em capital social (BOURDIEU, 2007) entendido como a totalidade de recursos advindos de uma rede de relações desempenhadas em campos sociais.

32 Social interaction is “homophily driven” – i.e., users with similar polarization tend to aggregate together. It follows that the two groups of polarized users (science and conspiracy) share not only similar information consumption patterns but also a similar social network structure.

É importante perceber que esses campos sociais, como qualquer agrupamento humano, é um espaço, hierarquicamente constituído, de manifestação das relações de poder, determinando a posição de cada agente de acordo com a estrutura hierárquica do grupo, o que lhe confere determinado poder (cf. MARTELETO, 2004).

Dessa forma, a análise de redes tem como foco os atores sociais, identificando as estruturas nas quais os elos (indivíduos) estão inseridos e suas relações de forma a ser possível avaliar o valor de suas ações a partir de sua densidade, intensidade e sentido.

A análise de rede social é uma estratégia metodológica que possibilita ao pesquisador analisar as interações entre grupos de indivíduos, baseando-se em uma análise de cunho eminentemente quali-qualitativo, na qual são utilizados uma base estatística para determinar matematicamente a quantidade de elos e outras características de uma rede.

Para fins deste artigo, nos pautamos em critérios de recorrências lexicais e de proximidade lexical após a análise de um *corpus* composto por cinquenta mensagens extraídas do grupo Direita Online³³, do aplicativo de mensagens Telegram, e analisadas através do *software* estatístico Iramuteq.

A construção do *corpus* se deu através da busca por mensagens, no grupo, que contivessem as palavras-chave: “fraude”, “Bolsonaro”, “Lula”, TSE” e “Morais” em seu conteúdo, uma vez que guardavam correspondência temática relacionada ao lapso temporal que desejávamos investigar.

Após a seleção do *corpus*, realizamos uma sutil limpeza de emoticons e outros símbolos correlatos, constantes

33 Link do grupo: <https://t.me/DIREITAONLINEe>.

nas mensagens, visando facilitar o processo de análise do software.

Realizamos a organização das postagens em um bloco de notas, salvando a configuração como UTF-8, e nomeando cada postagem da seguinte forma “**** **Postagem_número”, alterando “número” pela numeração respectiva da postagem, para possibilitar a leitura do arquivo pelo software, e separamos por um espaço as postagens entre si.

Após a organização, acionamos a opção “Arquivo” e “Abrir corpus textual”, momento em que o sistema nos permite buscar o arquivo em nosso computador. Após a leitura completa, o programa gera um efeito sonoro indicando que o primeiro procedimento foi realizado com sucesso.

Uma vez percorrido este primeiro passo, o sistema permite uma série de ações de análise textual. Nos detivemos apenas em algumas delas. A primeira foi de gerar uma tabela com as principais recorrências lexicais e os números correspondentes a estas recorrências. Os comandos para gerar tal tabela foram acessar a aba “Análise de Texto” e “Estatística”.

A segunda possibilidade de análise por nós explorada, consistiu na formação de uma nuvem de palavras formada a partir das recorrências lexicais encontradas no sistema. Tal possibilidade se deu através do clique na opção formada por um círculo vermelho e riscos pretos. A nuvem apresenta, em letras maiores, as palavras de maior repetição no corpus analisado.

A terceira possibilidade se deu com a proximidade lexical das palavras mais recorrentes no texto. O gráfico foi gerado após acionarmos os comandos “Análise de texto” e “Especificidades e AFC” e a posterior seleção das postagens que se deseja analisar.

Assim, o programa nos permitiu acessar a análise do texto através das estatísticas (geradora da Figura 1, abaixo), a partir das quais o Iramuteq gerou a nuvem e palavras (Figura 2), bem das especificidades textuais relacionadas à proximidade lexical (geradoras das Figuras 3 a 7).

Nosso universo de pesquisa, o grupo Direita Online, que foi criado em 02 de novembro de 2022, conta com 4.798 elos e cerca de 80.157 mensagens enviadas até o momento da coleta. O *corpus* selecionou mensagens enviadas entre os dias 12 de novembro de 2022 e 26 de fevereiro de 2023. Tal recorte se justifica pela necessidade de entender o comportamento de membros do grupo em períodos que representavam marcos contraditórios às suas crenças (diplomação, posse e exercício de Lula) e como as recorrências lexicais poderiam demonstrar a ocorrência da Dissonância Cognitiva e a existência de densas bolhas.

Retomando nosso objetivo, nossa análise buscará demonstrar a crença na fraude nas eleições presidenciais de 2022 à luz da dissonância cognitiva (FESTINGER, 1975) e do fenômeno das bolhas-filtro (PARISER, 2012) e câmaras de eco (SUNSTEIN, 2001, 2007). Para tanto, utilizaremos de quatro gráficos que passaremos a discutir a seguir.

Análise

Em nossa análise buscaremos demonstrar, através das recorrências e proximidades lexicais, indícios da ocorrência de dissonância cognitiva nos elos e a busca por dirimir seus efeitos através do fortalecimento de pensamentos pré-existent. Para começar, vejamos a Figura 1, abaixo:

Figura 1 - Recorrência de termos

Resumo	Actives forms	Supplementary forms	Total	Hapax
Forma	Freq.		Tipos	
fraude	59		nom	
bolsonaro	43		nr	
só	29		adj	
dia	28		nom	
eleição	24		nom	
lula	24		nom	
moraes	22		nom	
tse	20		nr	
alexandre	19		nom	
presidente	19		nom	
brasil	18		nom	
mesmo	18		adj	
diplomação	17		nom	
militar	17		adj	
querer	16		ver	
stf	16		nr	
país	15		nom	
ladrão	14		nom	
dar	13		ver	
ficar	13		ver	
força	13		nom	
urna	13		nom	
agir	12		ver	
cabeça	12		nom	
eleitoral	12		adj	
general	12		nom	
ver	12		ver	
aceitar	11		ver	
cargo	11		nom	
código	11		nom	
grande	11		adj	
bandido	10		nom	
exército	10		nom	
vez	10		nom	
voto	10		nom	
acontecer	9		ver	
armado	9		adj	
colocar	9		ver	
deixar	9		ver	
fonte	9		nom	
forma	9		nom	
governo	9		nom	
mandato	9		nom	
ovo	9		nom	
parar	9		ver	

Fonte: acervo da pesquisa (2023)

Na Figura 1 acima, podemos verificar a quantidade de ocorrências para os termos mais repetidos no *corpus* analisado. Como é possível perceber, o termo “fraude” encabeça a lista, o que demonstra bem como as postagens giraram, nesse período, sobretudo, como forma de dar algum efeito

Pode-se perceber que termos como “Lula”, “Alexandre”, “Moraes” e TSE ocupam um mesmo quadrante (abaixo à esquerda), o que pode indicar que na visão do grupo estudado, esses sujeitos estão em proximidade ideológica, ou mesmo, mancomunados em favor da tal “fraude”, conforme recorte na Figura 4, abaixo.

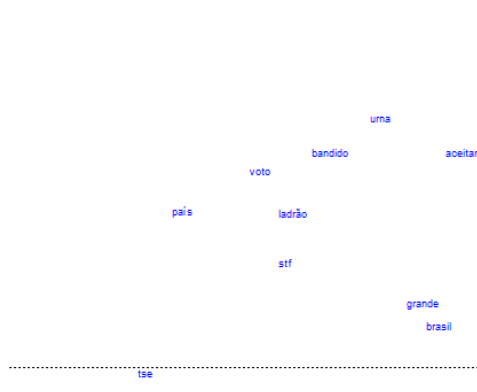
Figura 4 - Quadrante 2



Fonte: acervo da pesquisa (2023)

Por outro lado, no quadrante acima, à esquerda, podemos perceber a proximidade do termo-chave “STF” com adjetivos extremamente pejorativos como “ladrão” e “bandido”, o que nos indica a visão negativa que este grupo tem em relação à nossa Suprema Corte, conforme recorte na Figura 5, a seguir:

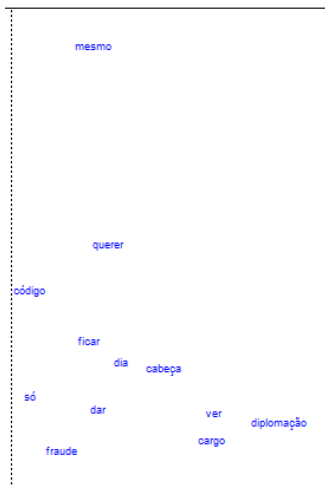
Figura 5 - Quadrante 1



Fonte: acervo da pesquisa (2023)

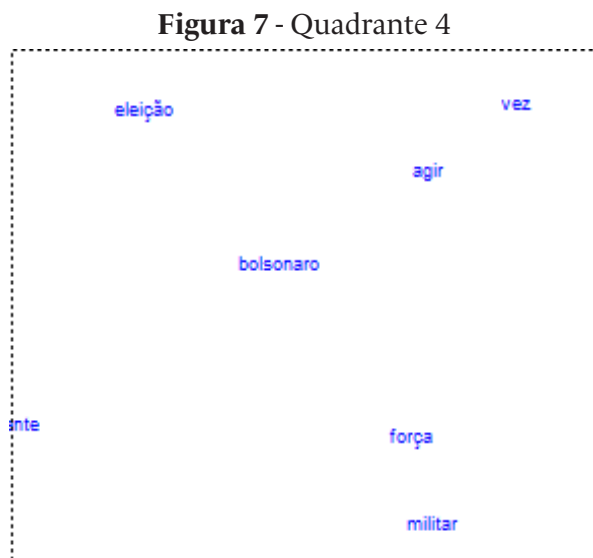
Nos dois quadrantes à direita podemos perceber a proximidade do termo-chave “eleição” a “fraude”, o que novamente nos indica a visão de mundo deste grupo (Figura 6).

Figura 6 - Quadrante 3



Fonte: acervo da pesquisa (2023)

Chama atenção também a proximidade dos termos “Bolsonaro”, “agir” “força” e “militar” que nos indica o apelo comum nas postagens por uma intervenção militar em favor da manutenção do candidato derrotado nas urnas e a visão positiva de liderança que o candidato derrotado tem para o grupo (Figura 7).



Fonte: acervo da pesquisa (2023)

Creemos que estes dados em conjunto nos demonstram como o grupo funciona como um filtro-bolha (PARISIÉR, 2011) através do qual seus membros têm informações de um viés que apenas reforça suas crenças pré-estabelecidas, dificultando assim seu acesso ao contraditório.

Dessa forma, o efeito de dissonância cognitiva é reforçado através da busca pelas informações que atendam às crenças dos membros do grupo. É partilhado o desconforto mental causado pela não ocorrência do previsto pelos eleitores do candidato derrotado que, inicialmente, seria a derrota do candidato Lula nas urnas e há a constante busca por meios de minimizar a contradição estabelecida entre o real e o ideal.

O grupo não alterou suas crenças frente ao fato objetivo de um candidato haver superado outro em número de votos. Na verdade, tal ocorrência apenas direcionou o grupo a buscar informações que diminuíssem o desconforto mental gerado pela incoerência entre suas crenças e a realidade.

Assim, mesmo após a consumação do resultado das eleições presidenciais de 2022, com a diplomação e posse, o grupo passou a perseguir a crença permanente e inalterada, gerada após o resultado das eleições, de que somente a fraude explicaria a derrota de Jair Bolsonaro, e que tal situação ocorreu através de esquema que uniu o TSE, o ministro Alexandre de Moraes e o presidente eleito (Figura 4), bem como este ao STF (Figura 5). A crença na fraude também pode ser percebida pela recorrência da palavra, figurando mais de um uso por postagem (cinquenta e nove repetições em cinquenta postagens) na Figura 1.

As tentativas de redução do desconforto mental causadas pela diplomação e posse de Lula consistiram na crença da ampla divulgação da fraude, a tomada do poder pelos militares e a posterior posse do candidato Jair Bolsonaro. O que se evidencia pela aproximação das palavras da fig. 6 as

quais, por sua vez, relacionam-se diretamente às manifestações ocorridas na frente dos quartéis, em todo Brasil, após 30 de outubro de 2022.

Ademais, o lapso temporal existente entre as mensagens do *corpus* demonstra a imutabilidade do pensamento inicial do grupo (impossibilidade de outro vencedor possível do pleito eleitoral senão Jair Bolsonaro) mascarado, porém, de novas atitudes que os ajudasse a lidar com a frustração causada pela não ocorrência da vitória de seu candidato e os acontecimentos decorrentes disso (diplomação, posse e exercício de Lula), como um sistema lógico quebrado:

a) Se Bolsonaro não venceu logo há fraude.

b) Se houve fraude logo haverá intervenção militar e Bolsonaro assumirá o poder.

c) Se houve fraude, há conluio entre o candidato vencedor e os tribunais superiores.

d) O candidato vencedor não será diplomado pois é ladrão.

e) Se o candidato vencedor foi diplomado, há fraude e conluio entre os tribunais superiores e Lula.

f) Lula não subirá a rampa pois o poder será tomado pelos militares.

g) Se os militares não impediram Lula de tomar posse, há fraude.

Constantes apontamentos propostos sem qualquer materialidade probatória e pautados em um fato idealizado pelo grupo, que não veio a prosperar no caso concreto, podem ser inferidos através das recorrências lexicais e da aproximação

lexical demonstrada. Mesmo se tratando de uma simples amostra da interação entre os elos do grupo, vê-se a recidiva de comportamento entre seus membros.

Fato interessante é que tal lógica era assumida por um grupo de indivíduos e não somente por um sujeito isolado. O desconforto mental causado pela dissonância era coletivo, assim como também o eram as práticas que visavam dirimir seus efeitos. Novas justificativas e atitudes eram tomadas cada vez que o pensamento original era confrontado pela realidade fática. Tal posicionamento demonstra a densidade das bolhas-filtro e como elas atuam no sentido de reforçar crenças ao mesmo tempo que inibem o contato de seus membros com o contraditório.

Importante ressaltar, no que tange ao grupo universo de pesquisa, que os elos aparentavam estar inseridos em uma relação de horizontalidade dentro do grupo. Assim, não obstante a presença de moderadores, o fluxo de mensagens era guiado pelos próprios membros e todos agiam em igual sentido opinativo.

Considerações finais

Buscamos com este trabalho analisar o efeito das bolhas-filtro (PARISIER, 2011) na ocorrência da dissonância cognitiva (FESTINGER, 1975) entre membros de um grupo de mensagens do Telegram, buscando, através das recorrências e proximidades lexicais, indícios da efetivação da dissonância nos elos e a busca por dirimir seus efeitos através do fortalecimento de pensamentos pré-existentes.

Como demonstrado nos sete gráficos que compuseram nossa análise, o estudo dos termos-chave demonstrou que o grupo se comporta com uma bolha-filtro com grandes evidências de dissonância cognitiva pautada na crença de que houve, ao contrário das provas, uma fraude nas eleições de 2022. Esse discurso orientou as postagens no período analisado e de nenhuma forma minimamente relevante pudemos encontrar qualquer postagem em sentido contrário.

Nosso estudo aponta para o fato de que, tal como o grupo analisado, incontáveis outros atuam na grande rede nas mais diversas redes sociais enclausurando seus membros em suas bolhas e reforçando, ou mesmo criando, todo efeito de dissonância cognitiva que vimos entre os membros do grupo alvo deste estudo.

Essas características que cremos de fato serem comuns na grande rede em muitos outros grupos tem um potencial extremamente danoso uma vez que é completamente antagônica ao princípio democrático de convivência com o contraditório e pode explicar boa parte do clima de antagonismo e, em muitos casos, extremismo que vivenciamos atualmente.

Acreditamos que ainda é preciso investir no estudo dos padrões de rede que acontecem nestes grupos, verificando como se relacionam os diversos elos e suas conexões e como que a informação é produzida e veiculada no grupo, mas, também, de que forma as relações hierárquicas formadas dentro das bolhas podem influenciar na crença e disseminação de informações que atendam à ideologia propagada pelo membro ocupante de hierarquia superior, a exemplo

de moderadores de grupos que não permitem postagens dos membros, apenas leitura e compartilhamento, o que deixamos como sugestão para trabalhos futuros.

Referências

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social Media and Fake News in the 2016 Election. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 2, p 211-236, spring. 2017. Disponível em: <http://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.31.2.211>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ARONSON, Elliot; WILSON, Timothy D.; AKERT, Robin M. **Psicologia Social**. 3. ed. Trad. de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: LTC, 2002. p. 116.

ALCOFORADO, Michel. Dissonância Cognitiva: a realidade paralela dos golpistas. **CBN**. 10 jan. 2023. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/média/audio/397363/dissonância-cognitiva-realidade-paralela-dos-golpes.htm>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BASTOS, M. Public Opinion Revisited: The propagation of opinions in digital networks. **Journal of Arab & Muslim Media Research**, v. 4, n. 2-3, 2011.

Bourdieu P. O capital social: notas provisórias. In: BOURDIEU, P. **Escritos da educação**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes; 2007. p 67-69.

BURT, R. **Structural Holes: The Social Structure of Competition**. Harvard, Harvard University Press, 1995.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura.** v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à psicologia.** São Paulo: Pearson Education, 2001.

FESTINGER, Leon. **Teoria da dissonância cognitiva.** Trad. de Eduardo Almeida. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FONSECA, Marcelo Jacques et al. Tendências sobre as comunidades virtuais da perspectiva dos prosumers. **RAE-eletrônica**, v. 7, n. 2, 2008.

GILMAR: Há 'dissonância cognitiva coletiva' com recusa ao resultado das eleições. **O tempo**. 14 nov. 2022. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/judiciario/gilmar-ha-dissonancia-cognitiva-coletiva-com-recusa-ao-resultado-das-eleicoes-1.276619>. Acesso em: 20 jan. 2023.

GLEITMAN, Henry; FRIDLUND, Alan J.; REISBERG, Daniel. **Psicologia**. 6. ed. Trad. de Danilo R. Silva. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p. 615.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jürgen. O espaço público 30 anos depois. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**, Belo Horizonte, v. 7. n. 12, p. 7-28, abr. 1999.

LEVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

MYERS, David G. **Psicologia Social**. 10. ed. Trad. Daniel B., Maria C. M., Roberto C.C. São Paulo: Mc Graw Hill; Artmed, 2014.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 3, p. 41-49, 2004.

NASCIMENTO, Isadora Oliveira do; LIMA-NETO, Vicente de. Efeito Dunning-Kruger e dissonância cognitiva na CPI da Covid-19: a institucionalização da desinformação. **Revista Linguagem em Foco**, v. 14, n. 2, p. 109-127, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/9238>. Acesso em: 20 jan. 2023.

LULA é eleito novamente presidente da república do Brasil. **TSE**, p. 1-3, 30 out. 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/lula-e-eleito-novamente-presidente-da-republica-do-brasil>. Acesso em: 20 jan. 2023.

TSE entrega diplomas de presidente e vice-presidente da República a Lula e Alckmin. **TSE**, p. 1-3, 12 dez. 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Dezembro/tse-entrega-diplomas-de-presidente-e-vice-presidente-da-republica-a-lula-e-alckmin>. Acesso em: 20 jan. 2023.

PARISER, E. **O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

QUATTROCIOCCHI, W.; SCALA, A.; SUNSTEIN, C. R. Echo Chambers on Facebook. **SSRN**, p. 1-5, jun. 2016. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2795110>. Acesso em: 20 jan. 2023.

RECUERO, Raquel; ZAGO, Gabriela; SOARES, Felipe Bonow. Mídia social e filtros-bolha nas conversações políticas no Twitter. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 26., 2017. **Anais eletrônicos [...]** São Paulo: Compós,

2017. Disponível em http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_XH5ITTDY1PYGE7PDUQ-JM_26_5374_18_02_2017_12_53_33.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

RECUERO, R.; BASTOS, M; ZAGO, G.S. **Análise de redes para mídia social**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015.

SUNSTEIN, Cass. **Echo Chambers**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

SUNSTEIN, Cass R. **Republic.com 2.0**. Princeton University Press: New Jersey, 2007.

O MISTÉRIO DA GALERIA DE ARTE: jogo educativo digital como recurso para o desenvolvimento do letramento visual crítico em sala de aula

Regina Cláudia Pinheiro (UECE)

Patrícia Saldanha Vasconcelos (UECE)

Introdução

Vivemos em uma sociedade na qual a leitura faz parte do cotidiano, haja vista que lemos a todo momento, sejam expressões faciais, palavras, gráficos, rótulos, placas, dentre outros. No entanto, a ação leitora quando compreendida como uma prática social, vai além da mera decodificação, e exige, dentre outras habilidades, a distinção das situações de uso da língua, a identificação do que está implícito ou explícito, a realização de inferências, o processo de ressignificação e o reconhecimento das finalidades do texto, tudo isso podendo ser realizado de forma crítica e reflexiva. Nessa perspectiva, temos o processo de letramento, em que o papel do professor é mais que alfabetizar, “[...] é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno [...]” (SOARES, 2003, p. 16).

Deriva desse entendimento, a concepção de que o ato comunicativo não é monomodal, principalmente devido às transformações que as novas tecnologias da informação e comunicação trouxeram, que proporcionaram leituras em suportes diversos, modificando substancialmente as possibi-

lidades de interação, principalmente ao conceber o texto para além dos elementos exclusivamente verbais. No contexto educacional, as novas tecnologias da informação e comunicação imprimiram novas necessidades e possibilidades para ensinar, aprender e avaliar os alunos, o que tem exigido dos educadores letramentos que vão desde o manuseio de aparelhos eletrônicos até a leitura crítica de textos multimodais, ou seja, textos compostos por diversos modos semióticos que se integram (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006).

As modalidades textuais, em suportes digitais, mostram-se repletas de imagens, cores e movimentos. À vista disso, Ribeiro (2021, p. 13) ressalta que “[...] os modos de leitura e escrita foram fortemente impactados pelos dispositivos com telas [...]”, fato esse que não descarta outras e mais antigas formas de ler e escrever, uma vez que ambas as formas coexistem e complementam-se, fazendo com que os sujeitos utilizem variadas linguagens em diversos suportes.

Dentre as múltiplas habilidades demandadas aos leitores da atualidade, destacamos a leitura de imagens, ainda pouco explorada em ambiente escolar, já que, muitas vezes, a imagem é vista apenas como elemento acessório ou decorativo do texto verbal. A esse respeito, Santaella (2012, p. 11) afirma que as escolas ainda estão presas à ideia de que “[...] o texto verbal é o grande transmissor do conhecimento [...]”, negligenciando todo o potencial comunicativo existente nas imagens, detendo-se ao senso comum que concebe a interpretação visual somente como ato de olhar. Percebemos, assim, a escassez de estudos sobre letramento visual nos programas

de formação de professores, o que demanda tratamentos teórico-metodológicos capazes de desenvolvê-los.

O letramento visual, enquanto prática social, é encarado como uma interpretação reflexiva do mundo e, por esse ângulo, adquire em nosso trabalho o estatuto de crítico. Assim, linhas, cores, texturas, disposições gráficas, vazios e movimentos não são escolhas aleatórias do produtor, mas constroem valores culturais e sociais, de modo que, muitas vezes, prestam-se à manipulação de sentidos que impactam a vida dos indivíduos. Ler criticamente uma imagem envolve identificar tais intenções e posicionar-se diante delas, ao passo que esse tipo de leitura desenvolve habilidades que levam os sujeitos a avaliarem as fontes de informações, compreenderem diferentes perspectivas, identificarem preconceitos, falácias, tendências, bem como potencializa habilidades de análise e síntese.

Nesse cenário, os jogos digitais configuram-se como ferramenta relevante com potencial para ser aliado no desenvolvimento do letramento visual crítico em sala de aula, tendo em vista sua presença e interesse no cotidiano do público jovem, pois, como esclarecem Ribeiro e Coscarelli (2009, p. 2), “[...] os jogos, em seus diversos gêneros e suportes, costumam despertar nos jogadores um interesse que vai além da necessidade de aprender [...]”. Esse envolvimento que o jogo promove colabora com o processo de ensino e aprendizagem, aliando ludicidade, conteúdo, elementos sonoros, visuais e estímulos mentais. Isto posto, o presente estudo propõe-se a elaborar um jogo educativo digital com vistas ao desenvolvimento do letramento visual crítico em

aulas de Língua Portuguesa do Ensino Médio, com base nas estratégias metainterpretativas de Liu (2013).

Este trabalho fomenta, por meio da criação do jogo, reflexões a partir do referencial teórico construído, o qual engloba conceitos de multiletramentos (ROJO; MOURA, 2019), leitura de imagens (SANTAELLA, 2012) estratégias de leitura de imagens (LIU, 2013), letramento crítico (CALLOW, 2013) e gamificação (BUSARELLO, 2018), o que implica possibilidades de uso desse recurso pedagógico e possíveis impactos em sala de aula.

O capítulo a seguir está estruturado em quatro partes. Na primeira, fazemos uma retomada do conceito de (multi) letramentos e letramento visual crítico; ressaltamos o potencial comunicativo das imagens e a importância do tratamento crítico dado aos textos, em um cenário no qual as mídias digitais impactam fortemente as práticas sociais de leitura. Na segunda parte, mostramos recortes teóricos acerca das potencialidades do uso de jogos digitais educacionais para promover a motivação e engajamento dos alunos em sala de aula, bem como sua utilização em práticas de ensino diversificadas. Na terceira parte, descrevemos o jogo educativo digital elaborado com vistas ao desenvolvimento do letramento visual crítico dos alunos, e, por fim, tecemos as considerações finais.

Multiletramentos e o letramento visual crítico

A fim de tratarmos sobre leitura de imagens com foco no desenvolvimento do letramento visual crítico, por meio

do jogo enquanto ferramenta educacional digital, faz-se necessário tratarmos primeiramente da noção de *letramentos*, colocado no plural pelos motivos que elencamos a seguir.

A discussão sobre *letramentos*, na perspectiva de práticas sociais, ganhou força no início da década de 1980, notadamente pelos estudos empreendidos por Street (1984). No entanto, como explica Soares (2021), no Brasil, diferente do que aconteceu em outros países, a definição do fenômeno deu-se sem as devidas diferenciações do conceito de alfabetização, que, por sua vez, pode ser definido como o processo de aquisição do código escrito e das habilidades de leitura e escrita. Sobre esse aspecto, Kleiman (2005, p. 13) afirma que:

O conceito de alfabetização refere-se também ao processo de aquisição das primeiras letras e, como tal, envolve sequências de operações cognitivas, estratégias, modos de fazer. Quando dizemos que uma criança está sendo alfabetizada, estamos nos referindo ao processo que envolve o engajamento físico-motor, mental e emocional da criança num conjunto de atividades de todo tipo, que têm por objetivo a aprendizagem do sistema da língua escrita.

Dessa forma, entendemos que a alfabetização é um processo que se realiza predominantemente dentro de sala de aula, com a finalidade de desenvolver habilidades que levam os sujeitos a compreenderem as regras de funcionamento e os usos do código alfabético. Rojo e Moura (2019, p. 15) comungam o mesmo pensamento ao definir alfabetização como sendo “[...] a ação de se apropriar do alfabeto, da ortografia, da língua que se fala [...]”. Tais definições, no entanto, não abarcam as práticas sociais envolvidas no uso da linguagem, sendo necessário um termo mais amplo, como é

o caso do letramento, que, para Kleiman (1995, p. 19), “[...] é um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos para objetivos específicos [...]”.

Rojo e Moura (2019, p. 18) ampliam tal definição ao passo que compreendem que os contextos sociais são variados, assim como as culturas e as práticas sociais que os circundam. Dessa maneira, as autoras definem que existem diversos tipos de letramentos, devendo o termo ser usado no plural. Logo os letramentos fazem parte de uma dinâmica que está em constante transformação, abarcando desde os textos tradicionais até as semioses criadas pelas novas tecnologias da informação e da comunicação. As autoras acrescentam que o trabalho com letramentos na escola consiste em “[...] criar eventos (atividades de leitura e escrita) que integrem os alunos em práticas de leitura e escrita socialmente relevantes que eles ainda não dominem [...]” (ROJO; MOURA, 2019, p. 19).

Nessa perspectiva, Soares (2021, p. 72) afirma que “letramento é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e de escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais”. Sobre tal definição, corroboramos com a ideia de que o trabalho com letramentos deve transcender os muros da escola, a fim de que o contexto sociocultural não seja concebido como algo hegemônico, tendo em vista o que destaca Rojo e Moura (2019, p. 23) ao afirmarem que: “diferentes culturas locais vivem a partir de práticas sociais diferentes”. Por esse prisma, o aluno, sujeito desse processo

de aquisição de letramentos, deve ser visto segundo suas idiossincrasias.

Em meio a essa multiplicidade de contextos, o Grupo de Nova Londres (GNL)³⁴ reuniu-se em 1996 para, dentre outros tópicos, discutir a relação entre letramentos e os usos e contextos da linguagem, bem como as novas tecnologias da informação e da comunicação. Para os integrantes do grupo, faz-se necessário pensar em *multiletramentos*, os quais “[...] diferem de acordo com a cultura e o contexto e têm efeitos cognitivos, culturais e sociais específicos [...]”. Assim, o termo multiletramentos surge para nomear as diversas formas de construir sentido em sociedades cada vez mais plurais, com rica diversidade linguística e cultural, em que os sujeitos devem ser capazes de compreender e manipular diversas modalidades de texto que surgem e modificam-se a todo instante, como é o caso do uso integrado de imagens e texto ou somente imagem.

Nesta senda, Ribeiro (2021, p. 11), contribui ao afirmar que “[...] todo texto, quando composto, carrega em si um projeto de inscrição, isto é, sua materialidade ajuda a compô-lo, instaurando uma existência, desde a origem, multimodal [...]”. Nesses termos, observa-se que mesmo o texto sendo verbal ele é multimodal, pois apresenta intencionalidades, sejam elas na diagramação da página, nas disposições dos parágrafos, na qualidade do papel, no formato das letras, o

34 O The New Group London é um grupo de dez acadêmicos de diferentes países que se reuniu em Nova Londres em 1996. Preocuparam-se em como as fortes mudanças advindas do processo de globalização e do advento das novas tecnologias da comunicação impactavam nas formas de construir sentido fora e dentro da escola.

que interfere diretamente no modo como o sentido é reconstruído pelo interlocutor.

Todas essas novas disposições e diversidades textuais, influenciadas pelas tecnologias de informação e comunicação, impactaram fortemente no modo como os sujeitos leem e escrevem. O cenário tecnológico imprimiu maior dinamicidade visual ao apresentar textos permeados de imagens, links, sons e movimentos. Logo, “[...] a leitura é cada vez mais uma ação integrada [...]” (RIBEIRO, 2021, p. 17). Acrescentamos ainda que o leitor da atualidade que utiliza as telas enquanto suporte, atua como um coautor na medida em que interfere na intencionalidade comunicativa ao fazer escolhas entre os links disponíveis ou dentre as diversas formas de interações disponíveis no hipertexto, o qual pode ser definido como:

[...] um conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos, sequências sonoras, documentos complexos que podem eles mesmos ser hipertextos. Os itens de informação não são ligados linearmente, como em uma corda com nós, mas cada um deles, ou a sua maioria, estende suas conexões em estrela, de modo reticular [...]. (LÉVY, 1993, p. 33).

Dessa maneira, Ribeiro (2021) enfatiza a mudança na maneira como os sujeitos interagem com os textos, a partir das tecnologias digitais e de um mundo que exige muito mais rapidez em seus modos comunicativos. Nesse cenário, o letramento apenas enquanto alfabetização escolar não consegue mais abarcar todas essas novas configurações presentes nos textos, nas leituras e na escrita. Pensamos assim em mul-

tiletramentos, os quais Rojo e Moura (2019, p. 20), com base no Grupo de Nova Londres (1996), definem como:

[...] um conceito bifronte: aponta, a um só tempo, para a diversidade cultural das populações em êxodo e para a diversidade de linguagens dos textos contemporâneos, o que vai implicar, é claro, uma explosão multiplicativa dos letramentos, que se tornam multiletramentos, isto é, letramentos em múltiplas culturas e em múltiplas linguagens (imagens estáticas e em movimento, música, dança e gesto, linguagem verbal oral e escrita etc.).

Com a abertura de novos canais de interação a partir do incremento das tecnologias digitais, o conceito de multiletramentos ganha força e implica inúmeras transformações no ensino de línguas. Assim, o professor assume o papel de mediar um ensino no qual o aluno deve ser direcionado a ler de forma crítica os textos multimodais. Como assinala Freire (2011, p. 43), “não há texto sem contexto”. Dessa maneira, a leitura não pode ser pensada como um processo metalinguístico, em que o código é explicado puramente por outro, abstraindo, assim, seu caráter sociocultural.

Nesta conjuntura na qual o texto está intrinsecamente relacionado às práticas sociais e a seus contextos de uso, a imagem destaca-se, tendo em vista um modelo de comunicação cada vez mais multissemiótico e recheado de novos recursos (dinâmicos ou estáticos) que servem a diferentes propósitos, seja para dizer como estamos nos sentindo, por meio dos *emojis* ou por meio de anúncios comerciais permeados de intencionalidades. A imagem, neste enquadramento atual, disputa espaços antes ocupados apenas pelo texto verbal, não devendo, portanto, ser vista na atualidade como

um recurso decorativo ou um pretexto meramente acessório, mas como um elemento potente, carregado de significados, que, sozinho ou em conjunto com outros modos, é capaz de produzir sentido. Para Kress e Van Leeuwen (2006), as estruturas visuais apontam significados, do mesmo modo que as estruturas linguísticas.

No entanto, mesmo com tanto poder comunicativo, o ensino de leitura de imagens, em sua maioria, ainda ocorre de forma muito superficial, tendo em vista que as escolas não fomentam tal aprendizado, não sistematizam seu uso para fins pedagógicos no currículo e não instigam os alunos a desenvolverem um olhar crítico, que questiona os propósitos da imagem, o seu processo de constituição e as ideologias nela existentes. Para Santaella (2012, p. 11), “as imagens podem e devem ser lidas” em um processo que precisa ser aprendido e não comparado à leitura verbal, tendo em vista que possuem modos de representações diferentes, sendo formados a partir da relação entre o expectador, a imagem e o contexto sociocultural.

No tratamento da leitura de imagens, destacamos os estudos de Panofsky (1955), que estabelecem três níveis de análise de uma imagem: o pré-iconográfico, o iconográfico e o iconológico. O nível pré-iconográfico diz respeito aos elementos visuais básicos de uma imagem, como cores, formas e linhas, que podem ser analisados independentemente de qualquer contexto cultural ou histórico. O nível iconográfico envolve a interpretação dos elementos visuais em um contexto cultural e histórico específico, identificando os símbolos e os significados que são associados a eles em uma determi-

nada época ou lugar. Por fim, o nível iconológico envolve a interpretação mais ampla da imagem em termos de seu significado cultural, político, social e filosófico.

Relacionada ao nível pré-iconográfico, Kress e van Leeuwen (2006) criam a Gramática do Design Visual (GDV). Tal gramática oferece-nos subsídios para a interpretação dos textos não verbais a partir dos parâmetros usados para interpretar o texto escrito, concebendo as imagens enquanto estruturas sintáticas e sujeitas à análise. Desse modo, ela trata dos elementos imagéticos básicos que são usados para criar imagens e outros elementos visuais, como linhas, formas, cores, texturas e espaços negativos.

A GDV é uma abordagem que se concentra nas regras e nos princípios formais e estéticos do *design* visual, como a composição, a cor, a tipografia, e a hierarquia visual. Entretanto, ela não trata de questões como o impacto dos textos visuais na sociedade, a representação de diferentes grupos de pessoas ou a influência da cultura ou da história na percepção visual. Desse modo, aproxima-se de uma abordagem estruturalista, distanciando-se do viés de nosso estudo que busca trabalhar o aspecto crítico do letramento visual.

Com vistas ao tratamento crítico do letramento visual, optamos por Liu (2013), que nos apresenta três estratégias metainterpretativas de leitura de imagens: a perceptual, a analítica e a sociocultural. Tais estratégias, também inspiradas nos estudos de Panofsky (1955), remetem-nos ao processo de reflexão sobre as percepções e as interpretações que fazemos a partir de uma imagem, as quais incluem ações de identificar e refletir sobre nossas próprias suposições e pressupostos

em relação à imagem; consideração das possíveis intenções do criador da imagem; reflexão sobre o contexto cultural e histórico em que a imagem foi produzida; consideração das possíveis interpretações da imagem por diferentes públicos; reflexão sobre o poder da imagem em moldar e influenciar a opinião pública.

Tais estratégias mostram-se importantes para desenvolver o letramento crítico em relação às imagens, já que, por meio dele, seria possível compreender as mensagens explícitas, implícitas e os silenciamentos existentes, bem como as influências culturais, sociais e ideológicas que elas podem transmitir. Liu (2013, p. 3) atesta esse pensamento ao afirmar que “[...] as estratégias meta-interpretativas podem ajudar os leitores a tomarem uma posição de leitura mais crítica, desafiando e interrogando as estruturas e componentes que autores, ilustradores e *designers* usam para construir significados [...]”.

Desse modo, o letramento visual crítico insere-se no conjunto dos multiletramentos estudados pelo Grupo de Nova Londres (1996), tendo em vista que a leitura de textos imagéticos configura-se como fundamental para a formação de cidadãos críticos e conscientes em meio a uma realidade cada vez mais digital e atravessada por imagens. Nesse contexto teórico, “[...] o letramento visual se refere à capacidade de ler e interpretar imagens, que são uma fonte crescente de informação em nossa sociedade, e compreender o papel que elas desempenham em diferentes contextos culturais [...]” (SANTAELLA, 2008, p. 8). Assim, podemos afirmar que o letramento visual é a capacidade de interpretar e produzir

significados por meio de imagens e outros elementos visuais. Essa habilidade envolve a compreensão dos códigos visuais, a identificação de elementos, tais como cores, formas e texturas, e a compreensão do contexto em que as imagens são apresentadas. Algumas ações são necessárias para que o indivíduo seja letrado visualmente, tais como:

Ter algum conhecimento do assunto da imagem; analisar e interpretar as imagens para apropriar-se do significado dentro do contexto cultural em que a imagem foi criada e existe; analisar as técnicas utilizadas para produzir a imagem; avaliar o mérito da imagem com relação ao seu propósito e a sua audiência e compreender a sinergia, a interação e o teor afetivo da imagem [...]. (BAMFORD, 2003, p. 1).

A partir de tais estudos e considerando o letramento enquanto prática social permeada de diferentes discursos, é que se insere o viés crítico aqui presente, em que se reivindica o engajamento do aluno enquanto sujeito que adota uma postura crítica frente às suas leituras. Dessa forma, “[...] ao olharmos para o uso da linguagem em contextos sociais, precisamos estar atentos não apenas para o que é dito ou escrito, mas também para o que é deixado de ser dito ou escrito, e para o papel que a linguagem desempenha na manutenção ou transformação das relações de poder [...]” (CALLOW, 2013, p. 5).

Encaminhamo-nos, assim, para a defesa de uma postura crítica do educador instigada pela curiosidade, pelo olhar questionador e por uma consciência cidadã do contexto no qual os sujeitos (tanto ele quanto o aluno) estão inseridos. Como destaca Russel (2000), todos os textos são posiciona-

dos e são posicionamentos, o que inclui o texto imagético. Por esse entendimento, chegamos à Freire (1996), segundo o qual a educação sem leitura social está fadada ao fracasso. Por isso, o letramento visual crítico, como aqui defendido, “[...] está ligado a construir sentidos *através e com* os textos, reconhecendo suas ideologias, forças de poder e como esse reconhecimento pode influenciar a vida dos sujeitos, enquanto membros de um contexto social [...]” (REIS, 2019, p. 16, grifo nosso).

A leitura de texto como leitura de mundo torna-se um movimento transformador, processo em que “[...] são cruciais os letramentos críticos que tratam os textos/enunciados como materialidades de discursos, carregados de apreciações e valores, que buscam efeitos de sentido e ecos e ressonâncias ideológicas” (ROJO, 2009, p. 114). A partir de tal entendimento, é que compreendemos que os textos refletem formas de poder e tentam influenciar seus interlocutores, que precisam de mecanismos para entender como essa tentativa de manipulação é criada e como combatê-la.

Por tal enfoque, o letramento visual crítico pode ser entendido como a habilidade de reconhecer o que está explícito em um texto visual, o que está implícito propositalmente e o que está para além destas duas leituras a partir das conexões com o contexto e com as dimensões políticas, uma vez que, sob a perspectiva crítica, nenhum texto é neutro, cada escolha é motivada a fim de direcionar um sentido intencionado pelo produtor, não sendo, por isso, isento de ideologias.

O Letramento Visual Crítico, é, portanto, essa habilidade de analisar o texto imagético em diferentes perspectivas,

buscando compreender como os elementos presentes retratam os discursos e os contextos. Dessa maneira, preocupa-se em levar o leitor a uma análise profunda, partindo de uma observação mais superficial até chegar a uma análise crítica que investiga possíveis intenções e correlações a partir dos efeitos de sentidos que podem ser depreendidos da imagem. Destarte, o sujeito ainda pode identificar as vozes presentes e silenciadas, lançando um olhar questionador sobre o que está sendo comunicado.

Gamificação no Ensino

Nesse universo de imagens que comunicam, o *game* se insere enquanto possibilidade pedagógica, frente a um contexto educacional no qual práticas de ensino inovadoras são incrementadas com o objetivo de proporcionar aprendizagens significativas. Nesta senda, intencionamos aliar o jogo educativo digital ao ensino de leitura, mais especificamente, no tocante ao letramento visual crítico. Comumente, vemos adolescentes sendo protagonistas do uso de computadores e celulares. Diante dessa realidade, o jogo apresenta-se como um gênero digital que utiliza diversos recursos que, por sua vez, desperta o interesse, proporciona interatividade, simula ambientes, personagens e narrativas, além de estimular diferentes emoções e trabalhar a tomada de decisões. Alves (2015, p. 28) corrobora com a nossa concepção ao destacar que “[...] considerando o poder que os sistemas gamificados podem ter para motivar a ação, engajar as pessoas, promover

a aprendizagem e resolver problemas, o alcance da sua utilização é também bastante amplo [...]”.

Nas escolas, é comum ouvirmos que as pessoas estão desmotivadas frente às práticas tradicionais de ensino. Com efeito, segundo Burke, (2015, p. 4) “[...] um modo de motivá-las é apresentar a elas desafios práticos, encorajá-las à medida que atingem novos níveis e mantê-las emocionalmente envolvidas para atingir o melhor resultado [...]”. Nesse sentido, a gamificação, segundo Busarello (2016, p. 18)

[...] é um sistema utilizado para a resolução de problemas através da elevação e manutenção dos níveis de engajamento por meio de estímulos à motivação intrínseca do indivíduo. Utiliza cenários lúdicos para simulação e exploração de fenômenos com objetivos extrínsecos, apoiados em elementos utilizados e criados em jogos.

Assim, apresenta-se como uma estratégia de ensino com forte potencial para diversificar as práticas pedagógicas, indo ao encontro das demandas da juventude. Nessa perspectiva, as motivações são promovidas a partir das emoções despertadas pelo jogo, bem como as recompensas virtuais oferecidas. O ato de perder, nesse contexto, não é permanente, uma vez que o jogador poderá refazer a tarefa, o que favorece o desenvolvimento da habilidade de buscar novas soluções. Burke (2015, p. 16) assevera que: “[...] a gamificação consiste em motivar e engajar as pessoas para que elas atinjam seus objetivos, através do design de experiências digitais e mecânicas de jogos [...]”. O autor discorre ainda sobre algumas características inerentes à gamificação, tais como:

1) mecânica de jogos e seus elementos chave como pontos, distintivos e placares; 2) design de experiência digital representada pela jornada que os jogadores terão de percorrer, como descrição do jogo, passo a passo, reconhecimento do ambiente e decodificação do roteiro; 3) métodos para engajar indivíduos virtualmente por meio de computadores, tablets, smartphones e outros dispositivos digitais; e 4) motivação de pessoas e comportamentos pró-utilização de tecnologias, estímulo à inovação e desenvolvimento de habilidades [...]. (BURKE, 2015, p. 17).

Nesse cenário, para que a atividade gamificada tenha sucesso, é necessário um planejamento a fim de usar tais recursos em ambientes de aprendizagens, analisando os objetivos que deseja alcançar, para só então montar a estrutura que irá utilizar em vista de alcançar engajamento. Para Alves (2015, p. 40), “[...] os elementos dos games são a caixa de ferramentas que você utilizará para criar a sua solução de aprendizagem gamificada [...]”. Assim, ao promover um ambiente engajador e colaborativo, os games tornam as aprendizagens mais eficazes e significativas, tendo em vista que a maioria das estratégias gamificadas incentiva os estudantes a buscarem ajuda entre os colegas ou professores, com o objetivo de fortalecer o processo. Nesta senda, Burke (2015) destaca que a gamificação pode ocorrer também em ambientes sem tecnologias digitais, uma vez que suas estratégias consistem em usar a estrutura dos jogos, tais como o sistema de recompensas, para engajar pessoas em atividades de aprendizagem e assim, criar novas perspectivas ao modo como se aprende.

A transformação do modo pelo qual o indivíduo aprende parte da modificação do seu comportamento. Para Mattar

(2018, p. 155), “[...] a gamificação não visa em geral influenciar a aprendizagem diretamente; em vez disso, seu objetivo é alterar o comportamento ou a atitude contextual de um aprendiz (como o envolvimento) [...]”. No tocante à motivação e ao engajamento proporcionados pela gamificação, Busarello (2018) destaca que o sucesso na conclusão da tarefa solicitada pelo jogo deverá ser imediata, com o propósito de aumentar os sentimentos positivos do indivíduo.

Assim, os estímulos positivos devem permear toda a narrativa dos jogos, causando um efeito aproximado ao que a ludicidade traz para o ensino, ao favorecer a participação dos estudantes e a mobilização de conhecimentos, tais como expressar-se por meio de diferentes linguagens, desenvolver raciocínio ágil, saber avaliar informações, reconhecer informações falsas e realizar tomadas de decisões. Tudo isso dentro de uma narrativa envolvente que tenha significado para o jogador, como ressalta Alves (2015, p. 47) ao afirmar que: “[...] sem uma história que crie significado para o jogador, a credibilidade do sistema fica comprometida e a motivação para o engajamento no sistema deixa de existir, pois perde a relevância.”

De acordo com Busarello (2018, p. 96), alguns elementos possuem poder em um ambiente gamificado, são eles: “[...] a narrativa, visualização de personagens e resolução de problemas.” Dessa forma, percebemos o quanto a construção dos elementos dos jogos é essencial para o engajamento e o sucesso da proposta, visto que, sem uma boa estruturação dos elementos, a dinâmica fica comprometida, bem como

a estética enquanto promotora de emoções na interação do aluno com o jogo.

Ao acompanhar uma narrativa, o indivíduo tem a experiência de uma história em que não está incluído como ator, já no jogo ele é o próprio agente capaz de interferir no curso da história, vivenciando, de fato, uma imersão enquanto protagonista. Logo, como ressalta Alves (2015, p. 44), “[...] o essencial é que a narrativa do sistema gamificado permita aos jogadores estabelecer uma correlação com o seu contexto, criando conexões e sentido para que o sistema gamificado não se torne um amontoado de elementos abstratos [...]”. Nesse contexto, temos que a narrativa nos jogos digitais proporciona uma experiência capaz de estimular o envolvimento do aluno com o jogo e, conseqüentemente, o aprendizado proposto, estabelecendo, dessa maneira, uma conexão com os desafios presentes na trama da narrativa.

A partir do que foi apresentado, constatamos que, na contemporaneidade, nossas conexões são muito mais digitais, devendo a escola apropriar-se desse fato, a fim de desenvolver práticas significativas, aproximando-se da realidade do estudante. Assim, compreendemos o jogo digital como uma potente ferramenta que pode ser aliada ao ensino com o propósito de fomentar aprendizagens a partir de elementos promotores de motivação e engajamento. Nesse sentido, configura-se como uma estratégia na resolução de problemas, transportando o aluno a uma realidade fictícia na qual ele pode recomeçar sempre que necessário, exercitando a autonomia, a concentração e a superação de desafios, de forma divertida e dinâmica. Nessa configuração, apresentamos, a

seguir, o jogo *O Mistério da Galeria da Arte*, construído para este trabalho com o objetivo de engajar alunos do Ensino Médio para a resolução de problemas através do letramento visual crítico.

Jogo *O Mistério da Galeria de Arte*

A partir da compreensão de que os textos multimodais permeiam o cotidiano dos sujeitos e os jogos digitais são ferramentas poderosas que devem ser aliadas ao ensino, é que propomos aliar as teorias sobre multimodalidade e gamificação a atividades de letramento. Nessa perspectiva, apoiamos na teoria de Liu (2013) que surge a partir dos estudos do historiador e crítico de arte Panofsky (1955) e contribui para a interpretação de textos visuais ao estabelecer um conjunto de estratégias metainterpretativas das imagens que os sujeitos letrados devem interpretar, constituindo, desse modo, três níveis de leitura de imagens: perceptuais, analíticas e socioculturais. A partir de tais estratégias e dos princípios da gamificação de Busarello (2018), desenvolvemos um jogo educativo digital a ser utilizado enquanto ferramenta pedagógica.

O jogo é composto por três fases e inicia-se com a apresentação de um detetive que precisa de ajuda para solucionar o problema de uma galeria de arte em que as obras estão sumindo misteriosamente. Nesse momento, o aluno é instigado a ajudar o detetive que se mostra em um cenário composto por uma exposição de arte com molduras vazias. À medida que o aluno soluciona "*o mistério da imagem*", os

quadros retornam à galeria e o jogador ganha moedas que funcionam como passaporte para as próximas fases do jogo. A narrativa que permeia a história é construída a partir das falas do detetive, que motiva os participantes a não desistirem do jogo, comemora o progresso obtido em cada acerto e incentiva novas tentativas quando o aluno não obtém êxito. Vale salientar que o grau de dificuldade das questões aumenta à medida que o aluno avança, e, ao chegar à última questão de cada fase, é proposto um desafio composto por uma questão subjetiva: o aluno terá que descrever a sua produção de sentido a partir da leitura da imagem e das reflexões geradas a partir das perguntas norteadoras disponíveis na questão.

A título de recompensa, além da possibilidade de avançar para o nível seguinte, o personagem apresenta ao aluno o álbum com todas as obras conquistadas naquela fase. Destarte, o objetivo principal é conseguir resgatar o maior número possível de obras, por meio da resolução das questões propostas que têm como foco explorar textos imagéticos e verbo-imagético comuns no universo digital, exigindo do jogador a habilidade de interpretá-las de acordo com as estratégias metainterpretativas sugeridas por Liu (2013). Desse modo, e segundo o mesmo autor, antes de buscar compreender as estratégias meta interpretativas, os leitores devem ter consciência da construção do significado multimodal, tendo em vista que as imagens não são mais ornamentais e subsidiárias, sendo cada vez mais utilizadas para dar sentido ao mundo, muitas vezes, ofuscando o modo outrora dominante da linguagem escrita.

Assim, Liu (2013) apresenta a estratégia perceptual que, como o nome sugere, trata da observação do leitor acerca das linhas, das cores, das texturas, da forma e dos demais elementos apresentados na imagem. Podemos relacionar esta primeira estratégia com uma leitura do que está explícito, com a constatação a partir da observação dos elementos que estão na superfície da imagem. O autor ainda apresenta as seguintes perguntas com o propósito de guiar o leitor em sua interpretação: O que você pode ver a partir desta imagem visual ou quais são os elementos de construção desta imagem visual? Quais são o formato e as cores dominantes das imagens? Onde está posicionado o texto? Quais fontes são utilizadas? No exemplo abaixo, temos uma das telas do jogo em que o aluno precisará usar a estratégia metainterpretativa perceptual a fim de solucionar o desafio. Vejamos:

Figura 1 - Desafio 01

Desafio 01
A imagem abaixo faz parte da campanha publicitária de doação de sangue do Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará -HEMOCE-CE. Essa instituição tem como um de seus serviços a coleta de sangue, medula óssea e plaquetas. Observe-a com atenção e, em seguida, marque a alternativa correta:

A) As cores escolhidas para composição da imagem, bem como a composição gráfica das letras foram intencionais e funcionam como parte importante da mensagem da campanha.

B) As imagens que representam as pessoas estão desconectadas, pressupondo que a doação de sangue é um ato com consequências individuais.

C) A principal intenção comunicativa é a divulgação das redes sociais do HEMOCE.

D) O texto verbal e não verbal contido na campanha publicitária acima não faz nenhum apelo ou pedido.

E) O texto verbo imagético faz uma crítica às pessoas que não são doadoras de sangue.

HEMOCE
hemocce.ce.gov.br
hemocce (UFCE)
hemocceoficial
@hemocce

Doe Sangue

HEMOCE
CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO CEARÁ

GOVERNO DO CEARÁ
ESTADO DO CEARÁ

Verifique em: <http://www.campanhahe20101000.hemocce.ce.gov.br/campanha-he20101000>
Arquivo: 01_01_2013

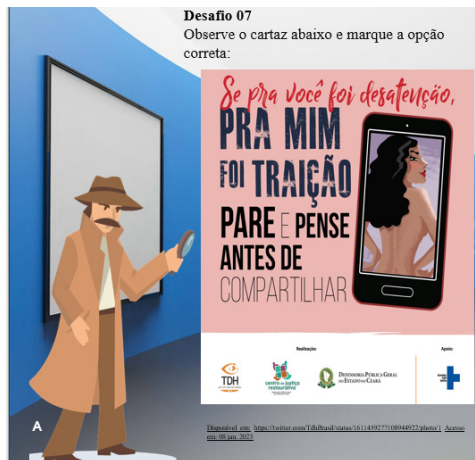
Fonte: Jogo O Mistério da Galeria de Arte

Nessa questão, o aluno deverá analisar a imagem da campanha publicitária de doação de sangue do Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará - HEMOCE. O objetivo central, a partir da estratégia perceptual, é estimular o aluno a observar como se estabelece a produção de sentido a partir da composição das cores e suas relações com os elementos visuais e verbais contidos na imagem. O aluno também deverá reconhecer quais elementos visuais fazem parte da mensagem principal, quais elementos figuram de maneira acessória e qual é o propósito comunicativo do texto.

O segundo nível de leitura de imagens, de acordo com Liu (2013), contempla a estratégia metainterpretativa analítica que visa identificar o que cada objeto representativo significa, analisando também o que está implícito na imagem. Para este nível, o autor vale-se de algumas perguntas norteadoras a fim de instigar a produção de sentido a partir de aspectos como: a identificação dos elementos imagéticos que estão em primeiro ou segundo plano; a diferenciação de tamanhos entre as imagens; a intenção por trás das cores utilizadas e dos espaços em branco; a relação entre as imagens e os elementos verbais; e o direcionamento do olhar do leitor a partir da organização intencional dos elementos que compõem o texto imagético ou verbo imagético. Na questão abaixo, extraída do jogo em questão, o aluno deverá utilizar a estratégia analítica para solucionar o desafio:

Figura 2 - Desafio 07

Desafio 07
Observe o cartaz abaixo e marque a opção correta:



A) Na composição do cartaz as cores e a imagem da mulher foram escolhidas de forma aleatória, sem nenhuma intencionalidade.

B) Infer-se que a escolha de uma imagem feminina é devido às mulheres serem, em maior número, vítimas de compartilhamento de nudes.

C) As letras em caixa alta e negrito servem apenas como recurso de estilo do layout.

D) Como no texto verbal não temos a palavra "nudes", logo, não podemos afirmar que o cartaz trate desta temática.

E) O cartaz, ao trazer apenas a figura feminina, não mascara que a problemática afeta pessoas de todos os gêneros.

Fonte: Jogo O Mistério da Galeria de Arte

O cartaz acima faz parte de uma campanha publicitária da Defensoria Pública do Estado do Ceará, em parceria com outros órgãos. O texto traz elementos verbais e imagéticos que requerem do leitor habilidades para além da observação do que está explícito, uma vez que se faz necessário o estabelecimento de conexões com outras leituras e com o contexto que a temática aborda. No desafio proposto, o leitor deverá reconhecer os propósitos comunicativos existentes que vão desde a escolha das cores utilizadas até o destaque intencional dado aos elementos verbais.

Na imagem contida no texto, o plano de fundo possui a cor rosa, historicamente imposta às mulheres sob o pretexto de simbolizar a delicadeza, ao passo que carrega um machismo implícito que, por sua vez, compreende as mulheres enquanto um gênero frágil e, portanto, inferior. No tocante

à escolha da figura feminina a fim de representar a vítima do compartilhamento indevido de imagens, fica evidente o apagamento de outros gêneros, dando margem para inferir que tal escolha pode ter sido motivada pelo fato das mulheres serem, em maior número, vítimas de tal prática. No tocante à parte verbal que compõe o texto verbo imagético, nota-se o uso de caixa alta e negrito para além do seu uso enquanto recurso de layout e estilo, que, ao dar destaque para as vozes de comando “*pare*” e “*pense*”, remete o leitor ao objetivo central da campanha que visa promover um alerta com o intuito diminuir os índices de compartilhamento de fotos íntimas. Ainda sobre os elementos verbais, em nenhum momento a palavra “*nudes*” foi escrita, no entanto, o termo surge implicitamente por meio da imagem. Desse modo, texto verbal e imagético complementam-se e produzem sentido dentro de um contexto digital que demanda novos olhares para a construção do texto.

A última estratégia metainterpretativa que Liu (2013) apresenta é denominada de sociocultural. Essa estratégia exige do leitor um olhar para além da imagem, ao passo que estabelece vinculações com o contexto social, cultural, político e ideológico. Tal abordagem adota um viés crítico que, segundo a nossa análise, representa o ideal de letramento visual crítico, uma vez que o leitor, detentor de tal habilidade de leitura, consegue estabelecer diversas conexões ao produzir sentido. Vejamos, nesse excerto do jogo, um exemplo de questão com o uso da estratégia sociocultural:

Nesta senda, ao fomentarmos uma leitura para além dos seus aspectos estruturais, tencionamos potencializar a atividade de letramento visual crítico a partir da percepção de que as imagens, assim como as estruturas linguísticas, são atravessadas pela dimensão cultural, ideológica e social.

Conclusão

Considerando que as imagens se pronunciam e reivindicam espaço enquanto detentoras de potencial comunicativo, as estratégias metainterpretativas de leitura de imagens de Liu (2013) encaminham o leitor ao processo de reflexão sobre as percepções e as interpretações que fazemos a partir de uma imagem. Tais estratégias incluem: identificar e refletir sobre nossas próprias suposições e pressupostos em relação à imagem; considerar as possíveis intenções do criador da imagem; refletir sobre o contexto cultural e histórico em que a imagem foi produzida; considerar as possíveis interpretações da imagem por diferentes públicos e refletir sobre o poder da imagem de influenciar o leitor.

Desse modo, a estratégia perceptual de leitura visa estimular o leitor a identificar quais elementos constituem a imagem, a qual gênero textual pertence, qual a situação comunicativa presente e qual o sentido básico foi intencionado pelo produtor. A estratégia analítica parte para o campo das intencionalidades do produtor, seus posicionamentos e as possíveis inferências, dando margem à construção de uma rede de sentidos a partir do que está explícito e do que foi silenciado. O nível sociocultural perpassa a recriação por parte do leitor, que deverá remontar o contexto no qual se realizou a criação e elaborar juízos de valor ao relacionar a imagem

das suas experiências de vida com o seu contexto histórico, social, cultural, ideológico e político.

Essas estratégias são importantes para desenvolver um letramento crítico em relação às imagens, permitindo que os indivíduos compreendam e analisem as mensagens nelas implícitas e as influências culturais e sociais que elas podem transmitir. As três estratégias, em conjunto, contribuem ainda para uma interpretação mais abrangente e crítica, elevando o nível de compreensão ao fomentar discussões e novas perspectivas a partir da imagem. Neste sentido, o uso apenas da primeira estratégia não garantiria ao sujeito acesso às camadas mais abstratas da análise, não captando outros aspectos essenciais, como é o caso da relação imagem-texto-contexto. Desse modo, ao relacionarmos os elementos constitutivos da imagem, instigamos uma reflexão que leva a construções de sentido, elevando o nível da análise e contribuindo para fomentar novas discussões, perspectivas e reflexões sobre a imagem.

O jogo educativo digital figura neste cenário como um grande aliado frente às possibilidades de trabalharmos em sala de aula com o ensino de leitura, mais especificamente com a leitura de imagens, com base nos pressupostos de Liu (2013). Desse modo, nos valemos dos estudos de Busarello (2018) ao propor a utilização de tal ferramenta na perspectiva de aumentar a motivação e o engajamento dos alunos, na medida em que o jogo digital promove um ambiente de aprendizado dinâmico e interativo que fornece aos alunos um *feedback* imediato e personalizado. Nesse sentido, o uso de recursos tecnológicos em sala de aula enseja, no âmbito

do ensino de leitura de imagens, uma nova forma de ler, marcada pela junção de diversos elementos que dão sustentação para a produção de sentido e aproximam o universo leitor do cotidiano dos alunos.

Referências

ALVES, F. **Gamification**: como criar experiências de aprendizagem engajadoras: um guia completo do conceito à prática. São Paulo: DVS Editora, 2015.

BAMFORD, A. **The Visual Literacy White Paper**. Uxbridge: Adobe systems incorporated, 2003. Disponível em: <https://aperture.org/wp-content/uploads/2013/05/visual-literacy-wp.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BURKE, Brian. Gamificar: como a gamificação motiva as pessoas a fazerem coisas extraordinárias. São Paulo: DVS, 2015.

BUSARELLO, Raul Inácio. **Gamification**: princípios e estratégias. São Paulo: Pimenta Cultural, 2016.

BUSARELLO, Raul Inácio. Fundamentos da gamificação na geração e na mediação do conhecimento. In: SANTAELLA, L. et al (org.). **Gamificação em Debate**. São Paulo: Blucher, 2018.

CALLOW, J. Alfabetização crítica em uma era digital. In: LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. (org.). **Novos letramentos**: um panorama dos estudos. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 2. imp., 43. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GRUPO NOVA LONDRES. Uma Pedagogia dos Multiletramentos: Projetando Futuros Sociais. Tradução de Deise Nancy de Moraes, Gabriela Claudino Grande, Rafaela Salemme Bolsarin Biazotti, Roziane Keila Grando. **Revista Linguagem em Foco**, v.13, n.2, 2021. p. 101-145. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/5578>. Acesso em: 20 mar. 2023.

KLEIMAN, Angela B. (org). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

KLEIMAN, Angela B. **Preciso ensinar o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?** Campinas: UNICAMP/MEC, 2005.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading images: the grammar of visual design.** 5th. London and New York: Routledge, 2006.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência.** São Paulo: Editora 34, 1993.

LIU, J. Visual images interpretive strategies in multimodal texts. **Journal of Language Teaching and Research**, v. 4, n. 6, 2013.

MATTAR, J. Fundamentos da gamificação na geração e na mediação do conhecimento. In: SANTAELLA, L. et al (org.). **Gamificação em Debate.** São Paulo: Blucher, 2018.

PANOFSKY, E. **Meaning in the visual Art**. Garden City/ NY: Doubleday, 1955.

REIS, Ivonildo da Silva. **Letramento Multimodal Crítico: Uma Proposta Didática Para O Ensino Fundamental II**. 2019. 153 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2019) - Universidade Estadual do Ceará, 2019. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademico-Publico.jsf?id=89831>. Acesso em: 8 de março de 2023.

RIBEIRO, A. L.; COSCARELLI, C. V. Jogos Online para Alfabetização: o que a Internet oferece hoje. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE HIPERTEXTO. 3., 2009. **Anais [...]** Belo Horizonte: [s.n.], 2009.

RIBEIRO, Ana Elisa. **Multimodalidade, textos e tecnologias: provocações para a sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2021.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (org.). **Letramentos, mídias, linguagens**. São Paulo: Parábola, 2019.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola, 2009.

RUSSEL, G. **Print Based and Visual discourse in schools: implications for Pedagogy**. Discourse: studies in the cultural politics of education, v. 21, n. 2, 2000.

SANTAELLA, Lúcia. **Leitura de imagens**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012.

SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Editora Paulus, 2008.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, 2003.

STREET, B. V. **Literacy in theory and practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

VIEIRA, J; ROCHA, H. da; MARROUN, C. R. G. Bou; FER-RAZ, J. de A. **Reflexões sobre a língua portuguesa**: uma abordagem multimodal. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

RETÓRICA DIGITAL E TECNOLOGIAS PERSUASIVAS: a influência dos algoritmos na persuasão nas redes sociais

Ana Lúcia Rocha Silva (UFMA)

João da Silva Araújo Júnior (UFMA)

Caroline Rodrigues Lima Queiroz (UFMA)

A popularização das tecnologias digitais representou um divisor de águas nos mais diversos setores da sociedade e fez emergir o que se tem denominado Capitalismo de vigilância (ZUBOF, 2015). Nos últimos anos essas tecnologias, de um modo geral, e em especial as redes sociais digitais, se tornaram ferramentas poderosas de análise do comportamento e de consumo de conteúdo em meio digital, principalmente no cenário atual, em que o mundo se encontra cada vez mais saturado de informações e estímulos sensoriais.

De acordo com o relatório 2021 Global Digital, realizado pelo We Are Social e Hootsuite, em janeiro de 2021, 150 milhões de brasileiros eram usuários de mídias sociais, o que equivalia a 70,3% da população do país. Outro estudo realizado pela Comscore, sobre o uso de redes sociais no Brasil em 2020, afirma que, em dezembro desse mesmo ano, os brasileiros passaram em média 47 horas navegando nas redes sociais e que o Brasil é o país mais influenciado por conteúdos de redes sociais do mundo. Segundo essa pesquisa, a penetração de conteúdos entre os usuários de redes sociais no Brasil atinge um alcance de 97%, o índice mais alto do

mundo, ultrapassando países como China, Índia e Estados Unidos.

Em função disso, compreender como as redes sociais e as tecnologias digitais, de modo geral, influenciam, mobilizam e direcionam mecanismos para atrair a atenção de usuários digitais na web se faz necessário para se entender como as estratégias de persuasão e de retórica digital operam no meio digital, constituindo as chamadas tecnologias persuasivas (TP).

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo geral: compreender como as tecnologias persuasivas influenciam, mobilizam e direcionam mecanismos para influenciar e alterar atitudes e comportamentos de seus usuários em diferentes redes sociais digitais, considerando a complexidade das interações nessas redes. Para isso, nos utilizamos dos conceitos de Retórica Digital, de Hess e Davisson (2018), de Tecnologia persuasiva, de Fogg (2002), e de complexidade, de Morin (2000) e Larsen-Freeman (1997).

Quando falamos aqui em persuasão estamos no campo dos estudos da Retórica. No contexto deste trabalho, o estudo da Retórica está direcionado para o ambiente virtual. Nesse sentido, cumpre salientar que os estudos da retórica têm se desenvolvido ao longo da história nos mais diversos contextos, até o que podemos chamar hoje de Retórica Digital.

O termo retórica provém do grego, *rhetoriké*, cujo significado é “a arte dos discursos”. Nesse sentido, desde seus primórdios, na Grécia Antiga, esse campo de estudo se ocupou em compreender os recursos linguístico-gramaticais e o jogo analítico-dialético próprio das diversas figuras de linguagem

e de construção que compõem o estilo do discurso do orador (XAVIER, 2013). Nesse sentido, a retórica seria compreendida como técnica de organização do discurso com um explícito desígnio de persuadir audiências.

Na Grécia antiga, a reverência a um cidadão baseava-se na sua habilidade para pronunciar discursos eloquentes e persuasivos, de modo que a persuasão baseava-se ao mesmo tempo no apelo à razão e à emoção do interlocutor. Nesse contexto, ganharam notabilidade os sofistas, a exemplo de Protágoras (481 – 420) e Górgias (483 – 375), que foram considerados os introdutores e praticantes da arte retórica no século V a.C. Para os sofistas, era fundamental submeter o raciocínio à contra-argumentação.

Foi Platão (427 – 347 a. C) quem, inicialmente, mais fortemente se opôs à retórica sofista. Em Górgias, um de seus escritos, Platão, em um diálogo entre Sócrates e retóricos sofistas, discute a relação entre política, moral e razão. Ali o autor grego defende que as técnicas retóricas podem servir a dois fins: agradar enganando, levando a audiência à crença; e levar a audiência à ciência. Por fim, Platão esclarece que a ciência só pode ser alcançada pela dialética e não pela argumentação com fins persuasivos, razão pela qual, segundo o pensador grego, a retórica sofista deveria ser repreendida e combatida em uma sociedade que preze pela moral e pela verdade.

É em Aristóteles (384 – 322 a.C), no entanto, que encontramos a mais relevante contribuição da filosofia grega para o estudo da retórica. Ao escrever *A Arte Retórica*, em três volumes, o filósofo grego defende que a eficiência da re-

tórica depende da concatenação fluente entre três elementos constitutivos do discurso oral público: o Ethos, o Pathos e o Logos. O Ethos relaciona-se com caráter positivo do produtor do discurso em face à sua audiência, o que, segundo o pensador grego, contribui para tornar convincente a mensagem. O Pathos, por sua vez, refere-se à necessidade de que o orador desperte emoções na audiência para, desse modo, persuadi-la a pensar e agir de determinada maneira. Por fim, o Logos, que para Aristóteles refere-se à estrutura do discurso, sua espinha dorsal bem esquematizada e plena de figuras de linguagem.

Em meados do século XX, Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca propõem a chamada Nova Retórica (*Traité de l'Argumentation. La Nouvelle Rhétorique*), obra que constitui importante marco para as reflexões acadêmicas em torno da retórica e da argumentação. Na obra, os dois filósofos do direito resgatam a perspectiva retórica de Aristóteles e, ao mesmo tempo, enfatizam a argumentatividade dialética em detrimento de um formato eloquente do discurso para impressionar uma determinada audiência.

A Nova e a Antiga Retórica apresentam, no entanto, importantes diferenças no tocante ao seu objeto. Enquanto a chamada retórica clássica toma como objeto de estudo a arte de falar em público de modo persuasivo, considerando uma audiência reunida na praça pública, sendo, portanto, a meta da arte oratória igual à de qualquer argumentação; o foco da Nova retórica é a análise da estrutura da argumentação em textos escritos e não os discursos orais grandiloquentes. Para os precursores da Nova retórica, o orador, ao elaborar seu discurso escrito, condiciona-se, consciente ou inconscientemen-

te, pelo leitor a quem se dirige, o que impacta a organização sequencial e tática dos argumentos a serem apresentados.

A retórica é, em suma, uma arte aplicável às situações de interação entre os indivíduos mediada por alguma linguagem, em quaisquer suportes de comunicação, inclusive no meio digital. Assim, consciente ou inconscientemente, direta ou indiretamente, os indivíduos em sociedade, quando se encontram e se comunicam, contagiam-se, em alguma medida, uns aos outros.

Retórica Digital e Tecnologias Persuasivas

Na Retórica Clássica, como vimos, concebia-se uma relação direta entre orador e auditório, que era baseada na exposição oral com a presença física do orador perante seu auditório, porém, com a inserção da Media, essa relação entre orador e auditório foi modificada substancialmente ao dispensar a presença física de ambos.

Trata-se, segundo Mateus (2018), de reconhecer que a Mediatização altera as próprias formas da persuasão, não apenas porque os Media e as Mensagens se encontram interligados, como também porque o orador está agora perante auditórios distantes no espaço e/ou no tempo.

Todas essas mudanças trouxeram novas estratégias e formas de persuasão, ampliando o campo de estudo da Retórica, embora não invalidem os conceitos clássicos. Com a chamada Revolução Digital e a inserção dos computadores e, mais modernamente dos smartphones, ao cotidiano dos

indivíduos, todas essas modificações se intensificaram ainda mais.

Para Hess e Davisson (2018), acrescentar o digital ao conceito de retórica sinaliza que as tecnologias digitais fazem a diferença nas formas como comunicamos, pois a retórica digital enfatiza que as tecnologias restringem, estruturam e permitem falar de formas fundamentalmente novas. Para esses autores, a retórica digital é o estudo do significado, da persuasão, ou identificação expressa através da linguagem, corpos, máquinas e textos que são criados, circulados, ou experimentados através ou em relação às tecnologias digitais (HESS; DAVISSON, 2018).

Segundo Hess e Davisson (2018), a retórica digital muda a natureza da forma como a retórica é expressa. A criação de mensagens é frequentemente estruturada pelas limitações e capacidades inerentes dentro das tecnologias digitais. Algumas destas limitações são bastante visíveis, tais como os 140 caracteres que limitam um tweet. Outros, tais como os limites colocados dentro das qualidades imersivas de um jogo de vídeo, são mais difíceis de determinar. Como o discurso, essas tecnologias se diferem nas suas capacidades criativas e adaptativas. No entanto, o mais importante é que a tecnologia digital, quer através de smartphones em rede de computador, quer através de qualquer tecnologia, tem sido integrada à experiência cotidiana e comum de comunicação.

Dada a ubiquidade dessas tecnologias na criação e circulação da informação, cada troca é afetada por elas ou pela sua ausência (HESS; DAVISSON, 2018). Mesmo a opção de

não utilizar meios digitais para comunicar tem consequências para a forma como os usuários são percebidos.

No que se refere à citada ubiquidade, um dos principais nomes que trata dessa característica no estudo das tecnologias persuasivas é B. J. Fogg (2002). Para o autor, essa é a área de estudo relacionada ao projeto, pesquisa e análise de produtos computacionais interativos, que são desenvolvidos com o objetivo de influenciar, alterar atitudes e comportamentos de seus usuários.

Segundo o autor, as Tecnologias Persuasivas podem atuar em dois níveis: o da Macropersuasão, a qual é utilizada para descrever o objetivo geral de persuasão de uma tecnologia; e o da Micropersuasão, que pode ser vista como elementos específicos de persuasão que convergem para o objetivo geral de persuasão. Além disso, Fogg (2002) afirma que o entendimento dos níveis de persuasão torna mais fácil a identificação, projeto ou análise de oportunidade de inserção de persuasão em produtos computacionais.

Para Fogg (2002), a principal vantagem dessas tecnologias é a interatividade, que permite ao sistema persuasivo adequar suas estratégias de acordo com o comportamento de um determinado usuário, além de permitir aos persuasores ajustarem suas táticas de influência durante a evolução da situação. Da mesma forma que um vendedor habilidoso ajusta sua oratória para um cliente, a tecnologia permite o desenvolvimento de aplicações que fazem uso das tradicionais técnicas humanas de persuasão interativa.

Fogg (2002) lista seis atributos que os computadores possuem frente aos humanos como agentes de persuasão.

O primeiro deles é a persistência, pois, diferentemente dos seres humanos, que muitas vezes não têm capacidade de ser persistentes, os computadores não ficam cansados e frustrados. Apenas obedecem a comandos, agindo prontamente ou aguardando o momento certo para interagir com o usuário.

O segundo atributo é a possibilidade de anonimato. Em determinadas situações, é mais fácil obter informações de forma anônima por meio de um programa interativo de computador do que frente a outro ser humano.

O terceiro atributo está na gigantesca capacidade que os computadores possuem de guardar, acessar e manipular uma quantidade de dados, permitindo que a tecnologia interativa seja potencialmente mais persuasiva que as pessoas. A capacidade de lidar com um grande acervo de informações confere ao computador maior poder de persuasão, como quando, por exemplo, o computador encontra com precisão um fato, uma estatística ou uma referência a partir de um grande volume de dados, tornando-se mais eficaz na persuasão que uma pessoa.

O quarto atributo é a capacidade de utilizar várias modalidades de linguagem ao mesmo tempo, a multimodalidade. Geralmente, as pessoas são influenciadas não apenas pela informação em si, mas, também, pelo modo como é apresentada. Os seres humanos conseguem transmitir informação em diversos modos, mas não conseguem corresponder à variedade que um sistema computacional possui. As tecnologias digitais podem apresentar simultaneamente diversas semioses com textos, gráficos, fotos, áudio, vídeo, animações, simulações ou ainda conteúdos relacionados por meio de

hyperlinks. Toda essa variedade permite à tecnologia atender às preferências do usuário a partir de uma ou mais modalidades específicas com o intuito de produzir maior impacto persuasivo.

O quinto atributo é a capacidade de reprodução em escala, transmitir informações a ponto de alcançar milhões de pessoas no mundo. Um persuasor humano não consegue reproduzir uma interação em grande escala e de forma rápida como o computador consegue, principalmente quando ocorrem via Internet.

O sexto e último atributo é a ubiquidade, pois diferentemente dos humanos, a tecnologia tem a capacidade de estar na maioria dos lugares. A persuasão tecnológica pode chegar a lugares em que um persuasor humano não chegaria, como no banheiro, nos quartos, em carros, entre outros, aumentando do poder persuasivo.

Por fim, Fogg (2002) salienta que o desenvolvimento das tecnologias digitais torna-se complexo em virtude do fato de que essas tecnologias lidam com características relacionadas a emoções e comportamentos humanos. Dessa forma, segundo o autor, para que uma pessoa realize um comportamento desejado, ela deve estar motivada, ter habilidade de executar o comportamento e um gatilho deve ser disparado. Gatilhos podem ser vistos como recursos responsáveis por comunicar ao indivíduo para realizar um comportamento em determinado momento. Um gatilho pode assumir várias formas, podendo ser um alarme que soa, uma notificação no celular, uma mensagem de texto, um anúncio de que uma

venda está terminando ou uma “notícia” chamativa sobre um político detestado.

A partir dessas definições, Hess e Davisson (2018) chamam atenção para o fato de que a retórica no meio digital pode desenvolver-se a partir de gestão algorítmica, tema a ser apresentado a seguir.

Os Algoritmos

A qualquer momento do dia, uma ininterrupta e irrestrita coleta de informações é realizada por parte de serviços e plataformas digitais a partir dos diferentes modos de ação e de interação de seus usuários. A análise e a interpretação de grandes volumes de dados de grande variedade, a chamada big data, nada mais é do que a constante coleta de small data, na qual nenhuma informação é trivial ou efêmera. É desse conhecimento produzido a partir dessa escala gigantesca de dados que se extrai valor na economia digital no contexto do que Zubof (2015) tem denominado capitalismo da vigilância.

Nesse contexto, os algoritmos vêm assumindo um protagonismo no cerne dos debates sobre tecnologias digitais, tendo em vista que seus mecanismos automatizados tornam visíveis, inteligíveis e operacionalizáveis os processos e fenômenos sociais complexos inscritos nesses imensos volumes de dados. Um algoritmo é uma sequência de regras ou instruções voltadas para execução automatizada de uma tarefa. Porém, nas plataformas digitais, as operações algorítmicas exercem hoje funções cada vez mais complexas que são utilizadas em diversas finalidades. Essas operações são elementos

fundamentais na elaboração de técnicas e estratégias para agir sobre o comportamento humano ao produzirem um conhecimento que se pretende, sobretudo, preditivo.

Consoante postula Zubof (2015), o êxito do chamado capitalismo de vigilância advém, sobretudo, da capitalização das possibilidades de prever o modo como se comportarão os indivíduos no futuro e, ao mesmo tempo, poder agir sobre esses indivíduos a partir do modo que atuam e se comunicam nas redes sociais.

Em função disso, entendemos que a integração de recursos técnicos e de plataformas digitais permite aos algoritmos ocuparem importante papel mediador de nossa percepção, cognição, afetividade, subjetividade e sociabilidade.

Nesse sentido, o processo de monitoramento e a aplicação de sistemas de recomendação por meio de algoritmos são decisivos para a previsão em larga escala dos interesses dos usuários das redes sociais, o que implica, em última instância, em um processo de otimização de tempo tanto aos anunciantes quanto aos consumidores.

Nesse contexto, Bentes (2019) alerta para o fato de que, mais recentemente, empresas do ramo da tecnologia em conjunto com empresas de marketing têm demonstrado interesse, também, em informações de cunho psíquico e emocional dos usuários das tecnologias, com o intuito de aprimorar ainda mais seus sistemas preditivos e, assim, manter os usuários cada vez mais conectados a essas tecnologias.

Em suma, a função precípua da arquitetura algorítmica é a manutenção da atenção dos usuários por meio do enga-

jamento desses indivíduos nas plataformas digitais, pois isso permite produção, coleta e armazenamento de dados em larga escala.

Nas redes sociais, os algoritmos atuam fortemente, tendo em vista que analisam as pesquisas e as milhares de publicações feitas todos os dias, selecionam as mais relevantes de acordo com cada usuário e as apresentam para eles. Isto é, existem mais chances de serem mostradas aos usuários postagens com as quais haja mais interação.

Redes sociais

Malini e Antoun (2013) entendem que os sites de rede social publicitam as conexões e favorecem que os laços sociais se tornem mais permanentes, menos fluidos e mais estáveis. É preciso que se diga, segundo as autoras, que o site não é a rede social, mas trata-se de um suporte, que é apropriado de diferentes formas pelos grupos sociais e cujos efeitos são construídos pelo complexo universo de negociação de normas e formas de interação. Nesse sentido, as autoras discutem os movimentos que emergem das apropriações desses suportes nas novas possibilidades de compartilhamento e cooperação que também são construídas pelas mudanças do digital. Esses exemplos trazem contribuições importantes a respeito das mudanças geradas pelos suportes nas redes sociais na internet.

Boyd (2010) identifica algumas características das redes sociais digitais, a saber: (i) a permanência das interações, ou seja, o fato de que as interações tendem a ficar inscritas na

rede e ali permanecerem; (ii) a “buscabilidade” dessas interações, que são recuperáveis; (iii) a replicabilidade dessas interações que podem ser reproduzidas facilmente e; (iv) a escalabilidade, ou seja, o potencial de alcance e multiplicação desses registros.

Nessas redes, os usuários passam a registrar seus passos, suas conversas, suas interações e redes. Assim, o mapeamento dessas redes ganha novo potencial, com ares de “big data”, no sentido de que, pela primeira vez, é possível mapear gostos, atos, ideias e conexões de milhares de pessoas, procurar e estabelecer padrões entre essas múltiplas redes, principalmente através das interações que são mediadas por essas ferramentas. O estudo das redes é, portanto, o estudo dos padrões sociais. Como na Internet esses padrões tornam-se mais evidentes, há a possibilidade de estudá-los de uma forma mais abrangente e em maior escala. Esses mapeamentos são geralmente realizados por algoritmos nas redes sociais que permitem segmentar e priorizar os conteúdos mais relevantes para cada usuário.

No Brasil, as redes sociais que mais vêm sendo utilizadas pela população no ano de 2020, segundo pesquisa da Comscore são o Instagram, o Facebook e o Twitter, que juntos contabilizaram 24,4 bilhões de interações por parte de marcas, publishers e influenciadores. O número é 25% maior do que o registrado em 2019.

Além disso, cabe registrar que o Instagram foi, entre as redes sociais mencionadas, a que mais apresentou compartilhamento de ações em 2020, concentrando 72% de todas as publicações realizadas por marcas e influenciadores. Por ou-

tro lado, no que tange à audiência, o Facebook apresentou-se como líder entre as mencionadas redes, alcançando 65% da atenção dos usuários.

Para a nossa discussão sobre a influência dos algoritmos nas redes sociais sob a ótica das TP e da Retórica Digital, escolhemos pontualmente analisar alguns padrões de comportamento dos algoritmos das redes sociais Facebook e Instagram a partir dos estudos de Ribeiro (2017; 2018) e Costa (2018).

Algoritmos do Facebook

No tocante aos algoritmos do Facebook, cumpre destacar que se tratam de um artifício usado para determinar o que aparecerá primeiramente para os usuários ao acessar a rede em questão (RIBEIRO, 2017; 2018).

Nessa mesma direção, assim como o Google com seu mecanismo de busca, o Facebook, segundo Eli Pariser (2011) faz com que seus usuários vejam aquilo que eles querem e, não necessariamente, o que precisam.

Para isso, Ribeiro (2017, 2018) nos diz que o usuário médio tem acesso a muitos posts apresentados pela referida rede social, sendo cerca de 1500 posts diários, porém prestam atenção em apenas 20% disso. Somando-se a isso, a plataforma Facebook faz uso de uma série de alguns comportamentos manifestados por seus usuários a fim de definir o que vai se apresentar ou não na tela de seus usuários, como seus interesses, o tempo despendido nas postagens, o comporta-

mento, os compartilhamentos, as reações usadas, compartilhamentos, entre outros.

Para Ribeiro (2017, 2018), os algoritmos do Facebook utilizam cinco regras de categorização de informações a fim de definir o conteúdo a ser disposto nas linhas do tempo de seus usuários. São elas:

1. Família e amigos como prioridades;

2. Postagens informativas;

3. Postagens ligadas a entretenimento;

4. Autenticidade: nesta regra, os conteúdos falsos, spams e afins tendem a descer no ranking, não mais de apresentando aos usuários quando identificados ou denunciados.

5. Multiplicidade de ideais.

Essa última regra consiste na função de conectar usuários que possuam os pontos de vista semelhantes, especialmente quando se trata de ideais políticos ou religiosos. Dessa forma, o *feed*³⁵ do usuário é organizado a partir das tendências de interação do usuário e de seus amigos, priorizando postagens que compartilhem dos seus mesmos ideais, naquilo que eles acreditam.

Ainda sobre a regra da Multiplicidade de regras, alguns autores tecem fortes críticas ao afirmarem que os algoritmos ajudam a formar uma bolha informativa. É o caso de Eli Pariser (2011), que chamou de “filtro invisível” e “filtro-bolha”

35 Segundo a plataforma Facebook, Feed “[...] é uma lista de histórias da sua página inicial em constante atualização. O Feed de Notícias inclui atualizações de status, fotos, vídeos, links, atividade do aplicativo e curtidas de pessoas, Páginas e grupos que você segue no Facebook.” Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/help/1155510281178725>. Acesso em: 23 nov. 2021.

o fato de que as plataformas digitais, por meio de seus algoritmos, direcionam e personalizam o que vai ser apresentado ao usuário, de modo que este enxerga apenas aquilo que lhe agrada, evitando o contato com pontos de vista divergentes, contrárias ou diferentes do seu.

Galvão (2016) corrobora com o mesmo entendimento quando menciona que “[...] o filtro bolha aprisiona os internautas a verem, ouvirem e comentarem apenas assuntos que conhecem e concordam [...]”.

Para Eli Pariserr (2011), o filtro-bolha torna-se um entrave no acesso às informações, pois ele não permite que o usuário mantenha o que chama de “dieta balanceada de informação”. O usuário mantém-se preso ao seu círculo de ideais.

Algoritmos do Instagram

O Instagram surgiu como uma rede social sem algoritmo, em que no *feed* de seus usuários eram apresentadas e organizadas as postagens apenas cronologicamente, de forma que as postagens mais recentes apareciam assim que o usuário abria a rede social, bastando apenas deslizar para ver as mais antigas.

Porém, de acordo com Costa (2018), o algoritmo do Instagram mudou isso em 2016, de maneira que funciona a partir de três aspectos que determinam o que vai aparecer como postagens de seus usuários. São eles:

1. Relacionamento: a rede social prioriza a apresentação de postagens de contas com as quais os usuários mais interagem, seja por meio de curtidas, buscas, mensagens diretas (*direct*) ou comentários.

2. Engajamento: trata-se do volume de interação, da quantidade de comentários e curtidas de uma postagem, principalmente em seus momentos iniciais. Tudo isso é levado em consideração como prioridade de apresentação de postagens no feed do usuário.

3. Temporalidade: o Instagram ainda leva em conta a apresentação de postagens mais recentes, ainda que as postagens não sejam necessariamente cronológicas, principalmente quando se trata de usuário que não interage muito com outra contas/amigos.

Considerações finais

Considerando que o objetivo deste estudo é discutir a influência da gestão algorítmica na persuasão das redes sociais sob a ótica da Retórica digital e das tecnologias persuasivas, entendemos que, em linhas gerais, a relação entre gestão algorítmica e persuasão nas redes sociais se dá em ao menos três aspectos:

O primeiro é que, em ambas as plataformas, seus algoritmos atuam de forma semelhante, como mecanismo de persuasão, mantendo a atenção de seus usuários nas redes ao se utilizarem das emoções e dos relacionamentos que seus usuários mantêm com outras pessoas que também são usuárias. Isso ocorre quando priorizam aparecer nos seus

feeds postagens de familiares e amigos com os quais mantêm mais interação, o que corrobora com entendimento de Fogg (2002) ao nos dizer que a interatividade e as emoções são características presentes nas TP.

O segundo aspecto é que, ao levarmos em consideração os cinco atributos das TP mencionados por Fogg (2002), os que mais estão evidentes nos algoritmos para a persuasão das redes sociais em questão são: a *ubiquidade*, devido ao fato de que seus usuários podem acessá-las em qualquer lugar que estiverem, desde o seu ambiente de trabalho ou a sua residência; a capacidade de *utilizar várias modalidades de mídia* ao mesmo tempo, como quando apresentam em seus *feeds* ou *storys* fotos, vídeos, sons e textos com conteúdos que seus usuários têm mais interesse, mantendo suas atenções; a *persistência*, por sempre estar apresentando postagens de interesse de seus usuários, bastando, para isso, acessar as redes; e a *capacidade de guardar, acessar e manipular* dados de seus usuários, pois quando seus usuários permitem que essas plataformas acessem sua galeria de fotos, vídeos de seus smartphones ou computadores ou simplesmente executam ações de curtir e comentar postagens, essas plataformas coletam, acessam e manipulam uma grande quantidade de dados de seus usuários.

O terceiro aspecto está relacionado à quarta regra de categorização do algoritmo do Facebook, a Multiplicidade de ideais, que nos leva a um questionamento: até que ponto os usuários da rede social têm autonomia na escolha/manipulação de conteúdo nessas redes? Tal questionamento exige uma tarefa reflexiva, pois, como bem postula Galvão (2016),

os algoritmos funcionam como filtro bolha que “[...] aprisionam os internautas a verem, ouvirem e comentarem apenas assuntos que conhecem e concordam [...]”.

Essa regra de categorização da Multiplicidade de ideais apresentada por Ribeiro (2017, 2018) também pode ser percebida em dois aspectos-chave de Costa (2018) sobre a atuação dos algoritmos no Instagram. Trata-se do Engajamento e do Relacionamento, o que também traz o mesmo questionamento para essa rede social.

Diante disso, entendemos, como já antecipava Hess e Davisson (2018), que a Retórica Digital examina o modo como se opera a persuasão em determinadas tecnologias persuasivas, no caso, as redes sociais Facebook e Instagram. Ou seja, entendemos que a persuasão está vinculada, nessas redes, à tarefa dos algoritmos de manter a atenção dos usuários por meio de vínculos afetivos, interesses pessoais e ideais de seus usuários, geralmente distanciando seus usuários de informações distintas aos seus interesses.

Referências

BENTES, Anne, 2019. A gestão algorítmica da atenção: enganchar, conhecer e persuadir. In: POLIDO, Fabrício; ANJOS, Lucas; BRANDÃO, Luíza. **Políticas, Internet e Sociedade**. Belo Horizonte: Instituto de Referência em Internet e Sociedade, 2019. p. 1-14. Disponível em: <https://medialabufrj.net/wp-content/uploads/2019/08/BENTES-GESTAO-ALGORITMICA-politicas-internet-e-sociedade.pdf>. Acesso em 30/11/2021.

BOYD, D.; GOLDBER, S.; LOTAN, G. Tweet, Tweet, Retweet: Conversational Aspects of Retweeting on Twitter. In: HAWAII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEM SCIENCES, 43., 2010, Honolulu, HI, USA. **Proceedings** [...] Honolulu, HI, USA: IEEE, 2010. p. 1-10. DOI: 10.1109/HICSS.2010.412..

COSTA, Thaís. Algoritmo de redes sociais: como funcionam Instagram, Facebook, LinkedIn e Twitter e como performar melhor em cada um deles? **Rock Content**, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2VujEWt>. Acesso em: 13 nov. 2021.

ELI Pariser: **Tenha cuidado com os “filtros-bolha” online.** [S. l.: s. n.], 2011. 1 vídeo (8 min). TED: Ideas worth spreading. Disponível em: <https://bit.ly/219y6DR>. Acesso em: 21 nov. 2021.

FOGG, B. J. Persuasive technology: using computers to change what we think and do. **Ubiquity**, [S.l.], p. 1-32, dez. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1145/764008.763957>. Acesso em: 28 maio 2023.

GALVÃO, Daniel. Filtro bolha: a verdade por trás do que aparece no seu feed. **CanalTech**, São Bernardo do Campo, 28 jun. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2NuLgXk>. Acesso em: 20 ago. 2022.

HESS, Aron; DAVISSON, Ambar. **Theorizing digital rhetoric.** New York: Taylor & Francis Group, 2018.

MALINI, F.; ANTOUN, H. **@Internet e #Rua: Ciberativismo e Mobilização nas Redes Sociais.** Porto Alegre: Sulina, 2013. 278 p.

RIBEIRO, Laura. Algoritmo do Facebook: como ele funciona e como aumentar o seu tráfego orgânico. **Rock Content**, Belo Horizonte, 17 jan. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2JCyaIi>. Acesso em 20 ago. 2018.

ZUBOFF, Shoshana. Big other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. **Journal of information technology**, n. 30, p. 75-89, 2015.

XAVIER, Antonio Carlos. Retórica digital: a língua e outras linguagens na comunicação mediada por computador. Recife: Pipa Comunicação, 2013.

A CONSTRUÇÃO METAFÓRICA “COVID-19 É GUERRA” EM CAMPANHAS DE PREFEITURAS BRASILEIRAS PARA CONTER O AVANÇO DO CORONAVÍRUS

Jackeline Braga Cunha (UFMA)

Marize Barros Rocha Aranha (UFMA)

Introdução

A metáfora, muito mais do que uma figura de linguagem, quando vista sob a perspectiva da Linguística Cognitiva, pode ser encontrada em diversas situações do dia a dia.

Não se limitando apenas à linguagem, a metáfora rege o pensamento humano até mesmo nos pequenos detalhes. A maioria das pessoas incorpora a ideia de que conseguem viver sem metáforas, de que esta seria apenas um recurso linguístico ou até mesmo um recurso da imaginação (LAKOFF; JOHNSON, 2002).

Ao aprofundar-se sobre a utilização da metáfora conceptual e suas inúmeras possibilidades, tem-se que a metáfora pode ser considerada uma ferramenta muito importante para a construção de significados no discurso. É neste contexto que ela pode ser mais bem compreendida (VEREZA, 2007).

Considerando estes aspectos, pode-se afirmar, então, que a metáfora pode ser utilizada como um recurso argumentativo. Deste modo, questiona-se como utilizá-la no discurso argumentativo ou até mesmo como utilizá-la para que

o interlocutor possa aceitar a ideia central da qual o locutor se propõe a defender.

Em um contexto pandêmico, a pandemia causada pelo COVID-19 gerou grandes impactos sociais, econômicos, políticos e culturais, de maneira global. Portanto, surge o interesse em pesquisar e estudar as influências deste fenômeno na linguagem humana.

Mais especificamente, ao promover este estudo sobre a metáfora conceptual na argumentação, tem-se como objetivo principal verificar a construção metafórica COVID-19 É GUERRA como um recurso argumentativo em campanhas promovidas por prefeituras brasileiras. A escolha das campanhas deu-se, primordialmente, pelo interesse em verificar como se elaborou a construção destes textos em um momento tão delicado para a população mundial.

Com o intuito de cumprir com a finalidade desta proposta, foi necessário investigar ocorrências metafóricas que representassem a doença causada pela COVID-19 como GUERRA em textos promovidos pelas prefeituras brasileiras selecionadas. Foi necessário, ainda, identificar as contribuições metafóricas para a argumentatividade nos textos encontrados.

Para a fundamentação teórica, este estudo apoiou-se em Lakoff e Johnson (2002) com a Teoria da Metáfora Conceptual. A obra *Metaphors We Live By* foi de extrema contribuição para cumprir os objetivos propostos. Além disso, para realizar as análises no âmbito da Argumentação, Amossy (2018), com a obra *Argumentação no Discurso* deu-se como ponto de

partida. A partir destes princípios, propõe-se se discutir sobre a metáfora no âmbito argumentativo.

O papel da metáfora na argumentação

Ao propor esta investigação sobre a metáfora como um recurso argumentativo, é importante compreender sobre qual perspectiva este recurso será abordado. Ao considerar a visão Aristotélica da metáfora como figura de linguagem, tem-se que esta é uma figura de retórica, cuja função se restringe ao ornamento. Quando se fala em metáforas, é esta concepção que surge na cabeça das pessoas e a única privilegiada nos livros didáticos e nas gramáticas (PAIVA, 1998).

No entanto, a metáfora, neste trabalho, é compreendida à luz dos estudos da Teoria da Metáfora Conceptual de Lakoff e Johnson (2002). Na visão dos autores, distanciando-se da concepção da metáfora como, exclusivamente, uma figura de linguagem, o sistema conceptual humano é puramente metafórico, em virtude de que o comportamento, as relações sociais e a percepção humana são estruturados, em grande parte, por metáforas.

Segundo os autores, as metáforas podem ser classificadas em estruturais, orientacionais e ontológicas. Veja-se abaixo um exemplo do que são metáforas estruturais de acordo com Lakoff e Johnson (2002, p. 51):

TEMPO É DINHEIRO, TEMPO É UM RECURSO LIMITADO e TEMPO É UM BEM VALIOSO são todos conceitos metafóricos. Eles são metafóricos uma vez que estamos usando nossas experiências cotidianas com dinheiro, com

recursos limitados e bem valiosos para conceptualizar o tempo [...]

Nas metáforas estruturais, um conceito é estruturado em termo de outro, como pode-se ver na conceptualização do tempo como dinheiro. Nas expressões “perder tempo” ou “gastar tempo”, popularmente utilizadas, se traduzidas à sua forma literal, tem-se o tempo como algo tangível e esgotável, o que não condiz ao real.

Com isso, parece não ser equivocado afirmar que as metáforas estão presentes no discurso cotidiano, visto que são constituídas pelas experiências das quais se vivenciam. As metáforas estariam presentes, portanto, no diálogo com a família, com os amigos, nas relações com os colegas de trabalho e até mesmo com atendentes de estabelecimentos comerciais.

No que tange às metáforas orientacionais, tem-se que:

As metáforas orientacionais dão a um conceito uma orientação espacial como, por exemplo, FELIZ É PARA CIMA. O fato de o conceito FELIZ ser orientado PARA CIMA leva a expressões como “Estou me sentindo para cima hoje” (I’m feeling up today). (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 59).

Desta forma, evidencia-se que as metáforas orientacionais são baseadas em experiências físicas e culturais, dado que para se expressar e comunicar ideias, são utilizadas experiências físicas comumente compartilhadas por membros de uma mesma comunidade ou mais ou menos semelhante.

Já em relação às metáforas ontológicas, pode-se compreendê-las como a atribuição de movimentos anímicos

a eventos, atividades, emoções e ideais. Lakoff e Johnson (2002) citam alguns exemplos em sua obra como “A sua mente pifou” e “A inflação está abaixando o nosso padrão de vida”. Pode-se perceber que a mente é concebida como uma máquina e a inflação como uma entidade.

[...] os homens têm necessidade, para apreender o mundo, de impor aos fenômenos físicos limites artificiais que os tornem tão discretos como nós, quer dizer, fazem deles entidades demarcadas por uma superfície. (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 76).

Consequentemente, com a sua riqueza e inúmeras possibilidades, não seria adequado caracterizá-la apenas como uma figura de linguagem restrita ao embelezamento da língua.

[...] a metáfora não é somente uma questão de linguagem, isto é, de meras palavras. Argumentaremos que, pelo contrário, os processos do pensamento são em grande parte metafóricos. Isso é o que queremos dizer quando afirmamos que o sistema conceitual humano é metaforicamente estruturado e definido. As metáforas como expressões lingüísticas são possíveis precisamente por existirem metáforas no sistema conceitual de cada um de nós [...]. (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 48).

As expressões metafóricas são utilizadas como uma forma de traduzir ideias das quais as palavras, em sua forma literal, não conseguem. Mais do que isso, na visão de muitos autores, a metáfora desempenha um papel extraordinário no que diz respeito ao esclarecimento da dimensão, limites e possibilidades da língua (MARCUSHI, 2000).

Assim, ao analisar, de forma breve, o que seriam as metáforas conceituais, busca-se verificar as contribuições da metáfora no âmbito argumentativo. Cabe ressaltar que a argumentação, na visão de Amossy (2018, p. 47), é definida como:

[...] os meios verbais que uma instância de locução utiliza para agir sobre seus alocutários, tentando fazê-los aderir a uma tese, modificar ou reforçar as representações e as opiniões que ela lhes oferece, ou simplesmente orientar suas maneiras de ver, ou de suscitar um questionamento sobre um dado problema.

Compreende-se que o locutor age sobre o seu interlocutor ou alocutário, de maneira que este possa aceitar uma ideia ou até mesmo mudar seu modo de pensar. Por isso, argumentar constitui-se como uma atividade de ação sobre o outro na tentativa de convencer e persuadir.

No entanto, Abreu (2009, p. 9) fornece a diferenciação entre convencimento e persuasão. Para o autor:

Muitas vezes, conseguimos convencer as pessoas, mas não conseguimos persuadi-las. Podemos convencer um filho de que o estudo é importante e, apesar disso, ele continuar negligenciando suas tarefas escolares. Podemos convencer um fumante de que o cigarro faz mal à saúde, e, apesar disso, ele continuar fumando.

Pelo exposto, tem-se que o ato de convencer se reduz a fazer com que o interlocutor pense como o locutor. Persuadir, por outro lado, torna-se induzir o outro a agir conforme os interesses daquele que argumenta.

Faz-se importante, igualmente, estabelecer esclarecimento acerca das noções de orador e auditório. Outrora definiu-se como locutor e interlocutor/alocutário, respectivamente. Porém, de acordo com os estudos da Teoria da Argumentação, o orador é aquele que sempre dirige seu discurso a um auditório, sendo que este último pode ser composto por diversas pessoas ou até mesmo por um único indivíduo.

Dependendo da sua dimensão e características, o auditório pode ser classificado como universal ou particular, dado que:

Auditório universal é um conjunto de pessoas sobre as quais não temos controle de variáveis. O público que assiste a um programa de televisão configura um auditório universal. São homens e mulheres de todas as classes sociais, de idades diferentes, diferentes profissões, diferentes níveis de instrução e de diferentes regiões do país. Auditório particular é um conjunto de pessoas cujas variáveis controlamos. Uma turma de alunas de uma escola de segundo grau configura um auditório particular. Trata-se de pessoas jovens, do sexo feminino, com o mesmo nível de escolaridade. (ABREU, 2009, p. 16).

Para argumentar, além de organizar o seu discurso, é necessário conhecer o seu auditório. Afinal, na tentativa de convencer e persuadir, faz-se relevante saber a quem se dirige o discurso. Conhecer as peculiaridades do auditório alvo pode ser um aspecto positivo para o orador.

A situação mais favorável à persuasão, quando não a mais simples, é aquela em que o orador se dirige a um público que compartilha valores e, até mesmo, objetivos idênticos. É unicamente ao compartilhar uma visão de mundo, uma

doutrina, um programa que se pode falar de um auditório homogêneo e não compósito [...]. (AMOSSY, 2018, p. 63).

Ao conhecer o auditório, a argumentação será eficaz se conseguir aumentar a intensidade de adesão das teses. É necessário desencadear nos ouvintes as ações pretendidas ou que pelo menos crie no auditório uma disposição para que possam agir (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005).

Tendo estes pressupostos teóricos apresentados, cabe discutir sobre a metáfora como um recurso argumentativo. Afinal, como a metáfora pode contribuir para a argumentatividade nos textos das campanhas governamentais brasileiras contra a COVID-19? Estes e outros aspectos serão analisados nas próximas sessões.

Metodologia

Entende-se por metodologia todo o caminho percorrido para a realização deste estudo. Considera-se que esta pesquisa possui várias fases, o que pode incluir desde a elaboração do problema até a apresentação e discussão dos dados obtidos (GIL, 2007). Por isso, caracterizando-se como um estudo de abordagem qualitativa e de caráter exploratório, este artigo foi elaborado em diferentes etapas.

Primeiramente, com o objetivo de obter os dados necessários para a análise, foi necessário realizar a busca de campanhas sobre a COVID-19 lançadas por prefeituras brasileiras durante o período que compreende os anos de 2020 e 2021 no buscador *Google*, que nos direcionou para sites específicos

da internet. A escolha desta ferramenta de busca deu-se pelo seu fácil acesso e variedade de conteúdos.

Priorizou-se as campanhas voltadas para o uso de metáforas de GUERRA utilizadas por prefeituras brasileiras na conceptualização do vírus. Deste modo, excluiu-se as campanhas promovidas por outras instituições não governamentais.

Na segunda etapa, foram selecionadas sete campanhas que atendem aos critérios preestabelecidos. No entanto, dada as limitações deste trabalho, privilegiou-se apenas quatro campanhas para a análise. Sendo assim, as campanhas realizadas por Macaé (RJ), Cambira (PR), Itápolis (SP) e Lavras de Mangabeira (SP) são analisadas neste estudo.

A terceira e última etapa consistiu em analisar e discutir sobre as campanhas, com base no referencial teórico selecionado para a fundamentação deste trabalho. Cabe ressaltar que a análise está fundamentada na Teoria da Metáfora Conceptual de Lakoff e Johnson (2002) e nos estudos da Teoria da Argumentação de Amossy (2018).

A guerra contra o vírus chamado COVID-19

Fundamentada na Teoria da Metáfora Conceptual e na Teoria da Argumentação, a análise a seguir busca verificar a construção metafórica "COVID-19 É GUERRA" como um recurso argumentativo em campanhas promovidas por prefeituras brasileiras a respeito da COVID-19. Diante disso, analisa-se a Figura 1 abaixo:

Figura 1 – Campanha promovida pela prefeitura de Macaé (RJ) em 2021



Fonte: Macaé – Central de notícias digital de Macaé³⁶

A Figura 1 é uma campanha lançada pela prefeitura de Macaé, no estado do Rio de Janeiro. Pelo exposto, vê-se que a COVID-19 é conceptualizada como o “inimigo” que necessita ser combatido.

Neste caso, evidencia-se uma metáfora ontológica de personificação, pois o vírus é conceituado como uma pessoa. Com este conceito, pode-se ver a COVID-19 como uma causa e até mesmo agir sobre ela. Ao utilizar esse tipo de metáfora, os seres humanos estão tentando lidar racionalmente com suas experiências (LAKOFF; JOHNSON, 2002).

O orador leva-nos a pensar que COVID-19 É UM ADVERSÁRIO, que pode atacar, destruir ou até mesmo matar.

36 Disponível em: <https://macae.rj.gov.br/saude/leitura/noticia/covid-19-populacao-deve-manter-cuidados>. Acesso em: 10 dez. 2022.

Percebe-se que as “armas” principais para derrotar o vírus é pressuposto por ações higiênicas e de contato social como lavar as mãos, usar álcool em gel, evitar aglomerações, usar máscara, evitar aperto de mãos e desinfetar objetos.

A personificação é, pois, uma categoria geral que cobre uma enorme gama de metáforas, cada uma selecionando aspectos diferentes de uma pessoa ou modos diferentes de considerá-la. O que todas têm em comum é o fato de serem extensões de metáforas ontológicas, permitindo-nos dar sentido a fenômenos do mundo em termos humanos, termos esses que podemos entender com base em nossas próprias motivações, objetivos, ações e características [...]. (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 89).

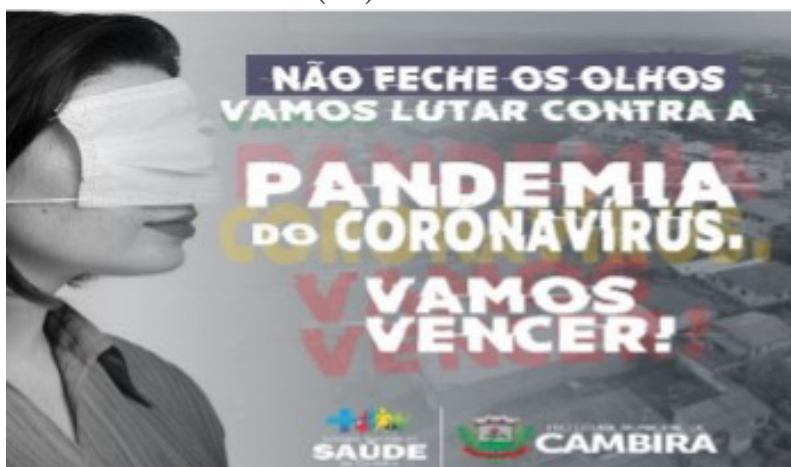
Como uma linguagem simples e com apoio da linguagem não verbal, pode-se dizer que o orador visa atingir um auditório universal, pois na conceptualização metafórica DOENÇA É GUERRA, o auditório necessita, de maneira fundamental, seguir os protocolos para que o inimigo seja derrotado. Ou seja, para que a comunidade contribua para a não proliferação da doença.

Ao observar os elementos utilizados na construção da campanha, percebe-se que é de fundamental importância estabelecer uma linguagem comum com o auditório. “[...] Temos de ter um especial cuidado para não usar termos de informática para quem não é da área de informática, ou de engenharia, para quem não é da área de engenharia e assim por diante.” (ABREU, 2009, p. 16).

Por meio do uso da metáfora bélica e a utilização do uso de imagens, que demonstram ações indispensáveis que devem ser realizadas pela comunidade para combater a do-

ença, o orador visa ganhar a adesão do auditório de maneira simples e objetiva. Em outra campanha semelhante, tem-se o seguinte:

Figura 2 – Campanha promovida pela prefeitura de Cambira (PR) em 2021



Fonte: Cambira – Notícias e informações da COVID-19 de Cambira³⁷

Na figura 2, a campanha promovida pela prefeitura de Cambira, município do Paraná, ordena que o auditório “não feche os olhos” e utiliza os termos “vamos lutar contra” o Coronavírus. Ao final do texto declama ao auditório “Vamos vencer!”. Tanto no início do texto quanto no final, é possível notar que o orador se inclui na missão coletiva de “vencer” o “inimigo” que é o coronavírus.

37 Disponível em: <https://www.cambira.pr.gov.br/cambira-contracovid-19-proteja-voce-e-sua-familia-2/>. Acesso em: 15 dez. 2022.

Em pesquisas mais recentes sobre o tema, Sacramento (2022) alerta para o fato de que quando as metáforas bélicas são utilizadas para conceptualizar aspectos que dizem respeito a COVID-19, envolve-se toda uma comunidade, o que inclui países, profissionais da saúde e instituições.

No entanto, ao lançar campanhas de chamada para combate ao vírus, diversos sentimentos podem ser despertados, o que não inclui apenas sentimentos positivos. Entre os efeitos negativos estão “a procura exacerbada de culpados e inimigos, geradora de fraturas sociais e de clivagens geopolíticas; e o desenvolvimento de uma ansiedade geral que pode comprometer princípios básicos de reciprocidade e solidariedade social” (SACRAMENTO, 2022).

Concomitantemente, Sabucedo, Alzate e Hur (2020) chamam a atenção para a problemática da metáfora de GUERRA. Embora possa aguçar alguns sentimentos positivos como heroísmo e resistência, o uso das metáforas bélicas também pode provocar conflito e obediência, que se configuram, na visão dos autores, como sentimentos negativos.

Isto leva-nos a refletir sobre as escolhas das metáforas feitas pelo orador ao tentar convencer o auditório a contribuir para a não proliferação do vírus. Pode-se notar que ao utilizar metáforas bélicas por meio de um sistema que envolve luta, batalha e enfrentamento, por exemplo, o orador impõe força e resistência ao seu discurso, de modo que se fizesse uso de outro sistema metafórico, os efeitos pretendidos não seriam reproduzidos da mesma maneira.

Contudo, faz-se importante reconhecer que tais campanhas são lançadas a um auditório universal, o que pode-se

concluir como heterogêneo. Embora as metáforas bélicas sejam utilizadas para produzir um efeito positivo, o que se pressupõe nesta pesquisa, o auditório pode receber a mensagem de um modo contrário, uma vez que, segundo Amossy (2018, p. 207):

[...] O sentimento suscitado no auditório não deve ser confundido com aquele que é sentido ou expresso pelo sujeito falante. Também não devemos confundir-lo com aquilo que é designado por um enunciado e que atribui um sentimento a um sujeito humano [...].

Por isso, as emoções que o orador sente ao defender suas teses podem ser consideradas individuais ou pessoais, visto que não há como garantir que tais emoções serão transmitidas ao auditório.

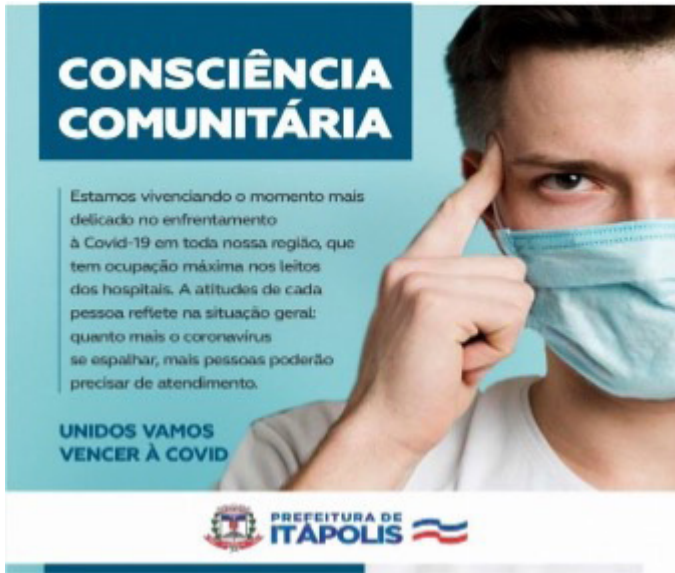
[...] o que é sentido só se transmite na comunicação pelos meios que esta oferece e também porque o locutor animado por uma grande paixão não a transmite necessariamente a seu alocutário, que pode se manter frio diante do discurso do locutor [...]. (AMOSSY, 2028, p. 207).

Sendo assim, o efeito emocional produzido no auditório (*pathos*³⁸), dependerá da aceitabilidade dos alocutários por meio do discurso que é construído. Ao conhecer os desejos e paixões de seu auditório, o orador pode adaptar o seu discurso levando em conta estes aspectos.

Observa-se a terceira campanha abaixo:

38 Emoções e os sentimentos que o orador suscita no seu auditório (PERELMAN; OLBRETCHS-TYTECA, 2005).

Figura 3 – Campanha promovida pela prefeitura de Itápolis (SP) em 2021



Fonte: Itápolis – Distrito de notícias digital de Itápolis³⁹

Na figura 3, tem-se uma campanha promovida por Itápolis, município de São Paulo, onde os elementos verbais são predominantes. Em um primeiro instante, para expor a tese de adesão inicial, o orador utiliza a primeira pessoa do plural no intuito de introduzir a ideia de que se vivencia um momento sensível no “enfrentamento” da COVID-19 em Itápolis.

Verifica-se no trecho “Estamos vivenciando o momento mais delicado no enfrentamento à Covid-19 [...]” a inclusão do orador no discurso, e o mesmo ocorre na passagem em cai-

³⁹ Disponível em: <https://www.itapolis.sp.gov.br/portal/noticias/0/3/9662/uniao-para-vencer-a-covid->. Acesso em: 09 nov. 2022.

xa alta “UNIDOS VAMOS VENCER À COVID”. Este recurso estilístico transmite a ideia de que tanto o orador quanto o auditório lidam com o mesmo contexto.

O cenário que vivenciam é o de GUERRA, em razão de que a COVID-19 É UM INIMIGO que precisa ser enfrentado. O vírus pode, ainda, ter a capacidade de se “espalhar”, o que tornará o combate muito mais difícil.

O orador apresenta argumentos favoráveis à sua tese de adesão inicial, dado que os leitos possuem ocupação máxima e mais pessoas precisarão de atendimento caso o vírus se propague em maior dimensão. A tese principal, por sua vez, é a de que ao unirem-se, de modo a adotarem atitudes positivas, todos derrotarão o inimigo que é o vírus. A respeito disso, Abreu (2009, p. 17) nos diz que:

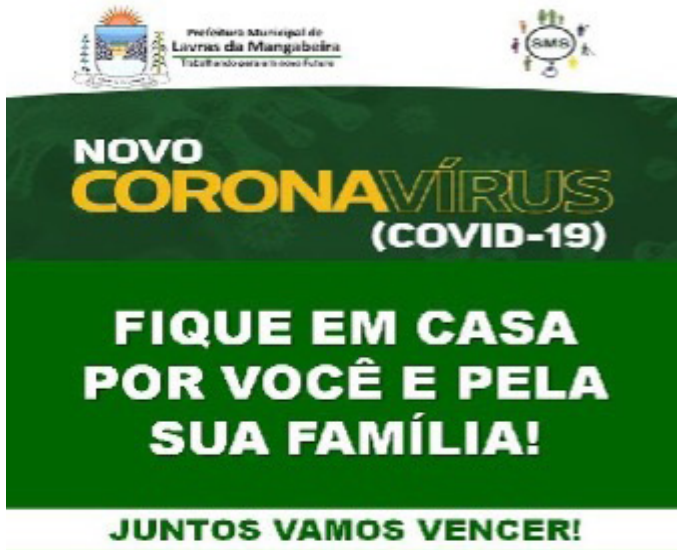
Ao iniciar um processo argumentativo visando ao convencimento, não devemos propor de imediato nossa tese principal, a idéia que queremos “vender” ao nosso auditório. Devemos, antes, preparar o terreno para ela, propondo alguma outra tese, com a qual nosso auditório possa antes concordar. [...].

Com o risco do inimigo em se “espalhar”, a ideia de que “UNIDOS VAMOS VENCER” parece ser mais favorável para ganhar o combate. Nesta campanha, infere-se que as armas e recursos que o orador e auditório poderão utilizar são “atitudes” que contribuam para que o vírus não se dissemine. “Quando a epidemia se espalha e atinge o mundo como um todo, tornando-se uma pandemia, a guerra adquire dimensão global e todas as nações, cada qual com suas estratégias,

armas e recursos, passam a lutar contra um único inimigo.” (VEREZA, 2020, p. 62).

A fim de partir para a análise dos resultados e considerações finais, analisa-se abaixo o último exemplo:

Figura 4 – Campanha promovida pela prefeitura de Lavras da Mangabeira (SP) em 2020



Fonte: Lavras da Mangabeira – Notícias do município Lavras de Mangabeira⁴⁰

Na figura 4, na campanha promovida por Lavras da Mangabeira, município do estado do Ceará, nota-se que no enunciado “fique em casa por você e pela sua família!”, o orador cria uma aproximação com o auditório ao mencio-

40 Disponível em: <https://www.lavrasdamangabeira.ce.gov.br/informa.php?id=42>. Acesso em: 05 nov. 2022.

nar o termo “família”. O apelo busca ativar um sentimento familiar de um auditório que cuida e se importa com os seus familiares.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), consideram que é importante ter o auditório o mais perto possível da realidade. Ao criar uma imagem inadequada do auditório, a argumentação terá efeitos desagradáveis.

Deste modo, considerando uma pandemia que pode causar a morte de pessoas de todas as faixas etárias ao redor do mundo, proteger a instituição família pode se constituir como um interesse universal.

Ao final do texto é declarado “juntos vamos vencer!”. Neste trecho, percebe-se que o orador inclui não apenas o alocutário e sua família, mas também se inclui na tarefa de vencer o vírus. Esta inclusão do locutor, também verificada no discurso anterior (figura 3), pode ser um fator positivo, em razão de que designa o conjunto da população.

Para Amossy (2018, p. 61) “[...] Uma análise dos pronomes pessoais permite, assim, envolver o auditório, definido como o conjunto daqueles que queremos persuadir, tanto sob a forma de um “você” e de um “vocês”, quanto de um “nós””. Ao incluir-se no discurso e, ao mesmo tempo, utilizar a metáfora bélica para argumentar sobre o combate à COVID-19, o orador busca como efeito a adesão de suas teses.

Concluída as análises das campanhas, aborda-se os resultados da pesquisa e as considerações finais nas próximas seções.

Resultados da Pesquisa

Durante as análises das campanhas selecionadas, percebeu-se que a COVID-19 é compreendida como um inimigo invisível que necessita ser combatido. No entanto, esta batalha pode ser ganha apenas em conjunto, posto que há uma série de medidas que, quando tomadas de modo coletivo, são capazes de derrotar o vírus.

Elaborou-se um quadro abaixo (Figura 5), com base nos dados encontrados nesta pesquisa, a respeito de uma maneira sistemática de expressar os aspectos bélicos no ato de combater a COVID-19.

Figura 5 – Sistema de aspectos bélicos da COVID-19



Fonte: Elaborada pelos autores

Todas estas palavras são utilizadas como uma forma de expressar uma GUERRA. De acordo com Lakoff e Johnson (2002), estas expressões formam um vocabulário no que se refere ao ato de guerrear, para ser mais específico.

Deste modo, a linguagem utilizada para falar sobre um determinado conceito é sistemática, pois de acordo com o domínio COVID-19 É GUERRA, verificou-se o vocabulário sistemático expresso por “luta”, “enfrentamento”, “derrotar”, “batalha”, “guerra” e “vencer”.

Ademais, foi possível perceber que as medidas coletivas são as principais armas que podem ser utilizadas para acabar com o vírus. As ações mencionadas pelas campanhas incluem cuidados higiênicos como lavar as mãos, usar álcool em gel, usar máscara e desinfetar objetos. Os cuidados também fazem relação ao contato social como evitar aperto de mãos, evitar aglomerações e ficar em casa.

No que tange à argumentação, as campanhas foram elaboradas com uma linguagem simples como uma forma de se aproximar do auditório e emitir mensagens claras e objetivas. Além do uso de imagens e ícones para chamar a atenção do alocutário, percebeu-se que nas campanhas houve a inserção do próprio orador no discurso proferido, o que constitui-se como uma estratégia benéfica ao enunciador (AMOSSY, 2018).

Considerações Finais

A breve análise proposta teve como objetivo principal verificar a construção metafórica COVID-19 É GUERRA

como um recurso argumentativo em campanhas promovidas por prefeituras brasileiras.

As propagandas analisadas utilizaram metáforas bélicas na construção argumentativa nos textos sobre a COVID-19. Em cada campanha havia uma metáfora bélica para retratar o vírus ou o momento pandêmico, de modo a defender uma tese frente a um auditório.

Verificou-se que a utilização de metáforas em textos argumentativos foi realizada com o intuito de fornecer informações sobre como combater o vírus, posto que este é concebido como um inimigo que precisa ser derrotado por toda uma comunidade.

Ações higiênicas e sociais básicas são as principais armas para utilização no combate. Além disso, foi analisada a linguagem simples e objetiva nas construções argumentativas das campanhas para transmitir a mensagem principal ao auditório.

Desta forma, é possível concluir que a metáfora pode trazer contribuições para a argumentatividade do texto, dado que o orador faz a utilização de diferentes estratégias argumentativas na tentativa de que o auditório faça a adesão de suas teses.

Referências

ABREU, Antônio Suárez. **A arte de argumentar**: gerenciando razão e emoção. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. et al. São Paulo: Contexto, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKOFF, George; JOHNSON, **Mark**: **Metáforas da Vida Cotidiana**. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: Educ, 2002.

PAIVA, V. L. S. (org.). **Metáforas do cotidiano**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação: a Nova Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SABUCEDO, J. M. et. al. COVID-19 and the metaphor of war. **International Journal of Social Psychology**, v.35, n. 3, p. 618-624, 2020.

SACRAMENTO, Octávio. Vírus, guerras e novos heróis: a pandemia da Covid-19 sob o biomilitarismo. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 65, n. 3, p. e195914, 2022. DOI: 10.11606/1678-9857.ra.2022.195914.

VEREZA, S. C. Metáfora e argumentação: uma abordagem cognitiva- discursiva. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 7, n. 3, p 487-506, 2007.

INFERÊNCIA EMOCIONAL E DÊITICOS NA MODALIDADE PATÊMICA EM UM ANÚNCIO PUBLICITÁRIO

Maria da Graça dos Santos Faria (UFMA)

Luzia Rufino de Matos Cirqueira (UFMA)

Introdução

Fazemos o uso da palavra em muitas situações de interação social durante nosso dia a dia e, mesmo sem percebermos, buscamos de alguma forma influenciar um público. Esse fato ratifica que não há textos não argumentativos, e que, segundo Amossy (2020), a argumentatividade atua de diferentes modos e em diferentes graus, ainda que nem sempre seu objetivo seja mudar o modo de pensar de alguém, mas o de simplesmente apontar algum ponto de vista.

Uma das grandes contribuições da Teoria da Argumentação no Discurso (TAD), desenvolvida pela teórica Ruth Amossy (2020), é considerar que a argumentação não se limita à argumentação retórica, em que um orador tenta arregimentar adeptos, isto é, a autora discorda da dicotomia *texto argumentativo X texto não argumentativo*, uma vez que nem sempre se defende uma tese, mas apenas se manifesta uma opinião.

Em decorrência disso, a TAD estabelece um continuum da argumentatividade nos discursos, em que se encontram módulos argumentativos inerentes à discursividade. São essas modalidades argumentativas, ou módulos argumentativos,

que, “atravessando os gêneros do discurso, modelam a forma como a argumentação funciona tanto num quadro dialogal quanto num dialógico” (AMOSSY, 2008, p. 232). Dentre as modalidades argumentativas postuladas pela analista do discurso, tratamos, nesta pesquisa, especificamente da modalidade patêmica presente em um anúncio publicitário.

Este trabalho investiga como a modalidade patêmica se manifesta em anúncios publicitários, associando-se aos princípios de inferência emocional de Ungerer (2020), por meio dos dêiticos, processos referenciais utilizados como gatilhos linguísticos que auxiliam na construção argumentativa, e que, também, provocam emoções em seu auditório.

Para atingir esta finalidade, ancoramo-nos na TAD de Amossy (2020), dando ênfase à noção das modalidades argumentativas em Amossy (2008). Apoiamo-nos ainda em Charaudeau (2007) no que diz respeito às considerações sobre contrato comunicativo e patemização, e, em especial, baseamo-nos nos Princípios de Inferência Emocional de Ungerer (2020), destacando os gatilhos linguísticos utilizados no intuito de despertar emoções nos interlocutores. Fundamenta-nos ainda nos estudos de Mondada (2003), Cavalcante (2015) e Martins (2019) sobre processos referenciais dêiticos, como estratégia argumentativa utilizada com o propósito de persuadir e provocar emoções, particularmente em anúncio publicitário.

O método deste trabalho segue o modelo indutivo, portanto do particular para o geral, em que partimos de observações particulares para chegar às ralações gerais, conforme Lakatos (2017). Nossos dados, por sua vez, são tratados de

forma qualitativa, por ser uma investigação mais orientada para discussão e explicação de questões já previamente estabelecidas. Quanto aos objetivos que se propõe, esta pesquisa, segundo Gil (2002), é explicativa, e, de certa forma, descritiva, visto que, ao explicar um fenômeno, é, também, necessário descrevê-lo.

Para tanto, organizamos este trabalho em cinco seções. Na primeira seção, discutimos sobre a Teoria da Argumentação no Discurso de Amossy (2008, 2020), ressaltando a distinção entre visada e dimensão argumentativa, bem como fazemos uma abordagem sobre as modalidades argumentativas, conceituando-as e exemplificando-as, com ênfase na modalidade patêmica.

Na segunda seção, destacamos a noção do contrato comunicativo e patemização postulada por Charaudeau (2007), como efeitos possíveis de provocar emoção pela recorrência ao pathos. Nesta seção, tratamos especialmente dos princípios de inferência emocional elencados por Ungerer (2020), em categorias que provocam emoções nos interlocutores. Na terceira seção, destacamos a noção dêitica como estratégia argumentativa textual bastante recorrente no gênero anúncio publicitário que investe na persuasão do consumidor.

A quarta seção trata da análise do corpus em um anúncio da empresa Natura no dia dos namorados. Buscamos demonstrar como a modalidade patêmica pode se associar aos Princípios de Inferência Emocional, utilizando, como estratégia argumentativa, os processos referenciais dêiticos. E, na quinta seção, apresentamos as considerações finais,

A argumentação no discurso

A Teoria da Argumentação no Discurso (TAD), postulada por Amossy (2020), tem seu objetivo sustentado nas definições dos estudos retóricos, pragmáticos e lógicos. Esta teoria apresenta a distinção entre visada argumentativa e dimensão argumentativa, ensejando o discernimento gradativo dos discursos nos quais o propósito persuasivo é explícito daqueles que não têm essa finalidade persuasiva. Nos discursos nos quais o propósito é persuasivo, segundo a autora, há uma visada argumentativa, por outro lado, nos discursos em que não há um propósito persuasivo, há uma dimensão argumentativa.

Teorizando sobre o discurso persuasivo, Amossy (2020) defende a noção de auditório diferentemente da teoria da argumentação de Perelman e Olbrechts-Tyteca que defendem a relação entre orador e auditório como constitutiva. Isto é, para estes autores, a argumentação objetiva a obtenção da adesão do seu destinatário.

Amossy (2020) defende a noção de auditório como sendo algo que habitualmente chamamos de conjunto ou agrupamento de pessoas, público alvo ao qual o orador pretende induzir com a sua argumentação a fazer alguma coisa, a se comportar de determinada maneira ou a pensar de um determinado modo. “Desse ponto de vista, pouco importa se o público é composto por um único interlocutor ou por uma numerosa assembleia, se ele é determinado ou indeterminado, presente ou ausente [...]” (AMOSSY, *ibidem*, p. 52).

Logo, nessa compreensão, persuadir não depende necessariamente da composição/dimensão de seu auditório, pois o orador deve levar em consideração a doxa de seu público alvo para que a estrutura de sua argumentação adapta-se ao auditório a fim de conquistar sua adesão, segundo Amossy (2020).

A autora supracitada considera sobretudo como as interações, em busca da persuasão, podem ser descritas segundo os modos ou modalidades diversas, modalidades que vão de polos de consenso ao único polo do dissenso. Embora a argumentação esteja presente no discurso de finalidade persuasiva, a autora destaca que nem todo discurso almeja levar seu auditório à adesão de uma tese, porém, todo discurso busca influenciar os modos de ver, de pensar e de sentir dos interlocutores (AMOSSY, *ibidem*).

A autora empenha-se a defender que cada discurso, na sua verbalização de tese ou ponto de vista apresentado ao auditório, tem sua própria singularidade, logo, a singularidade do discurso persuasivo depende de uma estrutura de troca global, ou seja, troca argumentativa modeladora do funcionamento da argumentação, num quadro tanto dialógico quanto dialógico.

A esses diferentes modos de verbalização discursiva, Amossy (2008) denominou de modalidades argumentativas, as quais podem se manifestar desde uma demonstração discursiva, passando por um apelo às emoções do interlocutor, por transmissão de um saber elevado, por uma co-construção para um problema, por uma negociação para resolução

de um problema, chegando até a um choque de opiniões antagônicas.

Dessa forma, Amossy (2008) propõe seis modalidades argumentativas: a modalidade demonstrativa tem natureza argumentativa, posto que, nesta interação discursiva, “[...] uma tese é apresentada pelo locutor, em um discurso monogerido ou num diálogo, a um auditório do qual o primeiro quer obter a adesão por meio da demonstração racional, do raciocínio articulado apoiado em provas”. (AMOSSY, 2008, p. 233). A autora destaca o discurso parlamentar, o artigo científico, entre outros, como sendo exemplos dessa modalidade.

Temos como segundo modo, a **modalidade pedagógica** que se realiza quando o locutor se encontra em posição superior, transmitindo um saber, por meio do diálogo ou de uma troca verbal monogerida, levando seu auditório, em condição de aprendiz, a refletir (AMOSSY, 2008). Essa modalidade aparece em interações como a sala de aula, e em perfis de redes sociais digitais que pressupõe contar com um expert em determinado conhecimento.

A **modalidade de co-construção**, segundo Amossy (2008, p. 234), ocorre nas “interações concretas ao longo das quais os participantes co-constroem as respostas para o problema levantado em conjunto”. Neste entendimento, Silva, Faria e Brito (2020) corroboram afirmando que se co-constroem em interações dialogais, por exemplo, uma reunião de condomínio ou uma reunião de colegiado.

A **modalidade negociada** é descrita pela autora francesa como aquela que se estabelece quando: “os parceiros que ocupam posições divergentes, e mesmo conflituosas, se

esforçam para encontrar uma solução comum para o problema que os divide e para chegar a um consenso através do compromisso” (AMOSSY, 2008, p. 235). Desse modo, as trocas diplomáticas orais e escritas, a conversação familiar tratando de um conflito, e as negociações comerciais são exemplos de interações que comportam essa modalidade.

A **modalidade polêmica**, apresentada por Amossy (2008) e que recebeu especial atenção em sua obra *Apologia da Polêmica* (2017), é aquela que se serve de um choque de opiniões antagônicas e é constituída por determinados traços específicos: a dicotomização, a polarização e a desqualificação do outro. Nesta modalidade, a única do dissenso, há uma divisão do público, estabelecendo assim campos inimigos que buscam desacreditar a imagem e a tese um do outro. Temos, como exemplo desta modalidade, os debates políticos nas mídias.

Por último, destacamos a **modalidade patêmica**, a qual tomamos como objeto desta pesquisa. Esta modalidade ocorre quando “[...] uma tese e um ponto de vista são apresentados no discurso monogerido ou num diálogo de modo a ‘tocar’ o auditório, para obter sua adesão [...]” (AMOSSY, 2008, p. 233, grifo do autor). Ou seja, esta modalidade tem a finalidade de persuadir pelas vias do sentimento, pelo apelo às emoções do interlocutor como vemos, por exemplo, no discurso lírico, no discurso de apelo à ajuda humanitária e nos apelos dos anúncios publicitários sobre o consumidor.

Em relação às emoções, Amossy (2020) dispõe sobre o *pathos*, isto é, sobre o apelo às emoções, destacando que o *pathos* incide diretamente sobre o auditório. A autora mantém

essa noção de *pathos* pautada na tríade da retórica aristotélica: *ethos*, *logos* e *pathos*, que compõe os meios retóricos de persuasão, em que o *ethos* é a imagem que o orador constrói de si mesmo; o *logos* significa palavra e também o raciocínio lógico por trás das declarações do orador; e o *pathos* evoca as emoções, os sentimentos.

A patemização pode aparecer tanto na modalidade patêmica como em outras modalidades, segundo Amossy (2008), visto que o *pathos* atravessa toda e qualquer dimensão humana. Nesse entendimento, abordaremos a patemização na ótica de Charaudeau (2007) e na concepção dos Princípios de Inferência Emocional de Ungerer (2020).

A patemização em Charaudeau

Levando-se em consideração que qualquer ato de discurso, sendo em parte limitado por condições situacionais (que chamo de “contrato de comunicação”), e em parte deixado para a responsabilidade do sujeito da enunciação (que chamo de “espaço de estratégia”), podemos dizer que a patemização do discurso resulta de um jogo entre limitações e liberdades enunciativas [...] (CHARAUDEAU, 2007, p. 07).

O contrato comunicativo proposto por Charaudeau (2007) preconiza que todo ato de comunicação envolve um contrato implícito entre falante e ouvinte, que estabelece as condições de produção e interpretação da mensagem. Esse contrato comunicativo envolve quatro elementos: o sujeito enunciador, o sujeito enunciatário, o referente ou evento ao

qual a mensagem se remete, e, por último, o canal utilizado para transmitir a mensagem

Além disso, o contrato comunicativo inclui um conjunto de convenções linguísticas e sociais que vão conduzir a produção e interpretação. Esta constatação do autor remete-nos ao conceito de patemização, que é voltado para a noção de contrato de comunicação, pois é neste contrato de comunicação que se desenvolve a patemização.

Para Charaudeau (2007), a patemização refere-se ao modo como o enunciador expressa sua atitude em relação ao conteúdo do enunciado, enfatizando ou minimizando sua afetividade em relação ao referente. Em outras palavras, a patemização envolve a maneira como o enunciador expressa suas emoções, sentimentos e opiniões sobre o que está sendo dito, seja por meio do uso de determinadas palavras, pela entonação de voz, pelos gestos ou por outros recursos. Assim sendo, "[...] o sujeito falante então recorre a estratégias discursivas que tendem a tocar a emoção e os sentimentos do interlocutor - ou do público - de maneira a seduzir ou, ao contrário, lhe fazer medo [...]" (CHARAUDEAU, 2007, p. 245).

Ademais, consideramos em Charaudeau (2007) que a patemização permite que o enunciador manifeste sua subjetividade e estabeleça uma relação com o enunciatário. Através da patemização, o enunciador pode expressar sua concordância ou desaprovação, admiração ou desprezo. A patemização é, assim, um fenômeno complexo, uma vez que é influenciado por vários fatores, não só das palavras utilizadas

pelo enunciador, como a relação entre o enunciador e seu enunciatário, e da interpretação que este faz da mensagem.

Dessa forma, conforme Charaudeau (2007), a patemização pode ser vista como uma forma de identidade, que pode acarretar a exclusão do outro, quando, por exemplo, desperta emoções negativas como o medo, a indignidade, o ódio. Entretanto, a patemização pode despertar emoções positivas, como o amor, a gratidão, formas de comunicação e de criação de laços sociais.

Esta última forma de emoção é bastante explorada em anúncios publicitários (corpus de nossa análise) que buscam criar laços afetivos entre o produto (empresa) e o consumidor, pois, ao usar palavras ou imagens, que evocam emoções positivas, os anúncios buscam envolver o público de maneira mais próxima, persuadindo as pessoas a comprar o produto oferecido.

Utilizaremos, ainda, para a nossa análise, os princípios de inferência emocional e os gatilhos linguísticos postulados por Ungerer (2020).

Princípios de Inferência Emocional de Ungerer

Para Ungerer (2020), é possível identificar uma emoção evocada no leitor ao inferir fenômenos linguísticos capazes de desencadear essa emoção. Nesse entendimento, Ungerer (2020) elenca, em dois conjuntos, os princípios de inferência emocional: estratégias e gatilhos linguísticos. Como vemos no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Quadro dos Princípios de inferências, estratégias e gatilhos linguísticos

PRINCÍPIOS E ESTRATÉGIAS	GATILHOS LINGUÍSTICOS/ SINAIS DE INFERÊNCIA EMOCIONAL
Primeiro conjunto: Seleção ou princípio de relevância	
Princípio de proximidade (Princípio “nós vs eles”) Foco no que está próximo do leitor.	Dêiticos, termos de uso familiar, afetuosidade, formas de endereçamento.
Princípio de animação (princípio homocêntrico ou princípio de “vida e morte”). Foco no que é perigo de vida ou geração de vida para a existência humana.	Vocábulo de “calamidade”: homicídio, estupro, assalto, terremoto, vítimas, assassinato, ferimentos.
Princípio de classificação e numeração Foco no que concerne a muitas e importantes pessoas.	Numerais e outras expressões de quantidade, denominações.
Segundo conjunto: Princípios de processamento	
Princípio da avaliação emocional Proporciona avaliações baseadas em normas de sua cultura. (a) avaliações positivas/negativas. (b) avaliações mais específicas.	Advérbios de comentário, itens lexicais como conotações positivas/negativas.
Princípio da intensidade da apresentação Seja drástico.	Use detalhes vívidos e conexões metafóricas com domínios emocionalmente estabelecidos (Bíblia).
Princípio do conteúdo emocional Menção de aspectos emocionais em eventos específicos.	Termos de emoção descritiva (adjetivos, substantivos e verbos).

Fonte: Ungerer (2020).

Podemos observar, no quadro, que os Princípios de Inferências de Ungerer são divididos em dois conjuntos, classificados de acordo com os princípios e estratégias e o uso dos gatilhos linguísticos/sinais de inferência emocional. Observamos que o primeiro conjunto é composto pelos princí-

pios de relevância, e o segundo conjunto pelos princípios de processamento. O princípio de relevância se refere aos princípios de proximidade, ao de animação, e ao de classificação e numeração.

O segundo princípio, o de processamento, é constituído pelos princípios de avaliação emocional, pelo princípio da intensidade da apresentação e pelo princípio do conteúdo emocional. Em ambos os conjuntos, encontram-se marcados os gatilhos linguísticos/sinais de inferência emocional, como os dêiticos, numerais, adjetivos, substantivos, verbos e outros itens lexicais.

Silveira (2022) chama a atenção para o fato de que nenhum destes princípios está limitado aos gatilhos linguísticos elencados no quadro de inferência emocional, considerando que tudo depende de vários fatores: situação comunicativa, interlocutores, contexto etc.

Destacamos que esta pesquisa focaliza, dos princípios de inferência emocional, o importante papel dos dêiticos na construção textual e argumentativa ao criar vínculo entre contexto e situação enunciativa. De acordo com Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014, p. 56), “[...] sempre que uma expressão referencial remeter aos participantes da comunicação (locutor e interlocutor), ao tempo e ao local em que se encontram, estaremos diante de um fenômeno referencial chamado dêixis [...]”. A dêixis também tem efeitos patêmicos, particularmente em anúncios publicitários, que busca persuadir o interlocutor pelo apelo emocional.

Processos referenciais dêiticos

Pesquisas voltadas para essa temática apontam que Mondada e Dubois (1995) e Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) foram os precursores sobre a concepção de referenciação que sustenta a Linguística Textual de hoje. Dentre tais pesquisas, destacamos a de Lima e Feltes (2013) que afirmam:

A partir de meados da década de 1990, estudos como de *Mondada e Dubois (1995)* e *Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995)*, dentre outros, começam a questionar a concepção clássica de referência e, por conseguinte de referente, erigindo uma proposta de abordagem de referência de cunho não existencial, hoje mais conhecida no âmbito da LT como referenciação [...]. (LIMA; FELTES, 2013, p. 31-32).

Segundo estes autores, Modada e Apothéloz não veem a referenciação como algo que está ligado aos objetos do mundo, mas a um objeto de discurso, o que é sempre evocado na situação discursiva entre os interlocutores. Corroborando este entendimento, Cavalcante (2015) declara:

A passagem da concepção da referência para a da *referenciação* acontece em 1994, com a tese de Lorenza Mondada e com a de Denis Apothéloz em 1995. Mondada inaugura a visão dinâmica de referente como *objeto de discurso*, alegando que o referente não mais corresponde nem às coisas reais do mundo que ele representa, nem às relações entre expressões referenciais manifestadas no cotexto, do modo como se fazia nas análises de coesão referencial [...]. (CAVALCANTE, 2015, p. 372).

Para Cavalcante (2015), a referenciação é parte do processo de uma construção dinâmica e de organização de um

texto. Em outras palavras, a referenciação é um fenômeno textual-discursivo dos mais relevantes para a produção e compreensão de sentidos. Entende-se que, no processo de construção e reconstrução de um referente, os sujeitos mobilizam diversos tipos de conhecimento e estes lhe são dados por vias sociais, assim, “[...] a representação mental de qualquer objeto de discurso requer não somente a informação do contexto, mas a convocação de uma série de conhecimentos gerais ou específicos e de estereótipos culturais [...]” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014, p. 18).

Mondada e Dubois (2003), postuladores da noção da referenciação, propõem que esta concepção deve ser entendida como o fenômeno dinâmico de construção e reconstrução de referentes. Essa dinamicidade da referenciação resulta de três princípios: a instabilidade do real, a negociação dos interlocutores e a natureza sociocognitiva.

A instabilidade do real refere-se aos objetos que não são imutáveis, ou seja, eles não são expressos de forma objetiva quando textualizados, visto que são (re)elaborados de acordo com a interação comunicativa e com os participantes. A negociação diz respeito ao fato de que os sujeitos que participam da interação estão sempre negociando sentidos, porque o enunciador não pode construir seu texto livremente, mas o adapta para a construção de um texto claro, coerente. O terceiro princípio da referenciação é o da natureza sociocognitiva, que mobiliza duas instâncias essenciais: a social e a cognição, segundo Mondada e Dubois (2003).

O processo de referenciação, desta forma, diz respeito à atividade de construção e reconstrução de referentes/objetos de discurso por meio de expressões referenciais. Tais expressões são subdivididas em **introdução referencial**, **anáforas** e **dêixis**. A introdução referencial é caracterizada pela introdução de um novo referente ao texto, desempenha o papel de estreitar um referente totalmente novo no texto. A anáfora é um processo referencial que se caracteriza por retomar um referente já conhecido de forma direta ou indireta ou resumitiva.

Em relação a dêixis, Martins (2019) propõe uma classificação dos dêiticos compreendido na literatura especializada, classificando-os em oito tipos: **pessoais**, **sociais**, **espaciais**, **temporais**, **textuais**, **memoriais**, **fictivos** e os **modais**. A **dêixis pessoal** remete aos sujeitos da enunciação, instaurando o eu/tu, ou seja, inserindo o locutor/interlocutor.

A **dêixis espacial** marca as noções de proximidade/distância do enunciador em relação a um dado referente. A **dêixis temporal** “[...] não se refere aos participantes da situação enunciativa, mas pressupõe o “agora” do locutor para situar o tempo da enunciação [...]” (MARTINS, 2019, p. 85). Ou seja, estabelece uma referência ao tempo do eu falante (o agora) no ato da enunciação. Para a autora, dentre os oito tipos de dêixis, a **pessoal**, **espacial** e **temporal** são considerados mais subjetivos, ligados à instância do eu-aqui-agora da enunciação.

A **dêixis social** indica “[...] mais do que instaurar os

participantes diretos da comunicação, tais formas servem para indicar as relações entre eles, bem como para revelar os papéis sociais que eles desempenham na situação enunciativa [...]” (MARTINS, 2019, p. 81).

A **dêixis textual** guia o interlocutor no contexto, orientando-o em relação ao tempo e ao espaço do enunciado, pressupondo um “[...] ponto de origem do locutor no espaço cotextual [...]” (MARTINS, 2019, p. 87). A **dêixis memorial** ocorre quando os interlocutores fixam em suas memórias compartilhadas uma *origo* para o estabelecimento dos referentes. A **dêixis fictiva** suposta pela instauração de uma nova *origo* apelando para a negociação e para o compartilhamento de sentidos entre os interlocutores, a partir da criação de uma imagem mental, conforme Martins (2019). Por fim, temos a **dêixis modal** que aponta para movimentos corporais, atitudes e sensações de várias ordens, principalmente por meio da palavra “assim”. Dessa maneira, os dêiticos se relacionam com outros elementos do texto para a construção do sentido (MARTINS, *ibidem*).

Buscamos, dessa forma, destacar a função dêitica, especialmente em anúncios publicitários, ao chamar a atenção do interlocutor colocando-o no contexto com o intuito de persuadi-lo emocionalmente a aderir ao ponto de vista do locutor. Associamos, ainda, para efeitos patêmicos, os princípios de inferência emocional.

Análise dos dados

Para esta análise, partimos do entendimento pautado nos discursos de modalidade patêmica, ou seja, nos discursos retóricos que buscam persuadir um público para conseguir sua adesão, despertando sentimentos e/ou sensações. O corpus a ser analisado é um anúncio publicitário da empresa Natura no dia dos namorados. A escolha por este anúncio deve-se ao fato de que a empresa organiza campanhas publicitárias especialmente persuasivas em datas comemorativas, quebrando, inclusive, paradigmas sociais quando inclui em seus anúncios os excluídos e alvos de preconceito pela cor, idade, gênero, classe social etc.

Visando persuadir seu auditório, o locutor recorre ao pathos por meio do dêiticos e dos Princípios de Inferência Emocional de relevância e de processamento atrelados a gatilhos linguísticos e a outros recursos. O anúncio publicitário (vídeo) da empresa Natura circulou na internet, na plataforma digital on-line YouTube, na véspera do dia dos namorados de 2022.

Optamos pela montagem de capturas de tela com as imagens de três casais: o primeiro casal formado por um homem branco e um homem negro; o segundo casal formado por um homem e uma mulher idosos; e o terceiro casal é formado por um homem e uma mulher jovens. Foram feitas duas capturas de tela de cada casal, para melhor compreensão e análise dos dados como podemos observar na Figura 1.

Figura 1 - Natura Dia dos Namorados 2022



Fonte: YouTube (2022)⁴¹

Podemos observar nas imagens os **dêiticos pessoais** expressos pelo pronome possessivo **seu** e pelo pronome pessoal de tratamento **você** que desempenham uma função instauradora entre um eu/enunciador (empresa) e um tu/

41 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yGEOpdXJ0Dk>. Acesso em: 18 mar. 2023.

enunciatório (consumidor), remetendo, assim, aos sujeitos do ato comunicativo. “**Seu** corpo fala a linguagem do amor. Como **você** tem se declarado sem dizer uma palavra? E pra **você**, o que é tempo de qualidade? E **você**, como tem pedido esse afeto?”.

Os pronomes aqui utilizados servem para identificar os interlocutores, além de aproximá-los, ao provocar sentimento e sensação de pertencimento a cada casal ao tomar para si o contexto enunciativo. Embora se apague o enunciador propositadamente, para engajar o tu/interlocutor no ato comunicativo, é perceptível o eu que busca influenciar esse interlocutor a comprar o produto ofertado pela empresa.

Ressaltamos a presença do **dêitico temporal**, ao localizar na linha do tempo o dia a que este anúncio se remete: 12 de junho, data em que se comemora o dia dos namorados, data celebrativa aos casais apaixonados que trocam presentes. Nota-se ainda a presença do **dêitico espacial**, quando o interlocutor/consumidor é colocado na cena enunciativa, instaurado pelo pronome demonstrativo **esse** em “E você, como tem pedido **esse afeto**?”.

Os recursos textuais utilizados no contexto do anúncio, para remeter à celebração do dia dos namorados, estabelece um campo **dêitico de memória**, posto que esse dia é uma data celebrativa guardada na memória e compartilhada entre os interlocutores como o reconhecimento das relações amorosas. Nessa configuração, estabelece-se o campo **dêitico social** pela instauração direta dos participantes no ato da comunicação, indicando e revelando a relação amorosa existente entre os interlocutores.

A construção argumentativa deste anúncio ocorre por mecanismos que vão além das formas verbais associadas aos dêiticos clássicos (pronomes, advérbios), posto que há uma inserção dos interlocutores através de referentes imagéticos, da linguagem corporal e de palavras que denotam sentimento e sensação.

A construção argumentativa da Figura 1 é bastante persuasiva, visto que recorre ao *pathos* para suscitar sentimentos e sensações claramente enunciadas por meio dos dêiticos que colocam o interlocutor dentro da cena enunciativa, e que fazem parte dos gatilhos linguísticos dos princípios de relevância, correspondente ao princípio de proximidade.

No entanto, essa persuasão não se dá apenas pelo uso dos dêiticos, mas também pelos itens lexicais que fazem parte da avaliação emocional correspondente aos princípios de processamento, com conotação positiva sobre as emoções, como pode ser observado nas palavras distribuídas nas imagens dos casais: *calor, conexão, olho no olho, desejo, afeto e cheiro*.

As imagens, os itens lexicais, a linguagem do corpo: olhos fechados, toque suave, sorriso, além da diversidade dos casais e o evento especial do dia dos namorados, fazem do anúncio um apelo à celebração do amor. Vale destacar que as imagens dos casais sugerem o momento íntimo em que os apaixonados declaram o amor de forma mais completa, de confiança e de entrega total.

Além disso, devemos destacar os referentes diferentes observados nas imagens e nas expressões verbais, e a escolha

desses recursos com o propósito de persuadir e de incluir o interlocutor em uma das cenas elaboradas pelo locutor, pela via da emoção, pela inclusão. Os dêiticos e os Princípios de Inferência Emocional proporcionam a produção de uma argumentação persuasiva e patêmica do anúncio que busca despertar emoções positivas. No entanto, não podemos afirmar que esses efeitos vão ser sempre positivos, porque não se pode garantir que a intenção do enunciador será bem sucedida, posto que a interpretação cabe só e somente ao interlocutor. O que aproxima um auditório, pode afastar outro.

Conclusão

Esta pesquisa demonstra que a modalidade patêmica é recorrente em anúncios publicitários que conta com os Princípios de Inferência Emocional, fenômeno com impacto emocional, que invoca sentimentos e sensações ao interlocutor. Dentre os Princípios de Inferência Emocional, focamo-nos no papel relevante das coordenadas dêiticas que, valendo-se de diversos recursos comunicativos, tais como: linguísticos, imagéticos, corporais, constroem uma argumentação dinâmica com o propósito de interpelar ou dirigir a atenção dos interlocutores para um determinado referente, engajando-os na cena enunciativa.

A referenciação tem papel relevante na construção de sentidos, o que revela a natureza argumentativa de todo e qualquer texto. As análises do corpus desta pesquisa apontam que a construção dêitica é especialmente persuasiva ao

quebrar paradigmas por contemplar a diversidade étnica, etária e sexual. Acredita-se que o enunciador (a empresa Natura) tem a intenção de provocar emoções positivas no seu auditório, para que este perceba que o importante é celebrar o amor, sem importar qual seja o tipo da relação afetiva.

Entretanto, o enunciador não pode ter certeza que a sua forma de recorrer ao pathos, mesmo usando vários recursos linguageiros, para despertar emoção positiva em seu interlocutor/auditório, como amor, identificação, será assim entendida. Isto significa que o mesmo referente do anúncio pode provocar emoções negativas, tais como: aversão, raiva em outro interlocutor/auditório.

Referências

AMOSSY, Ruth. **A Argumentação no discurso**. Ruth Amossy: coordenação de tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira; tradução de Angela M. S. Corrêa... [et al.]. 1.ed. 1. reimp. São Paulo: Contexto, 2020. 288 p.

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. Coordenação de tradução: Mônica Magalhães Cavalcante; Tradução: Rosalice Botelho, Walkim Souza Pinto ... [et al.]. São Paulo: Contexto, 2017.

AMOSSY, Ruth. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, Gláucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lucia; EMEDIATO, Wander (org.). **Análise do discurso hoje, volume 1**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2008. (Lucerna; 2).

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Referenciação: uma entrevista com Mônica Magalhães Cavalcante. **ReVEL**, v. 13, n. 25, 2015.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza Angélica Paiva. **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014. 170p.

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade In: MENDES, E.; MACHADO, I. L. (org.). **As emoções no discurso**. Campinas, SP: Mercado Letras, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. Pathos e discurso político. In: MACHADO, Ida Lucia; MENEZES, William; MENDES, Emilia (org.). **As Emoções no Discurso, volume 1**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 240-25.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa científica**. São Paulo. Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, Silvana Maria Calixto de; FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. A construção e referentes no texto/discurso: um processo de múltiplas âncoras. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; LIMA, Silvana Maria Calixto de (org.). **Referenciação: teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2013. 256 p.

MARTINS, Mayara Arruda. **A caracterização dos tipos de dêixis como processos referenciais**. 2019. 142 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2019.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référenciation. In: TRANEL (Travaux Neuchâtelois de Linguistique), n. 23, 1995. Tradução para o português: Construção dos objetos do discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

NATURA. **Natura Dia dos Namorados 2022 #Celebreoamor**. 1 vídeo (01 min:29s). Publicado pelo canal YouTube, 25 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yGEOpdXJ0Dk>. Acesso em: 18 mar. 2023.

SILVA, Ananias Agostinho da; FARIA, Maria da Graça dos Santos; BRITO, Mariza Angélica Paiva. A complexidade textual na dinâmica argumentativa. **Revista Investigações**, Recife, v. 33, n. especial, Texto: gêneros, interação e argumentação - III Workshop de Linguística Textual, p. 27-44, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/index>. Acesso em: 09 fev. 2023.

SILVEIRA, Geana Barbosa da. **Estratégias de patemização e modalidade patêmica**. Orientadora: Mônica Magalhães Cavalcante. 2022. 101 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

UNGERER, F. Emoções e Linguagem Emocional nas notícias em inglês e alemão. Tradução de Rafael Lima de Oliveira e Heloísa Beatriz Bonato. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BRITO, Mariza (org.). **Texto, Discurso e Argumentação**: traduções. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. 317 p.

O ESTEREÓTIPO COMO ELEMENTO RECATEGORIZADOR

Mariza Angélica Paiva Brito (Unilab)

Marcos Paulo da Silva (Unilab)

Introdução

Estereótipos são esquemas cognitivos que se fundamentam em crenças compartilhadas. Essas formas de representação social da realidade se manifestam em toda e qualquer sociedade através de processos discursivos. Eles são mobilizados nos processos de interação entre os sujeitos para expressar um ponto de vista, que se baseia em evidências compartilhadas culturalmente. (SILVA, 2022). Sobre o fenômeno dos estereótipos, tomaremos como base os pressupostos de Amossy (2008), Amossy e Pierrot (2020). Esse fenômeno, no sentido restrito, se define como uma imagem ou uma representação coletiva simplificada e fixa dos seres e das coisas herdadas através de nossa cultura. Por emergir de um saber compartilhado, esse fenômeno é inerente à *doxa*, que podemos entender, em alguma medida, como senso comum. Assim, essa fórmula fixa preconcebida sobre um dado fato da realidade é partilhada por indivíduos de um determinado grupo e pode ser percebida nos mais diversos gêneros textuais/discursivos por meio das categorias textuais, tais como os processos referenciais, os intertextuais, dentre outros. Dessa maneira, podem manifestar-se nos textos a partir de vários sistemas semióticos.

Seguindo essa orientação, adotamos o texto como ponto de partida para as investigações que empreendemos neste capítulo. Esse fator é primordial para situar este trabalho no campo da Linguística Textual (LT), Cavalcante *et al.* (2022) e Cavalcante *et al.* (2020), uma vez que essa disciplina tem por objeto o texto, assim como suas regularidades. Sob esse viés, demonstramos como estereótipos sobre a mulher em anúncios de cerveja são acionados através de recursos textual-discursivos com propósitos persuasivos. Muitos desses estereótipos sobre a mulher em determinados anúncios de cerveja podem ser flagrados através de marcas referenciais em textos multissemióticos.

Para este trabalho selecionamos três publicidades de cerveja das marcas, Devassa que foram publicadas em posts no Instagram entre os anos de 2020 e 2021. Destacamos que, para a investigação da ocorrência dos fenômenos propostos, foram levados em consideração apenas aqueles que fazem referência implícita ou explícita à figura feminina (SILVA, 2022). Nessa perspectiva, o presente estudo tem como objetivo principal refletir sobre a relação entre estereótipo e recategorização anafórica no processo de referenciação. Tal reflexão tem sua origem na pesquisa de dissertação “**A manifestação referencial dos estereótipos sobre a mulher na construção persuasiva de anúncios de cerveja**” (SILVA, 2022). Sob esse viés, assumimos, conforme Cavalcante *et al.* (2022), a multimodalidade como constitutiva de todo texto. Orientados por uma metodologia de caráter qualitativa de abordagem textual-discursiva, buscamos demonstrar que as ocorrências de estereótipos manifestados textualmente atra-

vés das recategorizações dos referentes são estratégias textual discursivas com intrínseco propósito argumentativo.

Recategorização e estereotipia: postulados teóricos

No âmbito das pesquisas em Língua Textual, a referenciação constitui uma das categorias mais profícuas para análise da construção do sentido em diversos tipos de textos, mediante a progressão textual. A anáfora como um dos processos referenciais possui um lugar de destaque nos estudos acerca dos processos que possibilitam a referência aos objetos de discurso. Isso se dá pelo fato de que as anáforas ao mesmo tempo que retomam referentes promovem uma transformação, ou seja, recategoriza-os. Retomar e transformar o referente, são funções básicas de uma anáfora. Nesse sentido, a anáfora possui um papel naturalmente recategorizador, como postulam Cavalcante e Brito (2014). Devido a essa característica, optamos por usar a terminologia recategorização para nos referir aos processos anafóricos que ocorrem nos textos em análise. Para Aphoteloz e Béguelin (1995) e Mondada e Dubois (1995) a recategorização lexical é um processo cognitivo-discursivo que possui um caráter indubitavelmente dinâmico, pois é construído na interação discursiva. Sob esse aspecto, o enunciador adequa e reformula o referente de acordo com seu propósito comunicativo. Visto esse ponto fundamental, é importante salientar que a recategorização enquanto processo dinâmico é de fundamental importância para a progressão textual, pois promove a coesão dos textos. No entanto, a função das recategorizações vai

para além dos aspectos coesivos. Nessa perspectiva, esse processo também promove a argumentatividade, uma vez que as escolhas lexicais ou de outra natureza semiótica escolhida pelos enunciadores carregam uma intencionalidade subjacente. Sobre a escolha lexical de um ato enunciativo Amossy (2020, p.172) nos diz que “a seleção de uma palavra nunca é desprovida de peso argumentativo, mesmo que ela não tenha sido objeto de cálculo prévio e tampouco, em uma primeira abordagem, essa palavra pareça de uso corrente e passe despercebida”. Com base no exposto pela autora podemos considerar os processos de recategorizações como estratégias argumentativas. Nesse sentido, a mobilização estratégica desse processo referencial supõe uma negociação entre os participantes. Como defendem Cavalcante *et al.* (2022, p. 15) as estratégias argumentativas “[...] são modos de textualização, ao mesmo tempo estratégicos, por causa da intencionalidade dos sujeitos, e condicionados a um contexto amplo [...]”. Sob essa orientação, sendo um tipo de expressão referencial que configura um modo de textualização, uma das funções da recategorização é direcionar argumentativamente um texto. Vejamos o que diz Koch a esse respeito (2011, p. 106):

A função das expressões referenciais não é apenas referir. Pelo contrário, como multifuncionais que são, elas contribuem para elaborar o sentido, indicando pontos de vista, assinalando direções argumentativas, sinalizando dificuldades de acesso ao referente e recategorizando os objetos presentes na memória discursiva.

O processo recategorizador possibilita a continuidade referencial nos textos. Por esse motivo, é um elemento textu-

al importantíssimo para o estabelecimento da coesão e da coerência textual. Esse processo referencial é ligado à menção e, por possuir um caráter remissivo, tem como função retomar um objeto de discurso (referente), posto anteriormente na cena enunciativa, através de elementos lexicais. Isso implica dizer que esse processo seria designativo, uma vez que os interlocutores podem referir-se a um objeto de discurso apresentado anteriormente no texto, usando uma nova expressão linguística para reformulá-lo, redesignando, dessa forma, o referente. A recategorização lexical, aspecto como a anáfora é concebida, sob a ótica de Aphothéloz e Reichler-Béguelin, em certa maneira, possui caráter reduzido, uma vez que aponta apenas para a dimensão linguística desse fenômeno. Nesse sentido, apontar para a dimensão estritamente linguística desse processo seria não levar em conta que as recategorizações podem se referir a objetos de discurso fora da superfície textual e ainda serem manifestados por elementos não linguísticos. Cavalcante (2020), em seus estudos, observa que as recategorizações podem expressar intenções expressivas, emotivas, poéticas, além de outras. Elas também direcionam, argumentativamente, o texto. Segundo a autora, “[...] as funções discursivas da transformação ou recategorização de um referente são muito diversificadas, seria impossível fechá-las numa única classificação [...]” (CAVALCANTE, 2020, p. 106). Sob esse viés, considerar apenas os processos linguísticos no processo de recategorização referencial seria não levar em consideração, amplamente, o caráter cognitivo discursivo da recategorização. Assim, tendo em vista ainda que esse processo se caracteriza pela reinserção do referente no texto de

maneira reformulada, a anáfora é um processo associado à continuidade referencial nos textos. Dessa forma, é um elemento textual importantíssimo para o estabelecimento da coesão e da coerência textual. Por ter um caráter remissivo, as expressões anafóricas retomam um referente que pode estar ou não na superfície contextual. É válido ressaltar, sob essa orientação, que tanto o referente quanto os elementos que o retomam podem se manifestar em diversas semioses, e não apenas por expressões lexicais.

As retomadas anafóricas podem se dar através de inúmeras estruturas linguísticas, tais como pronomes, novos sintagmas nominais, ou ainda, através da repetição de um pronome ou de um item lexical. Além disso, é possível que o referente também possa ser retomado por elementos não-linguísticos. A anáfora é compreendida como uma construção dinâmica que reformula, recategoriza o referente. Por esse motivo, adotamos o pressuposto de que a anáfora possui um “caráter naturalmente recategorizador” em conformidade com o posicionamento proposto por (CAVALCANTE e BRITO, 2016), no artigo intitulado *O caráter naturalmente recategorizador das anáforas*. As autoras defendem que “[...] os referentes, ao mesmo tempo que se mantêm no texto por algum tipo de associação, também evoluem em diferentes proporções, em proveito da progressão temática [...]” (CAVALCANTE; BRITO, 2016, p. 119). Assim, o referente e a anáfora podem ser associados por meio de inferências, apreendidas através das experiências e das vivências dos sujeitos, que se dão através de práticas discursivas em contextos específicos. Desse modo, levando em consideração a instabilidade constitutiva, que

pode ser observada nas operações cognitivas que marcam as ações discursivas, nas negociações que acontecem na interação (MONDADA; DUBOIS, 2003), entendemos que o sujeito, constante e intencionalmente, recategoriza os objetos de discurso ao seu redor com inúmeros propósitos, dentre eles buscar persuadir o outro através da argumentação, por exemplo. Cavalcante e Brito (2016, p. 16) enfatizam que

O referente pode sofrer transformações, chamadas de recategorizações, ancoradas em diferentes pistas formais que revelam como o texto o apresenta e como ele pode ser reconstruído pelo interlocutor. A recategorização é algo tão inerente ao processo referencial que acontece o tempo inteiro, e as expressões referenciais apenas colaboram entre si e com outras âncoras formalizadas no contexto para a necessária tentativa de estabilização das anáforas, em estratégias cruciais para a construção de uma unidade de coerência textual.

Sendo assim, as recategorizações retomam, ressignificam e promovem a argumentação. Como defendem Cavalcante *et al.* (2020) os processos referenciais possuem uma natureza argumentativa. Nesse sentido, as autoras mostram que “[...] a reelaboração dos referentes se efetua mediante a necessidade de os sujeitos interferirem na visão de mundo uns dos outros. É precisamente nessa ação (de linguagem) para afetar o outro que reside o caráter argumentativo da referência [...]” (CAVALCANTE *et al.*, 2020, p. 133) Tais funções (retomada, recategorização e argumentatividade) também podem ser atribuídas aos estereótipos, categoria que elegemos para comparar com as recategorizações buscando perceber as relações existentes entre elas.

Os estereótipos – um apelo

O estereótipo é um fenômeno estudado, de forma pujante nas Ciências Sociais. Esse termo é oriundo da área da tipografia, no entanto passou a ser tratado de forma científica na obra *Opinião Pública*, de 1922, do jornalista americano, Valter Lippmann. A partir do feito pioneiro do referido autor, o fenômeno da estereotipia passou a ser uma categoria de análise das Ciências Sociais. Ao postular sobre os estereótipos como manifestação da opinião pública, o autor pontua que “Os fatos que vemos dependem de onde estamos posicionados e dos hábitos de nossos olhos [...]” (LIPPMANN, 2008, p. 84). O autor ainda nos diz que “[...] pegamos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber aquilo que captamos de forma estereotipada para nós por nossa cultura [...]” (LIPPMANN, 2008, p. 85). Esses dois excertos nos revelam que o estereótipo é um modelo pré-definido ao qual acionamos cognitivamente na interação para nos reportarmos a um dado objeto da realidade. Dessa forma, podemos compreender o estereótipo como um modelo referencial, ou seja, um objeto de discurso construído subjetivamente, que leva em consideração as condições socioculturais aos quais os sujeitos enunciadorees estão inseridos. Nessa perspectiva, os estereótipos atuam como elementos cognitivos que nos fazem atribuir significados prestabelecidos aos acontecimentos sociais. Isso implica compreender o estereótipo como um esquema cognitivo que nos faz perceber a realidade a partir de acepções construídas coletivamente. Nesse sentido, a realidade não é representada apenas individualmente, mas so-

cialmente. Nesse cenário, o estereótipo é uma representação social de uma dada realidade. Como representação social, o estereótipo reflete pontos de vista de um determinado grupo social. Moscovici (2007, p. 40) nos diz que “[...] as representações sociais se tornam capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade [...]”. O autor ainda defende que “[...] as representações são sempre um produto da interação e comunicação e elas tomam sua forma e configuração específicas a qualquer momento, como uma consequência do equilíbrio específico desses processos de influência social.” (MOSCOVICI, 2007, p. 21).

Na perspectiva da Semântica Psicológica, ponto a ser observado por Amossy e Pierrot (2010) na obra *Estereótipos y Clichês*, nos é mostrado que Hilary Putnam (1973) (estudou o estereótipo sob um aspecto semântico. Nessa perspectiva, “O estereótipo faz parte da significação, que responde à ideia comum associada à palavra [...]” (AMOSSY; PIERROT, 2010, s/p). Assim, em consonância com o proposto por Putnam, Amossy (2020) confere uma dimensão discursiva ao processo de estereotipia, entendendo-o como uma forma de enunciação com caráter tipificador. Nesse caso, o estereótipo teria uma semelhança com o protótipo. É possível dizer que, enquanto o protótipo estaria mais inclinado ao processo de categorização, em um aspecto voltado mais para uma representação mental, o estereótipo aproxima-se mais de um processo de recategorização fundado em uma representação social. Mesmo tidos como uma forma fixa, cristalizada, os estereótipos podem sofrer modificações, em razão da mudança de mentalidade dos indivíduos e das transformações cons-

tantes pelas quais a sociedade passa no decorrer dos anos. É importante pontuar que os aspectos cognitivos e sociais estão presentes simultaneamente tanto no protótipo quanto no estereótipo, um não exclui o outro, o que nos faz considerar tanto o estereótipo quanto o protótipo como fenômenos sociocognitivos.

Para Mondada e Dubois (1995, p. 42), em um viés sociocognitivo, o protótipo, que é “um objeto socialmente distribuído, estabilizado no seio de um grupo de sujeitos [...] evolui para uma representação coletiva chamada geralmente de estereótipo”. Segundo as autoras, essa transformação passa de um nível subjetivo para um intersubjetivo. Langacker (1987) e Kleiber (1990), dentre outros (*apud* MONDADA; DUBOIS, 1995, p. 43), nos dizem que os estereótipos são psicologicamente fundados em “efeito de prototipicidade da língua” (LAKOFF, 1987, p. 59 *apud* MONDADA; DUBOIS, 1995, p. 43). É importante destacar que os estereótipos e os protótipos são na visão de Mondada e Dubois processos de estabilização. Nessa perspectiva, têm em comum tanto aspectos cognitivos quanto sociais, portanto situam-se entre a representação social e a cognitiva.

O estereótipo formula um esquema e categoriza, por isso é indispensável para a cognição. Nesse sentido, é fundamental para a nossa necessidade de relacionar o que vemos a modelos preexistentes, assim compreendemos o mundo, realizamos previsões e regulamos nossas condutas (AMOSSY; PIERROT, 2022). Nessa perspectiva, esse fenômeno vai além de uma generalização e simplificação de algo visto sempre de forma pejorativa no uso comum. Sobre esse aspecto, vejamos:

No uso comum [...] o estereótipo continua geralmente designando uma imagem coletiva cristalizada, considerada sob um ângulo pejorativo: o velho judeu avaro, a menina pura e inocente, o sábio distraído. Frequentemente, é assimilado ao clichê quando se insiste na sua banalidade, em seu caráter de automatismo redutor. O uso vulgar coexiste, assim, com o erudito, que vai além da questão da falta de originalidade para se colocar em toda a sua amplitude nos meios sociais e de comunicação. (AMOSSY; PIERROT, 2022, p. 37).

Este trabalho não compreende o estereótipo apenas no seu caráter redutor, relacionado à estereotipia negativa de um determinado grupo social. Compreendemos esse fenômeno, sobretudo, como um esquema de base sociocognitiva, fundado em esquemas cognitivos prototípicos de uma dada realidade. Dessa forma, o estereótipo revela uma percepção limitada do indivíduo sobre determinados grupos e as mais diversas situações sociais.

Nesse aspecto, percebemos a argumentatividade presentes nos estereótipos, uma vez que como propõe Moscovici (2007, p. 40) “[...] as representações sociais se tornam capazes de influenciar o comportamento do indivíduo [...]”. Esse fator nos faz considerar a função do uso dessa categoria no ato enunciativo com caráter persuasivo. Do ponto de vista retórico, o apelo aos estereótipos é uma estratégia eficaz de persuasão, uma vez que o enunciador se vale de doxas, ou seja, de um conjunto de juízo de valores sobre um determinado contexto específico para convencer aqueles que já estão expostos a esses saberes compartilhados. Amossy (2020, p. 54) nos diz que

[...] é preciso fazer hipóteses sobre as opiniões, as crenças e os valores daqueles a quem se dirige. É, pois, pelo fato de querer agir sobre interlocutores, cujas reações decorrem de um sistema de crenças prévias, que o orador dele levar em conta seu público, mesmo na ausência total do face a face. Em outros termos, o auditório possui um papel capital na medida em que ele define o conjunto de opiniões, das crenças e dos esquemas de pensamento no qual a fala visa a levar à adesão, pode se apoiar. Adaptar-se ao auditório é, antes de mais nada, levar em conta sua *doxa*.

A importância retórica do estereótipo é fundamental para evidenciar a argumentatividade constitutiva dos textos. Sendo o estereótipo uma representação social, é salutar pontuar que Amossy (2020, p. 107) postula que “[...] o saber compartilhado e as representações sociais constituem o fundamento de toda a argumentação [...]”. Nessa perspectiva de análise dos estereótipos, considerar a argumentação nesse estudo é fundamental. Uma vez que Amossy (2020, p. 41) defende também que “[...] a argumentação deve ser estudada no nível da construção textual, a partir dos procedimentos de ligação que comandam seu desenvolvimento [...]”. O conceito de Argumentação que Amossy (2020, p. 47) propõe é o seguinte:

[...] meios verbais que uma instância de locução utiliza para agir sobre seus alocutários, tentando fazê-los aderir a uma tese, modificar ou reforçar as representações e as opiniões que ela lhes oferece, ou simplesmente orientar suas maneiras de ver, ou de suscitar um questionamento sobre um dado problema.

Embora a autora não mencione os meios não verbais, consideramos que os meios constituídos pelas mais diversas semioses também constroem argumentativamente o texto.

Vista a argumentatividade como um ponto central acerca do uso dos estereótipos, precisamos considerar essa categoria a partir de uma perspectiva textual discursiva em nossa análise, uma vez que a argumentação como diz Amossy (2020) ocorre pelas vias do discurso. No entanto, também temos que considerar que os mais variados discursos se manifestam em formas textuais, por isso a abordagem dos estereótipos nesta pesquisa é textual. Segundo Amossy e Pierrot (2022, p. 144) uma abordagem textual dos estereótipos “[...] reúne os estudos literários, a análise argumentativa e a análise do discurso, que com métodos e objetivos diversos, tentam extrair os elementos de estereotipia por meio de componentes discursivos (léxico, figuras e estudo do implícito).”

Conforme o postulado pelas autoras, buscamos analisar os componentes lexicais e imagéticos que manifestam os estereótipos nos anúncios de cerveja. Dessa maneira, os estereótipos assim como as recategorizações são abordados nesta proposta como fenômenos textuais discursivos que possuem uma interrelação intrínseca. No tocante à recategorização dos objetos de discurso e sua relação com os estereótipos, partimos do princípio de que um objeto do discurso como nos diz Cavalcante, Pinheiro e Lima (2010, p. 35)

[...] é uma criação que vai se reconfigurando não somente pelas pistas que as estruturas sintático-semânticas e os conteúdos lexicais fornecem, mas também por outros dados do

entorno sociodiscursivo e cultural que vão sendo mobilizados pelos participantes da enunciação.

Isso é possível pelo fato de que um determinado objeto de discurso ao qual o sujeito se refere é moldado por valores socioculturais, o que nos leva a entender que todo objeto do discurso possui um modelo preestabelecido, compartilhado pelos sujeitos de diferentes grupos sociais. Nesse caso, a relação entre as palavras e as coisas são instáveis. Dessa forma, tanto os referentes quanto seus elementos recategorizadores são constructos resultantes das relações sociocognitivas construídas na interação entre os sujeitos, e são constantemente reformulados em conformidade com a intenção comunicativa do falante em um determinado contexto marcadamente instável. Tanto a escolha de um referente quanto a de um elemento recategorizador, leva em consideração elementos preestabelecidos que compõem a doxa de um determinado grupo social, seja para introduzir seja para retomar um objeto de discurso. No tocante ao estereótipo podemos entender que ele é um esquema cognitivo que tem como base uma representação social manifestada textualmente por elementos lexicais ou de outras semioses. Nesse sentido, a recategorização é uma representação textual discursiva de uma representação social. Esse processo por sua vez possui caráter eminentemente argumentativo, pois as escolhas linguísticas e não linguísticas do locutor usadas na mensagem visam a afetar o interlocutor, ou seja, persuadi-lo. Portanto, estereótipos e recategorizações se manifestam pelas vias textual discursivas. Além disso, compartilham funções anafóricas, pois retomam e recategorizam e atuam como estratégias argu-

mentativas. Visto os aspectos que aproximam os estereótipos das recategorizações, ainda sim não podemos tomá-los como sinônimos, isso demandaria um maior aprofundamento analítico e teórico-metodológico. O que podemos concluir é que o estereótipo atua como um elemento recategorizador, pois como ele é fundamentado em uma doxa, ao promover uma retomada de um referente também o reconfigura, promovendo uma transformação. Para observarmos como esses processos acerca dos estereótipos e recategorizações acontecem, vejamos a ocorrência desses fenômenos na análise de exemplos na seção posterior.

Análise

A cerveja Devassa foi criada em 2002 no estado do Paraná de forma artesanal. Somente em 2007, foi adquirida pela Brasil Kirin e, desde 2017, pertence à cervejaria Heineken Brasil. A cerveja devassa possui pontos de venda e divulgação em todas as regiões do Brasil. Vamos analisar os anúncios dessa marca de cerveja nos post do Instagram considerando a campanha, Criatividade Tropical (2020/2021).

É notório que, com a expansão das redes sociais, as cervejarias tiveram que se adequar às transformações ocorridas nos meios de comunicação que foram provocadas pelas mídias digitais. Passaram, assim, a publicar seus anúncios nessas plataformas para proporcionar uma divulgação maior de seus produtos. Nessa perspectiva, devemos considerar que a primeira publicação do Instagram oficial da cervejaria Devassa ocorreu em 18 de janeiro de 2019. Os anúncios publica-

dos são respectivamente dos dias 7 de agosto de 2020, 13 de agosto de 2020 e 4 de fevereiro de 2021.

Figura 1 – Exemplo 1



Fonte: Página do Instagram

Figura 2 – Exemplo 2



Fonte: Página do Instagram

Figura 3 – Exemplo 3



Fonte: Página do Instagram

Os três exemplos apresentados têm em comum os seguintes aspectos: as figuras femininas são representadas sem apelo à sensualidade e não são mostradas como objeto de satisfação masculina. Há uma preocupação em mostrar a

diversidade cultural do Brasil. O produto a ser oferecido não aparece de forma visual em primeiro plano, e no exemplo 1 nem aparece.

Em relação aos estereótipos sobre a mulher, no exemplo 1 podemos observar os seguintes aspectos: há uma mulher de cabelos curtos predominantemente rosa fazendo embaixadinha com uma bola de futebol na praia. Temos aqui a subversão de um estereótipo, pois jogar futebol na praia foi uma atividade por muito tempo associada como exclusiva do universo masculino. Nota-se que não há relação de comparatividade da mulher com o produto cerveja. Neste anúncio, a mulher é “chamada” a tomar uma cerveja depois do “racha na praia”, situação bastante comum entre grupos de amigos que se encontram na praia. Aqui, a mulher é alvo do investimento do anúncio, aquela que é consumidora de cerveja depois de bater uma bolinha na praia em um dia de sol. Tudo isso são estratégias persuasivas usadas pela postagem do perfil Devassa para atrair o público feminino a consumir a cerveja, assim como o homem consome. Em relação ao estereótipo, observamos que a mulher não está representada como objeto de satisfação, sobretudo do desejo masculino. A mulher não está hipersensualizada. Isso nos mostra uma outra representação social da mulher, ao mesmo tempo que aponta para uma subversão de uma estereotipia da mulher como objeto de consumo.

Já no exemplo 2, temos representada uma mulher negra divertindo-se em um bar. Ela está na companhia de três amigos. Eles bebem a cerveja Devassa e se divertem ao som de música popular brasileira. Percebemos nesse exemplo que

há também uma subversão da representação da mulher, pois ela não está posta como objeto de satisfação do homem. Há, nos três exemplos, uma subversão da forma como a mulher era retratada em anúncios de cerveja da primeira e segunda décadas dos anos 2000, pois, nessas campanhas publicitárias, a mulher aparecia servindo a cerveja aos homens. Elas não eram representadas como consumidoras. Quanto ao exemplo 3, temos uma mulher gorda representada no anúncio: a bailarina, coreógrafa, criadora de conteúdo e militante gorda brasileira, Thais Carla. Nesse anúncio, há uma subversão do padrão de corpo magro e “sarado” das mulheres que estampavam os anúncios em décadas passadas (SILVA, 2022).

A imagem da mulher e da cerveja compreendem um referente imagético e a introdução referencial dos 3 anúncios postados no Instagram. Em relação ao exemplo 2, quanto aos processos referenciais, temos o referente mulher apresentado de forma imagética, o que configura uma introdução referencial. Nesse exemplo, não há o referente imagético cerveja, no entanto há o referente lexical Devassa na foto de perfil do *Instagram*. Nesse caso, podemos considerar ainda que a foto de perfil retoma o produto cerveja, sendo assim uma anáfora indireta. Podemos ainda considerar que a mulher apresentada na imagem é uma recategorização da forma como a mulher era apresentada em anúncios de épocas passadas.

Quanto ao exemplo 2, temos os 5 amigos, incluindo-se a mulher, representando um referente imagético. Temos ainda a garrafa de cerveja como referente imagético. Ambos são introduções referenciais. Quanto às recategorizações, temos a expressão lexical puro malte tropical na lousa na parede

do bar, que retoma o referente cerveja. Nesse caso, se observarmos apenas o referente mulher, da mesma forma que no exemplo 1, ele pode ser também uma recategorização da forma como a mulher era apresentada em anúncios de épocas passadas. Quanto aos processos referenciais do exemplo 3, o referente mulher assim como o referente cerveja estão expressos de forma imagética. Assim como no exemplo 1 e 2 o referente recategoriza a forma como a mulher era representada em anúncios de décadas passadas.

Todos os aspectos descritos até então em relação aos anúncios configuram estratégias argumentativas e integram-se aos demais aspectos sobre a argumentação. Um dos pontos perceptíveis foi que nos anúncios analisados não há o apelo a figuras de autoridades, tais como cantoras e atrizes já conhecidas pelo público. Estratégia muito comum nos anúncios da década de 90 e primeiras décadas dos anos 2000, como observa Silva (2022). A não utilização dessa estratégia proporciona um ethos de credibilidade ao produto. Além disso, a frase “Beba com moderação”, presente em todos os anúncios analisados, busca mudar um comportamento, o que demonstra uma característica básica da argumentação. Um terceiro ponto, no que tange à argumentatividade presente nos anúncios, é o que defendemos neste trabalho: os estereótipos e os processos referenciais possuem um caráter argumentativo, portanto, mobilizados conjuntamente, são estratégias persuasivas bastante eficazes para a argumentação nos anúncios, uma vez que os estereótipos expressam um ponto de vista fundamentado em *doxas* de determinados grupos. Dessa forma, aqueles que criaram o projeto de texto

dos anúncios mobilizaram os estereótipos sobre a mulher mais difundidos em um determinado contexto sociocultural para facilitar a adesão de um produto.

Percebemos que nos anúncios do *Instagram*, não há o apelo a figuras de autoridade, celebridades nacionais e internacionais. A subversão na forma de representar a mulher configura uma estratégia de reconstruir o ethos da cervejaria, que em décadas passadas estereotipava a mulher de forma negativa. Assim, nos anúncios do Instagram há ainda a preocupação de também promover a adesão do público feminino valorizando os aspectos da diversidade cultural brasileira. Portanto, os estereótipos manifestados pelos processos referenciais são estratégias persuasivas que revelam um ponto de vista que os indivíduos possuem sobre um determinado grupo em determinadas épocas (SILVA, 2022).

Conclusão

Mediante a análise empreendida nos três exemplos de publicidade apresentados, pudemos perceber que o corpo feminino foi estereotipado como principal elemento recategorizador. Ao invés de haver uma estereotipagem do corpo feminino representado de forma sensual, e exaltando um padrão de beleza das mulheres magras, como era apresentado em anúncios dos anos das duas últimas décadas dos anos 90 e nas primeiras décadas dos anos 2000, há uma diversidade de corpos apresentados, o que reforça o caráter inclusivo dos novos anúncios de cerveja. Outro estereótipo da mulher a ser apresentado foi o da mulher no papel de consumidora

do produto. Isso nos indica que ao longo das décadas, os estereótipos sobre a mulher na publicidade foram subvertidos, ressignificados e recategorizados. Esse fato nos revela que os textos refletem as transformações sociais e os posicionamentos ideológicos de cada época. Ratifica ainda o caráter dinâmico tanto dos estereótipos quanto das recategorizações que, por sua vez, instauradas pelo discurso, via texto, revelam posicionamentos dos enunciadores clivados pelas ideologias vigentes em cada época.

Percebemos, portanto, que os estereótipos mobilizados para compor a peça publicitária promovem a recategorização dos referentes. Os estereótipos e as recategorizações possuem os seguintes aspectos em comum: ambos, nessa perspectiva são construções intersubjetivas sobre os objetos de discurso; tanto um como o outro são baseados em representações coletivas de uma dada época, o que os difere é que o estereótipo é uma representação social e a recategorização é uma representação textual anafórica de uma representação social. Nesse sentido, podemos compreender que tanto estereótipos quanto as recategorizações podem exercer função anafórica, pois em determinados contextos retomam um referente já explicitado textualmente. Outro ponto a ser percebido tanto nos estereótipos quanto nas recategorizações é que ambas as mobilizações possuem constitutivamente orientação argumentativa, pois além de expressar um determinado ponto de vista, visam ainda persuadir o interlocutor.

Referências

AMOSSY, Ruth; PIERROT, Anne Herschberg. **Estereótipos e Clichês**. Tradução: Alena Ciula et al. São Paulo: Contexto, 2022.

AMOSSY, Ruth; PIERROT, Anne Herschberg. **Estereotipos y clichés**. 4. reimp. Buenos Aires: Eudeba, 2010.

AMOSSY, Ruth. **A Argumentação no discurso**. Tradução: Angela M.S. Correa et al. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. Construction de la référence et strategies de designation. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BÉGUELIN, M.-J. (ed.). **Du syntagme nominal aux objets-de-discuors: SN complexes, nominalizations, anaphores**. Neuchâtel: Institute de Linguistique de l'Université de Neuchâtel, 1995.

CAVALCANTE, Mônica et al. **Linguística Textual: conceitos e aplicações**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BRITO, Mariza Angélica Paiva (org.). **Texto, Discurso e Argumentação: traduções**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BRITO, Mariza Angélica Paiva | O caráter naturalmente recategorizador das anáforas. In AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de; GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto (org.). **Estudos do Discurso: caminhos e tendências**: São Paulo: Editora Paulistana, 2016.

KLEIBER, G. **La sémantique du prototype**. Paris: P.U.F. 1987.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2011.

LAKOFF, George. **Women, fire, and dangerous things**. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LANGACKER, R. **Foundations of cognitive grammar**. Stanford, Stanford University Press, 1987.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MATOS, Janaica; Brito, Mariza. As funções discursivas das recategorizações. **Intersecções**, ed. 12, ano 7, n. 1, p. 40, maio 2014.

MONDADA, L. **Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir**: approche linguistique de la construction des objets de discours. 1994. 671 f. Thèse (Docteus en Lettres) - Université de Lausanne, Faculté de Lettres, Lausanne, 1994.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référenciation. In: TRANEL - TRAVAUX NEUCHATELOIS DE LINGUISTIQUE, 23., 1995. **Annales** [...] [S.l.: s.n.], 1995.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Editado em inglês por Gerard Duveen: traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PUTNAM, H. Meaning and reference. **The Journal of Philosophy**, v. 70, n. 19, p. 699-711, 1973.

SILVA, Marcos Paulo da. **A manifestação referencial dos estereótipos sobre a mulher na construção persuasiva de anúncios de cerveja.** 2022. 107 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Mestrado em Estudos da Linguagem. Instituto de Linguagens e Literaturas (ILL), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Acarape, 2022.

A DESQUALIFICAÇÃO DO OUTRO EM MODALIDADE ARGUMENTATIVA DEMONSTRATIVA NA ESFERA JURÍDICA

Mônica Magalhães Cavalcante (UFC)

Antonio Lailton Moraes Duarte (UECE)

Considerações iniciais⁴²

A investigação da desqualificação do outro tem sido feita principalmente nos estudos da modalidade argumentativa polêmica empreendidos tanto pela Teoria da Argumentação no Discurso (TAD) como pela Linguística Textual (LT), como bem já demonstraram Duarte e Brito (2022) e Duarte (2023). Particularmente, Duarte (2023), em sua tese de doutorado, demonstrou que a investigação da desqualificação do outro tem se mostrado produtiva também nos estudos da modalidade argumentativa demonstrativa a partir da interface entre TAD com a LT. Essa inovação revela que, apesar de ser uma propriedade visivelmente eivada de uma má reputação, tida como parcial e marcada pela paixão, pela palavra muitas vezes violenta, pode contribuir para o debate razoável, do qual se nutre a democracia, inclusive em esferas jurídicas. Mesmo com as credenciais de má reputação, parcialidade, passionalidade e violência, a desqualificação do outro inva-

42 O presente capítulo é um trecho adaptado da tese de doutorado de Antonio Lailton Moraes Duarte, concluída em 2023, na Universidade Federal do Ceará, com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Número do processo: 141480/2018-1.

de, de forma muito persistente, o espaço público, chegando a ocupar uma posição privilegiada não só na esfera midiática, como propõe Amossy (2017), mas também na esfera jurídica, como defende Duarte (2023).

Amossy (2017) enquadra a desqualificação do outro em uma descrição própria da modalidade argumentativa polêmica, ao lado da dicotomização e da polarização ou divisão social. Em nosso entendimento, a autora dedica maior atenção a estas duas últimas propriedades para definir a modalidade argumentativa polêmica, por considerar a dicotomização uma condição fundante da polêmica e a polarização como *conditio sine qua non* da estrutura democrática. No entanto, tão importante quanto essas duas propriedades, a desqualificação do outro é também essencial, e está presente também na modalidade argumentativa demonstrativa, como bem demonstrou Duarte (2023), ao comprovar que, tanto em um acontecimento midiático como em uma interação jurídica, a confrontação em si, em que se manifestam paixões, razões, podem se refletir em violência verbal. Evidenciou o autor que a desqualificação do outro não é exclusiva da modalidade argumentativa polêmica, pois, na verdade, é um traço inerente à própria argumentação, como já defendia Perelman (1986), ao afirmar que a vontade do orador é desqualificar o outro por meio de argumentos na argumentação.

Com base nesse posicionamento, propomos, neste capítulo, analisar como a modalidade argumentativa demonstrativa expressa a tentativa de desqualificação do outro na esfera jurídica, o que pode ser evidenciado por critérios analíticos da LT, em especial: os processos de intertextualidade estrita e

ampla (CARVALHO, 2018), as diferentes etapas da construção referencial (CUSTÓDIO FILHO, 2011; CAVALCANTE; BRITO, 2016; CAVALCANTE *et al.*, 2020); e as estratégias de patemização do Charaudeau (2010, 2015). Para cumprir nosso objetivo, selecionamos o Parecer Jurídico do Prof. Luís Roberto Barroso intitulado *Diferentes, mas iguais: o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas no Brasil*, como recorte de um dos gêneros da cadeia da esfera jurídica do julgamento do reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132/RJ e na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº. 4.277/DF, e analisamos como a desqualificação do outro se configura nesse gênero textual.

Este capítulo está organizado em seis seções. Na primeira, apresentamos as considerações iniciais. Na segunda, discorremos sobre as modalidades argumentativas. Na terceira, descrevemos os aspectos textuais, discursivos e retóricos da modalidade argumentativa demonstrativa. Na quarta, tratamos da desqualificação do outro, abordando a sua relação com o argumento *ad hominem*. Na quinta seção, analisamos a desqualificação do outro no Parecer em exame e, em seguida, tecemos considerações finais.

As modalidades argumentativas

Partindo do pressuposto do dialogismo bakhtiniano, da argumentatividade intrínseca a todo enunciado, do caráter retórico e persuasivo associado à argumentação (ANGENOT,

2015; CAVALCANTE; PINTO; BRITO, 2018) e do *continuum* de argumentatividade, Amossy (2011, p. 130) define argumentação como sendo a “[...] tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas por parte do alocutário, ou [...] [a] tentativa de fazer aderir não somente a uma tese, mas também a modos de pensar, de ver, de sentir.”

Mutatis mutandi, Cavalcante, Pinto e Brito (2018), Macedo (2018) e Cavalcante *et al.* (2020) têm mostrado que o *continuum* de argumentatividade pode ser demonstrado não apenas no âmbito das relações discursivas ou interdiscursivas, mas também no das relações textuais, pois “é principalmente pela organização composicional de um texto que se pode verificar se há uma estrutura sequencial dominante, tal como salienta Adam (2019), evidenciado a seleção e hierarquização de argumentos em direção a uma tese.” (CAVALCANTE; PINTO; BRITO, 2018, p. 10).

Acrescente-se a essa justificativa das autoras a importância das relações genéricas, pois é principalmente pela estrutura composicional de um gênero que se pode verificar a organização informacional e a estrutura sequencial dominante que evidencia essa organização. Comprovamos essa afirmação em Sousa e Duarte (2020, p. 175) através da análise de alguns gêneros da ordem do argumentar, do campo de atuação na vida pública, do campo jornalístico-midiático, do campo da vida pessoal, do campo das práticas de estudo e pesquisa e do campo artístico-literário, apresentados pela Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC/EM).

A definição de argumentação proposta por Amossy (2011), pela qual nos pautamos, articula concepções de argumentação desenvolvidas pela Retórica Clássica e pela Nova Retórica com os estudos da Análise de Discurso, sobretudo a proposta por Charaudeau e Maingueneau. Para Amossy (2018), a noção de argumentação deixa de ser estritamente retórica, com o mero fim de levar um auditório à adesão a uma tese. A visão de argumentação de Amossy se estende para o fazer estratégico dos sujeitos, que gerem sua relação com o outro de modo a influenciá-lo, e tentam gerir uma relação na qual o interlocutor tem seu próprio projeto de influência (CHARAUDEAU, 2005, 2012). Isso justifica a ideia de um agir de um sujeito que é, ao mesmo tempo, estrategista, mas involuntariamente determinado pela fala social na qual está imerso (MACEDO, 2018, p. 40).

Além dessa noção de sujeito estrategista, essa concepção de argumentação de Amossy (2008) é modular, pois varia num *continuum* de textos conversacionais, coconstruídos em diálogo(s), até textos que se contrapõem a teses antagônicas. Como os textos sempre deixam ver posicionamentos quanto a valores sociais, nessa perspectiva, eles são todos argumentativos.

Os textos apresentam diferentes possibilidades de modalidades argumentativas, diferentes tipos de interação orientadas para uma argumentatividade, dentro desse contínuo. A partir dessas “maneiras” de argumentar, Amossy propôs a noção de *modalidades argumentativas* como “[...] tipos de troca argumentativa que, atravessando os gêneros do discurso, modelam a forma como a argumentação funciona

num quadro tanto dialogal quanto dialógico [...]” (AMOSSY, 2008, p. 232).

Esses padrões genéricos podem delimitar ou mesmo direcionar as modalidades de apelo às emoções, sua intensidade, a legitimidade dos dizeres, o modo como algumas relações intertextuais são marcadas ou referidas, ou mesmo as etapas de construção referencial, como defende Duarte (2023). Isso pode se dar a partir das funções de apresentação (nas introduções referenciais) e da recategorização anafórica por confirmação, por desconfirmação e por acréscimo, sempre considerando as coerções dos gêneros e o contrato comunicativo de Charaudeau (2012).

Amossy (2008) descreve, de forma muito breve, seis modalidades argumentativas, sendo estas apenas algumas das possibilidades de trocas argumentativas modeladoras da forma como a argumentação funciona, tendo em vista que não se trata de uma proposta de classificação, pois é de cunho meramente exemplificativo. A autora propõe os seguintes parâmetros para identificação e definição de cada uma dessas modalidades argumentativas (AMOSSY, 2008, p. 237):

a) estrutura de troca argumentativa: consiste na distribuição de papéis desempenhados pelos participantes no dispositivo enunciativo, que pode ser constituído de parceiros, adversários, Proponente, Oponente ou Terceiro;

b) maneira pela qual a ação de persuasão é construída face ao alocutário (interlocutor, para a LT), como racional, agressiva, distensa, agônica, violenta etc., ou seja, a maneira pela qual ocorre a tentativa de persuasão;

c) modo como o alocutário (interlocutor, para a LT) é definido nessa relação: podendo ser concebido, conforme Cavalcante *et al.* (2020), como, por exemplo, ser de razão e/ou de sentimento, aluno, discípulo, cúmplice, ou rival, dentre outros.

A partir desses parâmetros, a pesquisadora de Tel Aviv descreve as seguintes modalidades argumentativas (AMOS-SY, 2008, p. 233-237): demonstrativa, patêmica, pedagógica, coconstrução, negociada e polêmica. De forma sintética, apresentamos o seguinte quadro sinóptico para as modalidades argumentativas, levando em consideração os parâmetros de descrição das modalidades indicados por Amossy (2008):

Quadro 1 – Parâmetros de definição das modalidades argumentativas

Modalidades argumentativas	Estrutura de troca argumentativa	Maneira de construção da ação persuasiva	Modo de definição do alocutário	Exemplos de Gêneros
Demonstrativa	Raciocínio partilhado	Racional	Ser de razão	discurso parlamentar, ensaio filosófico, editorial, artigo científico, debate de ideias, monografia, dissertação de mestrado, tese de doutorado, decisão judicial etc.
Pedagógica	Interação suscetível de gerar conhecimento/transmissão de saberes	Transmitida	Aluno ou discípulo	manual escolar, literatura infantil, romance, aulas etc.

Linguagem e Práticas Discursivas

Coconstrução	Colaboração	Colaborativa	Colaborador	reunião profissional, conversa familiar, debate sobre uma questão que se tenta resolver junto
Negociada	Negociação como meio de ultrapassar as diferenças	Negociada	Adversário e parceiro	audiências de conciliação, interações comerciais, assembleias para troca de coordenadores, reuniões do GT, audiências de mediação etc
Patêmica	“tocar” no auditório para obter a adesão, dirigindo-se afetos ou inflamar o debate e provocar o adversário	emotiva/ inflamadora/ provocadora	Ser de emoção/ afeto	apelo à ajuda humanitária, poema lírico, declaração de amor, textos de ajuda
Polêmico	choque de teses antagônicas e da violência verbal	Agônica	Alvo de ataque ou Terceiro ou beneficiário do qual o adversário é atacado.	debate entre políticos de direita e esquerda sobre um tema polêmico

Fonte: Duarte (2023, p. 45-46).

As modalidades argumentativas, a nosso ver, interpenetram-se e não se sincretizam, como se pode pensar, pois, como diz Amossy (2011, p. 131): “Quando há a intencionalidade, o discurso escolhe uma ou mais modalidades argumentativas - uma estrutura de troca particular que permite o bom funcionamento da estratégia de persuasão.”

Creemos que se possa falar, por vezes, de dominância de modalidades argumentativas nos gêneros, pois, embora um gênero seja sempre associado a propósitos e a padrões retóricos, há outros propósitos que dependem de particularidades de cada evento comunicativo. Essa é a razão pela qual pode ocorrer um atravessamento de modalidades, como, por exemplo, em uma palestra, a depender de como se coloca o palestrante, podem estar presentes modalidades pedagógica e demonstrativa, ou mesmo de coconstrução.

Azevedo, Gonçalves-Segundo e Piris (2021), na esteira de Amossy (2011), admitem que as modalidades argumentativas podem se combinar num discurso (diríamos texto), quando diferentes estruturas de troca argumentativa permitem o funcionamento do projeto de persuasão. Contudo, esses autores só consideram a modalidade polêmica como sendo de textos de visada argumentativa, e, sobre isso, temos duas considerações a fazer. Primeiro, não atrelamos a modalidade polêmica a apenas um gênero, nem a um texto só. A modalidade polêmica, como vêm mostrando os estudos do grupo Prottexto, começa pela evocação intertextual de uma questão polêmica atualizada em textos dispersos, e continua em outros textos que reverberam o dissenso no espaço público. Segundo, e em decorrência disso, a modalidade argumentativa polêmica não se esgota em um texto, nem mesmo se ele for de visada argumentativa.

Diferentemente de Amossy (2011), Duarte (2023) demonstra que a modalidade argumentativa polêmica pode estar atravessada também em textos de dimensão argumentativa (SOUSA, 2020; SOUSA; DUARTE, 2020) desen-

volvidos convencionalmente dentro de outra modalidade argumentativa.

Dentre as seis possibilidades propostas por Amossy (2008), detivemo-nos apenas no estudo da modalidade argumentativa demonstrativa dominante num gênero convencionalizado para esse modo de argumentar: o parecer jurídico. Nossa primeira hipótese é que esse gênero acontece como texto no ápice de uma grande relação entre textos diversos pelos quais se manifesta a polêmica no espaço público. É por isso que parte desse embate de modalidade polêmica pode ser retomado em um ou outro gênero desenvolvido em outra modalidade argumentativa, como a demonstrativa, que orienta o gênero parecer em exame. A modalidade demonstrativa no parecer pode ser usada, então, para comprovar o cruzamento de modalidades argumentativas, pois a modalidade polêmica pública, que não se limita a um texto, é retomada e relatada no parecer, cujo objetivo é se encerrar num “acordo”, na demonstração do fim, mesmo que provisório, do dissenso entre as teses arrazoadas. A segunda hipótese é que a desqualificação do outro perpassa toda a situação interacional antes, durante e depois do julgamento relativo ao reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar pelo Supremo Tribunal Federal (STF), portanto está presente também na modalidade demonstrativa pela qual se organiza o parecer do relator.

Quanto à modalidade demonstrativa, parece-nos ser ela a mais clássica das modalidades, por isso tentamos descrevê-la sob os aspectos textuais, discursivos e retóricos, a fim de tentarmos mostrar que a troca argumentativa em que o

locutor busca a adesão do interlocutor apresentando uma tese por meio de provas, por meio da demonstração racional, recorre também a estratégias de desqualificação do outro e que, portanto, o traço de desqualificação não é exclusivo da argumentação polêmica.

Modalidade argumentativa demonstrativa: aspectos textuais, discursivos e retóricos

O plano textual/discursivo⁴³, desenvolvido por Adam (2008) e Adam, Heidmann e Maingueneau (2010) e, posteriormente, alterado em alguns pontos por Catelão (2013) ao direcionar ao plano textual/discursivo a descrição de aspectos composicionais e as atividades sociodiscursivas da linguagem, diz respeito à estrutura composicional, que é composta pela combinação do plano de texto com a sequencialidade dominante, e à esquematização discursiva, que é composta pela situação sociodiscursiva, que envolve condições de produção e condições de recepção.

Já o plano retórico foi introduzido pelos filósofos da Retórica Clássica e, posteriormente, no século XX, fundados em uma base aristotélica. Motivados pela invasão da publicidade no contexto social, Perelman & Olbrechts-Tyteca (1996) propuseram uma Nova Retórica ou uma nova visão da Retórica que pode ser definida como sendo, *grosso modo*, o “discurso do método” de uma racionalidade que já não pode

43 Usaremos o plano textual/discursivo porque entendemos que esses campos de análises são complementares, como apontou Catelão (2013), ao propor um modelo de análise textual/discursivo para análise de textos produzidos por suicidas.

evitar os debates e, por isso, precisa analisar os argumentos que governam as decisões. Essa definição, em si, está bem próxima do que prevê uma modalidade argumentativa demonstrativa.

Assim, na Nova Retórica, já não se trata de privilegiar a univocidade da linguagem, a unicidade *a priori* da tese válida, mas sim, de aceitar o pluralismo, tanto nos valores morais como nas opiniões, pois o objetivo da retórica “[...] é o estudo das técnicas discursivas que visam provocar ou a aumentar a adesão das mentes às teses apresentadas a seu assentimento [...]” (PERELMAN, 2004, p. 141), já que é em função de um auditório que qualquer argumentação se desenvolve.

Esse desenvolvimento argumentativo em função de um auditório possibilita a projeção de um *ethos*, de um *pathos* e de um *logos*, capazes de gerar junto com as técnicas argumentativas utilizadas uma imagem de um *eu*. Como sintetiza Souza (2003, p. 48), o *ethos* é centrado no orador, no seu caráter, na sua ética; o *pathos* representa o auditório, as suas paixões, as suas seduções; e o *logos*, mais racional, é o fazer discursivo, com a mobilização de argumentos.

É cediço que a “arte de argumentar”, há séculos, vem sendo investigada e estudada por filósofos. Aristóteles (384-322), filósofo e sábio universal, depois que saiu da Academia de Platão, onde ficou por vinte anos, fundou uma escola concorrente, o Liceu. E lá conseguiu conciliar duas tendências pouco harmonizadas, conforme Reboul (2004): o espírito de observação e o espírito de sistema.

Entender a Retórica como útil, segundo Reboul (2004), é perceber que esta apresenta características de técnicas, e a

prática da Dialética é aprendida com a experiência, pois põe em prática argumentos que demonstram a sua utilidade nos usos discursivos. Por essa distinção, Reboul (2004) faz notar que a argumentação se contenta em expor o “verdadeiro” e o “justo” e, para isso, diz ser necessário desenvolver argumentos fortes, defendê-los, fazendo valer os direitos do orador, não deixando os adversários, com argumentos fracos, sobrepular a retórica. O argumento procedente desenvolveria tecnicamente a capacidade de compreender o mecanismo do adversário para saber refutar suas ideias. Reboul (2004) menciona ainda o argumento cujo foco reside em uma das características do homem, a palavra, encarando como mais “desonroso” ser vencido pela palavra que pela força física. Por isso, Reboul defende que a retórica não é a prova do pobre:

É a arte de defender-se argumentando em situações nas quais a demonstração não é possível, o que a obriga a passar por ‘noções comuns’, que não são opiniões vulgares, mas aquilo que cada um pode encontrar por seu bom senso, em domínios nos quais nada seria menos científico do que exigir respostas científicas [...]. (REBOUL, 2004, p. 27).

Estando a arte de persuadir situada na Retórica do discurso, compreendemos nesse estudo que a razão e os sentimentos são inseparáveis. Na razão, os argumentos são os meios de sua competência, ou seja, o raciocínio silogístico, o qual permite dirigir-se a um grande público; nos sentimentos, os argumentos se fundamentam nos exemplos, e são afetivos, além de serem direcionados a um público especializado. Segundo Catelão (2013, p. 2), “[...] pode-se dizer que argumentar é uma estratégia discursiva que permite lançar

mão de uma tese direcionada a ‘um outro’ com a principal função de convencimento [...], pois é o objetivo da troca argumentativa empreendida na modalidade argumentativa demonstrativa.

Assim, argumentar na Nova Retórica é a capacidade de um sujeito defender determinada tese direcionada a “um outro” com o fito de fazer com que este compartilhe desta tese, isto é, seja “convencido” da tese defendida.

Pensando dessa forma, depreendemos que esses campos de argumentação também são encontrados nos espaços acadêmicos, sejam eles de forma a inserir um indivíduo nestes espaços ou a promovê-lo em níveis propostos dentro deles. Inclusive, esses campos de argumentação tornam o indivíduo aceito na comunidade acadêmica e capaz de expor suas opiniões para o seu desenvolvimento intelectual, sendo possível também criar meios de expansão de suas ideias e fazer outras pessoas aderirem a elas.

Pelo mesmo entendimento, o contraponto de teses também é possível em qualquer dimensão discursiva, como na jurídica. Elegemos, nesta pesquisa, o exame da contextualização da questão polêmica atualizada no espaço público sobre o reconhecimento da união homoafetiva como uma entidade familiar, o que é explicado no Parecer do Prof. Luís Roberto Barroso, cujo título foi *Diferentes, mas iguais: o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas no Brasil*. Nesse parecer, ponderamos não só sobre o modo como se constrói discursivamente a imagem do locutor – o *ethos* do Parecerista –, mas também o modo como o texto expressa, suscita e mobiliza paixões – o *pathos*, juntamente

com desenvolvimento de atos linguageiros estratégicos. Mais especificamente, na compreensão, análise e interpretação desta situação interacional da polêmica do reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar, observamos, por meio de parâmetros da LT, como a modalidade argumentativa demonstrativa configura a desqualificação do outro ao retomar (e tentar “finalizar”) uma questão discursiva polêmica na esfera jurídica.

Essa análise e interpretação das estratégias de desqualificação do outro em uma situação interacional envolve, portanto, a modalidade argumentativa demonstrativa, atravessada pela modalidade polêmica e diz respeito ao reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar.

Vemos, pois, que os envolvidos no processo argumentativo-persuasivo buscam agir sobre o outro por meio da linguagem, através de práticas linguísticas (e languageiras, de modo geral) que produzem e são produzidas por práticas sociais, e que revelam, de acordo com Kress (1989, p. 449), desigualdades de poder. O contato com textos marcados por essas desigualdades faz com que os sujeitos sejam levados a assumir certas posições de poder nos textos que produzem e consomem pelo agir estratégico (CAVALCANTE *et al.*, 2020).

A desqualificação do outro no espaço público e sua relação com o argumento *ad hominem*

Como dissemos, a *desqualificação do adversário* é um traço também essencial da polêmica, tanto quanto a

dicotomização de teses - um traço fundador da polêmica - e a *polarização ou divisão social* como *conditio sine qua non* da estrutura democrática. A tentativa de desqualificação pode abrir espaço, em um acontecimento midiático, para a confrontação em si, em que se manifestam paixões, razões e até violência verbal. Muitas vezes, o desqualificador do adversário, que é o Proponente, fará uso do argumento *ad hominem*, um dos recursos utilizados textualmente (dentre outros) para desqualificar o outro, com o intuito de, conforme Amossy (2017), pôr em xeque a credibilidade do outro, a fim de o enterrar simbolicamente.

O argumento *ad hominem* é classificado, na *Nova Retórica* de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), como um argumento de coexistência, porque relaciona um atributo com a essência ou um ato com a pessoa, já que essência e ato permitem explicar ou prever fatos que são considerados como sua manifestação. Dentre os outros tipos de argumentos de coexistência, podemos citar: *argumentum tu quoque* (cujo intuito é, grosso modo, rebater críticas com ataque ao Oponente); *argumentum ad verecundiam* (argumento de autoridade); *argumentum ad ignorantiam* (argumento que apela para ignorância); *argumentum a fortiori* (por causa de uma razão maior).⁴⁴

É importante ter em conta que o argumento *ad hominem* é dirigido à pessoa, pois não se discutem os argumentos propostos, mas desqualifica-se o sujeito que argumenta, pondo em dúvida a credibilidade da pessoa que tem o ponto

44 Para maiores detalhes, ver Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) e Fiorin (2015).

de vista contrário ao sujeito que argumenta. O objetivo não é discutir as razões do ponto de vista ou da dúvida do Oponente, mas sim, desqualificar o adversário como interlocutor sério, apresentando-o como alguém incompetente, não confiável ou inconsequente.

O argumento *ad hominem* se dirige, portanto, ao interlocutor. Na perspectiva da modalidade argumentativa polêmica, proposta por Amossy (2017), ele é direcionado ao ator social que é colocado como Oponente na interação, quando se busca silenciá-lo, colocando em dúvida a sua confiabilidade e confrontando a pessoa com seus discursos ou atos.

Essa confrontação da pessoa com seus discursos ou com seus atos corresponde a um dos modos de refutar uma tese, tal como já proposto por Schopenhauer (2009) como modo *ad hominem*, que consiste em mostrar-se que uma dada tese não é concorde com outras afirmações do Oponente “como a verdade subjetiva” (SCHOPENHAUER, 2009, p. 119). Essa técnica é totalmente diferente do modo *ad rem*, cujo foco é a oposição à tese em debate, mas relativa à coisa, pois se procura demonstrar que “a tese [em debate] não está de acordo com a natureza das coisas, com a verdade objetiva” (SCHOPENHAUER, 2009, p. 119), tendo em vista uma suposta correspondência entre a linguagem e a realidade. Embora esse pressuposto de correspondência entre a linguagem e o real não seja assumido na LT, já que há sempre uma interpretação da realidade (ver sobre a fabricação do real em Blikstein, 2018), ainda assim permanece a distinção entre o modo *ad hominem* e o modo *ad rem*.

Segundo Fiorin (2015, p. 171), o argumento *ad hominem* apresenta três variantes: *o ataque pessoal direto*, dirigido a qualquer aspecto pessoal do argumentador, como o caráter, a competência, a honorabilidade; *o ataque pessoal indireto*, em, que se coloca sob suspeita a imparcialidade do argumentador, questionando-se a equidade do orador; *a apresentação de contradições entre posições do Oponente ou entre suas palavras e suas ações*, apontando contradições entre a posição atual do Oponente e pontos de vista sobre o mesmo tema no passado, ou entre suas palavras e suas ações.

Essas três variantes do argumento *ad hominem*, propostas por Fiorin (2015), podem ser resumidas em dois aspectos gerais: ataque à pessoa, o que é marca caracterizadora deste tipo de argumento, e ataque às contradições das posições assumidas pela pessoa. Por essa perspectiva, podemos estender a concepção de argumento *ad hominem*, assim como também inferir que a desqualificação do outro não se limita ao ataque pessoal nas modalidades argumentativas.

Schopenhauer (2009) já vê essas variantes, todavia, como dois argumentos distintos: *argumentum ad hominem*, em que não se discute o argumento propriamente dito, e se mostram incoerências do adversário em relação ao que foi dito ou admitido; e *argumentum ad personam*, em que se deixa completamente de lado o argumento para atacar a pessoa do adversário. Caracteriza-se pelo caráter grosseiro e pejorativo, o que, para Amossy (2017), pode levar à violência verbal.

Além disso, como assinala Schopenhauer (2009), este é o argumento ideal para perguntas incômodas ou capciosas, quando se questiona a pergunta ao invés de respondê-la.

Também é forte para replicar um argumento *ad hominem* usado por outro e funciona como uma estratégia de discussão que livra o debatedor de rebater um argumento muitas vezes precedente. Costuma ser usado quando se está acuado num debate, quando não se tem como responder ao Oponente.

É, no entendimento de Schopenhauer (2009), um *argumentum ex concessie* (a partir de concessões), pois é usado quando o Proponente concede que a tese do Oponente é verdadeira para apresentar sua própria visão dos fatos. Dar razão para a tese contrária é o ponto de partida para limitá-la, sustentando, assim, outro ponto de vista.

É importante perceber que todo argumento *ad hominem* gira, em certa medida, em torno do *pathos*, pois faz remissão aos afetos, que incluem os entendimentos, também aos desafetos, aos sentimentos, à paixão (ver interpretação dada ao *pathos* por Oliveira, 2020).

Como demonstraram Brito e Oliveira (2018) ao analisarem a construção do referente em uma análise do *pathos* na polêmica, esses apelos ao *pathos* podem ser manifestados pela violência verbal. Segundo Amossy (2017, p. 169-172), a violência verbal se faz perceber em reações como as seguintes: impedimento do outro de exercer do direito de expressão e exposição livre do seu ponto de vista por forte pressão ou coerção exercida pelo polemista; desconsideração ou ridicularização do ponto de vista apresentado pelo outro; ataque à própria pessoa do Oponente pelo polemista; assimilação do ponto de vista do Outro ao Mal absoluto; expressão de sentimentos violentos inscritos em marcas lexicais, sintática e prosódicas – e, acrescentaríamos,

referenciais e intertextuais (DUARTE, 2023); uso de insultos contra o seu opositor; incitação à violência contra os outros.

O planejamento de cada argumentação no texto depende, de acordo com Amossy (2008), da estrutura de interação global na qual se realiza a ação de persuasão, tendo em vista que cada texto tem sua forma particular de expressar pontos de vista. Além disso, os tipos de interação (seja monogerida ou poligerida) podem condicionar certos modos de argumentar por meio de certas regularidades, como as formas de apelo às emoções, sua intensidade, a legitimidade dos dizeres e a maneira como algumas relações intertextuais são marcadas e referidas (CAVALCANTE *et al.*, 2019).

A todas essas regularidades apontadas anteriormente, estão relacionadas também as formas de apresentação e de recategorização dos referentes, como comprovaram Brito e Oliveira (2018), ao demonstrarem que a construção referencial sinaliza para uma dada visão de mundo partilhada socialmente.

É interessante observar que o descrédito dispensado ao outro consiste em considerá-lo como defensor de um ponto de vista caracterizado por sua má-fé (por algo não autêntico) e por suas más-intenções, por isso frequentemente se recorre a um argumento *ad hominem*. Mesmo sendo um argumento considerado de certo modo como de má-fé ou mal-intencionado, que são critérios altamente subjetivos, o argumento *ad hominem* pode ser eficaz para que uma tese seja aceita pelo Oponente. Por isso, cabe comprová-lo textualmente.

Amossy (2017) diz que o procedimento mais atenuado, nessa relação com o outro dentro de um leque de abordagens antagônicas, consiste em atacar a palavra do outro. Nessa perspectiva, a refutação das razões do adversário pelo Oponente, através da demonstração de que o discurso dele é indigno de confiança e não merece ser apoiado, faz com que a polêmica responda ao discurso adverso por meio do enfraquecimento dos argumentos por todos os meios possíveis, seja pela negação, seja pela reformulação orientada ou mesmo viciada, seja pela ironia, seja pela modificação dos propósitos (AMOSSY, 2017), seja pelo falseamento da palavra do outro (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980).

Todos esses meios possíveis elencados por Amossy (2017), que tentam desmerecer a palavra do outro, como diz Kerbrat-Orecchioni (1980), precisam ser percebidos pelo auditório, por meio da detecção dos traços do dialogismo conflituoso, seja em uma modalidade argumentativa polêmica, seja em uma modalidade argumentativa demonstrativa, como comprovou Duarte (2023).

Quanto a esse aspecto crucial, o autor demonstra que o dissenso pode ser flagrado por marcas visíveis salientes no contradiscurso, como, por exemplo, no discurso reportado ou na transformação negativa, nas lacunas das alusões, no saber contextual (AMOSSY, 2017), e também nos processos de referenciação e de intertextualidade, tanto ampla como estrita (CARVALHO, 2018; CAVALCANTE *et al.*, 2022), dentre outros elementos.

Portanto, é essencial que ocorra essa recuperação e reconhecimento do discurso atacado no texto do atacante

para que se perceba o funcionamento do jogo performado diante de um auditório, em que o Terceiro (o participante indireto, que pode estar tendo acesso à interação) atuará como “juiz ou júri” e é passível de ser persuadido para uma ou outra posição. Em cada texto da interação polêmica, o Proponente e o Oponente buscam construir uma imagem de razoabilidade, utilizando-se de estratégias que, de fato, possam persuadir o Terceiro, ainda que, nem sempre, façam de fato avançar a discussão em pauta, pois o que importa é acirrar o debate, como uma forma de marcar/firmar um posicionamento.

Análise da desqualificação do outro no Parecer Jurídico do Prof. Luís Roberto Barroso

Neste item, analisamos o procedimento de desqualificação do outro no Parecer Jurídico do, na época advogado e hoje Ministro do STF, Luís Roberto Barroso. Em 2007, um grupo de Procuradores da República desejava instar na época o Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Fernando de Souza, a propor uma ação constitucional, tendo por objeto o reconhecimento jurídico das uniões homoafetivas (BARROSO, 2014). A motivação para isso era uma intensa demanda advinda de homoafetivos, que se viam sempre preteridos em seus direitos sucessórios e por ocasião da partilha, em caso de separação. Solicitava-se que o constitucionalista Luís Roberto Barroso elaborasse um estudo que pudesse servir de fundamento para a propositura da ação perante o STF. Em essência, o que se pretendia, de

acordo com Barroso (2014), é que as uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo passassem a estar sujeitas ao mesmo regime jurídico das uniões estáveis convencionais entre casais do mesmo sexo. Na época, o Procurador-Geral da República optou por não propor a ação (BARROSO, 2014), valendo-se do seu poder discricionário de propor ou não, e um estudo feito pelo Prof. Barroso foi publicado como artigo acadêmico em diversas revistas jurídicas.

O Parecer Jurídico do Prof. Luís Roberto Barroso é uma das peças que antecederam tanto a ADPF nº 132/RJ como a ADI nº 4.277/DF, sendo aquela uma adaptação e conversão do Parecer *Diferente, mas iguais: o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas no Brasil*. A ADI nº 4.277/DF foi uma ampliação do objeto de estudo ADPF nº 132/RJ e, em certa medida, uma adaptação do referido parecer. Daí, a escolha para analisá-lo, já que este gênero foi a gênese das ações de controle de constitucionalidade acima elencadas, que antecederam o Voto do Ministro Relator Carlos Ayres Britto.

Dessa maneira, notamos que o Parecer do constitucionalista Luís Roberto Barroso atravessa todo o percurso que antecedeu a decisão do STF, durante a decisão e posterior à decisão, já que se trata de estudo minucioso sobre a questão polêmica pública, a união homoafetiva, sob o prisma dos fundamentos filosóficos e jurídicos da inconstitucionalidade da desequiparação da união homoafetiva como uma entidade familiar semelhante às heteroafetivas.

Além disso, no Parecer, o Prof. Luís Roberto Barroso analisa o direito de propositura e cabimento da ADPF, já

que, na área jurídica, esta ação tem função subsidiária, isto é, só deve ser proposta se não couberem outras ações do controle concentrado de constitucionalidade, como Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), Ação Direta de Constitucionalidade (ADC). Há dificuldade de juridicamente se delimitar objetivamente o conceito indeterminado de preceito fundamental.

O Prof. Luís Roberto Barroso, em seu Parecer, retoma ainda a discussão da legitimação ativa e a pertinência temática do Governador do Estado do Rio de Janeiro em propor tal ação do controle concentrado de constitucionalidade. O autor pondera também sobre o cabimento da ADPF, ao analisar a ameaça ou violação a preceito fundamental, ato do poder público capaz de provocar a lesão, e a inexistência de qualquer outro meio capaz de sanar a lesividade.

O Prof. Luís Roberto Barroso retrata a questão polêmica pública da união de pessoas do mesmo sexo respeita o tom, o estilo, e mesmo a forma de autoria, condicionados pelo gênero Parecer (PISTORI, 2018). Essas coerções genéricas limitam os tipos de troca argumentativa e modelam a forma como a argumentação funciona no gênero (AMOSSY, 2008).

No caso do Parecer Jurídico do Prof. Luís Roberto Barroso, o modo como se estabelece a argumentação no texto do Parecer Jurídico pode tornar mais evidente o fato de esse gênero corresponder à estrutura de uma *modalidade argumentativa demonstrativa*, que recupera o debate polêmico na sociedade. Não só o objetivo central da produção do texto, que é a opinião do parecerista a respeito da união homoafetiva, mas a tese apresentada por ele, num texto

monogerido, a um auditório a ser persuadido por meio da demonstração racional, revelam que esse gênero pode ser uma peça jurídica capaz de subsidiar a propositura da ADPF junto ao STF.

Aplicamos aqui ao Parecer os traços dados por Amossy (2008) para diferenciar as modalidades argumentativas, além de considerarmos os papéis desenvolvidos e desempenhados pelos interlocutores da situação comunicativa interacional. Constatamos que, no caso em questão, 1) os participantes são parceiros, pois se encontram em nível mais ou menos simétrico de poder; 2) a maneira pela qual ocorre a tentativa de persuasão é racional e, em certa medida, instrutiva, pois se tem um silogismo na defesa da tese em assentimento; 3) o modo como o interlocutor é concebido é como um ser de razão.

No entanto, como já dissemos, nem sempre a tentativa de persuasão para esse gênero pode ocorrer pela construção de um arrazoado explícito, apesar de ser a forma mais comum. Pode acontecer de o parecerista apelar para dizeres mais instrutivos, como notamos em certos momentos do parecer em análise, ou mesmo patêmicos. Isso mostra que as modalidades argumentativas se interpenetram, mas não se sincretizam. A razão para propormos esse cruzamento pode ser encontrada na própria autora: “Quando há a intenção, o discurso escolhe uma ou mais modalidades argumentativas - uma estrutura de troca particular que permite o bom funcionamento da estratégia de persuasão [...]” (AMOSSY, 2011, p. 131). No caso do Parecer Jurídico - estamos considerando como uma modalidade demonstrativa, que,

por sua vez, está dentro de uma intenção de modalidade negociada, pautada na retórica do acordo. O Parecer arrola, no entanto, um conjunto de argumentos fornecidos pelos que sustentam, numa interação polêmica mais ampla, pontos de vista radicalmente opostos, os quais vinham sendo discutidos, em debates acirrados, em diferentes gêneros na ocasião.

Organizando numa modalidade argumentativa demonstrativa, o Parecer do Prof. Luís Roberto Barroso se classifica como um texto de visada argumentativa (CAVALCANTE *et al.*, 2020), pois percebe-se claramente a que o parecerista (locutor) assumidamente busca defender uma tese principal, “[...] de que um conjunto de princípios constitucionais impõe a inclusão das uniões homoafetivas no regime jurídico da união estável, por se tratar de uma espécie em relação ao gênero.” (BARROSO, 2011). Pode-se encontrar ainda uma tese acessória:

[...] a de que, ainda quando não fosse uma imposição do texto constitucional, a equiparação de regimes jurídicos decorreria de uma regra de hermenêutica: na lacuna da lei, deve-se integrar a ordem jurídica mediante o emprego da analogia. Como as características essenciais da união estável previstas no Código Civil estão presentes nas uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo, o tratamento jurídico deve ser o mesmo. (BARROSO, 2011).

Para defender estas teses, o parecerista reúne um conjunto de argumentos em defesa da tese central e da acessória, a partir de uma análise dos princípios constitucionais aplicáveis à hipótese – igualdade, liberdade, dignidade da pessoa humana e segurança jurídica. Também se vale do parâmetro

vigente no âmbito do Direito de Família – o da afetividade. Tudo isso para apresentar duas soluções jurídicas: a) as uniões estáveis homoafetivas constituem entidade familiar; b) a falta de disciplina específica implica na aplicação das mesmas regras da união estável entre homem e mulher. Ambas as soluções conduzem ao mesmo resultado: a aplicação do regime da união estável às uniões homoafetivas.

Quanto à modalidade argumentativa, a demonstrativa é a mais clássica das modalidades, e será descrita a seguir sob os aspectos textuais, discursivos e retóricos. Nesta modalidade argumentativa, o locutor busca a adesão do interlocutor apresentando uma tese por meio de provas, por meio da demonstração racional, além de recorrer a estratégias de desqualificação do outro. Portanto, o traço de desqualificação não é exclusivo da modalidade argumentativa polêmica.

Observamos que a questão polêmica inclui diferentes modalidades argumentativas porque se espraia no encadramento de diferentes gêneros. No caso em análise, a união homoafetiva se inicia com o gênero Parecer Jurídico, que é tão demonstrativo quanto um artigo científico, guardadas as especificidades de cada um. A sequência dominante é a argumentativa, mas há muitos trechos de sequência descritiva e de explicativa.

O parecerista projeta como seu(s) interlocutor(es), inicialmente, o grupo de Procuradores da República, depois a Procuradora-Geral do Estado do Rio de Janeiro, Lúcia Léa Guimarães Tavares, o Governador do Estado do Rio de Janeiro, na época Sérgio Cabral, e posteriormente os Ministros do STF. Além disso, projeta os efeitos que seu dizer poderá

desencadear junto aos referidos interlocutores no curso de um processo judicial em que se tem uma cadeia de gêneros, já que um gênero sucede outros gêneros, até se chegar a uma decisão final da demanda judicial.

O Parecer do Prof. Luís Roberto Barroso se enquadra num gênero que pode apresentar tanto “formatos fixos”, como pode não seguir regras composicionais rígidas, dada a maleabilidade, dinamicidade, plasticidade e flexibilidade composicional desse gênero, previsível pelo próprio regime de textualização dele. No caso em tela, aproxima-se de um artigo acadêmico teórico (BERNARDINO, 2006), na medida em que o parecerista elabora uma discussão teórica, mas não recorre necessariamente à investigação de um *corpus* com o objetivo de analisar dados.

Há, então, no Parecer *sub oculis*, uma dominância da sequência argumentativa, mas com sequência descritiva, pela qual o parecerista tenta responder aos seguintes questionamentos:

- a) A Constituição considera legítima a discriminação das pessoas em função de sua orientação sexual?
- b) a referência feita à união estável entre homem e mulher significa uma proibição da extensão de tal regime jurídico às uniões homoafetivas?
- c) inexistindo a vedação constitucional referida na alínea anterior, cumpre determinar, ainda assim, qual regime jurídico deve ser aplicado às uniões homoafetivas:
 - (i) o das sociedades de fato; ou
 - (ii) o da união estável. (BARROSO, 2011).

Tais questionamentos feitos pelo Prof. Luís Roberto Barroso, que são respondidos ao longo de seu texto, são o que

Fiorin (2015) denomina de perguntas capciosas, na medida em que, ao discutir a união de pessoas do mesmo sexo, o parecerista tenta que os seus interlocutores da interação partam de um ponto comum, a CRFB/88. Isso implica dizer que não se pode divergir a não ser sobre um acordo mínimo comum, o respeito à *Lex Fundamentallis* de 1988, já que o fim é fazer com que o outro adira à tese de que “[...] um conjunto de princípios constitucionais impõe a inclusão das uniões homoafetivas no regime jurídico da união estável, por se tratar de uma espécie em relação ao gênero [...]” (BARROSO, 2011). Além disso, se o interlocutor for persuadido pela tese principal, terá que aceitar a tese acessória.

No entanto, o constitucionalista usa a estratégia de falseamento do ponto de vista em comum, isto é, da *doxa* (a opinião comum tanto da área jurídica como também do senso comum do grande público), ao perguntar “Constituição considera legítima a discriminação das pessoas em função de sua orientação sexual?”, “[...] a referência feita à união estável entre homem e mulher significa uma proibição da extensão de tal regime jurídico às uniões homoafetivas?” (BARROSO, 2011).

Dessa forma, ele considera que o interlocutor, partilhando da mesma *doxa*, está de acordo com a proposição de que a CRFB/88 tratou da discriminação das pessoas em função de sua orientação sexual, ou fez a referência à união heteroafetiva. O raciocínio faz pressupor a vedação da homoafetividade, ou a admissão de que, mesmo inexistindo vedação constitucional à união de pessoas do mesmo sexo, esta união ou seria sociedade de fato ou uma união estável.

Ou seja, nessas perguntas, existem proposições pressupostas, que dão a condição de um ponto comum a uma ideia sobre as quais não existe um acordo. Esses questionamentos são perguntas capciosas por conterem pressupostos que produzem um comprometimento indesejado daquele que é interrogado, causando a destabilização do interlocutor.

Tal estratégia retórica, discursiva e textual usada pelo Prof. Luís Roberto Barroso em seu plano de texto para produzir o seu Parecer Jurídico é ideal para perguntas incômodas ou capciosas, pois, partindo de proposições pressupostas nas perguntas, o locutor se livra de rebater o argumento de que o conjunto de princípios constitucionais impõe a inclusão das uniões homoafetivas no regime jurídico da união estável.

O *argumentum ex concessie* (a partir de concessões) (SCHOPENHAUER, 2009) é usado no sentido de que o Proponente concede que a tese do Oponente é verdadeira por apresentar sua própria visão dos fatos. Dar razão para a tese contrária é o ponto de partida para limitá-la, sustentando, assim, outro ponto de vista. Assim, no caso em análise, o respeito à CRFB/88 é algo inegociável, o que limita o ponto de partida da discussão sobre a união homoafetiva, possibilitando a sustentação do ponto de vista de que princípios constitucionais impõem a inclusão das uniões homoafetivas no regime jurídico da união estável. Dessa forma, temos a possibilidade de um argumento *ad hominem* que tenha o fim de desqualificar o interlocutor, caso ele não adira à tese do parecerista, já que se parte de um acordo prévio mínimo de respeito às normas constitucionais.

Além desse argumento *ad hominem*, temos o argumento *ad populum*, que funciona também como elemento desqualificador do interlocutor ao apelar ao povo, aos sentimentos coletivos de uma plateia, coagindo o interlocutor a aderir a sua tese de que o povo é favorável à união homoafetiva. Isso é feito no Parecer Jurídico do Prof. Luís Roberto Barroso quando ele apela para o que chama de “tendência mundial”, ao dizer que:

Nas últimas décadas, culminando um processo de superação do preconceito e da discriminação, **inúmeras pessoas passaram a viver a plenitude de sua orientação sexual** e, como desdobramento, assumiram publicamente relações homoafetivas. **No Brasil e no mundo, milhões de pessoas do mesmo sexo convivem em parcerias contínuas e duradouras, caracterizadas pelo afeto e pelo projeto de vida em comum. A aceitação social e o reconhecimento jurídico desse fato são relativamente recentes** e, conseqüentemente, existem incertezas acerca do modo como o Direito deve lidar com o tema. (BARROSO, 2011, grifo nosso).

Invoca-se em tal argumentação a tendência das últimas décadas no Brasil e no mundo de as pessoas passarem a “viver a plenitude de sua orientação sexual”, ou seja, o chamado “sair do armário. Nessa estratégia argumentativa, desqualifica-se o outro ao sugerir que, a partir desses argumentos, não aceitar a *vox populi* é ser um preconceituoso, discriminador, racista, homofóbico, impedindo que as pessoas vivam plenamente a sua orientação sexual, tendo em vista que inúmeras pessoas já estão vivendo. Constrói-se, assim, um *ethos* do parecerista como sendo uma pessoa que se identifica com o povo, que é um homem do povo, sensato, que aceita as diferenças, e

é não homofóbico, não discriminador, não racista. Além disso, tal argumento mostra que os pontos de vista contrários ao do povo e, portanto, do parecerista, não valem nada ou não importam, o que configura também uma tentativa de desqualificação, já que tal argumento se funda, como diz Fiorin (2015), numa “retórica da pertença”, em que se reforça a unidade mais regressiva, excluindo tudo o que é tido como estranho à tese posta em relevo, tornando cada vez menos receptiva as teses contrárias.

Dessa maneira, coadunamos com o pensamento de Catelão e Cavalcante (2017) de que *planos pré-formatados por um gênero* possam abrigar traços recorrentes tanto nas planificações “fixas” como nas ocasionais, tendo em vista que o conceito de gênero que adotamos, de “*tipos relativamente estáveis de enunciados*” (BAKHTIN, 2003, p. 279, grifo do autor), permite levar em consideração tanto a estrutura composicional como também o conteúdo temático e o estilo.

Vemos alguma imitação intertextual do estilo e da estrutura composicional do Parecer Jurídico do Prof. Luís Roberto Barroso em relação ao estilo do artigo acadêmico. A opção por essa “imitação” tem uma importância determinada para o impacto argumentativo desse texto na cadeia de gêneros da esfera jurídica, porque imprime ao documento uma aparência científica e exerce sobre o outro uma forte pressão para que aceite o arrazoado e se intimide em expor livremente seu ponto de vista contrário. Para nós, essa tentativa de coerção já poderia ser considerada uma desqualificação do outro, ainda que sem o uso da violência verbal (AMOSSY, 2017). A coerção se expressa linguisticamente por um

procedimento em que as afirmações são apresentadas de maneira peremptória e acontecem como uma demonstração de força (AMOSSY, 2017). Assim, poderíamos dizer que a modalidade argumentativa demonstrativa opera uma espécie de modalização enfática de asserção, dada a sua assertividade. Isso reforça a ideia de que a desqualificação do outro não é uma propriedade exclusiva da modalidade argumentativa polêmica.

A organização textual, do plano de texto de visada argumentativa, do Parecer Jurídico do constitucionalista Luís Roberto Barroso, é considerada por nós, com base nos pressuposto de Amossy (2018) e de Macedo (2018), como uma estratégia retórica e textual por meio da qual o parecerista constrói seu *ethos*, o auditório particular do parecer, sua relação com ele, e busca a adesão desse auditório às ideologias antidiscriminatórias. Dessa forma, nesse Parecer Jurídico, o jurista Luís Roberto Barroso se dirige aos interlocutores, demonstrando, a um só tempo, autoridade e empatia à causa da questão polêmica, a união homoafetiva, colocando-se na posição de um indivíduo imerso na sapiência e na cientificidade jurídica.

É essa relação com o auditório direto que determina o desenvolvimento argumentativo do discurso, que, conforme a Retórica, apresenta diferentes etapas. No caso em análise, identificamos as seguintes:

(1) um *exórdio*, em que o parecerista apresenta a questão polêmica que será submetida à apreciação do jurista, Prof. Luís Roberto Barroso, que, no caso, é o tratamento dado pela ordem civil-constitucional brasileira à união homoafetiva;

(2) uma *narração*, que reconstitui o calvário da progressiva superação do preconceito contra os homoafetivos; da relação entre orientação sexual, relações homoafetivas e o papel do Direito e do Estado; e do cenário da união estável entre pessoas do mesmo sexo no direito comparado;

(3) uma *refutação*, na qual o constitucionalista Luís Roberto Barroso discute a relação entre as uniões homoafetivas e os princípios constitucionais, apresentando e refutando os entendimentos violadores do princípio da igualdade (a igualdade formal e material, isto é, a igualdade na lei e perante a lei; os fundamentos invocados para a desequiparação; o princípio da liberdade pessoal, do qual decorre a autonomia privada; o princípio da dignidade da pessoa humana e o princípio da segurança jurídica);

(4) uma *peroração*, que exige um entendimento, à luz do primado da afetividade, de que a união homoafetiva deve ser considerada e tratada como entidade familiar, estabelecendo uma interpretação conforme a Constituição das uniões homoafetivas e a regra constitucional do art. 226, § 3º, na CRFB/88, e um entendimento de que existe uma lacuna normativa, cujos mecanismos de integração da ordem jurídica permitem preencher tal lacuna por meio dos princípios constitucionais na interpretação e na integração da ordem jurídica e do recurso à analogia na integração da ordem jurídica das relações heteroafetivas às homoafetivas.

Entretanto, como o parecer jurídico é um gênero em que se analisa um caso específico, emitir uma opinião técnica, baseada, no caso do parecer jurídico, em razões doutrinárias, legais e, às vezes, em jurisprudências, para

que se conclua por uma solução que deva ser aplicada ao caso *sub judice*, motiva uma variação no plano de texto desse gênero. No caso deste Parecer, ele foi aberto pelo título (*Diferentes, mas iguais: o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas no Brasil*), que, de imediato, interpela a instância de interlocução do texto e revela a posição do parecerista. As evidências para isso podem ser encontradas nos processos referenciais e intertextuais do próprio título, pois ele revela a posição favorável ao reconhecimento jurídico das uniões homoafetivas. Tal posicionamento discursivo pode ser atestado pela qualificação dada ao objeto de discurso introduzido preferencialmente como “*diferentes, mas iguais*”. Esse ponto de vista é confirmado pela expressão anafórica recategorizadora “relações *homoafetivos*”, que se liga indiretamente a “*heteroafetivos*”. Essa construção anafórica remete, por um processo intertextual por alusão, ao princípio da igualdade previsto na CRFB/88, mais precisamente ao *caput* do art. 5º (“*todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza*”)(BRASIL, 1988). Interessante observar que este processo intertextual da alusão estrita ocorre com o fornecimento de pista do *caput* do art. 5º da CRFB/88 sem citá-lo de forma literal, só o fazendo no corpo do texto do parecer.

No entanto, ao longo da fundamentação do seu Parecer, Luís Roberto Barroso não fica apenas no projeto argumentativo dessa norma constitucional: ele faz uso de outras formas de intertextualidade para fortalecer a sua orientação argumentativa e dar força persuasiva aos seus argumentos. Barroso sustenta que a hermenêutica

constitucional exige uma interpretação sistemática e não isolada da Carta Política de 1988. Para isso, recorre ao processo intertextual estrito por copresença (CARVALHO, 2018), a paráfrase, em que se retoma uma porção textual, repetindo-se um dado conteúdo sob outra forma de expressão, que deve se apresentar marcada pela referência ao texto-fonte, sob pena de se configurar plágio.

Dentre os recursos da intertextualidade estrita por copresença, Barroso se vale da citação, ao reproduzir literalmente o seguinte trecho: “*As pessoas e os grupos sociais têm o direito de ser iguais quando a diferença as inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade a descaracteriza.*”. (BARROSO, 2011). Este trecho específico foi retirado do texto de Boaventura de Souza Santos, intitulado *As tensões da modernidade*, apresentado no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em 2001, cuja referência foi colocada em nota de rodapé, para que se evitasse a configuração de plágio. Tal citação foi disposta dentro da configuração composicional do gênero e do plano de texto traçado pelo parecerista como sendo uma epígrafe da subseção em que o constitucionalista discute o princípio da igualdade na quinta seção do Parecer Jurídico, intitulada *Uniões homoafetivas e princípios constitucionais*. Além disso, tal citação foi a mola propulsora, a nosso ver, do título do Parecer Jurídico.

Além dessa citação de ordem doutrinária, há também a citação de trechos do texto da Constituição, no corpo do texto, como, por exemplo, “sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos” (retirada do preâmbulo da Carta de 1988); “construir uma sociedade livre, justa e solidária” e “promover

o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (retirado do do art. 3º da CRFB/88). Tudo isso para mostrar que a CRFB/88 consagra o princípio da igualdade e condena de forma expressa todas as formas de preconceito e discriminação, a fim de que o interlocutor adira ao argumento e, por conseguinte, à tese de que de que um conjunto de princípios constitucionais, dentre eles o princípio da igualdade, impõe a inclusão das uniões homoafetivas no regime jurídico da união estável.

Além disso, o Parecer faz menção a dispositivos expressos de rejeição ao racismo e à discriminação contras as mulheres, em nota de rodapé, ao usar o mecanismo intertextual da citação das normas constitucionais que tratam, respectivamente, do racismo e da discriminação contra as mulheres. Sobre o racismo, lê-se na CRFB/88, art.5º, XLII: “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei” (BRASIL, 1988). Sobre o preconceito contra as mulheres, lê-se na CRFB/88, art. 5º, I: “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988). Observamos que, ao citar tais normas constitucionais em nota de rodapé, o parecerista imprime um valor axiológico menor para a tese construída. No entanto, deixa entrever uma analogia: se os homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, e homoafetivos são homens, logo os homoafetivos são iguais em direitos e obrigações semelhantemente aos homens e mulheres, no caso da discriminação contras as mulheres. Já no caso do crime de racismo, temos o seguinte silogismo:

Premissas admitidas pelo auditório:

A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Ora, os homoafetivos são discriminados pela sociedade.

Conclusão sugerida pelo parecerista:

Portanto, a prática de discriminação dos homoafetivos é uma prática semelhante e constitui um crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos mesmos termos da lei do racismo.

Com esse modo de argumentar, o parecerista apela para o bom-senso do interlocutores, sem ser imperativo, levando-o à mesma conclusão (Portanto, a prática de discriminação dos homoafetivos é como uma prática de racismo e constitui um inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei do racismo.). Esse tipo de raciocínio é altamente persuasivo, na medida em que dá uma suposta e aparente opção ao interlocutor de escolha (apesar das consequências jurídicas de tal escolha, pois racismo é crime), mas indica claramente a interpretação a ser dada à norma e à questão polêmica, a partir do apelo à racionalidade. Isso revela o poder argumentativo da intertextualidade na argumentação, como têm demonstrado Cavalcante *et al.* (2020).

Interessante observar que o gênero Parecer Jurídico ocorre por uma interação em que o parecerista responde aos interlocutores sobre determinada questão polêmica, emitindo sua opinião técnica, fundamentada seja na doutrina, seja lei, seja na jurisprudência, para que se possa chegar a uma solução ao caso em exame. Tal ocorrência

possibilita a construção do *ethos* de parecerista favorável ao reconhecimento da união homoafetiva como entidade familiar e sobre a *doxa* que serve, a um só tempo, para apoiar tal construção e para fortalecer seus argumentos, seu ponto de vista, mostrando que, com base em uma *doxa* compartilhada de não discriminação das pessoas, a questão independe da opção sexual.

A análise põe em evidência, como vemos, as estratégias retóricas e discursivas mobilizadas na construção do parecer. Mostra que o plano de gênero serve como uma estratégia persuasiva mobilizada no *modus operandi* da modalidade argumentativa demonstrativa em um texto da esfera jurídica com visada argumentativa. Revela também uma desqualificação do outro por meio de argumentos *ad hominem*, com perguntas complexas e capciosas, com argumento *ad populum* e *argumentum a fortiori*. Esses argumentos acabam ocupando toda a cena e gerando toda uma encenação em termos charaudianos, que impedem o outro de avançar e de justificar nos seus próprios argumentos e por apresentar questões “cabeludas”, destinadas a imprimir uma forte pressão ou mesmo uma coerção sobre o outro a fim de impedi-lo de exprimir e de expor outro ponto de vista. Trata-se de uma desqualificação “luva de pelica”, que não se apresenta como impolida, mas que é taxativa, porque tem poder decisório. Demonstramos que os procedimentos retórico-discursivos de desqualificação do outro no referido Parecer se deram por meio das relações intertextuais amplas e estritas (CARVALHO, 2018) e dos processos referenciais por recategorização.

Nesse discurso, presente no Parecer Jurídico, a questão polêmica é atravessada pela modalidade demonstrativa evidenciada pelas relações intertextuais e referenciais. Nas relações intertextuais se restabelece, em parte, o jogo das muitas vozes, construindo o *ethos* do parecerista como o detentor do saber, que desenvolve sua argumentação com base na ideia de que as uniões homoafetivas são fatos lícitos e relativos à vida privada de cada um. Permite inferir, com isso, que o papel do Estado e do Direito, em relação a elas, como a tudo mais, é o de respeitar a diversidade, fomentar a tolerância e contribuir para a superação do preconceito e da discriminação, já que a CRFB/88 não contém regra expressa acerca de orientação sexual ou de relações homoafetivas.

Considerações finais

No presente capítulo, mostramos que a desqualificação do outro não é propriedade exclusiva da modalidade polêmica: ela se mostrou bastante produtiva na modalidade demonstrativa pela qual se construiu o Parecer Jurídico do Prof. Luís Roberto Barroso, que analisamos.

Embora o artigo se organize como uma modalidade argumentativa demonstrativa, ele retrata, pelas mãos de um só locutor, num texto monogerido, uma questão polêmica que teve início no seio da sociedade e em inúmeros textos jornalísticos e jurídicos a que o parecer alude amplamente. Esse cenário polêmico, reconstruído no Parecer Jurídico analisado por recursos intertextuais de citação, de paráfrase e de alusão, não se encerrou nesse texto, pois prosseguiu

em outros gêneros da cadeia de gêneros da esfera jurídica, como Voto do Relator, Voto dos Ministros, Acórdão, dentre outros. Essa constatação reafirma a tese de Duarte (2023) de que a desqualificação do outro pode figurar também em modalidades que visam ao acordo, como a demonstrativa.

Comprovamos ainda que a desqualificação do outro pode ser evidenciada por critérios analíticos da LT, como os processos de intertextualidade estrita e ampla (CARVALHO, 2018), sobretudo as de copresença, como citação, paráfrase e alusão, em que o parecerista remete a posições anteriores sobre o casamento homoafetivo, sobretudo em outros países, em que o reconhecimento da união de pessoas do mesmo sexo foi pioneiro. A desqualificação do outro pode ser evidenciada, principalmente, pelas diferentes etapas da construção referencial (CUSTÓDIO FILHO, 2011; CAVALCANTE e BRITO, 2016; CAVALCANTE *et al.*, 2020), como se viu na construção das redes referenciais que confirmaram afirmações peremptórias em defesa da união homoafetiva, em processos de recategorização complexos e dinâmicos, homologados pelo referente *iguais, mas diferentes*.

Discutimos a relação estreita entre a desqualificação do outro por estratégias do *logos*, e os recursos de manifestação do *ethos*. Além disso, corroboramos a ideia de que os argumentos *ad hominem* são usados muitas vezes como estratégias de patemização, num jogo retórico bastante eficaz.

Referências

ADAM, Jean-Michel, HEIDMANN, U.; MAINGUENEAU, D. **Análises textuais e discursivas**: metodologias e aplicações. São Paulo: Cortez, 2010.

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2008.

ADAM, Jean-Michel. **Textos, tipos e protótipos**. Trad. Mônica Magalhães Cavalcante *et al.* São Paulo: Contexto, 2019.

AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.

AMOSSY, R. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.

AMOSSY, R. Argumentação e Análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 1, n. 1, p. 129-144, 1 nov. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/389>. Acesso em: 04 jun. 2020.

AMOSSY, R. As modalidades argumentativas do discurso. *In*: LARA, Gláucia; MACHADO, Ida; EMEDIATO, Wander (org.). **Análises do discurso hoje, vol. 1**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 231-254.

ANGENOT, M. Diálogos de surdos: sinopse de uma retórica antilógica. *In*: ANGENOT, M. **O discurso social e as retóricas da incompreensão**: consensos e conflitos na arte de (não) persuadir. Organização de Carlos Piovezani. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 127-145.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2011.

AZEVEDO, I. C. M.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R.; PIRIS, E. L. Argumentação erística nas interações digitais: uma polêmica médica sobre a cloroquina no Debate 360 da CNN Brasil. **Rev. Estud. Ling.**, Belo Horizonte, v. 29, n. 4, p. 2289-2333, 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/viewFile/18296/pdf>. Acesso em: 28 maio. 2021.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARONAS, R. L.; CARDOSO, J. M. A (des)ordem da polêmica na mídia: o caso da pílula do câncer. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 673-702, 2016.

BARROSO, L.R. Diferentes, mas iguais: o reconhecimento jurídico das relações homoafetivas no Brasil. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, São Paulo, n. 17, p. 105-138, jan./jun., 2011.

BARROSO, L.R. Uniões homoafetivas: reconhecimento jurídico das uniões estáveis entre parceiros do mesmo sexo. **Direito UnB**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 221-244, jan./jun. 2014.

BERNARDINO, C. G. Artigo acadêmico: espaço de posicionamento e negociações. **Revista de Letras do ISCAP**, Porto, v. 6, p. 61-78, 2006.

BLIKSTEIN, I. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Ensino Médio. 3. vers. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Acórdão na ação direta de inconstitucionalidade n. 4.277/DF. Relator: Ministro Ayres Britto. **Diário de Justiça eletrônico**, n. 198, p. 1174-1444, 14 out. 2011. (Ementário 2607.3. 270 p.). Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>. Acesso em: 15 ago. 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Processo: ADI 4.277/DF. Relator: Ministro Ayres Britto. Órgão julgador: Tribunal Pleno. Data do julgamento: 05 maio 2011. **Diário de Justiça eletrônico**, n. 198, 14 out. 2011. Disponível em: <http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/20627236/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-4277-df-stf>. Acesso em: 15 ago. 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Processo: ADPF 132/RJ. Relator: Ministro Ayres Britto. Órgão julgador: Tribunal Pleno. Data do julgamento: 05 maio 2011. **Diário de Justiça eletrônico**, n. 198, 14 out. 2011. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=433816&tipo=TP&descricao=ADPF%2F132>. Acesso em: 15 ago. 2013.

BRITO, M.A.P.; OLIVEIRA, R. L. de. A construção do referente em uma análise do *pathos* na polêmica. **Organon** - Revista do Instituto de Letras da UFRGS, v. 33, n. 64, 2018.

CARVALHO, A. P. L. **Sobre intertextualidades estritas**

e amplas. 135 f. 2018. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

CATELÃO, E. de M. **Revelando motivos: a argumentação de suicidas sob as perspectivas textual/discursiva e retórica.** 2013. 237 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

CATELÃO, Evandro de Melo; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Plano pré-formatado para um gênero. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 17, n. 3, p. 399-417, set./dez. 2017.

CAVALCANTE, M. M. *et al.* **Linguística textual e argumentação.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

CAVALCANTE, M. M. *et al.* **Linguística textual: conceitos e aplicações.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

CAVALCANTE, M. M. et al. O texto e suas propriedades: definindo perspectivas para análise. **Revista (Con) textos Linguísticos: Linguística Textual e Análise da Conversação: conceitos e critérios de análise**, v. 13, n. 25, p. 25-39, 2019.

CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. O caráter naturalmente recategorizador das anáforas. *In*: AQUINO, Z. G. O.; GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. (org.). **Estudos do discurso: caminhos e tendências** [Internet]. São Paulo: Paulistana, 2016, p. 119-133.

CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P.; PINTO, R. Polêmica e argumentação: interfaces possíveis em textos midiáticos de natureza política. **Diacrítica**, v. 32, p. 5-24, 2018.

CHARAUDEAU, P. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, E.; MACHADO, I. L. (org.). **As emoções no discurso**. Campinas: Mercado das Letras, 2010. v. II, p. 23-56.

CHARAUDEAU, P. Le maelstrom de l'interdiscours. In: SOULAGES, Jean-Claude (org.). **L'analyse de discours: sa place dans les sciences du langage et de la communication**. Hommage à Patrick Charaudeau. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015. p. 125-138.

CHARAUDEAU, P. O contrato de comunicação na sala de aula. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 37, n. 1, Dossiê 3, p. 1-14, jan./jun. 2012.

CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUNKONIS, M. A.; GAVAZZI, S. (org.). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27.

CUSTÓDIO FILHO, V. **Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação**. 2011. 329 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

DUARTE, A. L. M. **A desqualificação do outro em modalidades demonstrativa e polêmica nas esferas jurídica e midiática**. 2023. 213 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2023.

DUARTE, A. L. M.; BRITO, M. A. P. A desqualificação do outro no artigo de opinião. In: CULTRIM, I. Z.; ARANHA, M. B. R.; CRUZ, M. S. **Estudos da Linguagem: instrumentos teóricos e metodológicos**. vol. II. Maranhão: EDUFMA, 2022. Disponível em: <https://www.edufma.ufma>.

br/wp-content/uploads/woocommerce_uploads/2022/06/Livro-Vol-2.pdf. Acesso em: 6 out. 2022.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. La polémique et ses définitions. *In*: GELAS, N.; KERBRAT-ORECCHIONI, C. (eds.). **Le discours polémique**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1980, p. 3-40.

KRESS, G. **Linguistic processes in sociocultural practices**. Oxford: Oxford UP, 1989.

MACEDO, P. S. A. de. **Análise da argumentação no discurso**: uma perspectiva textual. 245 f. 2018. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

OLIVEIRA, R. L. de. **Uma análise textual do pathos em polêmicas**. 2020. 144 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

PERELMAN, C. **Lógica jurídica**. Tradução Vergínia K. Pupi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PISTORI, M. H. C. *Ethos e pathos* no discurso do Ministro Relator do Supremo Tribunal Federal. Bakhtiniana, **Rev. Estud. Discurso**, v. 13, n.1, p. 71-93, jan./abr., 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2176-457334855>. Acesso em: 05 dez. 2019.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCHOPENHAUER, A. **A arte de ter razão**: exposta em 38 estratégias. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

SOUSA, M. A. de. **A abordagem da argumentação na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio para o ensino de Língua Portuguesa**. 2020. 124 f. TCC (Monografia da Especialização em Ensino de Língua Portuguesa) – da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020.

SOUSA, M. A. de.; DUARTE, A. L. M. Gêneros discursivos da ordem do argumentar na BNCC do Ensino Médio e suas implicações para o ensino de Língua Portuguesa. *In*: OLIVEIRA, K. C. C. et al.(orgs.). **Reflexões sobre o ensino de línguas e literatura, formação docente e material didático**. São Carlos: Pedro A; João Editores, 2020, p. 173-192.

SOUZA, G. S. de. **O Nordeste na mídia: um (des) encontro de sentidos**. 2003. 398 f. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Araraquara, 2003.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A VARIAÇÃO TERMINOLÓGICA NA ÁREA MÉDICA

Antônio Suárez Abreu (UNESP)

Mara Roselaine Pinto da Fonseca (UNESP)

Linguagem humana como um sistema adaptativo complexo: os atratores

Para desenvolver o nosso tema, partimos do pressuposto de que a linguagem humana é um sistema adaptativo complexo (BYBEE, 2010). Um sistema complexo contém agentes e relaciona-se ao contexto em que está inserido. Os agentes de um sistema complexo são chamados **atratores**. Os principais atratores da linguagem humana são sociabilidade, clareza, economia, iconicidade e blending.

Por meio da **sociabilidade** procuramos manter um bom relacionamento com as segundas pessoas, evitando conflitos com elas. Afinal, foi graças à sociabilidade que o ser humano, segundo von Hippel (2019), conseguiu sobreviver no vale do Rift, na África e logrou ocupar o topo da cadeia alimentar neste nosso pequeno planeta azul. Segundo o autor, os seres humanos são os únicos que, tendo uma postura bípede, conseguem atingir predadores a distância. Um tigre, para atacar uma presa, precisa chegar junto a ela e usar dentes e garras. Mas, um ser humano pode atacar, tanto um predador como uma presa, atirando-lhe uma pedra ou uma lança. Diz von Hippel (*op. cit.*, p. 426):

Um Australopithecus Afarensis solitário arremessando pedras (talvez enquanto outros membros de seu grupo fugiam correndo) teria terminado na barriga de um predador com feridas leves, mas muitos australopitecos arremessando pedras provavelmente teriam afugentado hienas, tigres-dentes-de-sabre e até mesmo leões. Foi essa necessidade de ação coletiva que produziu a mais importante mudança psicológica que nos permitiu prosperar na savana, em vez de apenas sobreviver: a capacidade e o desejo de trabalhar em conjunto.

Portanto, a necessidade de se defender e trabalhar em conjunto fez desenvolver a sociabilidade, entre os seres humanos, muito antes do surgimento da linguagem articulada, entre 40 e 80 mil anos atrás. Na linguagem humana, a sociabilidade expressa-se por meio de escolhas léxicas, (palavras amáveis e não ofensivas) marcadores de atenuação (ROSA, 1990) como: *provavelmente, certamente* etc. e pela prosódia, materializada pelo tom de voz, volume e velocidade da fala.

A **clareza** se expressa por escolhas léxicas, mas também pelo uso de aposto e orações adjetivas. Sobretudo ligados a nomes próprios. Se disséssemos uma frase como:

Watson-Watt era um meteorologista descendente de James Watt.

nosso ouvinte ou leitor certamente ficaria mal-informado e não entenderia até mesmo o porquê dessa frase. Mas, renomeando, a seguir, esses dois personagens, por meio de um aposto, a frase ganha um outro sentido:

Watson-Watt, **inventor do radar**, era um meteorologista descendente de James Watt, **inventor da máquina a vapor**.

Ficamos sabendo, agora, que, entre essas duas pessoas criativas, existe um parentesco, uma linha de descendência.

É bastante comum as orações adjetivas modificarem apostos, como em:

Pompeia, *uma cidade romana* **que foi destruída pela erupção do vulcão Vesúvio**, recebe muitos turistas.

Nessa frase, *uma cidade romana*, aposto de *Pompeia*, é modificada pela oração adjetiva **que foi destruída pela erupção do vulcão Vesúvio**.

O atrator **economia** se expressa por vários meios. Por exemplo, pela redução de palavras (*fôto* por *fotografia*) e uso de acrônimos ou siglas (UNESP, DNA). Mas, também, pela redução de partes de orações que podem ser completadas, em nossas mentes, pelo conteúdo e estrutura de orações anteriores, como em:

Eu comprei duas tolhas de rosto. Minha irmã, uma de banho. (Minha irmã *comprou* uma *toalha* de banho.)

O atrator **iconicidade** se expressa pelo uso de imagens,

entre elas, as comparações e as metáforas. Em vez de dizer que *alguém correu muito*, dizemos, por uma comparação chamada *símile*, que *correu como um louco*. Em vez de dizer que *uma garota é muito amável e protetora*, dizemos, usando uma metáfora, *que ela é um anjo*. Mais à frente, falaremos um pouco mais da iconicidade.

O atrator **blending** quer dizer fusão. Ele é multimodal e uma das nossas principais ferramentas para viver no mundo. Embora atue em muitas situações do nosso dia a dia, vamos, por economia, procurar entendê-lo pelo exemplo da metonímia.

Quando olhamos ao nosso redor, nunca temos a visão das coisas em 360 graus. Se estamos sentados a uma mesa, tendo à nossa frente uma outra pessoa, somente podemos ver uma parte do seu tronco e braços, e seu rosto. Mas, fazemos, inconscientemente, um pareamento entre a parte que vemos e o conhecimento prévio que temos de um ser humano inteiro, dentro da nossa memória de longo prazo. Em outras palavras, fazemos um **blending** entre parte (que vemos) e todo (que não vemos), e concluimos que estamos à frente de uma pessoa inteira.

Nossa visão de mundo é, portanto, metonímica. Quando um nosso ancestral via a pegada de um tigre no chão e conseguia fazer um **blending** entre a pegada e o tigre, fugia imediatamente. Sobrevivia e conseguia passar seus genes adiante. Como vemos, a percepção metonímica é uma habilidade adquirida e construída filogeneticamente! Esse tipo de blending, por metonímia, é também muito comum em nossa linguagem, quando pedimos a alguém que nos *dê*

uma mão, ou quando dizemos que *O 11 de setembro mudou a geopolítica norte-americana*. Nesse caso, fazemos um **blending** entre a data do ataque às torres gêmeas em Nova Iorque (parte do evento) e o evento inteiro.

Atratores estranhos

Além desses atratores, temos os chamados **atratores estranhos** (*strange attractors*), geralmente ligados à história e a cultura da comunidade que fala uma língua. É o caso, por exemplo, do uso da expressão *legal*, com o sentido de *bom*, *bonito*, em frases como:

Esse seu vestido é muito *legal*!

Vai ser *legal* ir à sua festa

Esse sentido tem origem dentro das redações dos jornais, na época do governo militar, a partir de 1969, quando foi instituída a censura prévia nas redações. Antes de ser publicadas, todas as matérias eram postas à disposição de um censor que dava plantão na redação. Ele lia a matéria e, se a achasse inadequada, carimbava-a com a palavra *ilegal*. Caso a achasse adequada, carimbava-a com a palavra *legal*. Como o ânimo do redator da matéria carimbada com *legal* sofresse uma mudança positiva, eufórica, esse sentimento passou a fazer parte da palavra. É o mesmo caso da palavra *custar* que significava, primitivamente, apenas o preço de alguma coisa. Como gastar dinheiro, para a maior parte das pessoas, costuma ser uma tarefa tensa, penosa e que pode demorar, esses sentidos foram agregados ao verbo *custar* e passaram a ser usados em frases como:

Custei a acreditar que tinha sido traída por todos!

São também atratores estranhos expressões idiomáticas como *cair a ficha*, relacionada ao uso dos antigos telefones públicos, em que a pessoa discava um número e, quando a ligação era atendida, tinha de deixar cair uma ficha em uma fenda destinada a isso, para que a chamada fosse completada. Sem que a ficha tivesse caído, os interlocutores não podiam comunicar-se.

As expressões idiomáticas desses atratores estão vinculadas ao atrator iconicidade, uma vez que são construídas por imagens e, comumente, preferidas às construções literais. Em vez de dizer que alguém traiu o companheiro ou companheira, dizemos que *pulou a cerca*. Em vez de dizer que improvisamos ajuda a um amigo, dizemos que *quebramos o seu galho*. Fazemos isso no piloto automático (olhem aqui uma outra imagem).

Em nossa cultura, dizemos que o fato que desencadeou uma ação determinada foi *a gota d'água*. Os ingleses dizem *it was the last straw* (*foi a última palha*), expressão ligada a um provérbio que diz: *it was the last straw that breaks the camel back* (*é a última palha que quebra as costas do camelo*). Para dizer que algo é incrível, que ninguém não consegue acreditar, os alemães dizem: *Ich glaub mein Schwein pfeift!* (*eu acho que meu porco assobia*).

Os phrasal verbs, em inglês, também são atratores estranhos baseados em imagens. Em vez de dizer algo como

You must reduce your expectations!, ingleses e norte-americanos preferem dizer: *You must boil down your expectations! Boil down* refere-se a um líquido que, quando fervido, diminui de tamanho, devido à evaporação.

Terminologia médica e o uso de epônimos

Silveira e Barros (2010) realizaram uma pesquisa no Estado de São Paulo, entrevistando médicos, docentes e alunos de Medicina, sobre terminologia médica e o uso de epônimos, uma espécie de atrator estranho. Segundo os dados obtidos, foram os professores de anatomia os que mais se preocupavam com a normatização de termos médicos, procurando excluir a eponímia – o uso de nomes próprios para designar partes anatômicas. Já os alunos de Medicina e especialmente os médicos cirurgiões tinham opinião diversa: “Um deles chegou a afirmar que ‘em cirurgia, não vivemos sem epônimos’ [...]” (SILVEIRA; BARROS, 2010, p. 168). A opinião desses profissionais é que o conhecimento de termos eponímicos é fundamental, pois remetem ao responsável pelos diagnósticos e aprimoramento de técnicas cirúrgicas. Outro médico afirmou (*op. cit.*, p. 173):

Não se deve colocar na obscuridade o cientista ou médico que descobriu ou estudou mais profundamente uma doença. Ele merece e deve ser sempre lembrado pelo seu auxílio em esclarecer tais doenças, mesmo porque isto faz parte de um acervo cultural incontestável.

Um outro fator importante citado pelas pesquisadoras é a importância do atrator economia:

Percebe-se que a economia linguística ou praticidade que um termo eponímico, em geral de tamanho menor do que os termos científicos (como *doença de Kimura* contra *hiperplasia angiolinfóide com eosinofilia*), pode oferecer a esses médicos profissionais não docentes é algo que pode condicionar o uso daquele. (*idem, ibidem*).

Regras constitutivas, normativas e funcionalidade

Todas as línguas do mundo são parametrizadas por meio de regras constitutivas, aquelas sem as quais uma língua não poderia existir. Nenhum falante nativo do português diria, por exemplo, coisas como:

*Toda o carros estão estacionada.

*Comprei dois quilômetros de batatas.

pois isso infringiria regras constitutivas lexicais e a concordância da língua portuguesa. Ocorre, contudo, que algumas dessas regras constitutivas costumam ser desabilitadas por alguns atratores como iconicidade e uso. Existe uma regra constitutiva, em português, por exemplo, que preconiza a concordância verbal com o núcleo mais alto do sintagma do sujeito, como em:

Todas as **salas** de jantar **foram vendidas** ontem.

Temos de concordar o verbo na voz passiva com *salas*.

Não podemos concordar com *jantar*, dizendo:

*Todas as salas de **jantar foi vendida** ontem.

Mas, quando o núcleo do sintagma nominal do sujeito é um coletivo partitivo, essa regra poder ser quebrada, e passa a ser uma norma. Podemos dizer tanto:

A **maioria** dos candidatos **estava** com os documentos em ordem.

quanto:

A maioria dos **candidatos estavam** com os documentos em ordem.

Essa concordância alternativa surge em função do atrator iconicidade. Afinal, é mais fácil construir a imagem de *candidatos com documentos* do que a imagem de *maioria com documentos*. Também, por iconicidade, até mesmo uma construção perfeitamente constitutiva como:

1% das mulheres estava grávido.

cujo verbo e predicativo concordam com o núcleo do sintagma mais alto (1%), como é a regra geral constitutiva; quando o núcleo do sujeito é um número percentual, é

corrigida para:

1% das mulheres estavam grávidas.

O uso, vinculado a aspectos históricos e culturais, pode, também, alterar regras constitutivas. Os gentílicos, por exemplo, são derivados, constitutivamente, por meio do sufixo *-ense*: *amazonense*, *rio-grandense*, *maranhense*. Mas, não podemos dizer *mineirense*, *paulistense* ou *piracicabense*. A norma exige que digamos *mineiro*, *paulista* e *piracicabano*.

Regras constitutivas e normas na Medicina

Na área médica da anatomia, há uma tentativa de criar uma espécie de leito de Procusto, tentando substituir termos normativos tradicionais por outros constitutivos. Manuais de anatomia vêm substituindo *sistema digestivo* por *sistema digestório*, *aparelho fonador* por *aparelho fonatório*; procurando uma harmonização com *circulatório*, *respiratório* etc.

Um fato curioso foi a substituição da palavra *adrenalina*, tanto em anatomia, quanto em fisiologia. Quando esse hormônio foi isolado pela primeira vez pelo cientista japonês Takamine Jökichi, em 1900, recebeu o nome de *ad + renal + ina*, o hormônio que é produzido ao lado dos rins pelas glândulas suprarrenais, *adrenalina*. Como essa palavra passou a ser pronunciada fazendo com que o prefixo *ad* formasse um grupo consonantal com o erre inicial de *renal*, passando a ser pronunciado *dre*, os falantes deixaram de perceber o adjetivo

renal dentro dessa *palavra*. Por esse motivo, foi substituído pelo termo *epi + nefro + ina*, (do grego *epi* = acima e *nefros* = rim) significando o hormônio produzido acima dos rins, *epinefrina*. Ficou até mesmo mais preciso, pois as glândulas suprarrenais, de fato, ficam **acima dos rins**.

É possível, portanto, até mesmo realizar um estudo diacrônico da terminologia médica. A síndrome delirante de acreditar que alguém importante e famoso se apaixonou secretamente por uma pessoa foi chamada, em 1623, de *paranoia erótica*, pelo médico francês Jacques Ferrand. Um caso recente bem conhecido é o de John Hincley Jr. – que tentou assassinar Ronald Reagan – que achava que a atriz Jodi Foster era apaixonada por ele. Bem, mais tarde, o nome de *paranoia erótica* foi simplificado para *erotomania*. E, mais à frente, em 1921, por influência de um outro médico francês Gaëtan Gaston de Clérambault, passou a ser conhecida por *Síndrome de Clerambault*. Um caso bastante claro de eponímia.

Um caso curioso de eponímia em que, em vez de uma enfermidade ter sido nomeada com o nome de seu descobridor, acabou recebendo o nome de outra pessoa é a chamada *Síndrome de Munchausen*. Trata-se um problema mental, em que o paciente simula uma doença qualquer e procura tratamento médico, apenas para obter atenção. Distingue-se da hipocondria, porque o hipocondríaco acredita que tem, de fato a doença, enquanto o portador dessa síndrome sabe, claramente, que não a tem.

Identificada, em 1951, pelo médico britânico Richard Alan John Asher, foi por ele nomeada, não com seu nome, mas com o nome de um personagem famoso, que de fato

existiu, por ser um dos maiores mentirosos da Alemanha, o barão Karl von Münchhausen. Suas histórias fantásticas chegaram a ser transformadas em um livro juvenil publicado em Londres em 1785: *As Aventuras do Barão de Munchausen*. Entre suas histórias absurdas, estão as narrativas de que havia viajado montado em uma bala de canhão e que havia conseguido fugir de um pântano puxando-se a si mesmo pelos cadarços das botas. Uma variante da Síndrome de Munchausen é a *Síndrome de Munchausen “by proxy”* ou *por procuração*, que ocorre, por exemplo, quando uma mãe, em vez de atribuir a si mesma uma enfermidade fictícia, atribui-a a um filho.

Conclusão

Do ponto de vista funcionalista e pragmático, o uso da linguagem deve levar sempre em conta o entendimento de uma segunda pessoa. No caso da terminologia médica, temos várias segundas pessoas, de acordo com o trabalho feito por Silveira e Barros (*op. cit.*): médicos, cirurgiões, professores de medicina e, entre eles, os professores de anatomia. Em quase todos os casos, parece haver uma nítida preferência pelo uso dos epônimos.

Como diz Rispaü (2006, p. 226):

Os casos de variação como o descrito reiteram que a internacionalidade ou neutralidade e a precisão da linguagem científica são quimeras. A escolha adequada de um termo depende do contexto comunicativo, da qualidade do pro-

cesso de documentação do tradutor e de sua competência na tomada de decisões .

Mas, apesar disso, a partir da Linguística Cognitiva, podemos encontrar um padrão, um processo bastante geral em todas as línguas do mundo chamado *hipálage* (ABREU, 2022, 2021). A hipálage é o processo pelo qual utilizamos o nome de uma causa, para nomear um resultado. Isso acontece quando dizemos que um local tem uma *vista agradável*, por exemplo. O nome *vista* (origem, causa) embora nomeie o órgão da visão, nomeia também aquilo que é visto. O atrator em causa é a **economia**. Outros casos bastante comuns são exemplificados em frases como:

Maria guardou o batom na bolsa.

Maria está com o batom manchado.

Batom nomeia tanto o artefato para colorir os lábios (o lipstick) quanto o resultado do seu uso, os lábios pintados. Isso acontece, também, em todas as línguas do mundo, quando cumprimentamos alguém com um *bom dia* ou *boa tarde*. Trata-se, também, da hipálage. O *bom* que desejamos, embora apliquemos à palavra *dia*, nomeia não o dia, de maneira objetiva, mas, acontecimentos felizes que desejamos que a segunda pessoa a quem nos dirigimos experiencie. Um exemplo clássico foi o nome de batismo dado por Pedro Álvares Cabral ao local onde ancorou sua frota, quando da descoberta do Brasil: *Porto Seguro*. É claro que estar seguro era a condição do conjunto dos navios de sua armada e não

do local de seu fundamento.

Os epônimos são produzidos pelo menos procedimento cognitivo. Quando falamos em *exame Papanicolau*, fazemos uso da origem (o médico grego radicado nos Estados Unidos Georgios Papanicolau) para denominar o exame que ele inventou para detectar o câncer no colo do útero. Às vezes, o epônimo surge por causa do atrator sociabilidade. Dizer que uma criança sofre de *mongolismo* parece ser politicamente incorreto. Substituímos, então, por um epônimo: *síndrome de Down*, pois essa enfermidade foi descoberta pelo médico britânico John Langdon Down.

Alguns termos que nomeiam uma enfermidade, embora não sejam epônimos, obedecem também ao processo da hipálage, nomeando o efeito pela causa, embora reflitam análises antigas e já superadas. O termo *melancolia*, que determina uma enfermidade mental, vem, por hipálage de *melan* (do grego *melos* = negro) e *colia* (do grego *cholé* = bÍlis). Esse termo foi usado por Hipócrates que acreditava que a origem desse estado mental de depressão era produzido pela bÍlis negra localizada no fÍgado.

Outro exemplo é a palavra *malária*, um empréstimo do italiano *male aria* (= maus ares). Acreditava-se, antigamente, que essa doença tinha como origem os maus ares, os chamados miasmas. É por isso que a capital da Argentina tem o nome de *Buenos Aires*, em sua origem remota. Tratava-se de um local em que não havia miasmas, maus ares que pudessem produzir a doença.

Todos esses termos, em princípio, não serão mudados, uma vez que configuram uma tradição. É por esse motivo

que ninguém cogita mudar o termo *átomo* por um outro, mesmo depois de se ter constatado que ele é divisível.

Referências

ABREU, A. S. Hipálage: uma transposição de sentidos. In: LYRIO, A. L. L.; MONTEIRO, L. M. T.; ALMEIDA, M. V. B. (org.). **Caminhos e caminhadas: ensino e aprendizagem de língua materna e estrangeira no cenário brasileiro**. Campinas: Pontes, 2022. p. 35-46.

ABREU, A. S. **Lições de Letramento**. São Paulo: Giostri, 2021.

BYBEE, J. **Language, Usage and Cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CASALS RISPAU, S. Reflexiones sobre la variación terminológica del español científico ilustradas con el caso del término inglés delusion. **Panace@: Revista de Medicina, Lenguaje y Traducción**, v. 7, n. 24, p. 222-227, 2006.

HIPPEL, W. Von. **A Evolução Improvável**. Trad. Alexandre Martins. Rio de Janeiro: Harper & Collins, 2019.

ROSA, M. **Marcadores de Atenuação**. São Paulo: Contexto, 1992.

SILVEIRA, F. A. e BARROS, L. A. Uso de termos eponímicos em comunicação médica. In: BARROS, Lídia Almeida; ISQUERDO, Aparecida Negri (org.). **Cultura Acadêmica**. São Paulo: UNESP, 2010. p. 157-176.

**GÊNEROS DE ESPECIALIDADE E METADISCURSO:
INTERFACES NECESSÁRIAS NO ENTENDIMENTO
DOS CONTEXTOS DEFINITÓRIOS DO TERMO
*ARGUMENTAÇÃO***

Edmar Peixoto de Lima (UERN)

Márcia Pereira da Silva Franca (UERN)

Introdução

Compreender, no gênero textual especializado⁴⁵, as manifestações escritas por estudiosos de uma determinada área do saber é observar os recursos linguísticos que organizam, complementam e sistematizam as informações registradas nos textos. É por meio de explicações sobre o assunto, de marcas linguísticas e/ ou estratégias do dizer que emerge a necessidade de se apreciar o repertório terminológico de uma área de investigação e, conseqüentemente, acessar os conhecimentos especializados que circulam nesses espaços.

Em diálogo com tal entendimento, Lima (2017, p. 70) considera que “o texto revela diferentes posturas do produtor, que incluem a ação de re(dizer) algo de modo a tornar o assunto mais próximo do interlocutor”. Nesse sentido, defendemos que as estratégias mobilizadas pelo responsável por produzir o texto figuram como forma de se evitar “mal-entendido” na comunicação estabelecida por

45 Gênero Textual Especializado entendido neste trabalho como o gênero que registra dados informacionais pertencentes às áreas de especialidade.

meio da escrita. Além do mais, é possível citar também as tentativas de promover uma leitura fluida, na qual se construa um espaço dialógico entre autor e leitor e, ainda, que se esclareça o posicionamento teórico-metodológico assumido pelo locutor na construção do percurso textual. Considerando, principalmente, que, na maioria das vezes, esses textos são resultantes de dados obtidos com pesquisas realizadas em contexto da academia, no caso, de um corpus analítico composto por gêneros acadêmico-científicos, como o da argumentação (CORPARG), por exemplo (LIMA, 2017).

Somado a essas considerações, destacamos o papel do metadiscurso como ferramenta importante e necessária na construção textual, como forma de o autor arquitetar os percursos de engajamento e de entrosamento do leitor às mensagens apontadas no texto. Sobre esse fenômeno, Hyland (2005) relata como imprescindível a função das definições, do contexto de uso e, sobretudo, da interação entre autor e audiência no atendimento aos propósitos comunicativos, que consistem em vincular informações e instigar o leitor ao diálogo sobre o tema abordado. Acreditamos que, por meio desses recursos, há a tentativa de guiar o interlocutor de maneira que suscite uma possível adesão aos dados investigativos expostos no texto.

Em outras palavras, os recursos metadiscursivos assumem a função de categorias linguísticas que, a nosso ver, facilitam o processo de comunicar, visto que, se bem organizadas, essas marcas textuais podem conduzir o leitor no processamento de compreensão dos dizeres, incitando-o, inclusive, a aceitar ou refutar de forma mais

consciente as proposições descritas no material. Em razão desse entendimento, nas palavras de Silva (2014, p. 44), tais elementos nos possibilitam “[...] delinear caminhos e traçar estratégias que nos fazem enquanto escritores ter sucesso no ato de comunicar, e, conseqüentemente, de argumentar, a fim de persuadir nossa audiência [...]”.

Por essas razões, objetivamos, portanto, analisar em que medida as categorias metadiscursivas, propostas por Hyland (2005), são articuladas no gênero textual especializado, considerado, por nós, como textos que apresentam em sua organização estrutural um nível de informatividade mais denso. Entendendo, nesse caso, que tais níveis podem ser representados pelo acervo de conceitos e definições necessárias à compreensão dos fundamentos teóricos abordados nos trabalhos. Intencionamos, pois, selecionar os contextos definitórios que envolvem o termo argumentação presente no CORPARG e averiguar a função dos recursos metadiscursivos, com destaque para o cenário em que as tentativas de definições são evidenciadas como recursos explicativos. Elegemos, especificamente, alguns excertos retirados das teses de doutorado para ilustrar as discussões propostas neste capítulo.

Com o intuito de fundamentar nossos posicionamentos teórico-metodológicos e analíticos, mobilizamos, como aporte, os preceitos defendidos por Hoffmann (2015), no que se refere à linguística do texto especializado e os delineados por Hyland (2005), no que tange à abordagem sobre o metadiscurso. Além do mais, outros autores orientam nossos pontos de vista, tais como: Krieger e Finatto (2004), Silva

(2014), Lima (2017), Pontes e Jesus (2017), Jesus (2020), entre outros estudiosos.

A presente pesquisa se justifica, pois, pela necessidade de se compreender em que medida o produtor de um texto especializado organiza os dados oriundos de uma área especializada e dialoga com a sua audiência. Consideramos relevante, por isso, entender como os recursos metadiscursivos podem ser utilizados com a finalidade de instituir a conexão entre o produtor e o leitor, uma vez que, acreditamos ser o papel do interlocutor uma espécie de co-partícipe do processo de construção de sentidos do texto. Em razão desse entendimento, esse sujeito será capaz de interpretar as informações, (re)dizer, ressignificar e propagar os saberes adquiridos por meio da leitura desse material.

Nesse entremeio, cabe frisar que um estudo com a finalidade de discutir sobre o gênero textual especializado, vinculando-o às categorias do metadiscorso, figura como relevante por viabilizar algumas reflexões que, possivelmente, instiguem a necessidade de se estabelecer uma maior aproximação entre os conteúdos debatidos na universidade e os desejos da comunidade discursiva, já que os resultados das pesquisas registrados nos textos poderão, além de estudados por inúmeros pesquisadores, serem ampliados e devolvidos à sociedade por meio de outros projetos de investigação, de ensino e/ou de formação de novos pesquisadores etc. Ou seja, como consequência da construção e socialização dos conhecimentos, os dados podem, inclusive, contemplar questões relacionadas, não somente à realidade da universidade, mas sobretudo, pelo fato de poder tratar de

temáticas ligadas aos problemas da sociedade de modo geral.

Assim sendo e com o intuito de concluir esta exposição, apresentamos uma breve descrição das seções que compõem este capítulo: na introdução, demonstramos ao leitor os pontos-chave da nossa pesquisa e os objetivos do estudo, assim como, apontamos a motivação e os elementos relevantes que justificam a realização do trabalho; na fundamentação teórica, indicamos o aporte que embasa a investigação e expomos também alguns encaminhamentos sobre metadiscorso e suas categorias na perspectiva de Hyland (2005); na seção de análise, relatamos e exploramos os resultados obtidos; e, para finalizar, na seção de conclusão da pesquisa, indicamos possíveis diálogos entre os resultados obtidos e os objetivos alcançados na realização da investigação.

À guisa de continuidade deste capítulo, na próxima seção, elegemos como foco de observação os pressupostos teóricos que instigam o entendimento do gênero textual especializado e a função das categorias metadiscursivas na organização das informações expostas no texto.

Sobre gêneros de especialidade e metadiscorso

Mobiliza-se, quando o tema é gênero textual e especializado, não somente, um conjunto de características marcadas por algumas regularidades já conhecidas e partilhadas, no que se refere à própria noção de gênero, como também se convoca, para esse contexto, o nível de saberes especializados exigido pelas áreas específicas dos conhecimentos. Em razão desse entendimento, a

compreensão referente às concepções de texto e gêneros de especialidade figuram como imprescindíveis para nortear os posicionamentos instigados por este trabalho, quando se propõe a tratar sobre questões que se relacionam à Linguística de Linguagens Especializadas (HOFFMANN, 2015).

Tomamos por base a ideia de que a noção de gêneros discursivos defendidos por Bakhtin (2016) embasa nossas orientações quando o assunto se relaciona à comunicação especializada. Nesse sentido, a concepção de gênero textual para o campo de especialidade, a nosso ver, refere-se a um conjunto de convenções linguísticas que revelam a forma como os especialistas se comunicam, em diferentes contextos de uso, no qual o repertório terminológico se torna imprescindivelmente necessário. É por meio dessa exigência comunicativa que estruturamos o discurso, selecionamos o léxico e os argumentos que melhor atendam aos propósitos comunicativos do texto, considerando o papel da audiência nesse processo.

Com base nestes posicionamentos, entendemos o gênero em um cenário dinâmico, embora relativamente estável, mas não estanque. Ele se molda ao contexto enunciativo seja em uma conversa informal, em uma reunião de negócios ou em relatos de pesquisas relacionados às áreas especializadas. Por essa razão, o uso desses gêneros é fundamental para uma comunicação eficaz, para a interpretação dos efeitos de sentido e das mensagens presentes nas práticas de linguagem, de modo geral e, sobretudo, nas que envolvem o campo do saber especializado. Em vista dessa compreensão, é possível afirmar que a adequação terminológica figura como uma

característica essencial no processo de construção de sentidos, visto que o repertório vocabular necessita se vincular ao contexto situacional da comunicação de caráter especializado para se cumprir os propósitos comunicativos do texto.

De modo geral, convém acrescentar que os gêneros textuais materializam a voz dos sujeitos que, de alguma forma, revelam emoções, ideologias, crenças e convicções e, de modo mais singular, evidenciam conhecimentos especializados sobre determinada área do saber. É por meio dessa comunicação que o produtor textual se propõe a mobilizar estratégias de compreensão dos dizeres e evidenciar com mais objetividade o propósito de tornar mais claras as informações apresentadas, considerando que essa tomada de posição poderá resultar, possivelmente, em uma maior audiência por parte do interlocutor.

Evidenciamos, nesse contexto, que o estudo sobre os gêneros textuais não é um tema recente, mas indiscutivelmente, com o advento e a evolução das tecnologias, a necessidade cada vez maior de se comunicar possibilita um olhar mais direcionado aos diferentes textos. Sobre essa questão, com base em Nascimento (2018, p. 16), afirmamos que “[...] [a]s possibilidades comunicacionais são infinitas em razão das incontáveis formas de expressar cada campo da atividade humana [...]”.

Ainda sob essa perspectiva, convém apontar os posicionamentos defendidos por Swales (1990), nas palavras de Nascimento (2018), sobre a noção de comunidade discursiva, quando o estudioso trata de resumos de artigos de pesquisas acadêmico-científicas. Segundo esse autor,

“[...] a comunidade discursiva estabelece os objetivos que formam a base para os propósitos comunicativos [...]” (NASCIMENTO, 2018, p. 25) que envolve a produção de um texto. Consideramos, portanto, nesse caso, essa noção como elemento importante para o campo especializado, visto que há o desenvolvimento de uma linguagem própria vinculada ao repertório terminológico para a representação dos conceitos e das definições pertencentes àquela especialidade, considerando os sujeitos envolvidos nesta comunicação e os objetivos propostos para a situação contextual.

Outro aspecto relevante para este trabalho é a definição de gênero textual defendida por Swales (1990), na linguística textual, que coaduna com Hoffmann (2015) na linguística do texto especializado, no que tange ao propósito comunicativo como característica necessária ao gênero. Hoffmann não é tão incisivo no uso de expressões que revelem o valor do axioma, como, no caso, do emprego do item lexical ‘propósito comunicativo’; no entanto, Killian e Finatto (2015) ao afirmarem que, como Hoffman considera o gênero resultado de um ato e “não há ato sem intenção (ou propósito)” (KILLIAN; FINATTO, 2015, p. 126), então, a nosso ver, os autores comungam dos mesmos princípios norteadores sobre gêneros defendidos por Swales (1990).

Nessa direção, o propósito comunicativo do produtor de um texto tanto molda a estrutura quanto pode se revelar como determinante na sistematização linguística dos gêneros e nas escolhas lexicais realizadas por quem o produz. Killian e Finatto (2015, p. 126) asseguram que “[...] a intenção comunicativa parece ser o fator com maior influência sobre

a estruturação linguística dos gêneros textuais [...]”.

Assim, os “[...] especializados são uma classe de gêneros textuais, para cuja produção e recepção, além dos conhecimentos gerais, são necessários [os] conhecimentos especializados [...]” (KILLIAN; FINATTO, 2015, p. 126). É nessa direção que apontamos o corpus da argumentação (CORPARG), delimitado como objeto de estudos desta pesquisa, como um acervo composto de gênero textual especializado. Essa constatação figura como importante por acreditarmos que os artigos, dissertações, teses e livros, constitutivos desse corpus, revelam características singulares da área da argumentação, instigando a noção de representatividade dos termos e das definições de sua terminologia.

Sobre essa questão, Lima (2019, p. 123) afirma que:

Ao contrário dos gêneros comuns, que ocorrem em situações corriqueiras, os gêneros de especialidade têm circulação mais restrita, geralmente relacionada a contextos técnicos e profissionais. São exemplos de gênero de especialidade: as teses de doutorado, as bulas de remédio, os boletins escolares e, dada suas circunstâncias de produção e circulação, o item.

Ao tratarmos de gênero textual especializado, portanto, evidenciamos algumas expressões que merecem destaque, tais como: nível informacional do texto, densidade conceitual e terminológica, pois figuram como elementos que instigam características do texto especializado em diferentes graus e intensidade. Killian (2015, p. 128) afirma que “[...] não há, por exemplo, para entendimento da problemática dos

gêneros textuais, melhor terreno do que o das linguagens especializadas [...]”.

Nesse sentido, compreendemos essas práticas como o elemento motivador do emprego do gênero, que emerge, possivelmente, como um suporte viabilizador dos aspectos organizacionais e estruturais dos saberes; a especialidade como o conhecimento de uma determinada área, que se materializa por meio desses gêneros e o produtor do texto como o responsável por utilizar estratégias que propiciem o atendimento aos objetivos propostos com o desenvolvimento da pesquisa e, conseqüentemente, com a socialização de novos saberes e/ou ressignificação destes. Sendo assim, conduzir os conhecimentos especializados com a clareza necessária para que o interlocutor se sinta contemplado com a exposição das informações e/ou possa interagir com o autor, por meio dos dados, figura como um propósito imprescindível da escrita na universidade, com destaque para a finalidade comunicativa do texto, resultante das investigações realizadas em contexto universitário. Isso sem perder de vista, inevitavelmente, o papel da comunidade discursiva nesse processo.

Por fim, diante dos elementos caracterizadores que norteiam nosso ponto de vista sobre a noção de gênero de especialidade, na seção seguinte, empenhamo-nos em tratar dos aspectos que envolvem as categorias metadiscursivas, considerando como linha condutora os princípios interacionais da linguagem.

Metadiscorso

Os elementos metadiscursivos assumem nas construções textuais o caráter de imprescindibilidade, quando a meta é tentar seduzir o interlocutor. Essa ideia de sedução se relaciona à motivação desse sujeito sobre o entendimento da exposição dos dados nos textos. Assim sendo, recorreremos aos posicionamentos defendidos por Hyland (2005), quando o autor investiga sobre o metadiscorso em uma perspectiva interacional, cuja meta consiste em guiar e/ou envolver o leitor durante o processo comunicativo. Considerando essa perspectiva, intencionamos, nesta seção, discutir algumas orientações com relação ao contexto situacional de uso, bem como realizar uma breve reflexão sobre as categorias indicadas pelo autor, evidenciando esse fenômeno como ferramenta mobilizada pelo produtor do texto com o propósito de facilitar a comunicação e possibilitar o engajamento do leitor às informações descritas. Por essa razão, a busca pelo apoio da audiência, com vistas a suscitar a persuasão e/ou o convencimento do interlocutor se inicia por meio das informações que o locutor apresenta e, para isso, é essencial que esses dados sejam entendidos por esse sujeito.

Sobre esses pressupostos, Jesus (2020, p. 37) nos instiga a compreender que “[...] [h]á uma espécie de intencionalidade metadiscursiva na escolha dos usos e funções de determinados termos da linguagem que um pesquisador faz para construir seu objeto de dizer [...]” e estabelecer preceitos avaliativos com relação ao que ele analisa.

O metadiscorso assume, pois, a função de contribuir

na organização do texto e de viabilizar a aproximação entre autor e leitor por meio de estratégias persuasivas ou de convencimento. Induzindo, possivelmente, o interlocutor a aceitar as proposições apresentadas no texto, no que se refere a uma concordância plena sobre os dados, ou imprimindo marcas de modificação, considerando as transformações do próprio ponto de vista no decorrer da leitura. Em razão desse posicionamento, Lovato (2010, p. 4) assegura que “esses elementos podem ser entendidos como estratégias em que o enunciador se apoia para projetar suas intenções comunicativas no texto”

Ao tratar dessas questões, Hyland (2005) nos instiga a refletir que a aproximação existente entre o locutor e o interlocutor se configura em um cenário favorável para essa interação, visto que cabe a quem escreve apresentar seus posicionamentos, enquanto sujeito-autor, na tentativa de esclarecer os ditos, fundamentar e defender suas ideias com argumentos, considerados, por ele, como convincentes e capazes de influenciar a audiência.

Hayland (2005) divide o metadiscurso em duas categorias: a interativa e a interacional. A primeira se subdivide em: *hedges* ou atenuadores, *boosters* ou intensificadores, *attitude markers* ou marcadores de atitude, *self mentions* ou automenção, *engagement markers* ou marcadores de engajamento. Essas subcategorias assumem a função de envolver o interlocutor no texto, pois, segundo Silva (2017, p. 49), “[...] é através dessas dimensões que as interações entre leitor e autor ou falante e ouvinte são identificadas [...]”.

Sendo assim, ilustramos, em seguida, no Quadro 1,

os elementos composicionais da categoria metadiscursiva interacional, com o propósito de esclarecer como essas questões se materializam.

Quadro 1 - Categoria metadiscursiva interacional

Categorias	Funções	Exemplos
Interacional	Envolver o leitor no texto	Recursos
Atenuadores	Mantêm o empenho e diálogo aberto a partir de amenizadores	Pode, talvez, possivelmente, sobre
Intensificadores	Enfatizam a certeza e o diálogo fechado	De fato, definitivamente, fica claro que
Marcadores de Atitude	Expressam o posicionamento do autor diante de uma proposição	Infelizmente, eu concordo, surpreendentemente
Automenção	Explicita a referência ao autor eu.	Eu, nós, meu, mim, nosso
Marcadores de Engajamento	Constroem uma relação explícita com o leitor	Considere, note, você pode ver (perceber) que

Fonte: Silva (2017, p. 48)

Com base nas informações presentes no quadro, é possível observar a função que os elementos metadiscursivos exercem na construção do texto, viabilizando o entendimento tanto do posicionamento do autor quanto do possível engajamento do leitor no acesso aos dizeres. A relação dialógica que se instaura emerge na interação entre autor – texto – leitor. Diríamos, sob essa perspectiva, que a construção de sentidos se materializa pela união desses três componentes; figurando, portanto, em uma ação coletiva que convoca a participação efetiva dos envolvidos.

Hyland (2005) apresenta a categoria interativa, composta pelas seguintes subcategorias: *transitions* ou transições, *frame markers* ou marcadores de enquadramento, *frame markers*

ou marcadores endofóricos, evidenciais ou evidenciadores, *code glosses* ou códigos de glosa. Esses elementos assumem a função de conduzir o interlocutor no engajamento com o texto, conforme observa-se no quadro 2:

Quadro 2 - Categoria metadiscursiva interativa

Categoria	Funções	Exemplos
Interativa	Guiar o leitor	Recursos
Transições	Expressam relações entre as orações principais	Além disso, mas, assim, e
Marcadores de Enquadramento	Referem-se a atos do discurso, sequências ou estágios	Finalmente, e (por fim), para concluir, o meu propósito é
Marcadores Endofóricos	Referem-se a informações que estão em outras partes do texto	Como notado acima, ver Fig., na seção 2
Evidenciadores	Referem-se a informações de outros textos	De acordo com X, Z afirma (que)
Código de Glosa	Elaboram significados proposicionais	Nomeadamente (a saber); por exemplo, em outras palavras

Fonte: Silva (2017, p. 48)

Como já demonstramos neste trabalho, o autor produz textos com o objetivo de estabelecer diálogos com o seu interlocutor no acesso às informações apresentadas. Assim, o escritor recorre aos diversos mecanismos linguísticos para cumprir seu propósito e a categoria interativa funciona como um desses elementos, sempre considerando a ideia de que esses usos consistem em facilitar o entendimento das mensagens a que os textos se propõem expressar.

Compreendemos, com base nas categorias expostas anteriormente, que o fato de registrarmos esses elementos

que atribuem, prioristicamente, as noções de engajamento e interação ao texto, não significa o entendimento de uma visão estanque do uso dos recursos metadiscursivos. Pelo contrário, convém acrescentar que, tanto a situação de uso, quanto o contexto em que tais operadores estão sendo utilizados, podem representar a dinamicidade desses mecanismos, considerando, sobretudo, as funções evidenciadas nos textos.

Para materializar as análises, expomos, na seção seguinte, os posicionamentos delineados para o desenvolvimento desta seção, tomando por base o enquadramento teórico exposto no decorrer deste capítulo.

Análise e interpretação dos dados

Com o objetivo de averiguar os recursos metadiscursivos das categorias interacional e interativa, propostas por Hyland (2007), nesta seção de análise, exploramos os contextos definitórios do termo *argumentação*, materializados pelos excertos, retirados das teses de doutorado que compõem o CORPARG, conforme mencionado.

Sob esta perspectiva, depreendemos que esses textos reivindicam do pesquisador a exposição de ideias inéditas, acompanhadas de hipóteses e a defesa de um posicionamento relevante para a área pesquisada. É requisito indispensável para obtenção do título de doutor, que exige, por sua vez, certo domínio sobre os aportes teóricos convocados na organização do trabalho. Inferimos, nesse caso, haver uma maior densidade conceitual nestes textos, pois o produtor de uma tese apresenta, a nosso ver, um nível de especialidade

mais proficiente e dirige-se a um público também de um nível equivalente e/ou superior de especialidade.

Para as análises, por questões metodológicas, de um total de 31 (trinta e um) contextos definitórios sobre o termo argumentação, foram selecionados, para este trabalho, uma amostragem de apenas 03 (três) excertos. Acreditamos que essa quantidade viabiliza a ideia de ilustração para a organização das informações propostas no capítulo. Convém acrescentar que partimos do entendimento de que a tese de doutorado é um gênero textual de especialidade que, possivelmente, apresenta densidade terminológica elevada e, em consequência disso, identificamos a necessidade de novas reformulações e explicações por parte dos autores. E essa tentativa de retomada consiste em uma ação imprescindível ao desenvolvimento do texto, considerando os esclarecimentos inevitáveis para o leitor mais experiente e, sobretudo, para aqueles que se iniciam no processo investigativo, cuja leitura poderá servir de modelo.

Nesse gênero, notamos que a função dos recursos metadiscursivos de transição assume, no percurso textual, a incumbência de esclarecer os conceitos relacionados à terminologia da área, considerada, por nós, como extremamente necessária à compreensão do repertório vocabular, nesse caso, especificamente do termo argumentação. Para ratificar as ideias expostas sobre a transição, nesta seção, elegemos o excerto I, a seguir, para análise.

Excerto I

O estudioso ainda alude à demonstração como um conjunto de meios **que** permite transformar uma afirmação ou um enunciado em um fato estabelecido **que** não poderá ser contestado por ninguém, visto que o mesmo foi amplamente discutido por cientistas, e estes, após provarem e verificarem tal fato, reputaram-no como verdadeiro, **ou seja**, ele é fruto de uma experiência empírica. Assim, apresenta as diferentes maneiras de convencer (manipulação, propaganda, sedução, argumentação, demonstração). Contudo, apesar de incluir a argumentação como uma das formas de convencer, atesta **que** a argumentação é um “meio poderoso para fazer partilhar uma opinião (que pode ter como consequência uma ação), se afasta tanto do exercício da violência persuasiva quanto do recurso à sedução ou à demonstração científica. Trata-se, então, de um gênero particular” (BRETON, 1999, p.11). Na realidade, o autor reconhece que é difícil se encontrar uma forma “pura” dentre as maneiras de convencer, o **que** de fato há é uma miscigenação dessas estratégias.

Fonte: CORPARG (LIMA, 2017)

O recurso metadiscursivo de transição, materializado por meio das marcações no excerto, manifesta-se em uma maior recorrência, revelando a ideia de que o uso dessas expressões figura como elementos organizadores do conteúdo nos contextos definitórios. As informações são agregadas e articuladas discursivamente de forma que instiguem a construção de sentidos e a atribuição de significados ao termo argumentação.

Um texto coeso proporciona uma leitura fluida e clara. Na verdade, ao tratarmos da funcionalidade metadiscursiva, compreendemos a necessidade do autor em se fazer entender, em expor suas ideias com clareza e, sobretudo, em persuadir o interlocutor sobre a defesa dos conceitos considerados por ele importantes para o trabalho. Neste excerto, a subcategoria

de transição revela essa organização textual, no sentido de instigar, por meio dos dizeres, o entendimento do que está sendo descrito no texto.

Além disso, vale esclarecer que, nesta categoria, a noção de transitoriedade se materializa na tentativa de sistematizar as informações, considerando as expectativas e as necessidades que o produtor acredita serem desejadas pelo leitor. Em suma, o uso desse fenômeno convoca, sobretudo, uma participação mais efetiva desse interlocutor, no sentido de conferir uma maior clareza aos dados que compõem o texto.

A subcategoria de transição figura como uma das mais representativas nos textos, de modo geral e, especificamente, consiste em uma estratégia de maior destaque nos gêneros de especialidade, visto que o elo coesivo instiga uma leitura fluida, viabilizando, nesse caso, à adequação terminológica ao contexto de comunicação. Acreditamos que esses marcadores textuais oportunizam condições para uma compreensão proficiente dos posicionamentos, com ênfase na aceitação ou não dessas informações conceituais por ocasião do relato da investigação.

Convém salientar que emergem no excerto I outros marcadores discursivos, demonstrando que além destes elementos de transição, outros sequenciadores despontam como necessários na organização do texto. Entre eles, destacamos: os evidenciadores, o código de glosa, os

atenuadores e os intensificadores descritos, a seguir.

O uso do evidenciador, por meio da expressão “o estudioso”, no início do excerto, não define a que autor o texto se refere; no entanto, pela presença do artigo definido “o” é possível afirmar que esse referente já foi mencionado no texto. Isso nos motiva a considerar que se trata de alguém já devidamente citado em outras investigações, sendo, portanto, considerado uma autoridade no assunto; cujos dizeres são validados a ponto de se tornarem citação importante e relevante para o produtor textual. Nessa conjuntura, podemos acrescentar que o texto é efetivamente organizado com base no entendimento dos posicionamentos desse sujeito mais experiente e redimensionado pelo produtor da tese de doutorado.

Percebemos, então, que o excerto apresenta a definição do termo argumentação, alicerçando os aspectos conceituais em outros pesquisadores, considerados de renomes, visto que esses dados já foram publicados e aceitos pela comunidade discursiva pertencente à área do conhecimento. Assumindo, neste caso, a função de estratégias metadiscursivas, cuja finalidade consiste em fortalecer e embasar os dizeres, expostos no trabalho, por meio de saberes já consolidados na academia.

Registramos, ainda, o emprego do código de glosa, por meio do registro do “ou seja”, que explicita com mais ênfase os posicionamentos apresentados pelo produtor no

enunciado anterior. Essa subcategoria objetiva, com outras palavras, reafirmar ou explicar as informações mencionadas. É com esse operador que o autor do texto pretende garantir certo grau de entendimento por parte do leitor, retomando as proposições, ressignificando-as, esclarecendo-as e/ou explicando-as.

Notamos, também, que o atenuador “pode ter” utilizado no excerto, emerge com o objetivo de fundamentar a definição do termo argumentação. O emprego dessa expressão, vinculada a Breton, por meio do recurso da citação, registrada entre parênteses, possibilita o diálogo com o leitor, na medida em que convoca, desse interlocutor, uma tomada de posição. De forma concisa, a construção textual reivindica a ideia de aceitabilidade sobre a proposição defendida pelo produtor do texto.

Diferentemente, o intensificador “de fato” emerge para assegurar ao leitor que a informação registrada é considerada, por aquele que produz o escrito, uma certeza, expressando a noção de que não se aceitam ideias contrárias. Esse recurso revela o caráter de responsabilidade pelo dizer e não possibilita objeção por parte do interlocutor.

Sendo assim, o quadro-síntese, a seguir, descreve os resultados em torno dos recursos metadiscursivos utilizados neste primeiro excerto, não esgotando a possibilidade do emprego de outros operadores não identificados neste trabalho, mas que podem contribuir para o entendimento do excerto.

Quadro 3 - Síntese dos dados observados - excerto I

CATEGORIA INTERATIVA	SUBCATEGORIAS	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
	Transição	16
	Evidenciadores	03
	Código de glosa	01
CATEGORIA INTERACIONAL	Atenuadores	01
	Intensificadores	01

Fonte: Elaborado pelas autoras

Em suma, após a exposição destes dados, em seguida, expomos as análises do segundo excerto.

Excerto II

Reboul (2000), reconhecendo o destaque dado ao discurso argumentativo nos estudos retóricos, entende que a retórica do século XX difere da antiga em três aspectos: seu objetivo principal não é produzir discursos, mas interpretá-los; seu campo alargou-se sobremaneira; e por último, por estar fragmentada em estudos diversos. Abreu (2004:26), por sua vez, sintetiza o conceito de argumentação como “a arte de, gerenciando informação, convencer o outro de alguma coisa no plano das idéias, e, gerenciando relação, persuadi-lo, no plano das emoções, a fazer alguma coisa que nós desejamos que ele faça.” O ato de argumentar envolve, ao mesmo tempo, convencer e persuadir. Convencer é saber gerenciar informação, é falar à razão do outro, demonstrando, provando. Bem lembra o autor (2004:25) que, etimologicamente, convencer significa “vencer junto com outro” (com + vencer) e não “contra” o outro. Já persuadir é saber gerenciar relação, é falar à emoção do outro.

Fonte: CORPARG (LIMA, 2017)

Na subcategoria nomeada de evidenciador, o produtor se utiliza de dizeres de outros pesquisadores para fortalecer

seus posicionamentos no texto. Assim, neste excerto, esses elementos se materializam por meio das citações, com o registro do nome do autor, que nomeamos de marcas de atribuição, geralmente, textualizados via citações (diretas e indiretas) que subsidiam as referências sobre os fundamentos teóricos mobilizados no trabalho. Tal uso se justifica pela tentativa do produtor do texto em conquistar a aceitação da audiência sobre os conteúdos proposicionais apresentados.

Esta tomada de decisão figura como forma de instigar a concordância do interlocutor, embora inferimos, essa ideia de aceitação faça parte do pensamento do escritor e não podemos afirmar que seja, exatamente, um desejo do leitor. Por essa razão, evidenciar esse dizer é primordial para a construção de novas proposições e o fortalecimento dos enunciados no texto. Na verdade, esse recurso contribui para consolidação de um ponto de vista, pois o dizer do outro, nesse contexto, constitui um argumento de autoridade e, portanto, atribui maior credibilidade aos resultados expostos no trabalho.

Ainda com esse intuito, o registro de outras pesquisas que dialogam com a temática descrita no texto figura como um atributo necessário, pois instiga a noção de contextualização da problemática como forma de demonstrar o caráter relevante do tema. Esses recursos se configuram em ações úteis para relacionar pesquisas em andamento com outras já divulgadas, na tentativa de demonstrar ao interlocutor a imprescindibilidade da abordagem, com destaque para a conjuntura que norteia os estudos sobre a área e a textualização de estudiosos importantes para o campo do

conhecimento.

No excerto, notamos que o contexto definitório já apresenta na introdução a atribuição dos primeiros dizeres a Reboul (2000), com ênfase no posicionamento do estudioso diante do discurso argumentativo, vinculando-o aos estudos retóricos e descrevendo as características e as particularidades que assolam a temática. Para conceituar o termo em análise, o produtor recorre às palavras de Abreu (2004) e reproduz literalmente a definição contemplada pelo autor para o termo argumentação, com o registro da citação direta, embora também tente ampliar as informações intercalando noções outras, com a finalidade de tornar as explicações mais claras ao interlocutor.

Em seguida, estabelece divergências teóricas entre as expressões convencer e persuadir e para isso, mobiliza novamente os posicionamentos de Abreu (2004) ao dizer que: Bem lembra o autor (2004:25) que, etimologicamente, convencer significa “vencer junto com outro” (com + vencer) e não “contra” o outro. Já persuadir é saber gerenciar relação, é falar à emoção do outro. Em uma análise mais detalhada, percebemos que o contexto definitório em que os evidenciadores se destacam, figuram como diálogos estabelecidos entre os autores e que o conceito atribuído à argumentação ou é textualizado, com base no que defendem os pesquisadores, ou é resultante desse diálogo. Acreditamos que a escolha dos recursos metadiscursivos que compõem cada gênero, determinam a construção do dizer, na medida em que são tecidas as informações que corroboram, por sua vez, na tentativa de, nos contextos definitórios, viabilizarem

uma melhor conceituação do termo argumentação. Em outras palavras, o uso desses recursos evidencia as informações, por intermédio de outros textos, oriundos de fontes confiáveis, que compõem o referencial teórico e atribuem credibilidade aos dizeres.

A subcategoria de transição aparece neste excerto com ênfase, por se tratar, como dito na análise do excerto I, de uma estratégia que estabelece a conexão entre os períodos, as ideias e, conseqüentemente, viabiliza diferentes efeitos de sentido, objetivando a clareza das informações. Os conectores indicados para esta função, por exemplo, o emprego do “como”, é passível de reflexão, na medida em que o trecho evidenciado pelo produtor, citado no excerto, sobre a definição do termo *argumentação*, recorre às palavras de Abreu (2004) e intercala com a sua própria ideia, ao estabelecer diálogo inter-relacionando a noção de argumentar com a concepção defendida pelo pesquisador. O uso desse elemento metadiscursivo possibilita tanto a coesão, como também, expressa a função atenuadora na construção textual.

Em outras palavras, o produtor não dispunha de uma definição do termo *argumentação* de forma sistematizada, mas se propôs a conceituá-lo mobilizando saberes fundamentados na fonte pesquisada, para revelar seu posicionamento em concordância com os dizeres do pesquisador.

Em suma, nossas reflexões partem dos pressupostos de que não há possibilidade única de analisar os recursos metadiscursivos; pelo contrário, é necessária a interpretação, o entendimento e a compreensão desses operadores em seu

contexto situacional de uso. Segue, o quadro síntese dos resultados analíticos deste excerto.

Quadro 4 - Síntese dos dados observados - excerto II

CATEGORIA INTERATIVA	SUBCATEGORIAS	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS
	Transição	09
	Evidenciadores	03

Fonte: Elaborado pelas autoras

Em seguida, demonstramos os elementos investigados no terceiro excerto, delineado para esta proposta de trabalho.

Excerto II

*Argumentar é a prática de justificar afirmações. E, uma vez que se fala em justificar, cabe claramente a preocupação com o auditório, que pode ser um leitor ou aquele que ouve, um grupo pequeno ou grande. Dessa forma, o sucesso da argumentação depende do assentimento do auditório, que é a sua consideração ou não, baseado nas razões dadas. Vista dessa forma, a **argumentação é uma atividade humana comum, pois envolve a produção e a troca de mensagens em interação com outros. Às vezes, o foco incide nas mensagens, os produtos da argumentação. As mensagens podem ser explícitas ou implícitas, e podem ser analisadas estrutural, funcional e criticamente. Outras vezes, o foco é a interação, o processo de argumentação. A ***argumentação é uma interação em que os participantes sustentam que o que eles pensam são posições mutuamente exclusivas e procuram resolver seu desacordo. Eles procuram convencer ao outro, mas, ao mesmo tempo, acabam permitindo ser influenciados. Assim, na prática, estuda-se como se pode convencer os outros e como os esforços poderiam ser mais produtivos.

Fonte: CORPARG (LIMA, 2017)

Observamos, neste excerto, que ao propor a definição do termo *argumentação*, o produtor sente a necessidade de especificar quem é o auditório, como forma de justificar o propósito comunicativo de um texto, considerando, nesse ínterim, o processo de interação. Assim, ao mencionar o trecho “*pode ser um leitor ou aquele que ouve, um grupo pequeno ou grande*”, para relacionar à noção de auditório, o registro do ‘pode ser’ não assegura, certamente, a que público se refere. Em outras palavras, esse produtor não se compromete com o dizer, mas amplia a possibilidade de reflexão junto ao interlocutor, permitindo que este julgue o entendimento mais adequado da expressão ao contexto de uso.

Com relação ao conceito de argumentação, esse produtor menciona a ideia de “troca de mensagens” e, na tentativa de explicar o que isso significa, recorre ao uso do atenuador “podem ser”, uma vez que, discorre sobre mensagens, destacando que essas “podem ser explícitas ou implícitas, e podem ser analisadas estrutural, funcional e criticamente”. Tais usos textualizados repetidamente não suscitam a ideia de certeza e nem revelam responsabilidades enunciativas por parte do produtor. Essa estratégia discursiva viabiliza o não comprometimento que se espera em uma proposição por parte do leitor, sobretudo, na organização de um texto de especialidade, no caso de uma tese de doutorado.

Neste excerto, as marcas de atenuação, sugerem um suporte teórico que valide as informações presentes no texto; características, a nosso ver, de toda produção escrita neste contexto de especialidade. Observamos que não

há citação de outros autores que fortaleçam os dizeres. Inferimos, portanto, que as definições apresentadas são baseadas em posicionamentos do próprio escritor, que, por sua vez, prefere não afirmar essas proposições, mas sugerilas, de repente, com a perspectiva de oportunizar um maior aprofundamento destas reflexões. Em outras palavras, os atenuadores sugerem um diálogo mais amplo com o leitor, pois possibilita a discussão sobre os encaminhamentos e, conseqüentemente, reivindica a concordância ou não das ideias apresentadas, sem comprometimento direto do autor com o projeto de dizer.

Ainda sob a perspectiva da análise, convém mencionar que os atenuadores adquirem destaques nos contextos definitórios, visto que amenizam as certezas no emprego dos argumentos. São recursos que convidam o coenunciador a participar da discussão e a refletir sobre as conceituações apresentadas. Para Faria e Cavalcante (2009, p. 135) “Atenuadores – são matizadores discursivos, indicam a força que os escritores calculam para dar à afirmação apenas um certo grau de precisão, tentando torná-lo confiável ao leitor.”

Considerando tais posicionamentos, com base em Faria e Cavalcante (2009), inferimos que a subcategoria dos atenuadores sugere um diálogo amplo. Há, com isso, a provocação para que o leitor se aproprie das ideias concordando ou não; contudo, neste contexto, o escritor intenciona tornar seus dizeres confiáveis. É uma estratégia que, segundo as autoras, “confere modéstia ao posicionamento”

(FARIA; CAVALCANTE, 2009, p. 135).

Essa é uma proposta de engajamento, pois concomitante à reivindicação da tomada de posição, por parte do leitor, há o chamamento efetivo para a produção de sentido dos dizeres. Tal relação evoca a interação entre os elementos envolvidos na compreensão do texto. Nesse movimento, o escritor intenciona conquistar o leitor e, como consequência, espera a adesão ao seu projeto de dizer. Em síntese, a utilização dos recursos metadiscursivos são estratégias argumentativas que visam à persuasão e/ou ao convencimento do auditório por meio da participação consciente ou não do leitor.

Com isso, cabe enfatizar que, nesse processo, ao utilizar os atenuadores, o produtor se compromete menos com o dito, suaviza o teor informacional e evita possíveis confrontos com as afirmações reveladas no texto. Dessa forma, instiga a garantia, na interação, e, ainda, motiva o leitor a refletir sobre os efeitos de sentidos, ao selecionar um modalizador em um texto especializado.

Dessa forma, no excerto III, além dos atenuadores, o recorte também revela a mobilização de recursos de transição, não muito diferente dos demais excertos. Essa subcategoria se revela com maior destaque, o que nos leva a inferir o grau de necessidade do pesquisador em evidenciar, por meio deste operador, no texto especializado, a condução do interlocutor para uma compreensão proficiente dos resultados da investigação.

Quadro 5 - Síntese dos dados observados - excerto III

	Subcategoria	Ocorrências
CATEGORIA INTERATIVA	Transição	22
CATEGORIA INTERACIONAL	Atenuadores	04

Fonte: Elaborado pelas autoras

Após os excertos analisados, seguimos, na próxima seção, com as considerações finais, cuja meta consiste em notabilizar, no gênero textual especializado, as subcategorias metadiscursivas propostas por Hyland (2005). Objetivamos, portanto, nesta seção, destacar algumas observações advindas das análises e apontar possíveis encaminhamentos a serem investigados no devir.

Considerações finais

A pesquisa demonstra que a função dos recursos metadiscursivos na construção textual revela que o propósito comunicativo do produtor de um texto especializado figura como forma de estabelecer a interação, com a finalidade de conquistar a aceitação sobre os dados investigativos na tese de doutorado.

Nos contextos definitórios, observamos as tentativas de ampliar a compreensão de significados do termo, assim como de caracterizá-lo conceitualmente diante de um ponto de vista defendido pelo sujeito que produz o texto.

O metadiscorso, nesse caso, representa, a nosso ver, o meio de materializar essas possibilidades de conceituar, esclarecer, explicar, guiar, direcionar e envolver o interlocutor.

Diante disso, pode-se resumir que as estratégias metadiscursivas assumem a função de organizar o texto como forma de tornar as informações mais claras e engajar o leitor no processo de aceitação ou não desses dados. O registro dos elos coesivos permite fluidez da informação e estabelecem conexão entre as ideias, atribuindo coerência ao texto. Sendo assim, o produtor, ao mesmo tempo em que expõe o conteúdo proposicional, engaja-se, opina, tenta evidenciar marcas textuais que revelam a fluidez das informações, de forma que o leitor também se sinta parte do texto.

Nessa direção, é perceptível, por meio da exposição dos dados, que a categoria interativa se sobressai em detrimento da interacional. Configura-se, portanto, que o produtor se preocupa em guiar o interlocutor durante a leitura, em conduzir e orientar a construção de significados, a compreensão dos dizeres e o entendimento das proposições. Consequentemente se propõe a “ganhar a confiança” do leitor.

Além disso, consideramos ser o gênero textual especializado o cenário propício para a utilização dos recursos metadiscursivos, uma vez que, esses elementos podem se configurar como marcadores de persuasão textual. Dessa forma, compreendemos a necessidade do escritor em mobilizar o metadiscorso como estratégias que minimizem a densidade informacional presente nos conceitos, ao mesmo tempo em que almeja o comprometimento do leitor na

compreensão dos dizeres.

Dito isso, vale ressaltar que esta discussão não objetiva esgotar as possibilidades de análise quanto ao uso dos recursos metadiscursivos no texto especializado; intencionamos, sobretudo, suscitar novas pesquisas e, conseqüentemente, instigar outros direcionamentos para o tratamento dessas estratégias, que apresentam, como uma de suas possibilidades, a tentativa de adesão do auditório, com destaque para a comunidade discursiva que circunda as áreas de conhecimento. Em suma, acreditamos que tais elementos figuram como recursos estratégicos argumentativos eficazes, uma vez que, o seu uso, conforme demonstramos neste trabalho, facilita, consideravelmente, o acesso às informações de caráter especializado, contemplando, nesse caso, os saberes viabilizados por intermédio do repertório terminológico da área da argumentação.

Referências

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo. Editora 34, 2016.

FARIA, M. G.; CAVALCANTE, M. M. Posicionamento e engajamento em redações dissertativas. **Revista Diadorim – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas**, v. 6, p. 131-148, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.35520/diadorim.2009.v6n0a3893>. Acesso em: 19 jul. 2023.

HOFFMANN, L. Linguagens especializadas como sublinguagens. Tradução: Leonardo Zilio. In: FINATTO, M. J. B.; ZILIO, L. (org.). **Textos e Termos por Lothar Hoffmann:**

um convite para o estudo das linguagens técnico-científicas. Porto Alegre: Pallotti, 2015.

HYLAND, K.; TSE, P. Metadiscourse in academic writing: a reappraisal. **Applied linguistics**, v. 25, n. 2, p. 156-177, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/31418041_Metadiscourse_in_Academic_Writing_A_Reappraisal. Acesso em: 12 jun. 2023.

HYLAND, K. **Metadiscourse: exploring interaction in writing**. Continuum: Londres, 2005.

JESUS, J. F. **Uso e função dos operadores metadiscursivos em exemplares do gênero artigo científico produzidos por estudantes de graduação**. 2020. 190 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, RN, 2020.

LIMA, B. A. F. A Linguagem do item avaliativo de múltipla escolha: do gênero ao léxico. **Muitas Vozes**, Ponta Grossa, v. 8, n. 2, p. 116-131, 2019.

LIMA, E. P. de. **Abordagem terminológica nas veredas teóricas da argumentação: uma investigação sob a perspectiva da variação denominativa**. 2017. 325 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

LOVATO, C. S. Recontextualizando os saberes científicos: a glosa em notícias de popularização da ciência. **Revista Letras**, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), v.12, n.13, p.1-16, Campinas, julho de 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

NASCIMENTO, R.L. **O gênero carta de romeiros escrita por devotos do Padre Cícero**: da estrutura e do uso à conceituação, 2018. 238 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

PONTES, A. L.; JESUS, J. F. H. de. Recursos metadiscursivos na escrita acadêmica: uso e função. **Diálogo das Letras**, Paul dos Ferros, v. 6, n. 2, p. 303-322, jul./dez. 2017.

SILVA, A. C. **O metadiscorso em artigos científicos de linguística e literatura**. 2014. 117 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Centro de Artes e Comunicação e Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2014.

SILVA, A. Metadiscorso na perspectiva de Hyland: Definições, modelos de categorização e possíveis contribuições. **Letras**, Santa Maria, v. 27, n. 54, p. 41-67, jan./jun. 2017.

SWALES, John M. **Genre Analysis**: English in academic and research settings. Cambridge: Cambridge Applied linguistics, 1990.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Ana Lúcia Rocha Silva

Graduada em direito pela Universidade CEUMA, licenciada em Letras pela UFMA. É mestra e doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Associada do Departamento de Letras e do Programa de Pós-graduação em Letras - Mestrado Acadêmico da UFMA. Tem experiência na área de Letras, atuando principalmente nos seguintes temas: estudos do discurso e argumentação, aquisição da linguagem, morfologia derivacional e linguística aplicada ao ensino de língua portuguesa. É Coordenadora do Mestrado de Letras/UFMA/CCH e Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Língua Portuguesa – GEPELP/UFMA. Graduação em Licenciatura em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (1981), mestrado em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (2009) e doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (2014). Professora associada do Departamento de letras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFMA (PGLLETRAS-UFMA).

Ana Maria de Carvalho

Possui graduação em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN (1982); Especialização em Linguística Aplicada pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN (2000), Mestrado em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (2008) e Doutorado em Letras pela

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN (2023). É professora concursada da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, lecionando na Faculdade de Letras. É membro do Grupo de Estudos do Discurso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - GE-DUERN, atuando nas linhas de pesquisa "Memória, discurso e interpretação e Estudos dos processos de produção identitária e de modos de subjetivação na contemporaneidade".

Antonio Lailton Moraes Duarte

É graduado em Letras, habilitação Português e suas respectivas literaturas, pela Universidade Estadual do Ceará e bacharel em Direito, habilitação Direito Público, pela Universidade de Fortaleza. Tem mestrado e doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Ceará. Desde de 2006, é professor efetivo de Linguística e Língua Portuguesa do Curso de Letras da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, “campus” de Limoeiro do Norte da Universidade Estadual do Ceará. Desenvolve pesquisa na interdisciplinaridade entre Linguística Textual e Direito, Linguística Textual e argumentação. E-mail: antonio.duarte@uece.br.

Antônio Suárez Abreu

Antônio Suárez Abreu é professor titular da UNESP e professor associado da USP. Possui mestrado, doutorado e livre-docência pela USP e pós-doutorado pela UNICAMP. Sua área atual de pesquisa é cognição e linguagem. Lidera um grupo de pesquisa em linguística cognitiva (GEPELIC), cadastrado no CNPq. Trabalha, atualmente, junto à Facul-

dade de Medicina e Odontologia São Leopoldo Mandic, em Campinas. Publicou os livros: Curso de Redação (Ática), Texto e Gramática (Melhoramentos), A Arte de Argumentar, O Design da Escrita, Linguística Cognitiva, Gramática Mínima para Domínio da Língua Padrão e Gramática Integral da Língua Portuguesa, os cinco últimos pela Ateliê Editorial; Criatividade e Lições de Letramento, pela editora Giostri e Pequeno Manual de Estilística do Português, pela Ed. Lab-Chan. É membro da Academia Campinense de Letras e da Academia Universal de Cultura, em Brasília.

Carla Luzia Carneiro Borges

Carla Luzia Carneiro Borges: Licenciada em Letras com francês pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), professora na UEFS desde 1992, Doutora em Linguística pela Unicamp. Fundadora e Coordenadora do grupo de Pesquisa LINSP (Linguagem, Sociedade e Produção de Discurso). Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos - Ppgel/Uefs. E-mail clcborges@uefs.br.

Caroline Rodrigues Lima Queiroz

Mestranda em Letras pelo Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão (PGLETRAS-UFMA) e graduada em Letras-Licenciatura Português e Espanhol pela mesma universidade. Professora de Língua Portuguesa e Língua Espanhola da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão (SEDUC-MA).

Edmar Peixoto de Lima

Doutora em Linguística Aplicada, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA), da Universidade Estadual do Ceará (UECE), professora do curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Desenvolve pesquisas na área de Linguística, Terminologia, Língua Portuguesa e de Linguística Aplicada ao ensino de língua materna e estrangeiras, com ênfase nos estudos sobre as ciências do léxico (Terminologia, Lexicologia, Lexicografia e Terminografia), Linguística de Corpus, Produção e Ensino do Texto e do Discurso, Argumentação e Formação e Práticas docentes na área de Letras. E-mail: edmarpeixoto@uern.br

Francisco Paulo da Silva

Possui graduação em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (1986), Mestrado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1999) e Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005). Atualmente é professor adjunto IV, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e coordenador do Grupo de Estudos do Discurso da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - GEDUERN. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Análise do Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: discurso, memória, ditadura militar, verdade e ensino.

Francisco Vieira da Silva

Francisco Vieira da Silva é doutor em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Ciências da Linguagem aplicadas à Educação a Distância (CLEAD) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Graduado em Letras pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Realizou Estágio Pós-Doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Professor efetivo de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Campus de Caraúbas. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO), da associação entre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Coordenador local do POSENSINO na UFERSA (2019-2021). Atua na perspectiva dos estudos discursivos foucaultianos. É líder do Grupo de Pesquisa Discurso com Foucault (Dis.com.fou), vinculado à Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

Isadora Oliveira do Nascimento

Graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Administração Pública pela Universidade Cândido Mendes (UCAM).

Mestra em Ensino (POSENSINO - IFRN/UERN/UFERSA).
Doutoranda em Estudos da Linguagem (PPGEl - UFRN).
Assistente em Administração da Universidade Federal Rural
do Semi-Árido (UFERSA).

Jackeline Braga Cunha

Mestranda em Letras pela Universidade Federal do Maranhão. Graduada em Letras Inglês pela Faculdade do Maranhão (2020), Especialização em Docência no Ensino Superior pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (2022), Especialização em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas Materna e Estrangeira pela Universidade Federal do Maranhão (2023), Especialização em Internacionalização e Aprendizagem Exponencial pela Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (2023). Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Ensino de Línguas e Discurso – GruPELD. Atualmente é professora de Língua Inglesa no Colégio Dom Bosco de São Luís. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Ensino de Línguas, Metáfora e Argumentação.

João da Silva Araújo Júnior

Doutor em linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras/ PGLETRAS, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professor do departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Graduado em Letras pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Líder do grupo de pesquisa em Linguagem e Tecnologia (LINTEC).

Coordenador do projeto de pesquisa Tecnologias persuasivas na contemporaneidade: linguagem e complexidade. joao.junior@ufma.br.

João Paulo Eufrázio de Lima

É doutor em linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) em Sobral-CE. Possui graduação em Letras (Português-Espanhol e Literaturas) pela Universidade Federal do Ceará (UFC), onde também concluiu mestrado. Atualmente cumpre estágio pós-doutoral na Universidade Federal do Ceará (UFC) sob supervisão do prof. Dr. Júlio César Rosa de Araújo.

Luzia Rufino de Matos Cirqueira

Mestranda em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras-PGLetras-Mestrado Acadêmico da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Professora concursada da Rede Pública Municipal de São Roberto-MA. Graduada em Ciências Licenciatura Habilitação em Matemática pela Universidade Estadual do Maranhão -UEMA; Pedagoga pela Faculdade de Teologia Hokemãh - FATEH. E-mail: luzia.matos@discente.ufma.br

Endereço para CV: <https://lattes.cnpq.br/7696902462952036>.

Mara Roselaine Pinto da Fonseca

Mara Roselaine Pinto da Fonseca é professora aposentada da rede de ensino do Estado de São Paulo, Licenciada em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), tem formação específica para o ensino infantil e vários ou-

tros cursos de extensão universitária. Atualmente, é aluna de mestrado do Programa de Linguística e Língua Portuguesa, da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita filho” (UNESP).

Márcia Pereira da Silva Franca

Doutoranda e mestra em Letras, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN); professora de Língua Portuguesa no Estado do Ceará e, atualmente, diretora de controle, monitoramento e avaliação pedagógica na Secretária de Educação do Juazeiro do Norte – Ceará (SEDUC-JN). Desenvolve pesquisa em Terminologia, Metadiscursos e Argumentação. E-mail: marciafranca@yahoo.com.br.

Marcos Paulo da Silva

Mestre em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPGLin) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) Membro do Grupo de Estudos em Linguística Textual (GELT/UNILAB); Especialista e graduado em Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA); Professor de Língua Portuguesa e Literatura da Rede de Educação Básica do Ceará. (SEDUC-CE). prof.marcosp.port@gmail.com

Maria da Graça Dos Santos Faria

Mestrado em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (2009) e Doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (2014). Docente associado IV da Universidade

Federal do Maranhão. Membro do Grupo de Pesquisa Protexto (UFC). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Estratégias e Procedimentos de Organização Textual (GEPOT). Professora do programa de Pós-Graduação do Departamento de Letras da UFMA (PGLetras). Membro do GT em Linguística Textual e Análise da Conversação. Membro do GT Discurso e Argumentação da ANPOLL. E-mail: faria.maria@ufma.br
Endereço para CV: <http://lattes.cnpq.br/5255188189054410>

Mariza Angélica Paiva Brito

Professora Adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) e do Mestrado em Estudos da Linguagem (Unilab); Bolsista de Produtividade em Pesquisa da FUNCAP (BPI/CE); Pós-Doutora em Linguística de Texto, Mestre e Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC. Líder do GELT - Grupo de Pesquisa em Linguística Textual (CNPq / UNILAB) e Vice-líder do PROTEXTO - Grupo de Pesquisa em Linguística (CNPq / UFC). Membro do GT Linguística do Texto e Análise da Conversação, da Associação Nacional de Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL); Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará; Desenvolve pesquisas na área de Linguística Textual, heterogeneidade enunciativa e argumentação.

Marize Barros Rocha Aranha

Professora Associada do Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão. Graduada em Letras pela Universidade Federal do Maranhão (1985), Mestrado em

Educação pela Universidade Federal do Maranhão (2006) e Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2010). Docente permanente dos Programas de Pós-Graduação - Mestrado Acadêmico em Letras - PGLetras - Linha de Pesquisa: "Estudos de Linguagem e práticas discursivas" e do Programa de Pós -Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica - PPGEEB (Mestrado Profissional) - Linha de pesquisa: "Ensino de línguas" da Universidade Federal do Maranhão. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Ensino de Línguas e Discurso – GruPELD. Exerceu o cargo de Pró-Reitora de Extensão e Empreendedorismo de 2012 a 2015 na UFMA. Desde novembro de 2019 exerce o cargo de Chefe de Gabinete da Reitoria da UFMA. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Ensino de Línguas, Análise do Discurso de linha francesa, linguística Cognitiva, Linguística Textual, Gêneros, Metáfora e Argumentação.

Mayane Santos Amorim

Professora de Língua Portuguesa do Instituto Federal da Bahia (IFBA). Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Mestra em Estudos Linguísticos e Graduação em Letras com Língua Inglesa pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Integra o Grupo de Pesquisa LINSP - Linguagem, Sociedade e Produção de Discurso. Email: mayaneamorim@ifba.edu.br

Mônica Magalhães Cavalcante

É graduada em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (1985); tem mestrado em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (1996) e doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (2000). Em 2003, fez pós-doutorado em Linguística pela Unicamp. Desde 1989, é professora da Universidade Federal do Ceará e, atualmente, é bolsista CNPq de Produtividade em Pesquisa nível PQ-1. Tem experiência na área de linguística textual, com ênfase em referenciação, intertextualidade, metadiscursividade, argumentação, heterogeneidades enunciativas, gêneros do discurso, articulação tópica e sequências textuais. E-mail: monicamc02@gmail.com.

Patrícia Saldanha Vasconcelos

Patrícia Saldanha Vasconcelos é mestranda no Programa de Mestrado Interdisciplinar em História e Letras - MIHL da Universidade Estadual do Ceará- UECE. Docente efetiva de Língua Portuguesa da rede estadual de ensino do estado do Ceará, possui especialização em Mídias na Educação pela Universidade Federal do Ceará -UFC e em Gestão Escolar pela Faculdade de Tecnologia do Nordeste-FATENE. E-mail: patricia.saldanha@aluno.uece.br.

Regina Cláudia Pinheiro

Regina Cláudia Pinheiro é mestra e doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará- UFC, com estágio de pós-doutoramento na mesma área. Docente na Universidade Estadual do Ceará - UECE, atuando também no PROFLETRAS e no Programa de Mestrado Interdisciplinar

em História e Letras-MIHL. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada, pesquisando, principalmente, os seguintes temas: letramentos, letramentos em ambientes digitais, formação de professores de Língua Portuguesa para o uso de tecnologias digitais, leitura e escrita em ambientes digitais. E-mail: regina.pinheiro@uece.br.

Thâmara Soares de Moura

Thâmara Soares de Moura é Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UERN). É licenciada em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (DLV). Atualmente, atua como tutora à distância no curso de Graduação EAD em Educação Física, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Integra o grupo de pesquisa Discurso com Foucault - DIS.COM.FOU (UERN/UFERSA), desenvolvendo pesquisas em torno da Análise do Discurso de linha francesa, mais especificamente nos estudos discursivos foucaultianos a partir das seguintes categorias de análise: discurso, saber-poder, subjetividade, governamentalidade, medicalização, entre outras, as quais abarcam a temática da ansiedade, bem como saúde emocional e educação. E-mail: thamarasoaresmoura@gmail.com.

Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TÍTULO: Linguagem e práticas discursivas: questões teóricas e metodológicas

ORGANIZADORES: João da Silva Araújo Júnior, Ilza Galvão Cutrim, Maria da Graça dos Santos Faria e Mônica da Silva Cruz.

PROJETO GRÁFICO: Maurício José Morais Costa

CAPA: Maurício José Morais Costa

FORMATO: 14 X 21 cm

PÁGINAS: 378 p.

TIPOGRAFIA Le Monde Livre Std, Le Monde Livre Std Regular, Le Monde Livre Std Bold, Le Monde Livre Std Italic.

EDIÇÃO 1ª edição - 2023

ISBN 978-65-5363-248-6

PUBLICAÇÃO Editora da Universidade Federal do Maranhão (EDUFMA)

